

Revista NERA

n. 34
DOSSIÊ

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

IMPACTOS DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE E CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO

Adelso Rocha Lima, Eduardo Paulon Girardi, Daniel Mancio e Diorgines da Costa Lima

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA COMO UMA VERTENTE DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL À NORTE DO RIO DOCE NO ESPÍRITO SANTO

Paulo César Aguiar Junior

A LUTA POR ÁGUA NO ESTADO DA PARAÍBA: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

Emília Rodat Fernandes Moreira, José Carlos Dantas, Diego dos Santos Dantas, André Paulo dos Nascimento, Raísa Maria Regala, Ivan Targino, Juliana Fernandes Moreira e Pedro Costa Guedes Viana

A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA AGRÁRIA NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

Talles Adriano dos Reis e Lucas Barbosa Pelissari

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E A DISPUTA DO DESENVOLVIMENTO NO HAITI

Lívia Morena Brante Bezerra

OS BRASIGUAIOS SEM-TERRA NA REFORMA AGRÁRIA

Ener Vaneski Filho e Nashieli Rangel Loera

O PAPEL DA JUVENTUDE CAMPONESA NA CONSTRUÇÃO DE ECONOMIAS DE RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Gabriel Troillo e Maria Nalva Rodrigues Araújo

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO

Jaílton dos Santos Andrade e Sílvia Aparecida de Souza Fernandes

UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO NO TERRITÓRIO DO SISAL - BAHIA

Gracieda dos Santos Araújo e Pedro Ivan Christofolli

2016

Revista NERA nº. 34

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Davis Gruber Sansolo
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira
Camila Ferracini Origuéla
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2016**

Revista NERA (RNERA) nº. 34

EDITORES

Davis Gruber Sansolo
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira
Camila Ferracini Origuéla
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CORPO EDITORIAL

Lucas Pauli
Leandro Ribeiro Nieves
José Sobreiro Filho
Hellen Mesquita
Luis Felipe Rincón

CONSELHO CIENTÍFICO

Adolfo da Costa Oliveira Neto – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – FATEC (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Camila Ferracini Origuéla - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eliane Tomiasi Paulino – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Seropédica, RJ, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg do Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Lorena Izá Pereira - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez – UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Mara Edilara Batista de Oliveira – UFF (Angra dos Reis, RJ, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideu, Uruguai)

Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
 Munir Jorge Felício – UNOESTE (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Nelson Rodrigo Pedon – IFSP (Birigui, SP, Brasil)
 Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Tiago Egídio Avanço Cubas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Valmir José Valério (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
 1999 – interrompida
 2000 – ano 3, nº. 3
 2001 – interrompida
 2002 – interrompida
 2003 – interrompida
 2004 – ano 7, nº. 4
 2004 – ano 7, nº. 5
 2005 – ano 8, nº. 6
 2005 – ano 8, nº. 7
 2006 – ano 9, nº. 8
 2006 – ano 9, nº. 9
 2007 – ano 10, nº. 10
 2007 – ano 10, nº. 11
 2008 – ano 11, nº. 12
 2008 – ano 11, nº. 13
 2009 – ano 12, nº. 14
 2009 – ano 12, nº. 15
 2010 – ano 13, nº. 16
 2010 – ano 13, nº. 17
 2011 – ano 14, nº. 18

2011 – ano 14, nº. 19
 2012 – ano 15, nº. 20
 2012 – ano 15, Dossiê
 2012 – ano 15, nº. 21
 2013 – ano 16, nº. 22
 2013 – ano 16, nº. 23
 2014 – ano 17, nº. 24
 2014 – ano 17, nº. 25
 2015 – ano 18, nº. 26, Dossiê
 2015 – ano 18, nº. 27
 2015 – ano 18, nº. 28, Dossiê
 2015 – ano 18, nº. 29
 2016 – ano 19, nº. 30
 2016 – ano 19, nº. 31
 2016 – ano 19, nº. 32, Dossiê
 2016 – ano 19, nº. 33
 2016 – ano 19, nº. 34, Dossiê

Quadrimestral
 ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

APRESENTAÇÃO

08

PRESENTACIÓN

PRESENTATION

Davis Gruber Sansolo

IMPACTOS DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE E CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO

12

IMPACTOS DEL MONOCULTIVO DE EUCALIPTO EN LA ESTRUCTURA AGRARIA EN LAS REGIONES DEL NORTE Y CENTRAL DEL ESPÍRITU SANTO

IMPACTS OF EUCALYPTUS MONOCULTURE ON THE AGRARIAN STRUCTURE IN THE NORTHERN AND CENTRAL REGIONS OF ESPÍRITO SANTO

Adelso Rocha Lima, Eduardo Paulon Girardi, Daniel Mancio e Diorgines da Costa Nunes

A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA COMO UMA VERTENTE DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL À NORTE DO RIO DOCE NO ESPÍRITO SANTO

37

LA MODERNIZACIÓN CONSERVADORA COMO PARTE DE LA TERRITORIALIZACIÓN DEL CAPITAL À NORTE DEL RÍO DOCE, EN EL ESPÍRITO SANTO

THE CONSERVATIVE MODERNIZATION AS A PART OF THE TERRITORIALIZATION OF THE CAPITAL NORTH OF THE RIO DOCE IN ESPÍRITO SANTO

Paulo César Aguiar Junior

A LUTA POR ÁGUA NO ESTADO DA PARAÍBA: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

61

LA LUTTE POUR L'EAU DANS L'ETAT DE PARAIBA: LES CONTRADICTIONS ET CONFLITS

THE FIGHT FOR WATER IN THE STATE OF PARAÍBA: CONTRADICTIONS AND CONFLICTS

Emília Rodat Fernandes Moreira, José Carlos Dantas, Diego dos Santos Dantas, André Paulo do Nascimento, Raisal Maria Regala, Ivan Targino, Juliana Fernandes Moreira e Pedro Costa Guedes Viana

A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA AGRÁRIA NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

82

CONCENTRACIÓN FUNDIARIA Y ASENTAMIENTOS DE REFORMA AGRARIA: UN ANÁLISIS DE LA ESTRUCTURA AGRARIA EN LA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

LAND CONCENTRATION AND LAND REFORM SETTLEMENTS: AN ANALYSIS OF THE ZONA DA MATA PERNAMBUCANA'S LAND TENURE

Talles Adriano dos Reis e Lucas Barbosa Pelissari

- 107** **COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E A DISPUTA DO DESENVOLVIMENTO NO HAITI**
COOPERACIÓN INTERNACIONAL Y LA DISPUTA DEL DESARROLLO EN HAITÍ
INTERNATIONAL COOPERATION AND THE CONTEST OF THE DEVELOPMENT IN HAITI
Lívia Morena Brante Bezerra
-

- 119** **OS BRASIGUAIOS SEM-TERRA NA REFORMA AGRÁRIA**
LOS BRASIGUAIOS SIN TIERRA DE LA REFORMA AGRARIA
THE LANDLESS BRASIGUAIOS IN AGRARIAN REFORM
Ener Vaneski Filho e Nashieli Rangel Loera
-

- 144** **O PAPEL DA JUVENTUDE CAMPONESA NA CONSTRUÇÃO DE ECONOMIAS DE RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO**
EL PAPEL DE LA JUVENTUD CAMPESINA EN LA CONSTRUCCIÓN DE ECONOMÍAS DE RESISTÊNCIA EN LA REGIÓN SEMIÁRIDA DEL NORESTE
THE ROLE OF PEASANT YOUTH IN THE CONSTRUCTION OF RESISTANCE ECONOMIES IN THE NORTHEASTERN SEMI-ARID REGION
Gabriel Troilo e Maria Nalva Rodrigues Araújo
-

- 157** **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO**
LA IMPORTANCIA DE LA EDUCACIÓN DE CONTEXTO PARA EL DESARROLLO DE SEMIÁRIDA
THE IMPORTANCE OF CONTEXTUALIZED EDUCATION FOR SEMIARID DEVELOPMENT
Jaílton dos Santos Andrade e Sílvia Aparecida de Souza Fernandes
-

- 176** **UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO EDUCATIVA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO NO TERRITÓRIO DO SISAL - BAHIA**
UN ANÁLISIS DE LA DIMENSIÓN EDUCATIVA DE LAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL SOLIDARIO EN EL TERRITÓRIO DO SISAL – BAHÍA
AN ANALYSIS OF THE EDUCATIONAL DIMENSION OF SOLIDARY RURAL CREDIT COOPERATIVES IN THE TERRITORY OF SISAL – BAHIA

203 **COMPÊNDIO DE AUTORES**
COMPENDIUM OF AUTHORS
COMPENDIO EDICIONES

222 **COMPÊNDIO DE EDIÇÕES**
COMPENDIUM OF EDITIONS
COMPENDIO EDICIONES

Apresentação

No início do segundo semestre de 2016 foi aberto uma chamada para os alunos do programa de pós-graduação TerritoriAL e para a comunidade acadêmica em geral e os artigos selecionados passaram por pareceristas em sistema de *blind review*.

Este dossiê da Revista NERA, marca a produção da primeira turma do Programa de Pós-Graduação “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” - TerritoriAL, vinculado ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, da Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho.

A proposta pedagógica do programa, visa o desenvolvimento do conhecimento, compartilhado entre a universidade e os movimentos socioterritoriais, sobre a problemática agrária na América Latina e Caribe.

O Programa TerritoriAL é fruto do convênio entre a UNESP, a Cátedra da Unesco em Educação no Campo e a Escola Nacional Florestan Fernandes.

Os alunos da primeira turma da pós-graduação, adotaram como identidade, o nome de José Mariátegui, homenageando o escritor peruano, que viveu entre o final do século XIX e o início do século XX. Sua obra analisa, sob o enfoque do materialismo histórico e dialético, o processo capitalista de apropriação e desenvolvimento territorial peruano, frente à uma herança indígena incaica, comunitária, de produção e organização agrária, em que abundava a produção de subsistência, coletiva e com forte vínculo com a terra (MARIÁTEGUI, 2007).

O desenvolvimento territorial da América Latina tem sido marcado por mudanças de paradigmas, na relação entre sociedade e a apropriação da terra. As civilizações Pré-Colombianas, Andinas e silvícolas, possuíam um modo de organização de seus territórios que foi radicalmente alterado, pela colonização europeia e o modelo mercantil implantado (GONÇALVES, 2012). Ao longo dos séculos, a América Latina foi sendo moldada por uma forma brutal do capitalismo de apropriação da terra. Entretanto, o sofrimento dos descendentes dos povos pré-colombianos, descendentes de africanos escravizados, de camponeses e assalariados, descendentes da mistura entre europeus, africanos e indígenas, provocou uma resistência que historicamente vem se organizando e se estruturando como movimentos sócio territoriais. Nos dias de hoje, a violência no campo contra camponeses, quilombolas e indígenas, a degradação ambiental, a falta de infraestrutura básica, o uso de agrotóxicos, a ciência e educação em favor do agronegócio, contrasta com as lutas dos movimentos sócio territoriais do campo, apoiadas pelas recentes políticas públicas, associadas à participação social, em níveis nacionais, regional e local, com o desenvolvimento de sistemas de políticas setoriais, de participação e/ou de informação. Dessa maneira o desenvolvimento territorial contemporâneo é resultante da hegemonia do capital transnacional e nacionais que produzem territórios-mercadoria e que por sua vez, se confrontam com ações

contra hegemônicas enraizadas por vezes em tradições e memórias pré-coloniais e por outras vezes em novas proposições tecno-científicas que se norteiam para um mundo justo, equitativo e ambientalmente saudável.

A ideia da adoção de um nome, no caso da primeira turma: José Mariátegui, para identificar uma turma, é coerente com a ideia de um trabalho coletivo, de turma, o que é *sui generis* em um programa de pós-graduação *strictu sensu*. Portanto, um dos resultados dessa coalisão entre os alunos, a UNESP, a Cátedra da UNESCO e a ENFF é a publicação desse dossiê da revista NERA.

Organizamos os artigos que caracterizam expõem as contradições do processo de desenvolvimento agrário no modo de produção capitalista no Brasil e em alguns países latino-americanos e artigos que apresentam estratégias de luta camponesa, sobretudo ancoradas em propostas educativas emancipatórias dos camponeses.

Os autores Adelson Rocha Lima, Eduardo Paulon Girardi, Daniel Mancio e Diorgines da Costa Lima apresentam o processo de desenvolvimento geopolítico adotado pelo setor de celulose e eucalipto na região norte do estado do Espírito Santo. Analisam as relações Inter escalares de poder que foi determinante na produção do espaço da região norte do estado do Espírito Santo. Demonstram pela análise da estrutura agrária, que o processo que vem ocorrendo é o da concentração fundiária, com a diminuição do número e extensão dos pequenos estabelecimentos e aumento dos médios e grandes. O artigo expõe além dos problemas sociais, os prejuízos ambientais resultantes do cultivo do eucalipto como os diversos tipos de desertificação causados pelo agronegócio do eucalipto e celulose.

Também tratando do processo de produção agrária no Espírito Santo, Paulo Cesar Aguiar faz uma abordagem histórica, desde o período colonial quando se deu a desterritorialização indígena, até os dias de hoje, com o predomínio do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. Demonstra a força do modelo capitalista no processo de produção territorial mediada pelo modelo técnico, cuja do lucro como motor desse processo, em detrimento de outros valores, tais quais, os presentes na vida de quem tem na terra, muito mais que seu sustento, mas sua identidade de vida.

Um dos conflitos que representam a luta entre camponeses e latifundiários no sertão nordestino é a luta pela terra e pela água. No caso do estado da Paraíba, Emília Rodat Fernandes Moreira, André Paulo dos Nascimento, Raisal Maria Regala, Ivan Targino, Juliana Fernandes Moreira e Pedro Costa Guedes Viana abordam os conflitos a partir de uma tipologia desenvolvida pela CPT que envolvem três tipos de conflitos: uso e preservação, Barragens e açudes e apropriação particular da água. Tratam a questão da água e a luta pela terra como temas indissociáveis e apontam a importância do estado, como mediador desses conflitos, sobretudo, como forma de empoderamento da luta camponesa.

Em outro Estado do Nordeste Brasileiro, Talles Adriano dos Reis e Lucas Barbosa Pelissari apresentam um estudo sobre a estrutura fundiária da Zona da Mata Pernambucana e demonstram o quão é contemporânea a concentração das terras na mão de grandes proprietários de terras. Também apresentam evidências que onde ocorrem os assentamentos resultantes a política de reforma agrária, os índices de distribuição de renda (GINI) apresentam melhor desempenho do que em regiões comparadas a essas. Todavia, argumentam que a realidade da Zona da Mata Pernambucana está longe de ser justa e equitativa do ponto de vista da renda e das condições de vida da população do campo. Essa insuficiência decorre das interrupções da política de reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura camponesa. Os autores finalizam indicando que os avanços não ocorrerão por benevolência do estado e do capital.

A expressão do capitalismo no processo de estruturação territorial é apresentada por Lívia Morena que expõe inserção do Haiti na lógica do capitalismo globalizado, definindo-se sua posição na divisão espacial do trabalho como um país periférico, inicialmente subjugado pela hegemonia francesa no período colonial, em associação com a elite haitiana e mais recentemente sob influência da hegemonia Norte Americana com apoio da Cooperação Internacional.

Ener Vaneski Filho e Nashieli Rangel Loera elaboraram uma revisão bibliográfica sobre trabalhadores sem terra do Brasil e do Paraguai e do processo das lutas e assentamentos desses trabalhadores em ambos países. Apresenta os conflitos e repressões sofridas, com base em relatos da vida cotidiana desses trabalhadores no Brasil e no Paraguai expondo as especificidades dessa luta em uma região fronteiriça.

A juventude camponesa, filhos de camponeses que se veem em um dilema entre a urbanização e o desejo de manterem o vínculo com a terra. Esse é o tema abordado por Gabriela Troillo e Maria Nalva Rodrigues Araújo apresentam as soluções de resistência de jovens sertanejos, que buscam a desintermediação da cadeia produtiva agrária como forma de viabilização econômica e social. Como estratégia fundamental o autor indica que a organização comunitária como meio de viabilização da estruturação de uma cadeia produtiva viável que une produtores e consumidores promovendo-se o desenvolvimento social e a soberania alimentar.

Jailton dos Santos Andrade e Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes enfocam em seu trabalho as demandas e pressões populares por uma educação pública e emancipatória, no campo. Discutem a Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE) que oferece educação contextualizada na realidade local e profundamente comprometida com o desenvolvimento do semiárido brasileiro, ainda marcado pela estrutura fundiária de grande concentração de terras na mão de latifundiários. Dilemas seculares, ainda tão atuais.

Gracieda dos Santos Araújo e Pedro Ivan Christoffoli discutem a educação no campo como instrumento de luta camponesa na Bahia, sobretudo daqueles envolvidos na produção de sisal. Trata da organização cooperativada dos produtores de sisal e da perspectiva da economia solidária. Trata da educação em duas vertentes: uma na perspectiva de integração a lógica capitalista e outra como instrumento das lutas sociais de transformação social.

Com esse dossiê pretende-se expor publicamente a realidade conhecida por alguns alunos, representantes dos movimentos sociais do campo, em diálogo com os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe – TerritoriAL. A intenção é a de publicarmos futuramente, novos trabalhos que possam inspirar as transformações sociais e territoriais na direção de um Brasil e América Latina mais justos e equitativos.

Davis Gruber Sansolo

Referências

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 9, n. 1, | 2012.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, Colección Clásica, No. 69, 2007.

IMPACTOS DA MONOCULTURA DE EUCALIPTO SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE E CENTRAL DO ESPÍRITO SANTO¹

Adelso Rocha Lima

Graduação e mestrado em geografia, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).
e mail : adelso.lima70@gmail.com

Eduardo Paulon Girardi

Docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP)
Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
e mail: epgirardi@me.com

Daniel Mancio

Docente da Universidade Federal do Espírito Santo
e mail: danielmancio3@gmail.com

Diorgines da Costa Nunes

Graduado em engenharia florestal e mestrado profissional em agrossistema pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
e mail: diorginesn@yahoo.com.br

Resumo

A implantação de monocultivos de eucalipto para a produção de papel e celulose, considerado pela elite como desenvolvimento, provocou impactos no Espírito Santo, principalmente na região norte e central do estado, nas mais diversas dimensões, como é o caso da concentração da terra e da produção, da reduzida geração de postos de trabalho, principalmente no campo, no uso indiscriminado da água e do bloqueio à reforma agrária. Enquanto foram construídos territórios desses grandes projetos, a população, a floresta e os demais bens da natureza sofreram um processo de exploração, expropriação e extermínio, transformando floresta de Mata Atlântica diversificada em imensas áreas de pastagens e monocultivo de eucalipto, as quais constituem o que se chama *deserto verde*. O avanço da territorialização da monocultura de eucalipto ocorreu simultaneamente com a desterritorialização dos camponeses. A reforma agrária popular não apenas se contrapõe a esse projeto de monocultivos, mas enquanto projeto dos camponeses, apresenta-se como um dos pilares para um novo território e uma nova sociedade. Através de pesquisa bibliográfica, resultado da dissertação de mestrado, este artigo apresenta e confronta modelos divergentes de desenvolvimento e suas implicações para o conjunto da sociedade.

Palavras-chave: Espírito Santo; monocultura de eucalipto; papel e celulose; reforma agrária.

Impactos del monocultivo de eucalipto en la estructura agraria en las regiones del norte y central del Espírito Santo

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “Territorialização da monocultura de eucalipto e os impactos sobre a estrutura agrária no Norte do Espírito Santo” - pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Resumen

La implantación de los monocultivos de eucalipto para la producción de celulosa y papel, visto por la élite como desarrollo, causa impactos en el Espírito Santo, Brasil, principalmente en la región norte y centro del estado, en varias dimensiones. Entre ellos, la concentración de la tierra y de la producción, la generación reducida de puestos de trabajo, principalmente en el campo, el uso indiscriminado de agua y lo bloqueo para la reforma agraria. Mientras la construcción de los territorios de los grandes proyectos, la población, los bosques y otros bienes de la naturaleza se sometió a un proceso de explotación, el despojo y exterminio, convirtiendo el diverso bosque tropical en vastas zonas de pastos y monocultivos de eucalipto, que llamamos Desierto verde. La evolución de monocultivo de eucalipto se produjo simultáneamente con el despojo del campesinado. La reforma agraria popular no sólo contrarresta este proyecto, sino como un proyecto de los campesinos, se presenta como uno de los pilares para un nuevo territorio y una nueva sociedad. Por medio de búsqueda bibliográfica, resultado de la disertación de Maestría, este artículo presenta y se enfrenta a los modelos de desarrollo divergentes y sus implicaciones para el conjunto de la sociedad.

Palabras llaves: Espírito Santo; monoculturas de eucalipto; celulosa y papel; reforma agraria.

Impacts of eucalyptus monoculture on the agrarian structure in the northern and central regions of Espírito Santo

Abstract

The implantation of eucalyptus monocultures for the production of cellulose and paper, seen by the elite as development, promoted impacts in the Espírito Santo/Brazil, mainly in the northern and central region of the state, in several dimensions. Among them, the concentration of land and production, the reduced generation of jobs, mainly in the field, the indiscriminate use of water and the blocks to land reform in the region. While were built territories of such large projects, the population, forest and other resources of nature underwent a process of exploitation, dispossession and extermination, turning a diversified Atlantic Forest in vast areas of pastures and eucalyptus monocultures plantations, which we called Green Desert. The progress of eucalyptus monoculture territorialization occurred simultaneously with the dispossession of the peasantry. The popular agrarian reform does not only counteract this monocultures project, but as a project of the peasants, is presented as one of the pillars for a new territory and a new society. Trough bibliographic research, result of Master's thesis, this paper presents and confronts divergent models of development and its implications for society as a whole.

Key Words: Espírito Santo; eucalyptus monocultures; cellulose and paper; agrarian reform.

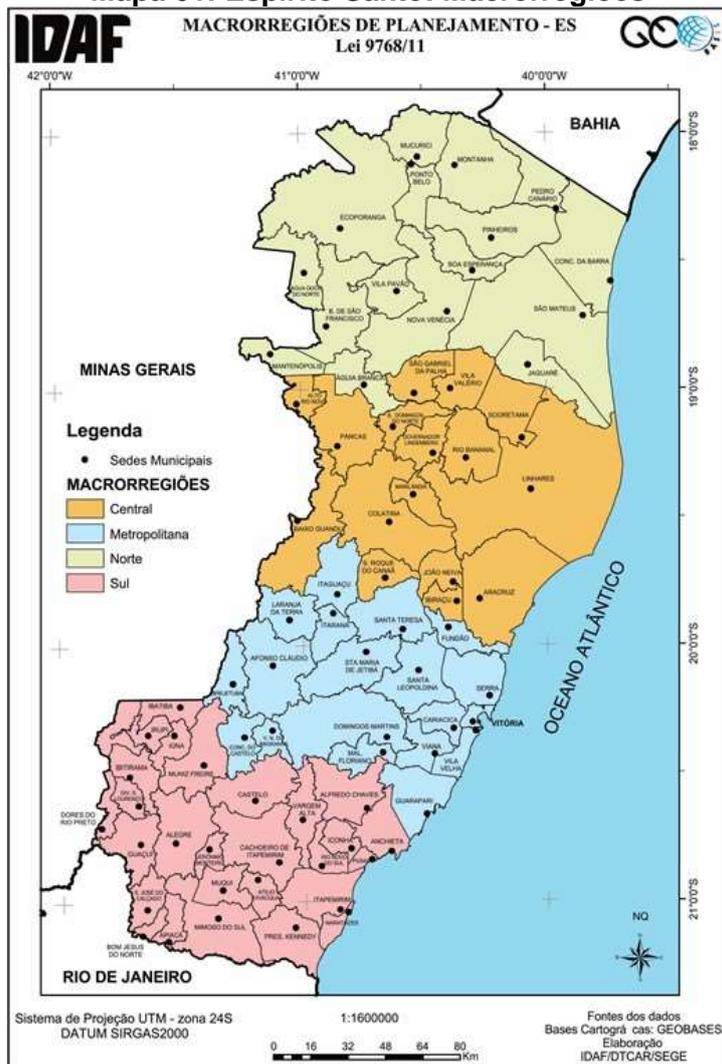
Introdução

Este artigo analisa os impactos que a monocultura de eucalipto tem provocado sobre a estrutura agrária no Espírito Santo, com destaque às macrorregiões norte e central, a partir do final da década de 1960 aos dias atuais (2015/2016). Partimos de uma abordagem que retrata o processo de colonização e o papel do Estado na implementação dos grandes projetos, período em que o Brasil vivia o processo de regime ditatorial militar

(década de 1960/70). Em seguida fazemos uma análise a partir da geopolítica do setor celulósico e papelero, da escala mundial à regional. Na abordagem em relação aos impactos da monocultura de eucalipto, demos destaque à concentração da terra; na relação da concentração da produção agropecuária e a monocultura de eucaliptos, à relação entre a expansão da monocultura de eucalipto e a (não) geração de postos de trabalho, principalmente no campo; ao uso indiscriminado de água, tanto nos monocultivos quanto no processo industrial; à formação dos chamados desertos verdes; e ao bloqueio à realização da reforma agrária. Nas considerações finais, a reforma agrária é colocada enquanto um dos pilares que, além de contrapor os monocultivos de eucalipto, se apresenta como um novo território para uma nova sociedade.

O papel do Estado na implantação dos grandes projetos

As regiões norte e central do Espírito Santo possuem algumas características singulares no contexto nacional e também em relação às demais regiões do estado.

Mapa 01: Espírito Santo: Macrorregiões

Fonte: Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF).

Considerando que a relação entre a Colônia e a Metrôpole (sec. XVI a XIX) ocorria de forma exploratória da primeira em benefício da segunda, as regiões norte e central do Espírito Santo foram favorecidas, permitindo que até o início do século XX, a Floresta Tropical Atlântica fosse preservada, com a permanência das comunidades indígenas, considerada por Ehrenreich (2014) como a última resistência indígena no litoral brasileiro.

Com exceção dos poucos e descontínuos povoados, vilas e cidades de origem colonial que margeavam o litoral – como o caso de São Mateus e Conceição da Barra – a grande extensão capixaba ao norte do Rio Doce era ainda, até o início do ano de 1900, considerada uma zona tampão (BERNARDO NETO, 2012), ao cumprir a função de proteger a entrada de estrangeiros na região de mineração, no interior de Minas Gerais.

Segundo Bernardo Neto (2012), até o ano de 1850, a territorialização por população não indígena no Espírito Santo se restringia ao litoral do estado; e até o ano de 1900, avançou ao interior, ao sul do Rio Doce. Até esse período, no norte do estado essa

territorialização margeava o litoral, se restringindo aos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, se estendendo pelo interior do estado até a proximidade do atual município de Nova Venécia, pelo Rio São Mateus, e pela margem esquerda do Rio Doce, onde atualmente se encontra a cidade de Linhares.

Porém, é necessário considerar que essa territorialização avançou desterritorializando os indígenas - Puri, ao sul, Krenak e Pojichá, ao norte do Rio Doce - e não em um “vazio demográfico”, como evidencia DARÉ (2010). Avançar sobre territórios comunais foi prática comum no processo de colonização europeia, que ideologicamente considerava desocupada toda a extensão territorial da América Latina, invisibilizando a população residente (e resistente), como os astecas, maias, incas, chimus, aimarás, chibchas, entre outros, homogeneizando todos como “índios” (LANDER, 2005; QUIJANO, 2005). A invisibilização da população nativa justificava a territorialização inter e intraestadual, a partir de 1900, como tem ocorrido no período mais recente, no processo de implantação e expansão dos monocultivos de eucalipto sobre as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, (BERNARDO NETO, 2012; FERREIRA, 2002; LANDER, 2005).

No norte do estado, a área limítrofe com Minas Gerais era considerada por vários autores e governadores como um “vazio demográfico”, como é o caso de Buffom (1992), Campos (2013), dentre outros. Considerada como uma “região desabitada” e “vazia”, com grande quantidade de terras devolutas e de uso comunal, justificava a implantação de novos projetos. Ocultando a violência e a barbárie, buscava justificar a migração, a expansão das atividades de pecuária extensiva, assim como a implementação de projetos de monocultivos de eucalipto (década de 1960/70), sob a ótica capitalista de produção. Moreira (2000), ao abordar o “vazio demográfico”, questiona:

Como um passe de mágica, as exuberantes florestas habitadas pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gente, graças ao poder imagético do conceito de ‘vazios demográficos’ [...]. É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo do século XIX como um enorme ‘vazio demográfico’, totalmente disponível à ação colonizadora oficial e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX, a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época (MOREIRA, 2000, p.138-139, grifo do autor).

Ehrenreich (2014), no relato da viagem ao Rio Doce do Espírito Santo e Minas Gerais em 1884, retrata as atrocidades cometidas pelos imigrantes aos nativos, com o intuito de afugentá-los e/ou dizimá-los. Afirma o autor que, segundo relato de outros europeus que fizeram viagens ao Rio Doce:

[...] foram jogadas nas mãos dos selvagens peças de vestuário de pessoas acometidas de varíola, visando alastrar essa peste no seu meio [...] eu mesmo ouvi uma conversa numa localidade, se não seria recomendado

distribuir cachaça envenenada para os bugres bravos! (EHRENREICH, 2014, p.46).

Apropriação e expropriação, através da guerra biológica, foram utilizadas para desalojar os selvagens (os da selva) e desbravar (tirar a bravura), para construir novo território, o do capital, desterritorializando os nativos e sua forma comunal de posse e uso da terra.

No contexto do regime militar (com a repressão contra os trabalhadores organizados e contra os camponeses) os grandes projetos de desenvolvimento foram implantados no Espírito Santo com a chamada “revolução verde”, implantando capital no campo, alterando a estrutura agrária capixaba (DARÉ, 2010).

Esses projetos implicaram em uma nova reestruturação política, econômica, social e ambiental no Espírito Santo. A instalação e funcionamento desses grandes projetos, principalmente na região metropolitana da Grande Vitória (RMGV), serviram de atrativo para a migração de grande parcela da população, a qual, em boa parte, foi inserida no processo produtivo e outra formou o exército industrial de reserva, garantindo baixos salários aos trabalhadores. O Estado cumpriu seu papel fundamental a serviço do capital, criando mecanismos financeiros e reformulando a máquina administrativa entre outras ações a serviço do projeto de desenvolvimento industrial (ESPIRITO SANTO 2030, 2013).

Foi construído no estado, nesse período, um arcabouço político, jurídico, técnico e ideológico para garantir a implantação dos projetos desenvolvimentistas (DARÉ, 2010). Para Peet (2007, p.25), fundamentado em Gramsci (1971), esse processo ocorre a partir da hegemonia do capital sobre os trabalhadores, que quer dizer a “produção cultural de sistemas de valores, atitudes, crenças e moralidade que dão suporte para a ordem social existente e o modo de vida prescrito”. Os projetos concebidos, implementados e em implementação, precisam aparecer na sociedade como se fossem uma demanda comum a todos. Isso dispensa a coerção física, a partir do aparelho repressivo do Estado que a utiliza em alguns períodos e localidades, como ocorrido com mais intensidade no regime militar (1964-1985) no Brasil, concomitante ao início da implementação dos grandes projetos (DARÉ, 2010; GOMES, 2011).

A década de 1970 foi o auge de implantação dos grandes projetos industriais, juntamente com o processo de erradicação dos cafezais, que garantiu uma ampla mudança estrutural no Espírito Santo. O processo de erradicação do café no estado destruiu 60 mil postos de trabalho, forçando a migração da população do campo (DARÉ, 2010). Nesse período, a população dos municípios da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Viana, Cariacica e Serra - ano de 1970-1980), de acordo com os censos demográficos desses anos, passou

de 418.273 para 753.959 habitantes, incorporando 335.686 habitantes, mas poucos foram inseridos no mercado de trabalho nos grandes projetos (IBGE, 1970; 1980)

Foram investidos 5,555 bilhões de dólares nesses grandes projetos que geraram 20.875 empregos diretos. Desse total, 80,4% dos investimentos e 73,8% dos empregos foram concentrados na RMGV. Podemos afirmar, portanto, que o modelo industrial implantado no estado, altamente especializado e voltado para o mercado externo, não absorveu a força de trabalho expulsa do campo. Para cada emprego gerado foram investidos em média 266,1 mil dólares, sendo que na região da Grande Vitória esse valor subiu para 290 mil dólares e nos demais municípios ficou em 198,7 mil dólares. O complexo siderúrgico foi o de mais alto valor por emprego, pois foram necessários 432,5 mil dólares para cada emprego direto gerado (FORTUNATO, 2011).

O Golpe de Estado, que perdurou por 21 anos e o golpe nos camponeses – a partir da ideologia desenvolvimentista da década de 1960 que através da erradicação dos cafezais, expulsou pessoas do campo – liberaram área para o capital local e internacional, formando o exército industrial de reserva. A partir das metas de diversificação e desenvolvimento econômico, contraditoriamente, no campo, foram implementadas atividades econômicas especializadas, principalmente a produção de eucalipto, pecuária e cana-de-açúcar as quais provocaram o declínio das lavouras tradicionais alimentícias, como foi o caso do milho, feijão, mandioca e arroz, configurando uma estrutura fundiária concentrada, gerando conflitos entre camponeses e o agronegócio na atualidade (DARÉ, 2010). O setor do papel e celulose é um desses ramos do agronegócio que mais tem impactado e gerado conflitos.

No caso do complexo paraquímico ou cadeia produtiva de papel e celulose, além da indústria e porto, foi necessária uma grande área para a produção do eucalipto a partir dos monocultivos o que impactou profundamente a estrutura fundiária estadual. Implantada principalmente sobre os territórios de uso comunal (quilombolas e indígenas), a Aracruz Celulose (hoje Fibria) se apropriou inicialmente de mais de 100 mil hectares nesse período e ampliou essa área no decorrer do tempo (GOMES, 2011).

A geopolítica do setor celulósico e papelero

Até a década de 1960, a produção de papel, assim como a origem da matéria-prima, que tinha na madeira sua principal fonte, concentrava-se no Hemisfério Norte, com 85% da produção de papel e polpa de celulose na Europa e América do Norte. Os bosques do norte (extremo norte da Europa e América do Norte), com coníferas, faziam com que a indústria não dependesse de monoculturas arbóreas, como na atualidade.

Diversos fatores contribuíram para a nova configuração da produção de papel e celulose no mundo, a partir da década de 1960. A onda de movimentos ambientalistas questionava tanto a devastação florestal, quanto a poluição no processo de produção industrial. Isso fez com que, mantendo o monopólio da produção de papel e celulose nos países do Hemisfério Norte, as plantas industriais e a produção de madeira em grande escala fossem sendo expandidas aos países do Hemisfério Sul. O uso do eucalipto com fibras curtas, destinado principalmente à produção de papel fino (para impressão, fax, impressão de alta qualidade, entre outros), fez com que essa espécie florestal se tornasse monocultivo de grande extensão para abastecer as indústrias. As “ameaças comunistas” da antiga União Soviética e da China, obrigaram os Estados Unidos a fazer investimentos políticos e econômicos na formação de monoculturas em larga escala para a produção de papel para a imprensa. Além disso, com a exploração intensiva das florestas do Hemisfério Norte, essas entravam em declínio e se tornavam insuficientes ao abastecimento das plantas industriais. No decorrer desse processo, outros fatores não menos importantes, como o preço da terra, a flexibilização das leis ambientais, as leis trabalhistas, os incentivos fiscais, dentre outros, contribuíram para a definição dos países do Sul como destino da instalação das plantas industriais e das extensivas monoculturas fornecedoras de matéria-prima para a produção industrial (BARCELOS, 2010).

A média mundial de consumo de papel anual é de 58 kg por pessoa (BARCELOS, 2010). Porém, os países do Norte são os responsáveis pela elevação desse consumo, liderado pela Finlândia (329,9 kg/hab/ano), EUA (300,6 kg/hab/ano) e Alemanha (253,1 kg/hab/ano). No Brasil, o consumo *per capita* foi de 41,2 por ano. Apenas 1/3 do consumo de papel no mundo é utilizado para imprimir e escrever, sendo a maior parte utilizada para publicidade e embalagens, conforme quadro 01

Quadro 01: Produção e destinação de papel no Brasil e no mundo.

Produção mundial e brasileira de papel por categorias (2006)				
Categoria	Mundo		Brasil	
	Milhões de toneladas	%	Em toneladas	%
Embalagem	139,655	36,5	4.231.216	48,5
Imprimir e Escrever	116,964	30,6	2.551.307	29,2
Imprensa	38,961	10,2	135.084	1,5
Sanitários	26,1	6,8	787.417	9,0
Outros	60,968	15,9	1.019.607	11,7
Total	382,689	100,0	8.724.631	100,0

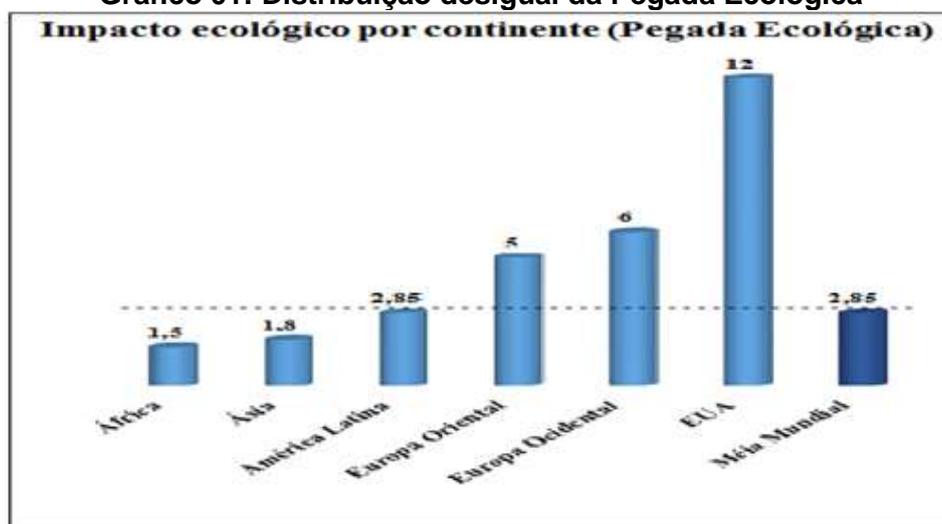
Fonte: VITAL (2008); Org.: LIMA (2016).

Em nível mundial, 46,7% de todo papel produzido é destinado a embalagens e uso na imprensa. No Brasil essas duas categorias são responsáveis por 50% de todo papel produzido. A categoria que mais elevou sua produção no período de 2000-2006 foi a de

papéis tissue ou sanitário, com uma taxa geométrica de crescimento de 4,35% ao ano, à frente do papel de embalagem, que teve sua taxa geométrica de crescimento em 3,66% ao ano. Os EUA possuem a maior média mundial de consumo *per capita* de papel sanitário, 23 kg/hab/ano, mais de cinco vezes a média mundial que é de 4 kg/hab/ano (VITAL, 2008).

Em nível mundial, há uma distribuição desigual da Pegada Ecológica, que corresponde a uma unidade de área de terra biologicamente em condições de produzir alimentos e também a madeira que a população consome, além da infraestrutura que utiliza, assim como a absorção de CO² produzido pela queima de combustíveis fósseis, que corresponde a hectare global (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Gráfico 01: Distribuição desigual da Pegada Ecológica



Fonte: Porto-Gonçalves (2015); Org.: LIMA (2016).

Como explicita o gráfico anterior, enquanto a África e a Ásia possuem uma Pegada Ecológica abaixo da média mundial, que é de 2,85 hectares por habitante, a Europa (Oriental e Ocidental) e EUA estão acima dessa média. Os EUA possuem uma Pegada Ecológica de 12 hectares por habitante, 421% acima da média mundial. Se todas as pessoas do mundo, hoje, tivessem uma Pegada Ecológica *per capita* igual aos habitantes dos EUA, precisaríamos de 3,9 planetas para suprir essa demanda, o que não é possível.

Tomando como exemplo o consumo de papel, para percebermos a disparidade entre os maiores consumidores mundiais e os demais países, percebemos que é insustentável ecologicamente. São 23,3% da população mundial (China e EUA) consumindo 42,3% de todo o papel produzido mundialmente, principalmente papéis descartáveis, os que mais cresceram em consumo nos últimos anos. É um estilo de vida impossível de ser praticado em todos os países, pois está baseado na exploração da população e bens da natureza dos demais países. É um modelo não universalizável (PORTO-GONÇALVES, 2015; VITAL, 2008).

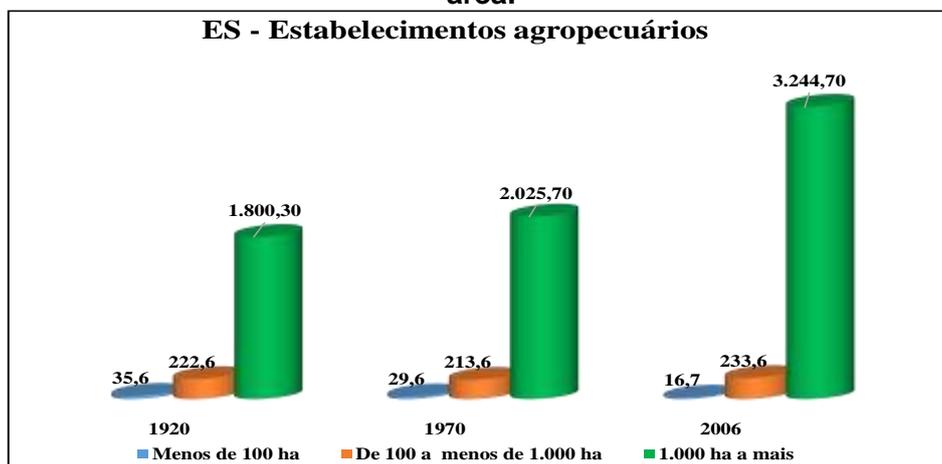
A região norte e central do Espírito Santo sob os impactos da monocultura de eucalipto

A concentração da terra

A concentração da terra no Espírito Santo, com maior intensidade no norte e centro do estado e seus respectivos conflitos estão intrinsecamente relacionados à instalação dos chamados grande projetos de desenvolvimento.

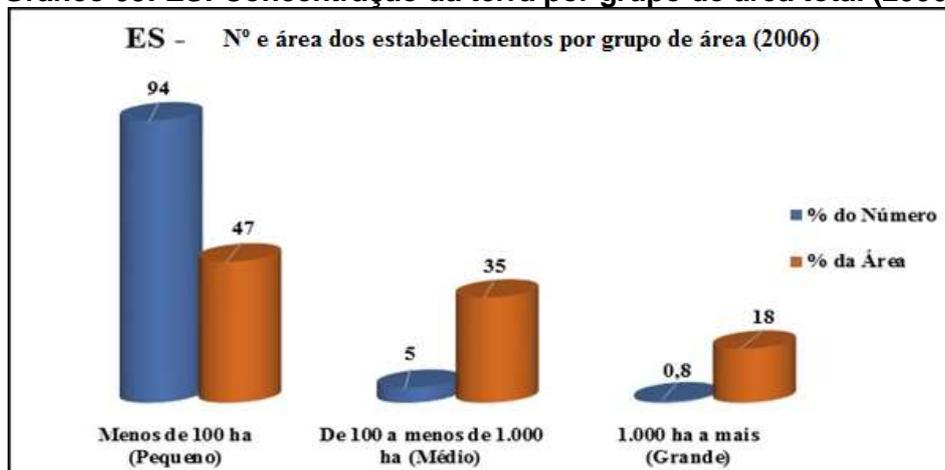
Os gráficos a seguir evidenciam a evolução da concentração da terra no estado. O primeiro destaca a evolução da área média por grupo de área e o segundo a diferente concentração por número e área no ano de 2006.

Gráfico 02: Espírito Santo: Evolução da área média por estabelecimento por grupo de área.



Fonte: IBGE - Censos agropecuários (1920, 1970 e 2006); Org.: LIMA (2016).

Gráfico 03: ES: Concentração da terra por grupo de área total (2006).

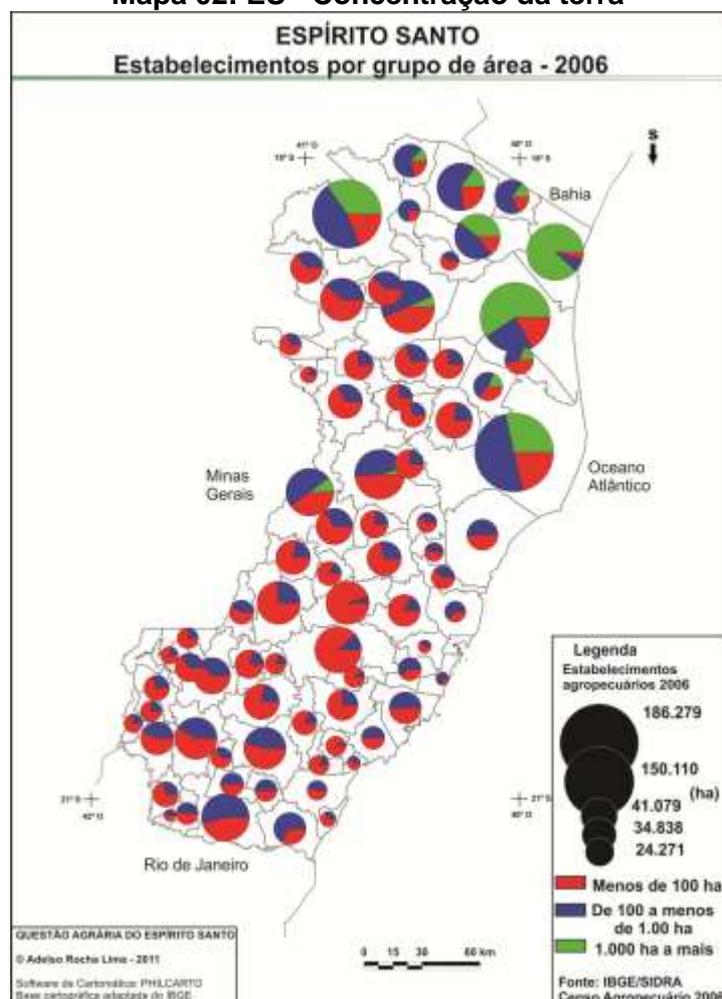


Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006); Org.: LIMA (2016).

Nos três períodos (1920, 1970 e 2006), constatamos que houve ampliação da área média dos grandes estabelecimentos, enquanto os pequenos sofreram redução nesse período, apontando, portanto, que a concentração fundiária foi crescente, revelando uma possível absorção dos pequenos estabelecimentos pelos médios e grandes.

No segundo gráfico verifica-se que os pequenos estabelecimentos (menos de 100 ha) são a maioria em número (94%), mas é baixa sua participação em relação à área (47%). Os médios e grandes estabelecimentos, com pouco mais de 5% em número possuem mais de 50% da área. O mapa a seguir constata o grau de concentração da terra por município capixaba no ano de 2006, a partir dos estabelecimentos agropecuários.

Mapa 02: ES - Concentração da terra



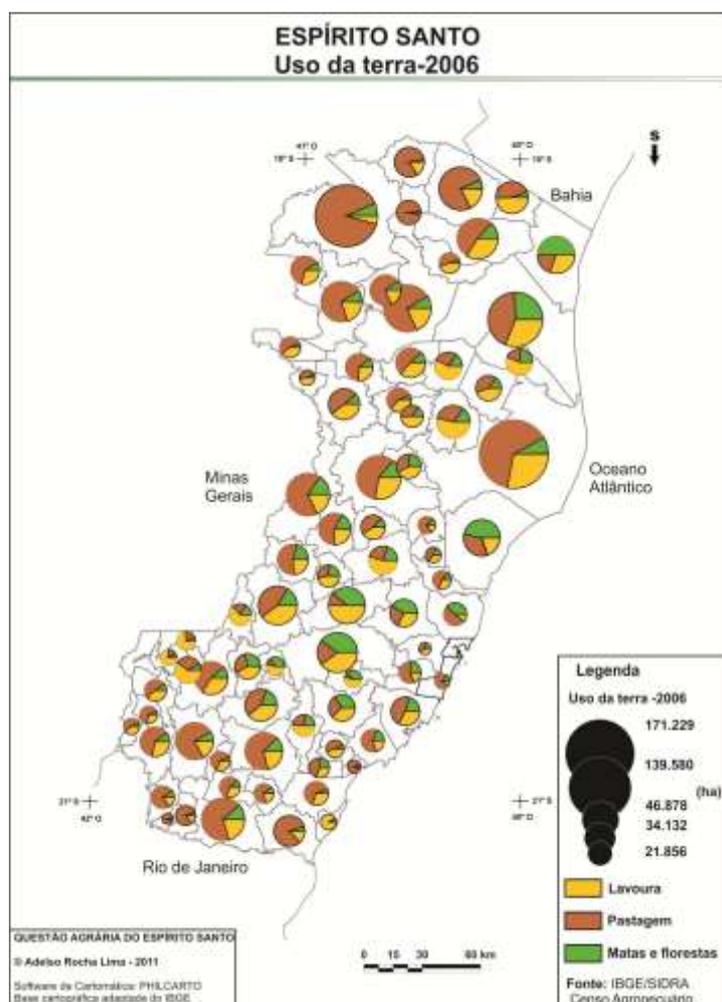
Verificamos no mapa 02 que a concentração da terra, a partir dos grandes estabelecimentos agropecuários, está em diversos municípios, porém, é no norte e centro do estado, principalmente nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus (litoral norte) que a concentração é mais intensa, onde os grandes estabelecimentos ocupam 88,2% e 59,4% da área de cada um desses municípios, respectivamente. Os médios

estabelecimentos estão em quase todos os municípios. Os pequenos estabelecimentos estão em todo o estado, mas é na região metropolitana e sul do estado que estes representam um maior percentual de área por município.

A concentração da produção e o monocultivos de eucalipto

A concentração da terra está associada, entre outros fatores, à concentração da produção agropecuária. O Censo Agropecuário de 2006 revela que 47,22% da área dos estabelecimentos agropecuários estava ocupada com pastagem; 26,5% com lavouras e 20,63% ocupada com “matas e florestas” (Mapa 03). O IBGE considera a monocultura de eucalipto como “floresta plantada”.

Mapa 03: ES: Uso da terra com lavouras, pastagens e matas e florestas (2006)



Fonte: LIMA (2011), p. 55.

A participação das áreas de pastagens presentes na maioria dos municípios capixabas, é mais evidente no norte e sul do estado. Mas quatro municípios ao norte e centro do estado (Ecoporanga, Linhares, Nova Venécia e Montanha) respondem por 26%

dos 1,34 milhões de hectares de pastagem e por 26,3% dos 2,29 milhões de cabeças de bovinos no estado. Ressalta Bernardo Neto (2012) que a pecuária de corte no Brasil é uma das atividades agropecuárias que menos geram emprego, pois, para cada 100 ha de pecuária bovina de corte, é gerado apenas 0,24 emprego por ano, ou um emprego para mais de 400 hectares.

É comum ouvir ou ler afirmações de que as terras no Espírito Santo possuem “aptidão” ou “vocação” para o cultivo “florestal”, como   o caso do Centro de Desenvolvimento do Agronegócio (CEDAGRO²), no estudo publicado em 2011: “O Espírito Santo tem boa aptidão para o cultivo florestal representando 30% das terras agricultáveis do Estado, o que corresponde a cerca de 900 mil hectares de terras com voca o preferencial” (p.3). Defender a “aptidão” para o plantio “florestal” enquanto sin nimo de monocultivo de eucalipto   uma das formas de naturalizar política, econômica e socialmente os processos de implanta o e expansão dos monocultivos. As justificativas para a implanta o e manuten o dos grandes projetos são construídas e defendidas com arcabouços teóricos, jurídicos, políticos e sociais. Aquilo que na essência   uma necessidade do capital – a acumula o e reprodu o capitalista – aparece como necessidade da sociedade.

  nesse sentido que a monocultura de eucalipto avança sobre as terras agricultáveis no Espírito Santo. São 249.621 ha com monocultivo de árvores, sendo 99,3% de eucalipto (247,9 ha) e os outros 0,7% com pinus e outras espécies (IBGE, 2014), colocando o Espírito Santo na 8^a posi o nacional entre os estados com maior área de eucalipto do Brasil. Ao considerar a propor o de área com eucalipto em rela o   área total dos estabelecimentos agropecuários em cada estado, o Espírito Santo possui a maior proporcionalidade de  rea. Segundo o IBGE (2014), o monocultivo de eucalipto no Brasil ocupa 2,1% da área dos estabelecimentos agropecuários. No Espírito Santo, essa mesma monocultura ocupa 8,7% da área dos estabelecimentos agropecuários, 4,1 vezes acima da média nacional.

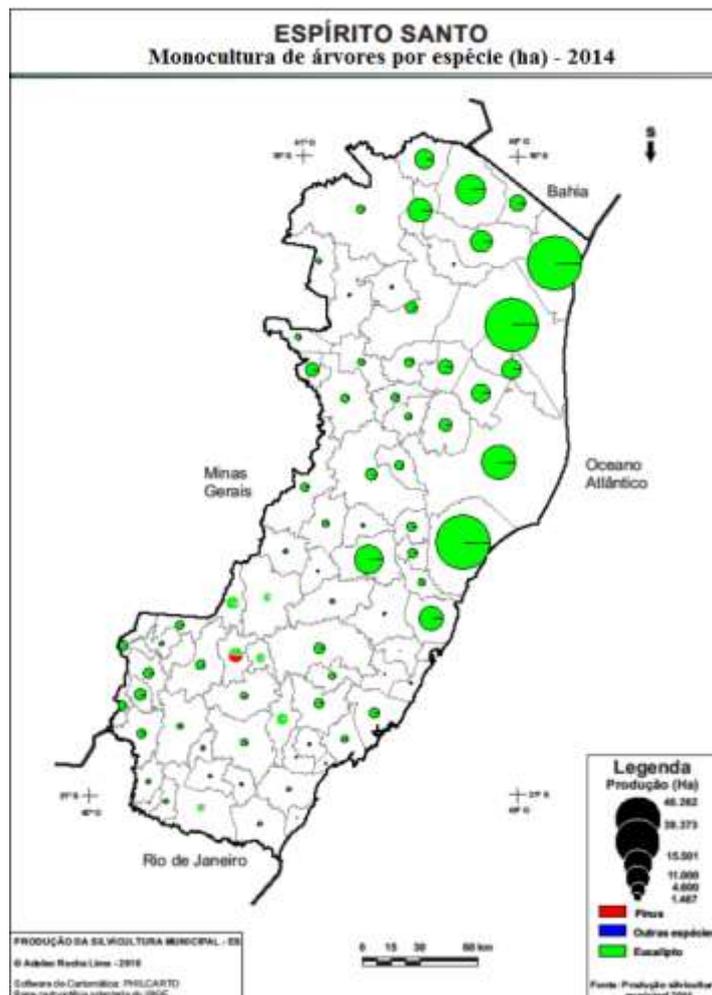
Muitas famílias foram expropriadas de suas terras, a Mata Atlântica e áreas com o cultivo de alimento foram suprimidas para dar lugar ao monocultivo de eucalipto. Houve uma redu o das áreas com produ o alimentícia e amplia o de monocultura de cana-de-açúcar e eucalipto (LIMA, 2011).

² A CEDAGRO, organiza o não governamental, criada no ano de 2004, com sede em Vitória/ES, tem por finalidade básica a defesa, a promo o e o fortalecimento do agronegócio. Compõem essa ONG, 26 empresas do ramo do agronegócio, sendo 21 com sede no Espírito Santo.

Gráfico 04: ES: Evolução dos municípios com produção de madeira em tora para produção de papel e celulose (1990-2014).

Fonte: IBGE - Produção da silvicultura municipal; Org.: LIMA (2016).

No ano de 1990, havia, no Espírito Santo, seis municípios com produção de madeira em tora para papel e celulose. No ano de 2014, esse número foi elevado para 60 municípios, dos 78 existentes – de 7% para 76,9% –, com produção de madeira em tora para papel e celulose, com maior expressividade no norte e centro do estado. Merece considerar que, no Espírito Santo, a monocultura de eucalipto tem como destino prioritário a produção de papel e celulose. Enquanto na escala nacional (ano de 2014) 58,3% da produção de madeira em tora foi destinada à produção de papel e celulose, no Espírito Santo 82,2% dessa produção teve esse mesmo destino. Nesse mesmo período, em escala nacional, o eucalipto representa 74,2% da área de monocultivos de árvores, enquanto no estado, o eucalipto representa 99,3% da área com monocultivo de árvores (Mapa 04).

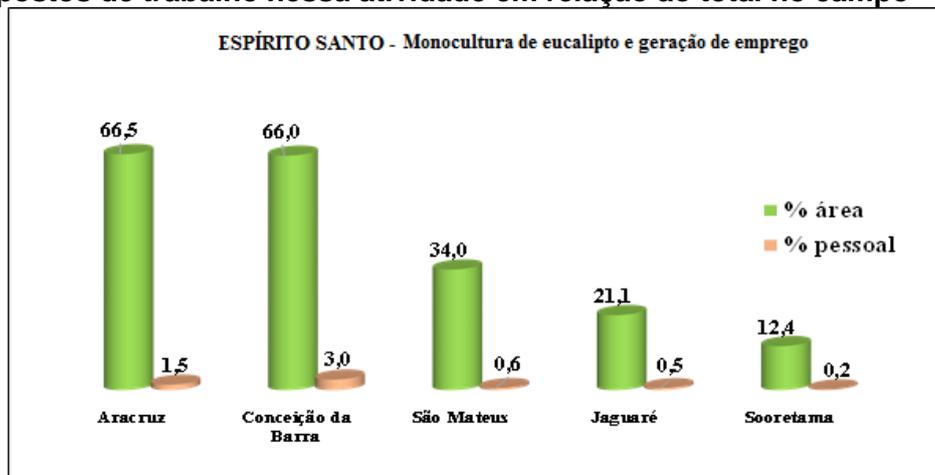
Mapa 04: Espírito Santo: Monocultura de árvores (HA) - 2014.

Fonte: IBGE - Produção da silvicultura municipal; Org.: LIMA (2016).

Monocultura de eucalipto e a (não) geração de postos de trabalho

Para analisar a geração de postos de trabalho na monocultura de eucalipto, tomamos como referência cinco municípios que possuem a maior participação relativa da área dos estabelecimentos agropecuários com monocultivos de árvores e o número de pessoas ocupadas com essas atividades por município.

Gráfico 05: Espírito Santo: Relação dos municípios com maior porcentagem de área dos estabelecimentos agropecuários com monocultura de eucalipto e porcentagem de postos de trabalho nessa atividade em relação ao total no campo - 2006.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo agropecuário (2006); Org.: LIMA (2016).

A área ocupada com monocultura de eucalipto por município no Espírito Santo é desproporcional ao número de postos de trabalho nessa atividade. Todos os cinco municípios com maior percentual de área de monocultivo de árvores, estão no norte e centro do estado, incluindo o município de Aracruz onde se encontra a indústria da Fibria, conforme o Censo Agropecuário de 2006. No município de Aracruz, a monocultura de eucalipto ocupa 66,5% da área dos estabelecimentos agropecuários e os postos de trabalho nessa atividade representam apenas 1,5% do total dos postos de trabalho no campo. Para efeito de comparação, tomamos dois desses municípios, os quais estão entre aqueles que possuem maior número de famílias assentadas no estado. Conceição da Barra e São Mateus possuem, respectivamente, 240 e 350 famílias assentadas em 2.703,76 e 3.793,15 hectares de terra, resultado da luta dos camponeses e apoio da classe trabalhadora (INCRA, 2014). Considerando apenas dois postos de trabalho no campo para cada família assentada, são 1.180 postos de trabalho em 6.496,91 hectares. Uma média de 5,51 hectares para cada posto de trabalho. Nesses mesmos dois municípios, a monocultura de eucalipto ocupa respectivamente 65.140 e 50.989 hectares e ocupa apenas 124 postos de trabalho no campo, correspondendo uma média de 936,52 hectares para posto de trabalho no campo (IBGE, 2006).

Os camponeses subordinados a essa ofensiva concentradora enfrentam cotidianamente seus impactos. Em função de ocupar imensas áreas e não gerar emprego, a monocultura de eucalipto desterritorializa os camponeses, expulsando-os do campo. A formação desses desertos verdes de eucalipto tem impactado a sociedade de modo geral (a partir do esvaziamento do campo e do inchaço urbano, da poluição ambiental, entre outros) e os camponeses, em específico, com maior intensidade (GOMES, 2011).

O uso indiscriminado de água

A água é um bem natural de acesso a todos, mas para a empresa, é um recurso de uso em grande quantidade no processo de produção, desde os viveiros de mudas até a produção final, passando pelos plantios. Além da poluição de cursos d'água, com o uso de agrotóxicos, há o plantio desse monocultivo em áreas de nascentes e Área de Preservação Permanente (APP), assoreamento de córregos e rios, a partir da exposição do solo, principalmente na construção de estradas para o transporte de madeira (BINKOWSKL, 2014; FERREIRA, 2002). Bacias hidrográficas inteiras, como a do Rio Riacho, no município de Aracruz, monopolizada pela Fibria para monoculturas de árvores, além de desvio de curso d'água, como é o caso do Canal Caboclo Bernardo, desviando grande volume de água do Rio Doce no município de Linhares, para abastecer a fábrica no município de Aracruz. Na indústria, a empresa consome em torno de 30,7m³ de água para produzir uma tonelada de celulose. Nas instalações em Aracruz/ES e na Veracel/BA (da qual a Fibria dispõe de 50% das ações), foram produzidas 5,3 milhões de toneladas de celulose no ano de 2014³. Isso corresponde a 163,7 milhões de m³ de água consumidos pela empresa apenas na indústria, no ano de 2014. Considerando que o consumo médio *per capita* da população capixaba é de 191,1 m³/água/ano⁴, a quantia consumida pela empresa seria suficiente para abastecer toda a população da capital do estado, Vitória, por mais de dois anos e meio, nesse período.

Após o uso na indústria, a água segue para os cursos d'água, contaminando-os, pois leva consigo os restos industriais utilizados no processo de branqueamento da celulose, além de outros processos que utilizam produtos químicos. Nos plantios até ao porte de corte em função de seu acelerado crescimento, é altíssimo o consumo de água, que segundo Vital (2007) varia de 800 a 1.200 mm/ano/planta (p. 248).

Os desertos verdes de eucalipto

A exploração florestal foi, a partir da década de 1980, um dos setores mais criticados pelos ambientalistas em nível mundial, no contexto das preocupações em torno do aquecimento global. É nesse mesmo período (1992) que acontece a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Eco 92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, onde produziram documentos oficiais, assinado por chefes de 156 países. Mas a proteção das florestas, para o processo de certificação, ficou a

³ Conforme relatório anual da Fibria de 2014 e relatório anual da Suzano de 2014.

⁴ Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis), o consumo médio de água no Espírito Santo no ano de 2013 foi de 191,1 m³/habitante/ano. Maiores informações em <www.snis.gov.br>.

cargo de empresa de certificação florestal, envolvendo organizações ambientais, grupos empresarias do setor florestal e organismos multilaterais, como é o caso do Banco Mundial (BM), restringindo a participação do Estado (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Os Mecanismos de Certificação Florestal (MCF), juntamente com os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), resultado da Eco 92, são, para Porto-Gonçalves (2015) “os exemplos de mais emblemáticos do neoliberalismo ambiental” (p.357). Segundo esse autor, as certificações florestais têm sido desigualmente distribuídas entre os países e regiões. Durante os 10 anos que sucederam a Eco 92 (1993-2002), de todas as áreas certificadas, mais da metade estava localizada na Europa, 40% nos EUA e Canadá, 3% na África, 3% na América Latina e 2% na Ásia do Pacífico, confirmando a seletividade de nações, favorecendo países do Hemisfério Norte. Essa desigualdade de certificação florestal também ocorre em relação ao tamanho das áreas, sendo que 98% ocorreu nas propriedades acima de 10 mil hectares, confirmando que o MCF tem facilitado as certificações nas grandes áreas e empresas, em desvantagens para as pequenas áreas.

Esses mesmos MCF acarretam também desvantagens aos países mais pobres e os de alta diversidade biológica e cultural, como os tropicais; às comunidades indígenas e afrodescendentes; aos produtores familiares e camponeses. É funcional para apenas uma pequena porção de florestas nativas do planeta, favorecendo as empresas de plantações de árvores, pois, conforme destaca Porto-Gonçalves (2015):

Estas plantações são muito mais simples de manejar e aproveitar que os bosques nativos. E acrescenta: as plantações se fazem com um número muito pequeno de espécies - em geral com uma só. [...] que trata de grandes corporações de monoculturas indevidamente chamadas de florestas [...]. Destaque-se o fato do MCF não se fazer distinção entre florestas e áreas plantadas, considerando-se ambas como florestas (PORTO-GONÇALVES, 2015, p.363, 364 e 371).

Ao questionar a lógica de certificação florestal, a partir de parâmetros mercadológicos, Porto-Gonçalves (2015) enfatiza que são valorizadas determinadas espécies e não outras, e “as áreas plantadas com espécies demandadas tendem a dominar a paisagem, estimulando as monoculturas” (p.363). Destaca ainda o autor que “as plantações florestais não devem ser consideradas florestas” (p.363).

Monocultura de eucalipto e floresta, apesar de algumas semelhanças, são diferentes, tanto em sua constituição como função.

As plantações, assim como as florestas, compõem-se de árvores, mas ambas são radicalmente diferentes. Uma floresta é um sistema complexo, que se autorregenera e que possui solo, água, microclima, energia e ainda, ampla variedade de plantas e animais em mútua relação. Uma plantação comercial, ao contrário, é uma área cultivada, cujas espécies e estrutura foram dramaticamente simplificadas para produzir somente alguns produtos,

ou seja, madeira, lenha, resina, óleo ou frutas. Diferente do que ocorre nas florestas, em uma plantação as árvores tendem a pertencer a uma reduzida variedade de espécies e idades e requerem uma constante e ampla intervenção humana (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 1999, p.3).

O que a Organização Mundial das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros órgãos de governo e empresas, consideram como “florestas” de um só tipo de árvore, comunidades e movimentos, impactados por esse projeto, consideram como deserto verde. Mas é necessário ressaltar que o problema não está nas características botânicas e ecológicas de certo tipo de planta, como é o caso do eucalipto, mas na forma como ocorre sua utilização, em monocultivos, como destaca o Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (2009).

Assim como a revolução verde, pós Segunda Guerra Mundial, que teve o propósito de eliminar a fome no mundo, os MDL e MCF tiveram a pretensão de preservar as florestas. Mas como enfatiza Porto-Gonçalves (2015) “o verde dessa revolução reflete o medo do *perigo vermelho*, como se dizia na época” (p.226, grifo do autor). Continua ainda o autor, afirmando que “a certificação tem beneficiado as grandes empresas e concessionárias, especialmente os grandes capitais investidos em plantações eufemisticamente chamadas de reflorestamento” (p.361).

A ideologia da revolução verde, assim como o MDL, foram expressões do capitalismo para introduzir e reproduzir o capitalismo no campo, com o slogan ambientalista.

Para Binkowski (2014) a expressão deserto verde:

[...] é utilizada para descrever as imensas áreas cobertas por eucalipto no norte do Espírito Santo e sul da Bahia; esta denominação foi incorporada pela Rede Alerta Contra o Deserto Verde (RADV) e, posteriormente foi incorporada também ao discurso dos movimentos sociais no sul do Brasil. (BINKOWSKI, 2014, p.133-134).

Ferreira (2009) analisando os diversos impactos dos monocultivos de eucalipto na reduzida produção de biomassa (de 60.000 a 90.000 kg/ha/ano na floresta tropical para 15.000 kg/ha/ano em monocultivo de eucalipto); na fertilidade do solo (folhas de eucalipto tóxicas para os organismos e micro-organismos); da grande quantidade de agrotóxico utilizada no manejo dos monocultivos (dizimando insetos, plantas e organismos); pela erosão (provocando o assoreamento de nascente, córregos e rios); da escassez hídrica (consumo de água no solo e subsolo, além de drenagem principalmente de lagos); da contaminação hídrica (oriunda da utilização de agrotóxico nas áreas de plantio) chega à conclusão de que “os monocultivos industriais de espécies exóticas como o eucalipto sejam formados por árvores, jamais constituem florestas - como quer fazer crer o discurso ‘ecologicamente correto’ das empresas produtoras de celulose” (FERREIRA, 2009, p.137,

grifo da autora). Acrescenta ainda a autora: “o padrão de conflitividade estabelecido pelo deserto verde oriundo dos monocultivos de eucalipto em larga escala para a produção de celulose apresenta, portanto, forte cunho ambiental” (p. 148).

Os monocultivos de árvores de eucalipto são, na sua essência, contrários à biodiversidade de fauna e flora. Diversos fatores relacionados à monocultura de eucalipto sustentam a expressão “deserto verde”, conforme as características que seguem:

Quadro 02: Característica do deserto verde.

Deserto de fauna e flora	a) São raras as espécies que conseguem sobreviver nas entrelinhas dos monocultivos de eucalipto e caminhos utilizados para o manejo e ações de anti-incêndios, pois as mesmas são eliminadas com certa periodicidade, principalmente na colheita das árvores, evitando que sejam objeto de início e proliferação de incêndios.
	b) Ao priorizar uma só espécie, eliminando as demais (fauna e flora), tornando um ambiente de baixa biodiversidade, impedem o desenvolvimento de alimento, refúgio e condições de reprodução de outras espécies. O uso de agrotóxico altera drasticamente a vida e estrutura do solo e das águas. São prejudiciais ao ecossistema, destruindo o habitat de diversas espécies animais e plantas, assim como fungos, bactérias e outros, tornando um solo estéril a outras espécies.
Deserto de alimento	c) Algumas espécies de animais e plantas que conseguem se adaptar no interior dos monocultivos de eucalipto encontram nessa plantação a única fonte de alimento, como é o caso de cupons e formigas cortadeiras, as quais são eliminadas, pois se tornam pragas e podem destruir amplas áreas. O seu combate com agrotóxico, prejudica e/ou elimina outros seres vivos inofensivos à plantação. Além disso, as folhas de eucalipto são tóxicas para grande parte da fauna e flora do solo, reduzindo sua biodiversidade.
Deserto populacional e de emprego	d) Em função do baixo uso da força de trabalho nos monocultivos do eucalipto e desta ocorrer sazonalmente, dispensa e impede a residência de moradores no seu interior e arredores. Todos/as aqueles/as que trabalham e residem nas áreas a serem transformadas em monocultivo de eucalipto são evacuados/as. Diferente de uma floresta, nos monocultivos de eucalipto, toda e qualquer espécie de planta e animais, inclusive o ser humano, é vista como ameaça e indesejável às empresas do ramo que se utilizam dos mais variados instrumentos para a controlar e combater.
	e) As atividades nos monocultivos de árvores são as que menor quantidade de emprego geram, por unidade de área, principalmente em âmbito local e regional, pois são substituídas pelo uso cada vez mais intenso de máquinas e insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos).
Deserto hídrico e	f) Há uma relação entre a vegetação local e o ciclo hidrológico, pois a morfologia e fisiologia das espécies componentes do ecossistema foram, no decorrer dos tempos,

biológico	adaptadas para o uso mais eficiente da precipitação disponível, diferente dos monocultivos de eucalipto.
Deserto Verde	g) Contrárias à opção de áreas subutilizadas e degradadas, como costumam divulgar, as empresas buscam extrair as maiores vantagens comparativas, pois, para garantir o desenvolvimento rápido das plantas, reduzindo o tempo e custo no ciclo entre plantio e colheita, buscam e se apropriam de áreas e regiões com características favoráveis a esses objetivos, porque o que almejam não está relacionado à recuperação do solo e preservação ambiental, mas à redução de custo e geração de lucros às empresas e seus acionistas.

Fonte: Binkowski (2014); Ferreira (2009) Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (1999); Porto-Gonçalves (2015); Org.: LIMA (2016).

Nesse sentido, tanto os monocultivos, quanto as áreas de preservação vinculadas às empresas monocultoras são desabitadas, pois os seres humanos são tidos como ameaça ao ecossistema, precisando distanciá-los. Nessas áreas, quando possível, a presença humana ocorre meramente como visitação e/ou pesquisa. Para essa lógica preservacionista, os seres humanos são excluídos da natureza. As comunidades tradicionais e os camponeses possuem uma larga experiência e história de convívio entre a flora e a fauna, incluindo o ser humano, sustentada na rela o entre biodiversidade e sociodiversidade, como constata Porto-Gonçalves (2013). Para esse autor, a visão separatista entre ser humano e natureza tem origem no processo de coloniza o da América Latina, sendo, portanto, expressão, visão e a o colonizadoras.

Monocultura de eucalipto e a reforma agrária bloqueada

A Fibria e a Suzano Papel e Celulose buscam expandir seus monocultivos de eucalipto sob a forma de arrendamento de 27,9 mil hectares de terra nos municípios de Concei o da Barra, Pinheiros, Montanha, Mucurici e Ponto Belo. O arrendamento, juntamente com o fomento florestal, têm sido os principais mecanismos das empresas para expansão desses monocultivos, reduzindo os custos da aquisi o de terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) afirma que para a realiza o da reforma agrária – expressa em seu programa agrário, aprovado no VI congresso nacional, em janeiro de 2014 –,   necessário integrar rela es amplas entre o ser humano e a natureza, negando a apropria o privada da terra e demais elementos da natureza. Com mais de 30 anos de luta e conquistas do MST, resultado das mais variadas formas e condi es de luta em cada período e espaço, foi possível construir assentamentos. Onde antes existia um latifúndio, construíram novos jeitos e condi es de produzir, como destaca Z  Pinto:

Se plantar o arroz ali/ se plantar o milho acolá/ um jeito de produzir/ pra gente se alimentar/ primeiro cantar do galo/ já se levanta da cama/ e o camponês se mistura/ à terra que tanto ama.

Amar o campo ao fazer a plantação/ não envenenar o campo é purificar o pão/ amar a terra e nela botar semente/ a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente (CD - Caminhos alternativos).

Nessa melodia, contraditoriamente aos territórios do agronegócio e do eucalipto, a terra é não apenas lugar de produzir, mas lugar de viver e reviver hábitos e costumes cultivados entre as pessoas e a terra. Nos assentamentos, tanto a terra quanto as pessoas adquirem nova feição, pois ambas se modificam, uma cultivando a outra. É um viver e reviver permanente, construindo um existir e resistir, (re)existindo cotidianamente.

A realização da reforma agrária se contrapõe ao projeto do agronegócio, sobretudo das monoculturas de eucalipto no estado do Espírito Santo, pois enquanto a primeira busca a democratização da terra, da produção alimentícia como prioridade, o mercado interno, os circuitos curtos, a produção com preservação ambiental, o segundo tem na concentração da terra, na exportação, no circuito longo, na depredação ambiental e no esvaziamento do campo as condições para a sua efetivação.

A terra é central para a realização da reforma agrária, sendo um meio de produção e reprodução social. Apesar de ser reivindicada coletivamente, ela está sendo bloqueada pelo avanço dos monocultivos de eucalipto. A territorialização das empresas monocultoras de eucalipto segue desterritorializando camponeses. E os latifúndios, que poderiam ser desapropriados para fins de reforma agrária, são absorvidos para esses mesmos monocultivos.

Considerações finais

Pelos resultados verificados neste trabalho, os impactos dos monocultivos de eucalipto ocorrem em diversas dimensões (ambiental, econômica, política e social), com maior incidência no norte e centro do Espírito Santo. Resistir e enfrentar essa territorialização deve ser ação em diversas dimensões e a reforma agrária tem sido um dos pilares de atuação possível dos movimentos populares do campo.

Neste sentido, é necessário o envolvimento da classe trabalhadora e não apenas dos camponeses na defesa e implementação da reforma agrária, pois esta, no contexto da correlação de forças e do estágio do projeto do capital, só se realiza com mudanças estruturais, que podem se iniciar pela reestruturação da propriedade, posse e uso da terra, mas deve envolver mudanças na política agrícola (crédito, assistência técnica, seguro agrícola); na utilização dos bens da natureza (água, florestas, sementes); numa nova matriz

energética; na agroindustrialização; na produção (com parâmetros agroecológicos); na infraestrutura social e de produção; na organização da produção (com base na cooperação); na educação e cultura, que envolvam mudanças na natureza do Estado, tornando as estruturas públicas sob controle e a serviço da sociedade.

Mudanças dessa natureza não se realizam a partir das demandas e com a luta apenas dos camponeses, e não somente com mudanças no campo. E a reforma agrária que chamamos de popular não é, e nem pode ser, o único pilar dessa luta, mas parte dela, com a construção de novos territórios para uma nova sociedade.

A luta permanente e contínua deve ser concebida enquanto motor impulsionador desse processo, envolvendo o conjunto da classe trabalhadora, seja ela no campo, seja na cidade, ambas afetados pelos efeitos do projeto hegemônico do capital. Para Bartra (2011), “As comunidades são, inclusive, o querido manto acolhedor, é o alicerce da existência camponesa. Os pequenos povoados são o ponto de partida e, ao mesmo tempo, de regresso, fonte de forças centrífugas e também centrípetas” (BARTRA, 2011, p.84). Continua ainda o autor “[...] uma ordem que lucra com a maldade, que mata friamente, que priva batendo, é uma ordem que colhe tempestades. Os levantes agrários são frequentemente violentos porque intolerante e violento é o mundo negado por eles” (BARTRA, 2011, p.92).

Enfrentar o capital não é apenas uma opção, mas uma condição dos vitimados desse processo. A luta sempre fez e continua fazendo parte da vida e das necessidades dos povos do campo e da cidade.

Referências

BARCELOS, Eduardo Alves da Silva. **A Espacialidade das plantações arbóreas e a integração industrial** - O programa produtor florestal e seus (im)pactos na agricultura capixaba. Niterói, 2010. 319 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BARTRA, Armando. Os novos camponeses: leitura a partir do México profundo. Tradução por Maria Angélica Pandolfi. **Cultura Acadêmica**; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural. São Paulo, 2011.

BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da estrutura agrária do Espírito Santo**: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul. Vitória, 2012. 393 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

BINKOWSKI, Patrícia. **Dinâmicas socioambientais e disputas territoriais em torno dos empreendimentos florestais no Sul do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2014. 266 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BUFFOM, José Antônio. **O café e a urbanização do Espírito Santo** - aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Campinas, 1992. 395 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO. **Dimensionamento do mercado capixaba de produtos florestais madeiráveis** - documento síntese. Vitória, 2011. Disponível em: < <http://www.cedagro.org.br>>.

DARÉ, Raquel. **A “Crise” do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo**. Vitória, 2010, 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

EHRENREICH, Paul. Índios Botocudos no Espírito Santo no século XIX. Tradução Sara Baldus. **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, 2014.

ESPÍRITO SANTO 2030. **Plano de desenvolvimento** - ES 2030. Vitória, 2013.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. São Paulo, 2002. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do Lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte - ES. Niterói, 2009. 526 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FORTUNATO, Daniëlle O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. **Dimensões**, v. 27, 2011, p.40-62. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2582/2078>>. Acesso em: 30 out. 2015, às 09:59 hs.

GOMES, Helder e OVERBEEK, Winnie (Org.). **Aracruz Credo. 40 anos de violações e resistência no ES**. 1ª edição. Ed. Patrícia Bonilha. Vitória/ES, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <idaf.es.gov.br>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <www.incra.es.gov.br>.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. _____. (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

LIMA, Adelson Rocha. **Análise da Questão Agrária no Espírito Santo**. Presidente Prudente, 2011. 121 f. Trabalho de Monografia (Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vazios demográficos ou territórios indígenas? **Revista Dimensões**, v. 11. UFES. Vitória, 2000.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. **Definição de floresta**. 2011. Disponível em: <http://wrm.org.uy/pt/files/2011/11/Definicao_de_floresta.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, B. M; MARQUES. M. I. M; SUZUKI. J. C. (Org.). **Geografia Agrária** - teoria e poder. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 15ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

VITAL, Marcos Henrique Figueiredo. A indústria de papéis sanitários - panorama mundial e brasileiros. **BNDES Setorial**, 2008.

_____. Impacto Ambiental de Florestas de Eucalipto. **Revista do BNDES**, v. 14, n. 28. Rio de Janeiro, 2007.

Recebido para publicação em 28 de setembro de 2016.

Devolvido para a revisão em 15 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 17 de dezembro de 2016.

A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do rio Doce no Espírito Santo

Paulo César Aguiar Junior

Mestre em Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
e-mail:

Resumo

O presente artigo procura compreender a territorialização de alguns objetos técnicos no campo capixaba, com foco nos agrotóxicos. Para isso realizou-se uma síntese histórica do processo de modernização conservadora no Espírito Santo, de modo a evidenciar os sujeitos que protagonizaram esse processo de transformação do espaço rural em diferentes escalas. Demonstrou-se como essas transformações tornaram os territórios cada vez mais entrelaçados por objetos técnicos originários da inventividade humana e a serviço do capital. O modelo de produção agrícola hegemônico apresenta-se como uma expressão evidente da metamorfose entre técnica hegemônica e capital. Por suposto, os agrotóxicos, sem qualquer regulação, são amplamente utilizados com vistas ao fim único de elevar os índices de produtividade, a qualquer custo.

Palavras-chaves: Modernização conservadora; objetos técnicos; agrotóxicos; territorialização do capital.

The conservative modernization as a part of the territorialization of the capital north of the Rio Doce in Espírito Santo

Abstract

This article tries to understand the territorialization of some technical objects in the countryside of Espírito Santo state, giving more focus on agrochemicals. For this, a historical synthesis of the process of conservative modernization in the state of Espírito Santo was carried out to highlight the subjects that carried out this process of transformation of the rural space in different scales. It became evident how these transformations made the territories more and more interwoven by technical objects originated by human inventions and in the service of capital. The hegemonic agricultural production model presents itself as an evident expression of the metamorphosis between hegemonic technique and capital. As a result, unregulated agrochemicals are widely used for the sole purpose of raising productivity rates, at any cost.

Keywords: Conservative modernization; technical objects; agrochemicals; territorialization of capital.

La modernización conservadora como parte de la territorialización del capital à norte del río Doce, en el Espírito Santo

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender la territorialización de algunos objetos técnicos en el campo de Espírito Santo, centrándose en los pesticidas. Para eso se llevó a cabo una síntesis histórica del proceso de modernización conservadora en el Espírito Santo, con el fin de identificar a los sujetos que llevaron a cabo este proceso de transformación de las zonas

rurales en diferentes escalas. Se ha demostrado que estos cambios se convierten en los territorios cada vez más almacenes de objetos técnicos originarios de la inventiva humana y al servicio del capital. El modelo agrícola dominante es una clara expresión de la metamorfosis entre técnica hegemónica y capital. Por supuesto, los pesticidas, sin ningún tipo de regulación, son ampliamente utilizados con el fin de terminar solamente a elevar los niveles de productividad, a cualquier precio.

Palabras clave: Modernización conservadora; objetos técnicos; pesticidas; territorialización del capital.

Introdução

As sociedades indígenas da América Latina, até por volta do século XV, viviam de tal modo integradas à natureza que quando apartadas dela, muitas sucumbiram. Essa separação entre homem e natureza não ocorreu de uma hora para outra. Foi um processo violento de expropriação e alienação das populações, quando não integração ao modus operandi dominante, o qual tomou “a forma de pilhagem do mundo não-capitalista” (FOSTER, 2005, p. 241); o que segundo Marx (1996), já se podia observar através do saque e extermínio das populações indígenas americanas e com o colonialismo na África. O autor atribui essas características ao alvorecer do capitalismo.

Os territórios no Espírito Santo, especificamente à norte do rio Doce, até cerca de 1910, constituíam-se, em grande parte, de territórios indígenas dos Botocudos¹ - Krenak e Pojichá. Áreas de imponente Mata Atlântica, diversidade étnica, cultural e biológica sem precedentes.

Por volta de 1550, os portugueses ao adentrarem nos territórios à norte do rio Doce, através do rio Cricaré (atual município de São Mateus) iniciaram uma série de batalhas contra os povos indígenas que ali se encontravam. Depois de diversas mortes tombou o português Fernão de Sá um dos comandantes do ataque, colocando fim àquele evento que ficou conhecido como a batalha do Cricaré. Esse foi um, de sucessivos confrontos entre portugueses e indígenas na região norte do Espírito Santo cujo desfecho ficou conhecido como Guerra dos Aimorés. As investidas portuguesas abarcaram também outras estratégias de dominação mais sutis.

Uma dessas estratégias foi a catequese que tinha como objetivo civilizar os indígenas jovens aos moldes europeus, para que a médio prazo aquelas culturas se esvaíssem. Restava incorporar os povos indígenas à “população nacional”, via catequese, conforme Regulamento das Missões de 1845² (NETO, 2009).

Com o avanço colonizador sobre os territórios à norte do rio Doce e a gradual

¹ Segundo NETO (2009) os Botocudos são uma família do tronco lingüístico Macro-Jê, assim como os Machacali, Coroado e Patachó.

² Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845. Disserta sobre o regulamento das missões de catequese e o processo de civilização dos indígenas.

incorporação dos indígenas à população “nacional”, através da catequese, outros projetos foram se tornando prioritários para os dominadores. O “des-envolvimento” desses territórios ditos “vazios” e sem “dinâmica econômica” tornou-se prioridade, a partir da segunda metade do século XX, o que para a geógrafa Antogiovanni (2006) representou “a incorporação, cada vez maior, dos pequenos agricultores de base familiar: negros libertos, indígenas, caboclos e migrantes; no padrão de poder hegemônico, cujo elo principal é a estruturação de cadeias produtivas do agronegócio” (ANTOGIOVANNI, 2006, p. 46).

Modernização conservadora no Espírito Santo: a imposição de um caminho monocultor

Por meio da dissertação de mestrado, intitulada “A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo”, Raquel Daré ajuda a entender o momento em que se teve início uma série de medidas, privadas e governamentais, com objetivo de implementar uma matriz de “des-envolvimento”, no norte do Espírito Santo, baseada, principalmente, nos interesses dos setores industrial e comercial.

Para a autora foi utilizada a ideia de “crise” do café³, concretamente pouco percebida pelos agricultores, boa parte policultores, com baixíssima dependência de insumos externos, para desqualificar a estrutura agrária capixaba com base em pequenas propriedades familiares (DARÉ, 2010). Portanto, naquele momento, a agricultura camponesa capixaba apresentou-se como um sério entrave aos avanços do capital.

Foi assim, segundo Daré (2010, p. 173) que o projeto “des-envolvimentista” escolheu o norte capixaba para sua territorialização, respaldado na retórica de que aqueles territórios eram:

[...] “extensos vazios demográficos” e com “grandes áreas de terras devolutas”, onde a economia ainda se revestia de “caráter extrativo”. Por isso, essa área ainda procurava sua “vocação econômica e social”, caracterizando-se, assim, como uma área de “expansão potencial” (SERVIÇO SOCIAL RURAL, 1962, p. 52).

Esse ideário evidenciou-se mediante o segundo programa de erradicação dos cafezais, o qual, entre 1966 e 1967, destruiu no Brasil mais de 655 milhões de pés de café e liberados 674 mil hectares de terra, dos quais aproximados 35% (235 milhões de pés de café e 193 mil hectares de terra) corresponderam ao Espírito Santo, apesar de representarem menos de 10% da produção cafeeira nacional (SCARIM, 2010).

Feito isso, abriu caminho para a implantação de grandes projetos agroindustriais

³ Ver trabalho elaborado por Daré (2010). http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_4209_Raquel.pdf

para o campo capixaba com total aporte de recursos públicos. Por conseguinte, fez-se a silvicultura e a Aracruz Celulose, o gado de corte e os grandes latifúndios pecuaristas, a cana de açúcar e as indústrias sucroalcooleiras (LASA, DISA, CRIDASA, ALCON e ALBESA), bem como a integração de parte da agricultura camponesa à lógica produtiva capitalista.

Vale destacar que com a territorialização dos grandes projetos agroindustriais, diversos camponeses foram expulsos de seus territórios, migrando para outros estados e para a Região Metropolitana da Grande Vitória. Em 1970, a população urbana no estado perfazia 45,14%, ao passo que o campo possuía 54,86%. Já em 1980, ocorreu uma inversão e as cidades passaram a abarcar 63,92% contra uma declinante população do campo (36,08%), acentuando-se assim, as problemáticas sócioespaciais decorrentes desse processo (IBGE, 1980).

No norte capixaba, o que se pode verificar após a territorialização desses grandes projetos foi “o avanço das áreas de pastagens e a expansão das monoculturas de eucalipto e de cana-de-açúcar desenvolvidas em grandes extensões de terra e utilizando pouca mão-de-obra” (DARÉ, 2010, p. 182). Paralelamente aferiu-se um declínio das lavouras de gêneros alimentícios como milho, feijão, arroz, mandioca e outros.

Os territórios onde o Capital se territorializou mostraram a face de um campo tornado apêndice produtivo dos grandes centros urbanos e do mercado externo, orientados pela indústria que encontrou nos objetos por ela produzidos uma forma de monopolizar os territórios. Isso significa que um novo mecanismo de subordinação entrou em cena: os objetos técnicos munidos de intencionalidade metamorfosearam os territórios. Reside aqui um elemento chave para o entendimento sobre a modernização no Espírito Santo, que resumidamente é a compreensão de que houve, sobretudo, a partir da década de 1980, uma relativa integração da agricultura capixaba a setores industriais; tanto os que fabricam objetos técnicos incorporados aos novos processos de trabalho agrícola, quanto àqueles setores industriais que requeriam matérias-primas produzidas pela agricultura.

A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura que se moderniza, sob o influxo dos incentivos do Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua base técnica de meios de produção. Esse processo significa, também, que, em certa medida, a reprodução ampliada do capital no setor agrícola torna-se crescentemente integrada em termos de relações interindustriais para trás e para frente. No primeiro caso, essas relações implicam a própria mudança do processo de produção rural de forma articulada à indústria produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações e concentrados) e de bens de capital (tratores, implementos diversos, colhedeiros, equipamento para irrigação etc.). (DELGADO, 1985, p. 81)

Assim, evidenciam-se, à norte do rio Doce no Espírito Santo, territórios onde se observam a coexistência entre latifúndios e pequenas propriedades familiares, ambos inseridos na lógica produtiva monocultora de commodities, altamente dependente de insumos externos.

Pode-se identificar temporalmente essas mudanças na base técnica em grande medida financiada e promovida pelos governos (federal, estadual e municipal), por meio dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, especificamente através das variáveis: assistência técnica, financiamentos, energia elétrica, tratores, irrigação, adubação química e uso de agrotóxicos por estabelecimentos⁴. Entende-se como base técnica dos meios de produção um conjunto de instrumentos de produção (meios de trabalho) e elementos sobre os quais é aplicado o trabalho humano (objetos de trabalho).

Tais variáveis possuem características próprias que se analisadas enquanto um escopo técnico articulado (sistema de objetos e ações) servem de indicadores da modernização.

A assistência técnica e os financiamentos (créditos) cumpriram uma função fulcral de doutrinação e transformação da prática agrícola, preparando o terreno para os objetos que surgiriam, posteriormente. Apesar dos números não serem expressivos como de outros indicadores, é importante destacar a força de convencimento e irradiação que exerceram as ideias difundidas pela assistência técnica, sobretudo no trabalho de educação tecnológica voltado à juventude rural.

Merece destaque, na década 1950, o avanço da agropecuária no Norte do estado e a expansão da fronteira agrícola (ciclo madeireiro). Em 1954, inaugurou-se a ponte sobre o rio Doce, no município de Linhares, criando de vez uma infraestrutura que facilitou o avanço das atividades agrícolas e extrativistas sobre os territórios daquela porção do estado.

Em 16 de novembro de 1956, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do ES – ACARES. Seu caráter era essencialmente educacional, ou seja, buscava através do crédito rural supervisionado levar os pacotes de insumos, apresentados como “sinônimo” de produtividade, aos camponeses.

Uma das ações de grande escala da ACARES foi o envolvimento de jovens rurais em suas atividades. Desse modo, ela “transferia” o conhecimento técnico e promovia o projeto modernizante, sutilmente. Ainda sobre o enfoque educacional, consta no Plano Trienal de Atividades - ACARES que criar lideranças foi uma das formas mais efetivas de intervenção, no sentido de imprimir as transformações esperadas e assim difundir novos

⁴ Segundo IBGE para o Censo Agropecuário considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária.

hábitos e conhecimentos nas comunidades rurais.

Em 1960, a ACARES criou o CRO - Crédito Rural Orientado, cujo setor cafeicultor foi o primeiro a ser beneficiado. De 1963 a 1965, a ACARES realizou o primeiro zoneamento agrícola, o qual através do CRO passou a determinar onde e como os cultivos deveriam ser produzidos. Como explicitado por Fassio e Castro (2006):

1º zoneamento agrícola foi instituído com o objetivo principal de fixar o que se devia produzir em determinadas regiões e onde se localizava esta ou aquela produção. A partir desse momento o CRO passa a ser aplicado unicamente em explorações que tivessem de acordo com o Zoneamento Agrícola. (FASSIO e CASTRO, 2006, p.32)

Preludia-se, com isso, uma remodelagem na agricultura capixaba, no sentido de promover a modernização. Como demonstram Fassio e Castro (2006, pag. 43) “dentre as alternativas implementadas, ou reforçadas, destacam-se a pecuária, o café conilon, a fruticultura, a pimenta do reino, o milho, a soja, aves, suínos e silvicultura.” Sobre isto Ferreira (2010) argumenta que:

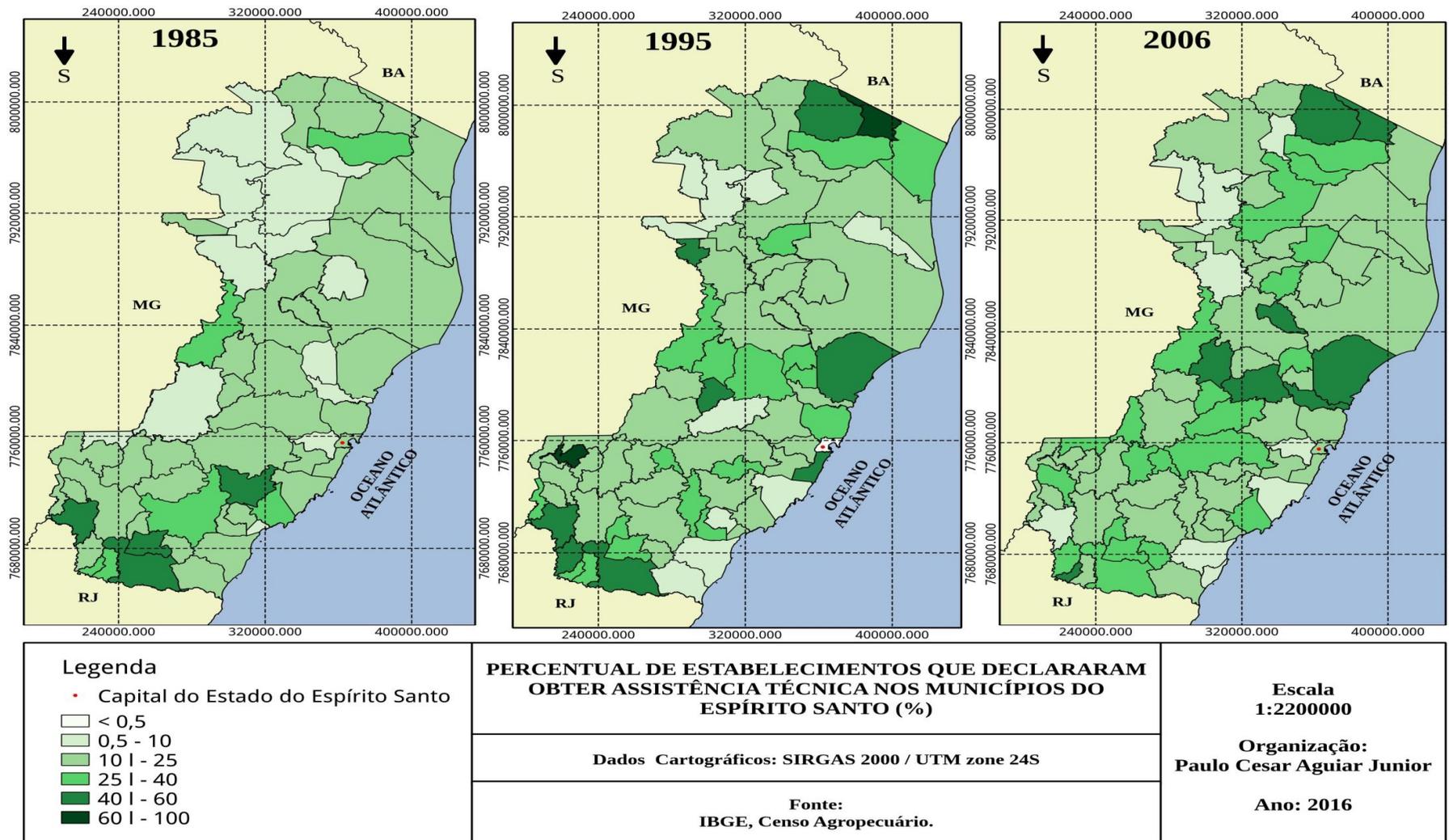
[...] a partir de 1964, entraram em cena, no norte capixaba os grandes projetos no meio rural, sob a lógica do capital nacional e internacional. Faz parte desse grupo os projetos de produção de celulose, carvão, petróleo, café conilon, criação de gado e o projeto PRO-ALCOOL, o que veio dificultar ainda mais a vida da população do campo e da pequena agricultura camponesa. Como se percebe, também as políticas implementadas pelo/no Estado caminham pelo viés da apropriação dos espaços sociais, culturais e naturais e da racionalidade econômica (FERREIRA, 2010, p. 79).

Em 1969, já se apontava que o crédito rural, nas suas várias formas, aplicado de modo a promover mudanças tecnológicas, era uma das formas mais concretas e eficientes para se alcançar a modernização (MOURA; CASTRO; SIQUEIRA, 1969).

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural EMATER-ES⁵ também teve importante papel neste contexto, por intermédio de suas campanhas, concursos e slogans criados para difundir o conhecimento técnico, que nesta ocasião significava a incorporação de pacotes tecnológicos. Na década de 1980, alguns deles foram, “Bananal tratado lucro dobrado”, “É hora de plantar”, isso estimulado pelo desenvolvimento de pesquisas na área do melhoramento de sementes e agrotóxicos. Ainda na década 1980, a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - Emcapa interiorizou seu corpo técnico, massificando, assim, o processo de difusão dos pacotes tecnológicos.

⁵ A Empresa de Assistência e Extensão Rural foi incorporada à Encapa – Empresa Capixaba de Agropecuária, em 1999, dando origem a atual Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Em 1996, a Emater já havia incorporado parte da Empresa Espírito-santense de Pecuária – Emespe.

Mapa 1: Estabelecimentos que declararam utilizar assistência técnica no Espírito Santo (1985, 1995 e 2006).



Fonte: Censos Agropecuários (IBGE); Org.: Autor.

Dessa forma, a força do indicador “assistência técnica” esteve, especialmente, em sua capilaridade espacial, sua presença nos municípios e seu contato direto com os agricultores os guiou à aceitação e à naturalização dos objetos da modernização.

Por meio dos dados do CONCREDE/NA e Banco Central, pode-se averiguar que o crédito assumiu o papel de veículo da modernização, ou seja, foi o principal instrumento utilizado pela assistência técnica para seduzir o agricultor, o que pode ser atestado mediante análise do percentual de crédito destinado à agricultura segundo sua finalidade, cujo custeio⁶ foi preeminente (1969-1970-1971) - 44,2%, (1974-1975-1976) - 55,1%, (1979-1980-1981) - 68,8%, (1983-1984-1985) - 82,6% (SOUZA FILHO, 1990, p. 95).

Tabela 1: Valor absoluto e percentual dos estabelecimentos que obtiveram financiamentos no Espírito Santo.

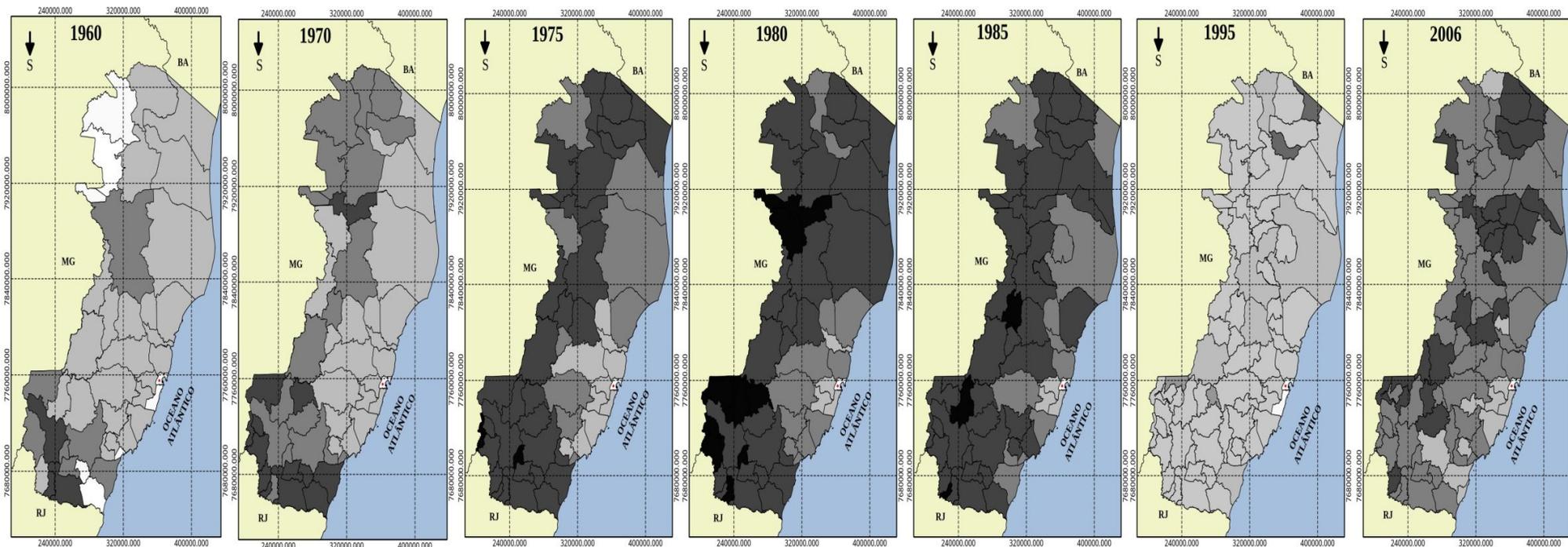
	Total Estabelecimentos	Nº Absoluto de Estabelecimentos Obtiveram Financiamentos	%
1960	54795	4002	7,3
1970	70712	8663	12,25
1975	60585	12064	19,91
1980	59380	16142	27,18
1985	69140	17161	24,82
1995	73288	2642	3,6
2006	84361	14122	16,74

Fonte: Censo Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006; Org.: Autor.

Outro elemento que corrobora com a averiguação realizada é que o momento em que o maior número de estabelecimentos agrícolas declarou obter financiamentos (1970 - 1985) coincide com a fase em que o custeio abarcou o maior percentual do montante de crédito disponível, que concilia com o instante em que houve elevado crescimento percentual e absoluto dos estabelecimentos que declararam utilizar adubos químicos e agrotóxicos. Os mapas a seguir nos permitem compreender a distribuição espaço - temporal deste indicador:

⁶ O crédito de custeio destina-se as despesas dos ciclos produtivos, tais como sementes, fertilizantes, agrotóxicos e outros insumos.

Mapa 2: Estabelecimentos que declararam utilizar financiamento no Espírito Santo (1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006).



<p>Legenda</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capital do Estado do Espírito Santo □ < 0,5 ■ 0,5 - 10 ■ 10 - 20 ■ 20 - 40 ■ 40 - 100 	<p align="center">PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS QUE DECLARARAM OBTER FINANCIAMENTOS NOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO (%)</p> <p align="center">Dados Cartográficos: SIRGAS 2000 / UTM zone 24S</p> <p align="center">Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.</p>	<p align="center">Escala 1:2200000</p> <p align="center">Organização: Paulo Cesar Aguiar Junior</p> <p align="center">Ano: 2016</p>
---	---	---

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE); Org.: Autor.

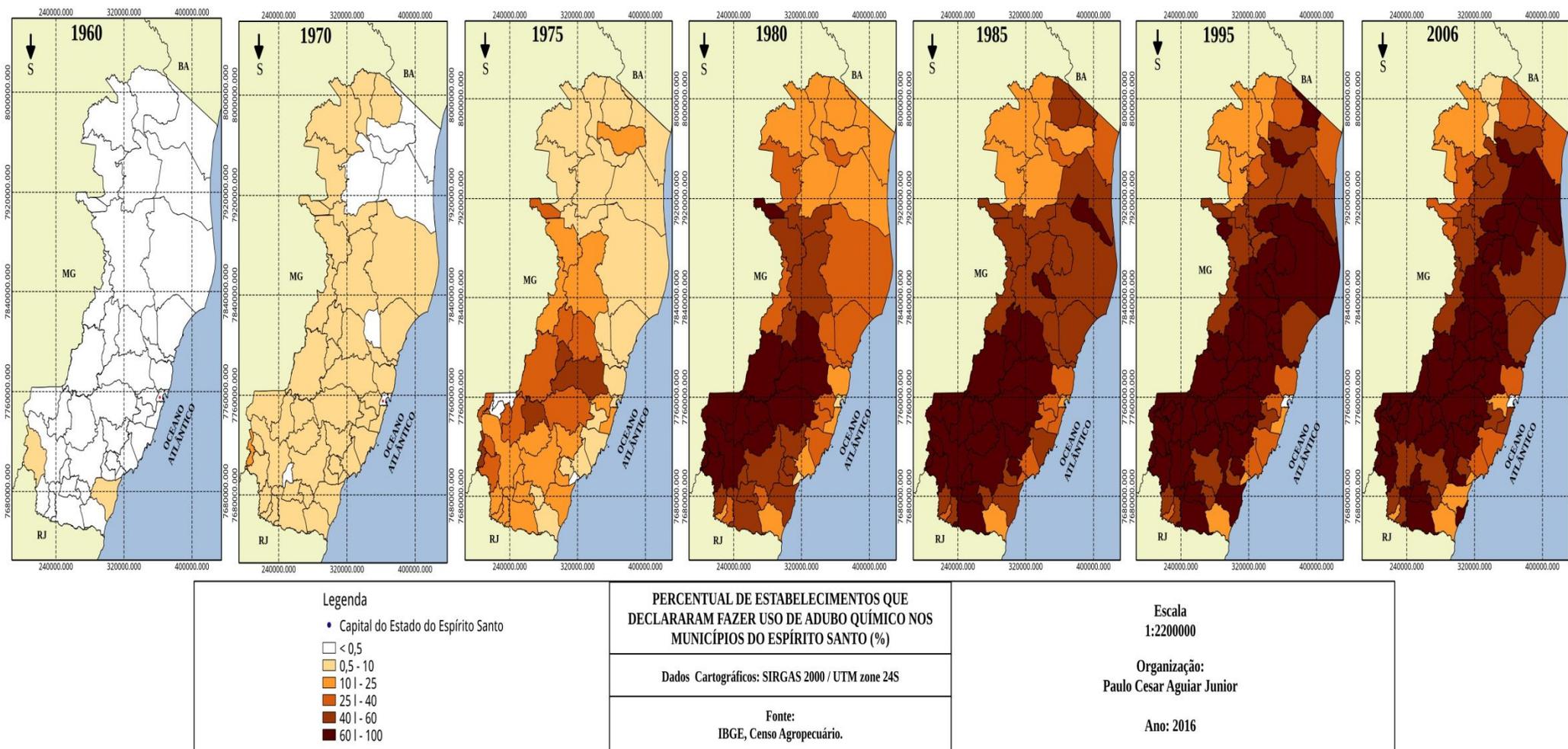
O indicador “uso de adubação química” explicita a perspicácia do projeto modernizante no estado, fazendo-se necessário um período aproximado de 10 anos (1970 - 1980) para que esse objeto viesse a se apresentar espacialmente como soberano.

Observa-se um aumento de 803% de 1970 para 1975. Já de 1975 para 1980 o incremento foi de 195,80 %, quando de 1985 para 1996 o acréscimo foi de 23,7% e de 1996 para 2006 apesar de percentualmente se observar um decréscimo, em números absolutos, o quantitativo seguiu em crescimento. Em 1960, somente 0,05% dos estabelecimentos rurais utilizavam adubos e fertilizantes químicos, chegando já a 1985 a 57,71% e abarcando 64,69% em 1995. Isso demonstra o caráter violento da modernização implementada, que em cerca de 25 anos (1960 - 1985) multiplicou, em mais de 1400 vezes, (aproximadamente 40.000 em 1985) o número de estabelecimentos fazendo uso destes produtos.

	Total Estabelecimentos	Nº Absoluto de Estabelecimentos Utilizando Adubação Química	
			%
1960	54795	28	0,05
1970	70712	1344	1,9
1975	60585	10397	17,16
1980	59380	30143	50,76
1985	69140	39905	57,71
1995	73288	47414	64,69
2006	84361	52947	62,76

Tabela 2 - Valor absoluto e percentual do uso de adubos químicos e fertilizantes por estabelecimento no Espírito Santo – Censo Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006. Organização do autor.

Mapa 3: Estabelecimentos que declararam utilizar adubo químico no Espírito Santo (1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006).



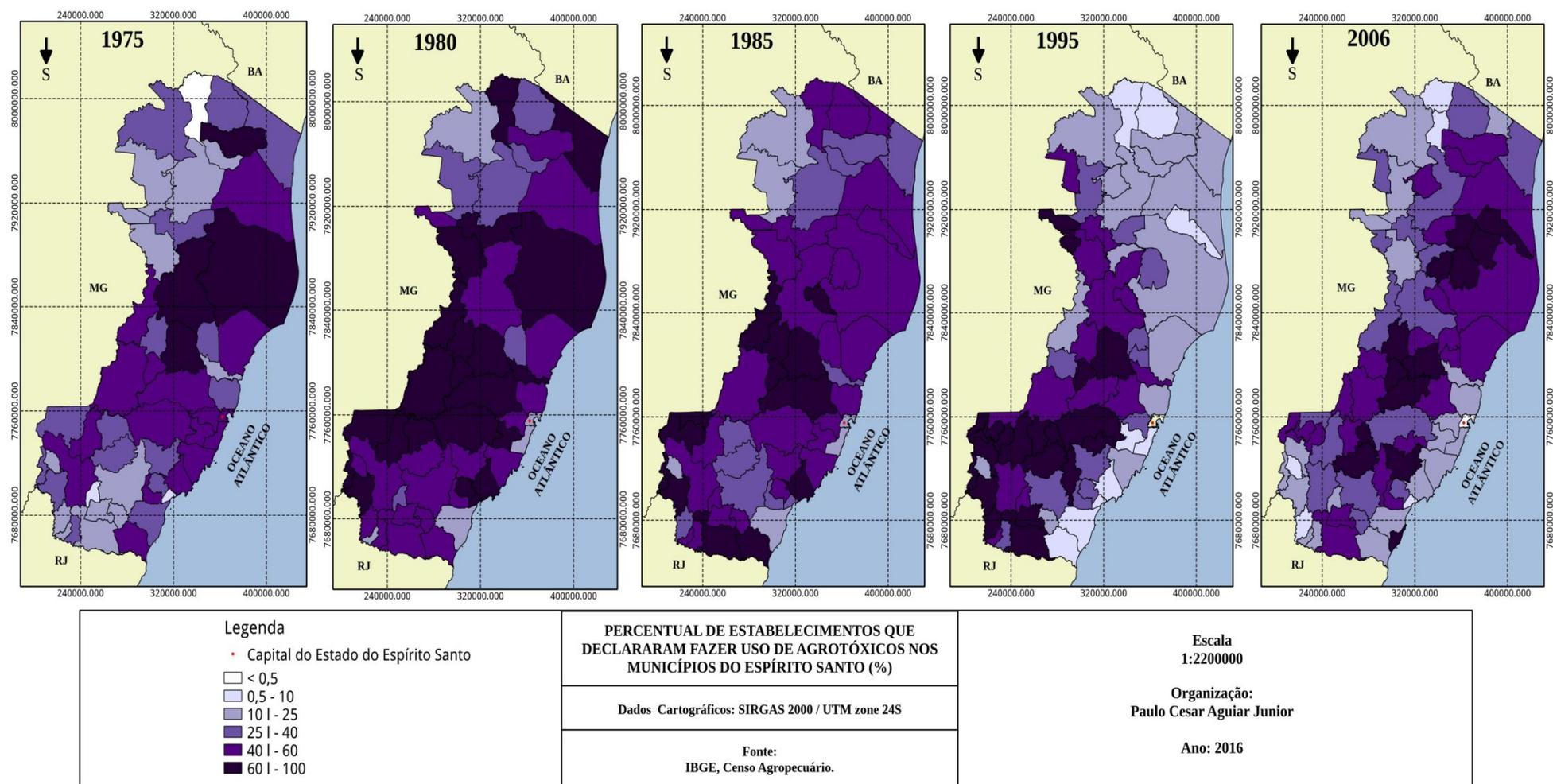
Fonte: Censos Agropecuários (IBGE); Org.: Autor.

Sobre o indicador “uso de agrotóxicos”, somente com o Censo Agropecuário de 1975 que se pode dimensionar sua efetividade territorial, pois nos Censos anteriores tal variável não era aferida. Uma hipótese é que assim como a utilização de adubação química, o uso de agrotóxicos, na década de 1960, no Espírito Santo era irrisório, haja vista que há uma estreita vinculação entre ambos objetos e suas características formas de adentrar nos territórios; a exemplo do contexto nacional e internacional. Desse modo, já em 1975, despontam cifras elevadas de estabelecimentos utilizando agrotóxicos, destarte seguem nos Censos posteriores.

	Total Estabelecimentos	Nº Absoluto de Estabelecimentos Utilizando Agrotóxicos Agrícolas	%
1975	60585	25347	41,83
1980	59380	34001	57,26
1985	69140	33062	47,81
1995	73288	30276	41,31
2006	84361	34910	41,38

Tabela 3 - Valor absoluto e percentual do uso de agrotóxicos por estabelecimento no Espírito Santo – Censo Agropecuários do IBGE de 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006. Organização do autor.

Ainda sobre os dados (tabelas) apresentados, deve-se salientar que representam o percentual de estabelecimentos, por exemplo, que declararam fazer uso de agrotóxicos no estado em um determinado ano. Sendo assim, é uma média para o estado, quando toma-se como referencial a escala de análise dos municípios (mapas), aproxima-se da realidade, visto que nota-se uma concentração do uso destes produtos em certas áreas do estado.

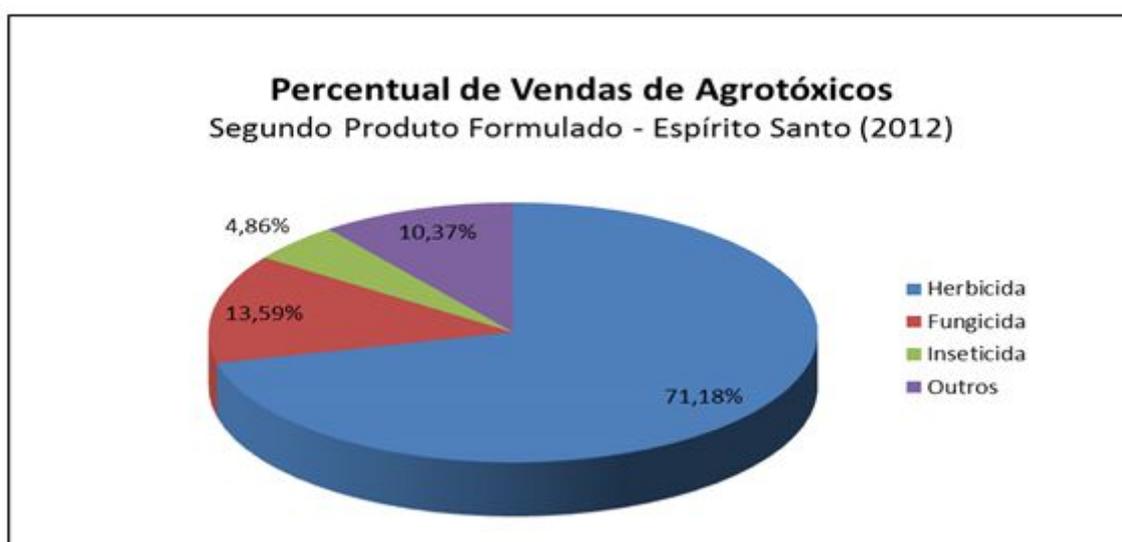


Mapa 4- Estabelecimentos que declararam utilizar agrotóxicos no Espírito Santo (1975, 1980, 1985, 1995 e 2006). Fonte: Censos Agropecuários (IBGE); Org.: Autor.

Esse percentual médio, apesar de expressivo, tem seus limites de análise, posto que um só estabelecimento pode ser capaz de fazer uso de uma grande quantidade de agrotóxicos. Isso pode ser constatado através dos dados do IBAMA (2014), que mostram que as vendas de agrotóxicos, no Espírito Santo de 2000 para 2012, mais que dobraram. Foram, respectivamente, 1.826,45 toneladas de ingredientes ativos comercializados em 2000, chegando a 2005 aos 2.201,75 e, a 2012 aos 4.193,73. Dessa maneira, mesmo apresentando um percentual de estabelecimentos relativamente diminuto de 1985 para 2006, o consumo em volume e o número absoluto de estabelecimentos utilizando os produtos apresentaram-se crescentes. Isso quer dizer que há um grande número de estabelecimentos fazendo um uso ascendente de agrotóxicos em seus modos de produção.

Quando se toma as vendas de agrotóxicos no estado, em toneladas de produto formulado, chega-se a 71,18% do total de vendas sendo de herbicidas.

Gráfico 1: Venda de agrotóxicos por produto formulado no Espírito Santo.



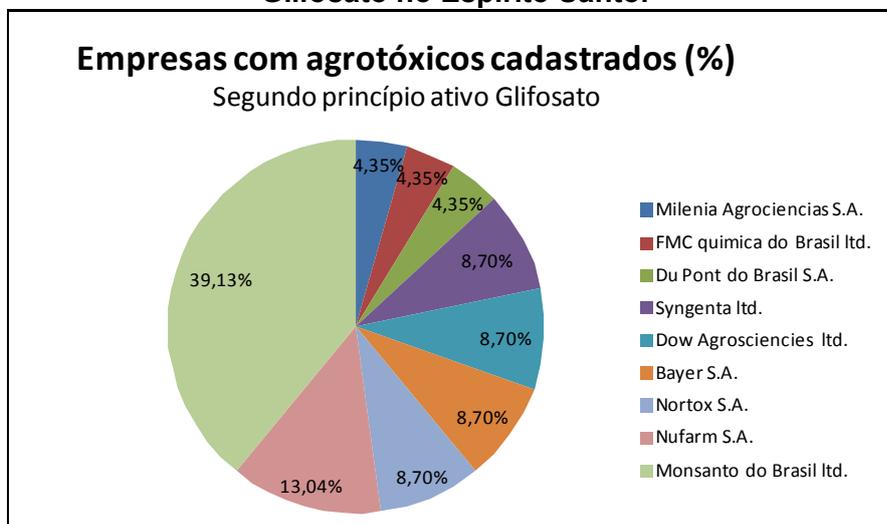
Fonte: IBAMA(2012); Org.: Autor.

Já em relação aos ingredientes ativos destaca-se o glifosato e o 2,4-D que perfazem 66,49% das vendas.

Essa constatação reforça a tese de que com a territorialização de objetos técnicos diversos, o capital industrial encontrou mais uma forma de se realizar, ao passo que criou uma maneira de monopolizar o território. Isso se verifica no controle de mais de 71% das vendas de agrotóxicos no Espírito Santo por parte de nove grandes multinacionais. A Monsanto do Brasil Ltda, especificamente, chega a deter cerca de 40% dos agrotóxicos com

princípio ativo glifosato, cadastrados no estado.

Gráfico 2: Empresas que detêm o cadastro de agrotóxicos com princípio ativo Glifosato no Espírito Santo.



Fonte: IDAF (2014); Org.: Autor.

Analisando alguns municípios onde predomina o modelo de produção monocultor de commodities, o percentual de estabelecimentos utilizando agrotóxicos, é elevado. Especificamente Jaguaré⁷, um dos maiores produtores de café conilon, as cifras alcançam (50,2%) em 1985 e (91,6%) em 2006. São Mateus, maior produtor de eucalipto, em 1975, totalizava (58,6%), em 1985 (43,6%) e em 2006 (49,4%). Enquanto Linhares, um dos maiores produtores de cana de açúcar do estado, já em 1975, apresentava (62,5%), permanecendo com (60,9%) em 1980 e em 2006 com (44,3%). Reitera-se que esse quantitativo variará de acordo com a estrutura fundiária dos municípios afins.

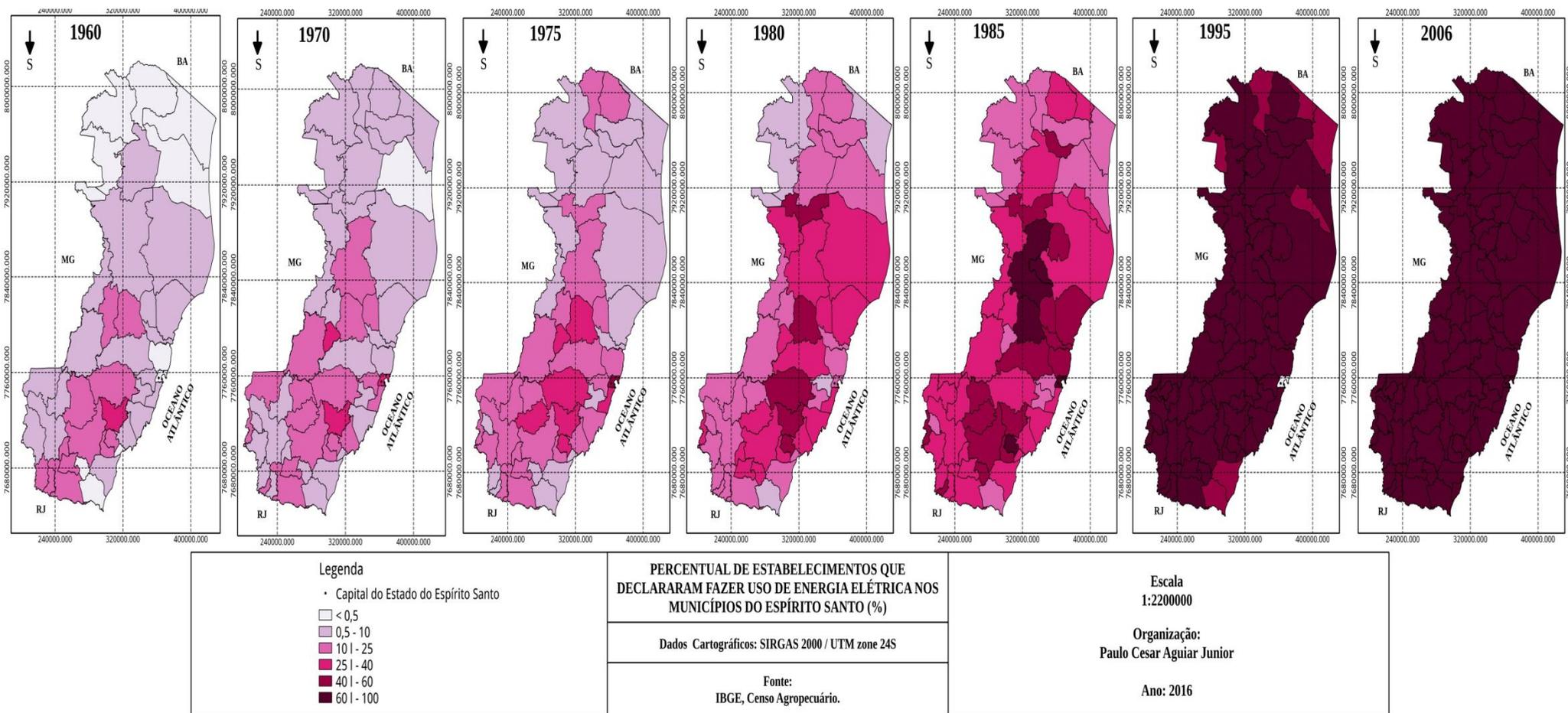
Linhares e São Mateus, a exemplo, por apresentarem uma estrutura fundiária onde predominam grandes latifúndios (18,4% e 49,7%), podem ocultar o verdadeiro conteúdo de seus modelos de produção. Isso significa a real possibilidade de um único latifúndio poder utilizar o quantitativo (volume) de agrotóxicos equivalente ao de muitas pequenas propriedades. Essa questão não foi aferida, pois o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF informou não realizar o controle do volume de agrotóxicos comercializado em nível de município.

Ainda cabe dar destaque a um elemento que pode ser chamado de estrutural, pois é basilar para a entrada e aprofundamento da modernização. A criação e ampliação da rede viária ligando as áreas rurais aos centros urbanos locais e estadual permitiu que diversos produtos deslocassem para áreas longínquas.

⁷ As informações do Censo Agropecuário do IBGE para o município têm início em 1985 pelo fato de Jaguaré ter adquirido sua independência política somente em 1981, desmembrando-se de São Mateus.

Também o indicador “uso de energia elétrica” ajuda a entender o contexto de aprofundamento da modernização. Em 2006, cerca de 90% dos estabelecimentos rurais possuíam energia elétrica, TV (72,8%), Rádio (77,9%), Computador (6%), Internet (2,1%). Notadamente, a expansão da rede elétrica permite a intensificação do uso de tecnologias como da irrigação, mas também faz com que a informação hegemônica seja ainda mais efetiva, fundamentalmente, através dos grandes veículos de comunicação de massa TV e Rádio que apresentam forte inserção no meio rural.

Mapa 5: Estabelecimentos que declararam utilizar energia elétrica no Espírito Santo (1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006).



Fonte: Censos Agropecuários (IBGE); Org.: Autor.

De maneira geral, até 1970, a inserção do projeto da modernização conservadora nos territórios à norte do rio Doce no Espírito Santo ainda era incipiente, o que viria a modificar nos anos posteriores. Em 1970, o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais foi implementado sustentado pelo crédito direcionado. A difusão da eletrificação e a expansão da malha viária rural intensificou-se na década de 1980 sob as ações dos governos municipais.

Neste contexto, merece destaque algumas ações, políticas e programas do governo do estado, mediante seus órgãos ao longo das décadas de 1970 e 1980, como podemos ver na ilustração que segue.

Ilustração 1: Ações, políticas e programas, para a agricultura, dos governos do Espírito Santo no período de 1970 a 1980.

Ações	Políticas	Programas
-Transferência de tecnologia junto a jovens rurais;	-Política de integração agroindustrial;	-Programa de pesquisa agropecuária;
-Assistência aos produtores na utilização de financiamentos bancários para a agricultura;	-Política de modernização tecnológica das empresas agropecuárias;	-Programa de mecanização agrícola;
-Elaboração de projetos de financiamento;	-Política de modernização da comercialização;	-Programa de suprimento de insumos;
-Construção de estradas; terraplanagem;	-Realocação espacial da produção;	-Programa de aerofotogrametria e fotointerpretação;
-Construção de barragens;		-Programa de crédito rural;
-Construção de canais para drenagem de vales e drenagens de vales úmidos;		-Programa de assistência técnica;
		-Programa de armazenagem;
		-Programa central de abastecimento e programa de cooperativismo;

Org.: Autor.

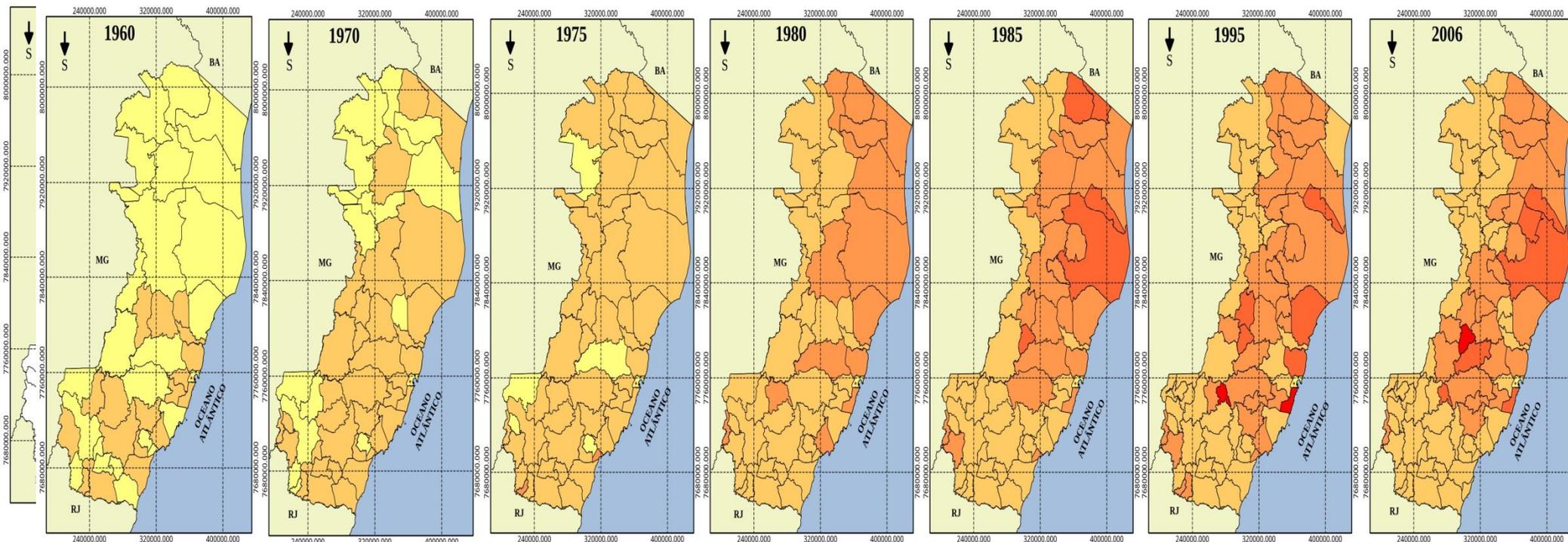
ica

explícito nesses programas, políticas e ações governamentais, a hegemonia do projeto modernizante, logo a territorialização induzida da matriz técnica hegemônica. Dois outros

elementos desta matriz técnica ganham corpo ao longo deste processo: o uso de tratores e de irrigação passam a fazer parte integrante do novo modo de produzir na agricultura, na maioria das vezes em comum acordo com outros objetos técnicos como, a adubação e os agrotóxicos.

Ambos indicadores devem ser refletidos em associação ao tipo de produção e às características geográficas de cada área.

Mapa 6: Estabelecimentos que declararam utilizar irrigação no Espírito Santo (1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006).



Legenda

- Capital do Estado do Espírito Santo
- < 0,5
- 0,5 - 10
- 10 | - 25
- 25 | - 40
- 40 | - 60
- 60 | - 100

PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS QUE DECLARARAM FAZER USO DE TRATORES NOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO (%)

Dados Cartográficos: SIRGAS 2000 / UTM zone 24S

Fonte:

Escala
1:2200000

Organização:
Paulo Cesar Aguiar Junior

Ano: 2016

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE); Org.: Autor.

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE); Org.: Autor.

Considerações Finais

As análises realizadas devem instigar o questionamento de quem foi e são os verdadeiros beneficiados com a modernização, haja vista o papel central de setores da burguesia (nacional e internacional), bem como do Estado no âmbito nacional, estadual e municipal na territorialização destes objetos.

Faz-se mister enfatizar que “o processo da modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos setoriais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira (DELGADO, 1985, p. 87).”

O modelo de produção agrícola hegemônico é uma expressão evidente da metamorfose entre técnica hegemônica e capital. Objetos como os agrotóxicos, sem qualquer regulação, são amplamente utilizados com vistas ao fim único de elevar os índices de produtividade, a qualquer custo.

São objetos diversos, segundo classe de uso, destacam-se herbicidas, fungicidas, inseticidas e raticidas de grupo químico organofosforados, glicinas, carbamatos, piretróides, triazóis e outros, com princípio ativo 2,4-D, glifosato, endosulfan, clorpirifós, cipermetrina. Todos guardam em comum uma relação direta com inúmeros processos de adoecimentos agudos e, possivelmente, crônicos.

Desse modo, os agrotóxicos se apresentam como uma vertente do processo de patogenia espacial, eles se tornam onipresentes e demonstram a profundidade que assume a ambiguidade humana.

Diante do exposto, cabe indagar qual a racionalidade de objetos técnicos que representam um perigo à vida humana e ao ambiente, pois qual seria a tecnologia requerida pela população, quando se fala de produção de alimentos e produtos que fazem parte da vida cotidiana das pessoas?

De fato, há uma necessidade de pensar e praticar uma nova agricultura, de repensar a relação entre o homem e o ambiente, de rever os conceitos de produtividade, os padrões de consumo, os limites de segurança, toda a riqueza que é socialmente produzida e apropriada por poucos, para assim resgatarmos o que de essencial o homem possui e que o diferencia dos demais animais.

Referências

ANTONGIOVANNI, Lídia Lúcia. **Território como abrigo e território como recurso: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo**. Niterói, 2006, 173f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.

BRASIL. Ibama. Ministério do Meio Ambiente. **Boletim Anual sobre Comercialização de Produtos Agrotóxicos e Afins**: Planilhas em excel. 2014. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/areas-tematicas-qa/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos/pagina-3>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. 567 p.

DARÉ, Raquel. **A “Crise” do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo**. Vitória, 2010, 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

DELGADO, Guilherme C. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Caderno de Ciências & Tecnologia**, v. 2, n. 1, 1985.

FASSIO, Levy Heleno; CASTRO, Lúcio Fróes de (Org.). **Instituto capixaba de pesquisa, assistência técnica e extensão rural um documento sobre o meio rural capixaba**. Vitória: Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, Governo do Estado do Espírito Santo, 2006. 108 p.

FERREIRA, Sebastião. **Educação ambiental e educação do campo na produção de novas racionalidades**: diante da cultura globalizada. Vitória, 2010, 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**; [Tradução de Marisa Teresa Machado], Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

IBGE. **Censo agrícola de 1960: Espírito Santo - Rio de Janeiro - Guanabara**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. **Censo agropecuário de 1970: Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo agropecuário de 1975: Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Censo agropecuário de 1980: Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo agropecuário de 1985: Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. **Censo agropecuário de 1995: Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

_____. **Censo agropecuário de 2006: Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo Demográfico** - Resultados do Censo, 2010.

IDAF. Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo. **Relatório Simplificado de Produtos - Agrotóxicos**. 2015.

MARX, Karl. **O Capital** - crítica da economia política. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores, livro 1, tomo 1).

NETO, Jaime Bernardo. **Pequenas propriedades rurais e estrutura fundiária no Espírito Santo**: uma tentativa de entendimento das particularidades capixabas, Vitória, 2009, 177f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SCARIM, Paulo Cesar. **Geografia Agrária do Espírito Santo**. Vitória-ES: Paulo Cesar Scarim, 2010. 127 slides, color, 22,86cm x 15,03cm.

SERVIÇO SOCIAL RURAL. Conselho Regional do Espírito Santo. **Desenvolvimento municipal e níveis de vida no estado do Espírito Santo**. Vitória, 1962.

SOUZA FILHO, Hildo Meireles de. **A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba**. 1990. 202 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TRAPÉ, Ângelo Zanaga. **Efeitos toxicológicos e registro de intoxicações por agrotóxicos**. 2015.

Recebido para publicação em 10 de setembro de 2016.

Devolvido para a revisão em 08 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 11 de dezembro de 2016.

A luta por água no estado da Paraíba: contradições e conflitos¹

Emilia de Rodat Fernandes Moreira

Docente do Dpto. de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
erodat@hotmail.com

José Carlos Dantas

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
j_c_dantas@hotmail.com

Diego dos Santos Dantas

Discente do Curso de Geografia da UFPB, Bolsista do PIBIC/UFPB/CNPQ
dantasdsd@gmail.com

André Paulo do Nascimento

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
andrepaulo@outlook.com

Raisa Maria Regala

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
Raisa.mar@hotmail.com

Ivan Targino

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Juliana Fernandes Moreira

Docente do Curso de Gestão de Recursos Humanos da UFPB
Discente do Curso de doutorado em Ambiente e Desenvolvimento da UFPB
jfernandesmoreira@yahoo.com.br

Pedro Costa Guedes Vianna

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
Docente do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UFPB
pedro.costa.vianna@gmail.com

Resumo

O trabalho tem por objetivo estudar os conflitos por água em um dos estados do Nordeste do Brasil, o da Paraíba. Trata-se de um estudo analítico descritivo pautado em dados secundários obtidos em pesquisas diversas e nos Cadernos de Conflitos no Campo - Brasil, publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 2005 e 2014. No que se refere à estruturação do trabalho, ele é constituído de quatro partes além da introdução e das considerações finais. A primeira discute a relação entre espaço, território e conflito. A segunda apresenta os conflitos por água eclodidos no estado da Paraíba antes de 2005. A terceira analisa os conflitos por água eclodidos no estado entre 2005 e 2013. A quarta aborda as políticas de gestão das águas pelo Estado enfatizando a contradição entre política de combate à seca e política de convivência com a seca, destacando o papel da ASA na formulação de políticas públicas estruturantes para o semiárido. Constatou-se que os conflitos por água no estado da Paraíba estão associados à questão da terra e que a escassez de água e sua

¹ Artigo produzido no âmbito dos Projetos Casadinho/PROCAD/CNPq, 2011-2015 e do Projeto de Produtividade em PQ/ CNPq, Processo 2014-2017.

transformação em mercadoria agudiza a disputa por esse recurso natural. O Estado age nesse momento de forma contraditória no que se refere à gestão das águas exprimindo claramente o caráter de classe do Estado capitalista que ele é.

Palavras-chave: Conflito por água; território; estado da Paraíba.

Abstract

The struggle for water in the state of Paraíba: contradictions and conflicts

This paper aims to study the water conflicts in one of the northeastern states, the Paraíba. It is a descriptive analytical study ruled on secondary data obtained in several surveys and Notebooks of Countryside Conflicts - Brazil, published by the Pastoral Commission of Land (CPT) between 2005 and 2014. As regards the structuring of work, it consists of three sections besides the introduction and closing remarks. The first discusses the relationship between space, territory and conflict. The second presents the water conflicts in the state of Paraíba before 2005 and the third addresses the water conflicts in the state between 2005 and 2013. The fourth section addresses the water management policies by the State, emphasizing the contradiction between politics of combat to the drought and policy of coexistence with the drought, highlighting the role of ASA in the formulation of public policies structuring the semi-arid. It was found that the water conflict in the state of Paraíba is associated with the issue of land and that the shortage of water and its commodification sharpens the competition for this natural resource. The state acts at the moment at cross purposes with regard to water management clearly expressing the capitalist state's class character it is.

Keywords: Water conflicts; Territory; State of Paraíba.

Resumé

La lutte pour l'eau dans l'état de Paraíba: les contradictions et conflits

Le travail vise à étudier les conflits pour l'eau dans l'état de la Paraíba, situé dans la région Nord-est du Brésil. Il s'agit d'une étude analytique descriptive basée sur des données secondaires provenant de diverses recherches et des Cahiers de Conflits dans le Champ - Brésil, publiés par la Commission Pastorale de la Terre (CPT) entre 2005 et 2014. En ce qui concerne la structure du travail, elle est composée de quatre parties en dehors de l'introduction et de considérations finales. La première traite de la relation entre l'espace, le territoire et les conflits. La seconde présente les conflits pour l'eau qui ont eu lieu dans l'état de Paraíba avant 2005. La troisième traite des conflits pour l'eau dans l'état entre 2005 et 2013. La quatrième traite des politiques de gestion de l'eau par l'État. Souligne la contradiction entre la politique de combat à la sécheresse et la politique de coexistence avec la sécheresse et met en évidence le rôle de l'ASA dans la formulation des politiques publiques pour le semi-aride. Il a constaté que les conflits pour l'eau dans l'état de Paraíba sont associés à la question de la terre et aussi que la pénurie d'eau et sa marchandisation aiguise la concurrence pour pour cette ressource. Dans ce moment, l'Etat agit de manière contradictoire par rapport à la gestion de l'eau exprimant le caractère de classe de l'Etat capitaliste, qu'il est.

Mots-clés: Conflits pour l'eau; territoire; état de Paraíba

Introdução

Este trabalho tem por objetivo estudar os conflitos por água na Paraíba, um dos estados do Nordeste brasileiro. Trata-se de um estudo analítico e descritivo com base em dados secundários obtidos em pesquisas diversas e nos Cadernos de Conflitos no Campo - Brasil, publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 2005 e 2014².

Os dados foram organizados e sistematizados servindo de base para a elaboração de tabelas, gráficos e mapas temáticos. Para a confecção dos mapas foram também utilizadas informações sobre a divisão político-administrativa do estado bem como dados relativos à hidrografia e à açudagem com o objetivo de estabelecer relações entre os locais de ocorrência dos conflitos e a sua disponibilidade hídrica. Estes dados foram obtidos na Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs) e sistematizados para a geração dos produtos cartográficos.

Para identificar os tipos de conflito por água utilizou-se a mesma metodologia adotada pela CPT que estabelece três tipos de conflitos: a) conflito por apropriação particular. Este tipo de conflito ocorre quando um proprietário promove um desvio de um curso d'água ou o barramento de uma fonte, ocasionando a diminuição ou impedimento de acesso a essa água por outros sujeitos; b) conflitos em barragens e açudes. Estes se dão, principalmente, pela construção de reservatórios para hidroelétricas ou quando o projeto não cumpre os requisitos da legislação vigente. Também podem ocorrer quando tais obras expropriam famílias de pequenos proprietários ou quando não apresentam alguma política de reassentamento destes; c) conflitos por uso e preservação. São conflitos relacionados, basicamente, à degradação ambiental de matas ciliares, às áreas de nascente e aos próprios corpos hídricos. As principais causas desse tipo de conflito são a aplicação de agrotóxicos, a atividade de mineração, a pesca predatória, a contaminação de rios por dejetos domésticos e industriais, entre outros. No caso do uso, os conflitos são representados, principalmente, por cobranças pelo uso da água.

No que se refere à estruturação do trabalho, ele é constituído de três partes além desta introdução e das considerações finais: a primeira discute a relação entre espaço, território e conflito; a segunda apresenta os conflitos por água eclodidos no estado da Paraíba antes de 2005; e a terceira analisa os conflitos por água eclodidos no estado entre 2005 e 2013.

Território, água e conflito

Entendendo o espaço como a natureza transformada pelo trabalho ao longo do tempo histórico e o território como uma porção desse espaço, chega-se ao entendimento que

² Em 2014 a CPT não registrou nenhum conflito por água na Paraíba.

tanto no espaço quanto no território a natureza está presente embora constantemente modificada pelo trabalho do homem (MOREIRA, 2002). Outro aspecto, talvez o mais enfatizado na discussão do território no âmbito da geografia, diz respeito à questão do poder. Para Raffestin (1993) poder e território, apesar de possuírem autonomia, se entrelaçam quando se trata de conceituar território. Souza (2000) concebe o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Visto por este prisma, a terra e a água, enquanto elementos da natureza vitais à vida e essenciais à formação territorial, acham-se imbricados nas relações de poder.

No que tange à água, esta constitui o elemento fundamental para o surgimento do homem na terra sendo indispensável à reprodução de todas as espécies da biosfera. O ser humano é duplamente dependente da água na medida em que não só precisa ingeri-la cotidianamente, como os alimentos que consome são igualmente produzidos e compostos por água, fazendo parte das necessidades vitais a serem satisfeitas a fim de evitar alterações fisiológicas graves que podem, inclusive, levar à morte dos indivíduos (UHEL, 2013).

Em virtude da importância vital da água, a apropriação dos recursos hídricos e dos mecanismos de produção e de sua distribuição constitui uma questão de poder pelo controle das condições da vida individual e coletiva (UHEL, 2013).

Pode-se acrescentar ainda que as relações de poder em torno dos recursos hídricos são estabelecidas tanto por sua escassez³, como por sua privatização, transformação em mercadoria e crescimento acelerado da sua contaminação/poluição.

Referindo-se à escassez da água, Barlow e Clarke (2003) fazem menção ao descompasso entre o crescimento do consumo da água e sua disponibilidade no planeta. De acordo com os autores, no século XX, a população do planeta triplicou e o consumo da água aumentou sete vezes. Eles preveem que em 2050, quando o planeta terá três bilhões de pessoas a mais, haverá necessidade de 80% a mais de água apenas para o uso humano e que, pelo menos até o momento, não se tem conhecimento de onde essa água virá. Além deste aspecto aparentemente matemático ou estatístico, Barlow e Clarke (2003) chamam a atenção para a transformação crescente da água em mercadoria e para o crescimento em nível mundial de sua privatização.

Chade (2008) faz menção a uma diversidade de estudos que consideram ser a água e não o petróleo, o ouro ou os minérios o elemento de disputa mais significativo no mundo nos próximos cinquenta anos, podendo originar “um exército de refugiados ambientais”.

Para Vianna (2005), ao tornar-se um recurso (hídrico) a água adquire valor econômico e político, torna-se objeto de disputa e inacessível àqueles que não dispõem de

³ Embora exista no planeta 1.370.000.000 km³ de água, apenas 2,80% desse total é água doce encontrada nos rios, lagos, subsolo, calotas de gelo e glaciais e 97,20% é água salgada dos mares e oceanos.

condições para adquiri-la. Essa disputa põe em jogo classes antagônicas e, conseqüentemente, interesses antagônicos redundando em conflitos.

No que se refere ao conflito, buscar sua conceituação nos remete à própria história da humanidade uma vez que ele é tão antigo quanto a sociedade humana. Durante muito tempo a Sociologia voltou-se ao estudo conceitual de conflito. De acordo com Giddens (2004) a abordagem adotada era predominantemente marxista ou weberiana, e centralizada nas grandes desigualdades de classe social, de gênero, de etnia, entre outros.

A teoria marxista de conflito pauta-se na ideia defendida por Marx de que sua origem acha-se atrelada à dialética do materialismo e à luta de classes. Desse modo, todo conflito é social e se estabelece entre classes antagônicas (KARL MARX, 1818-1883). Para Marx, a história de todas as sociedades que existiram até os dias atuais tem sido a história da luta de classes. Essa compreensão acha-se explicitada claramente na citação abaixo:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta (MARX e ENGELS, p. 365-366).

Nesse sentido, os conflitos para Marx (1998), não são acidentes da vida social que ocorrem no interior de cada sociedade. Ao contrário, para ele em todas as sociedades existem conflitos permanentes que são, antes de tudo, conflitos de interesses promotores de mudanças da realidade.

Outro aspecto considerado na abordagem marxista de conflito é a ideologia. Esta corresponde ao conjunto de “crenças e valores que possibilitam o domínio dos grupos mais poderosos sobre os menos poderosos - o que apela para a indissociável ligação entre poder, ideologia e conflito” (BALTAZAR, 2007).

Para além da sociologia marxista que sempre privilegiou esta abordagem da realidade social Baltazar (2007) destaca ainda outros autores que se ocuparam com o estudo do conflito social utilizando outras abordagens a exemplo de Max Weber (1864-1920), Georg Simmel (1858-1918), Lewis Coser (1913-2003), Raymond Aron (1905-1983), Wright Mills (1916-1962) e Ralf Dahrendorf (1959).

Neste trabalho entendemos o conflito dentro da perspectiva marxista de leitura da realidade social uma vez que compreendemos ser esta a forma de compreensão que melhor explica a realidade dos conflitos por terra e água eclodidos no estado da Paraíba. Acreditamos que os conflitos por terra e água nos países latino-americanos como o Brasil se estabelecem entre classes antagônicas quais sejam: a classe dos latifundiários e a dos camponeses e a

classe dos detentores do controle e do poder sobre a água e a população que não tem acesso à mesma.

O objetivo deste artigo é estudar o conflito pela água pelo viés da Geografia, em particular, da Geografia Agrária brasileira. A pesquisa bibliográfica realizada dá conta de que nesse ramo do conhecimento científico são muito recentes os estudos de conflitos em torno do acesso à água. Comumente o foco tem sido a questão da terra e os conflitos eclodidos caracterizam-se pela disputa da mesma por camponeses e latifundiários.

No estado da Paraíba, se tem conhecimento que os primeiros estudos sobre conflito agrários tiveram lugar no início dos anos 70 do século XX e foram realizados pela socióloga Dulce Cantalice e a geógrafa Emilia Moreira que continua pesquisando sobre o tema. Para esta o conflito de terra é:

Fruto do choque de interesses entre capital e trabalho representado, de um lado, pela necessidade de subordinação da produção à lei do lucro e, do outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência da unidade familiar de produção (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 296).

No que se refere ao conflito pela água na Paraíba, o geógrafo Pedro Guedes Vianna tem se dedicado ao seu estudo, evidenciando que na região semiárida é impossível discutir a questão agrária dissociada dos conflitos pela água (VIANNA, 2005; 2009).

A CPT entende conflitos pela água como:

Ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc. (CPT, 2005, p.14).

Este conceito abrange, praticamente, todas as formas de conflito em torno da água identificadas no estado da Paraíba. Neste estado, a disputa por água é antiga e durante longo tempo concentrou-se na região semiárida. Apesar de toda água acumulada nessa região, através da construção de açudes, barragens públicas, barragens particulares, poços, canais, etc. a cada novo período de estiagem prolongada vivencia-se sua escassez com mais intensidade. Isto evidencia a incapacidade das políticas públicas tradicionais de “combate à seca”, pela via da acumulação de água em grandes reservatórios, de transformar em profundidade a realidade da região. Bem ao contrário, elas beneficiaram os proprietários fundiários em cujas propriedades foram construídos açudes, reforçando a estrutura de poder e de domínio da oligarquia rural sobre o território através do controle privado da água⁴.

⁴ A história da construção do açude São Gonçalo no município de Sousa ilustra bem o fato de como as oligarquias rurais buscavam fortalecer o seu poder local através do controle da política de açudagem. No caso específico,

Os conflitos pela água na Paraíba antes de 2005

A CPT só iniciou os registros dos conflitos por água no Brasil em 2005. Antes disso, porém, entre 1985 e 1992, Moreira (1997) já constataria a ocorrência de conflitos envolvendo a questão da água no estado da Paraíba, no entorno de açudes situados no Sertão tais como: os açudes Riacho dos Cavalos (1985), Barragem da Farinha (1986), Pilões (1991) e Carneiro (1992). De acordo com Moreira (1997), esses conflitos tiveram a ver com a luta de pequenos produtores sem terra pelo acesso às terras das áreas de vazante e às águas das barragens para plantar, pescar, para dessedentação animal e abastecimento das famílias.

Entre os anos de 1998 e 1999, um colapso no sistema de abastecimento do município de Campina Grande, abastecido pelas águas do açude Epitácio Pessoa, também gerou uma série de conflitos pelo uso da água no município de Boqueirão, situado na porção central do semiárido paraibano. Tais conflitos foram ocasionados pela proibição por parte do Estado da prática de irrigação realizada por pequenos irrigantes no entorno do açude, ao mesmo tempo em que as atividades industriais sediadas em Campina Grande continuavam utilizando grandes quantidades de água (BRITO, 2013).

Em 2001, outro conflito por água eclodiu no Sertão do estado da Paraíba, desta vez envolvendo os assentados do Assentamento Acauã, situado no município de Aparecida. Tal conflito envolveu os assentados e o Estado representado pela agência responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos naquele momento a Agência de Águas, Irrigação e Saneamento (AAGISA), em torno da utilização pelos assentados das águas de um canal denominado Canal da Redenção⁵. Durante anos, esse canal foi utilizado no assentamento em períodos de estiagem e no cotidiano para realizar atividades domésticas, para a irrigação pelos assentados com lotes situados nas suas margens e para abastecer um açude ali existente. Em 2001 a AAGISA proibiu qualquer tipo de uso da água do canal pelos assentados ao mesmo tempo em que mantinha um tratamento diferenciado para os grandes proprietários que desviavam águas do canal para realizar irrigação. Esse tratamento assimétrico dado pelo Estado aos trabalhadores e aos proprietários capitalizados aguçou o conflito que só finalizou quando as fiscalizações foram abrandadas.

Entre 2005 e 2006, o conflito foi apaziguado, e a fiscalização deixou de ser realizada. As lideranças do assentamento atribuíram essa falta de fiscalização ao período político, pois 2006 foi um ano de eleição para governo do Estado e o governador era candidato à reeleição. A proibição do uso da

tem-se a disputa entre as famílias Mariz e Pereira pelo controle da construção do referido açude (NÓBREGA, 1961).

⁵ O Canal da Redenção foi construído no âmbito de um projeto hídrico denominado Plano das Águas e previa a construção de um canal condutor de água para abastecer o perímetro irrigado das Várzeas de Sousa no Alto Sertão da Paraíba.

água só prejudicaria o governo, no tocante à votação (MOREIRA, LIMA e TARGINO, 2008, p. 89).

As águas do Canal da Redenção também se tornaram objeto de disputa no perímetro irrigado denominado Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS). Este Projeto caracterizou-se por reproduzir a estrutura fundiária concentrada característica da região sertaneja, ficando apenas duas empresas com a maior parte das terras e, conseqüentemente, com maior acesso à água, o que gerou desconforto entre os camponeses sem terra da região dando origem ao conflito. Num espaço caracterizado pela escassez hídrica e marcado pela desestruturação das tradicionais relações de trabalho como a parceria e o arrendamento que estavam atreladas à produção do algodão, destruído pela praga do bicudo, o desemprego e as condições precárias do trabalhador rural só se agudizaram levando a população pobre do campo e da periferia das cidades a se organizarem em torno dos movimentos sociais na busca de acesso a terra e a água.

De acordo com Regala e Moreira (2014) em 2004, 400 famílias sem terra, com o apoio da CPT, realizaram uma ocupação na área. Essa ocupação resultou na criação do Acampamento Nova Vida I constituído por 100 famílias. Ao lado deste Acampamento, dois anos depois surgiu outro, do MST, que recebeu o nome de Acampamento Renascer. A solução desses conflitos só teve lugar em 2011, quando o Estado cedeu 1.007,0 hectares no Perímetro para instalação do Assentamento Nova Vida I que comporta 141 famílias oriundas dos dois acampamentos (INCRA, 2014). Mesmo após a conquista da terra o acesso à água do Canal ainda permanece muito problemático para os assentados.

De acordo com constatações feitas por Regala (2014), durante pesquisa de campo realizada nesse Assentamento, os assentados, três anos depois de instalados na área, ainda não tinham acesso à água e viviam sem quase nenhuma infraestrutura hídrica instalada. Embora a responsabilidade de liberação da água devesse ter sido feita pelo INCRA, alguns agricultores com melhor condição financeira acabaram por contratar, com recursos próprios, a empresa responsável pela assistência técnica do PIVAS, para realizar a ligação da água nos seus lotes. Todavia, nem todos tiveram condições de adquirir os equipamentos necessários para fazer a ligação da tomada de água até o lote. A questão da água pela qual tanto lutaram, portanto continuava sem solução.

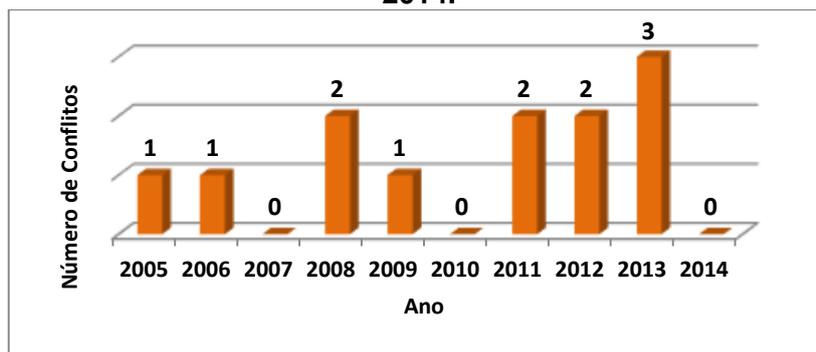
Constata-se, com base no exposto, que os conflitos por água ocorridos na Paraíba antes de 2005 concentraram-se no semiárido, área em que a água é escassa e essencial à sobrevivência do homem do campo, centrando-se em torno dos açudes e de um canal de transposição. Fica evidenciado que, nesse período, os conflitos pela água estão relacionados com a viabilização da produção familiar de base camponesa no semiárido paraibano, de um lado, e com a ação do Estado que privilegia a grande unidade de produção nessa mesma área, por outro lado.

Os conflitos por água entre 2005 e 2013 na Paraíba

Na atualidade, apesar da disseminação de formas alternativas de captação e armazenamento de água no semiárido paraibano (incluindo-se aí as áreas do Agreste seco) a ocorrência de secas mais prolongadas, a diminuição dos espaços de tempo entre uma seca e outra, a poluição e/ou contaminação crescente dos mananciais aquáticos, o desvio de cursos d'água ou o barramento de fontes, a permanência da elevada concentração fundiária e a expansão da prática de irrigação convencional em grandes e médias propriedades entre outros, têm contribuído para agravar a escassez da água e provocar o surgimento de conflitos pela água no estado da Paraíba. O fato novo é que tais conflitos, vêm se disseminando no Agreste e na Zona da Mata.

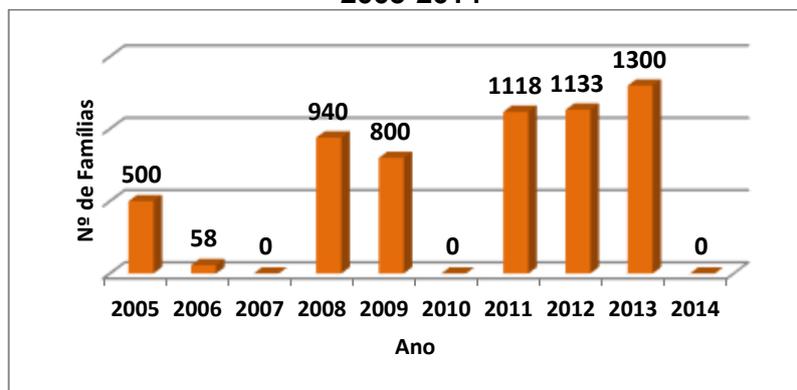
Os Gráficos 1 e 2 mostram o número de conflitos e de famílias envolvidas em conflitos por água durante o período de 2005 a 2014 na Paraíba.

Gráfico 1: Paraíba: Conflitos por água segundo o ano de eclosão do conflito. 2005-2014.



Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014.

Gráfico 2: Paraíba: Nº de famílias envolvidas em conflitos por água segundo o ano. 2005-2014



Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014.

Segundo a CPT, o Brasil registrou 758 conflitos por água entre 2005 e 2014, com 322.508 famílias envolvidas. No estado da Paraíba apenas 12 conflitos tiveram lugar durante

esse período, representando muito pouco do total nacional. O número de famílias envolvidas nestes conflitos, 5.849 famílias também representa pouco (apenas 1,8%) quando comparado com o número de famílias brasileiras (Gráficos 1 e 2). Este pequeno percentual pode estar relacionado ao fato de, no período em foco, não ter havido na Paraíba nenhuma construção de reservatórios de proporção significativa, estando os conflitos relacionados fundamentalmente ao acesso às fontes de água (MARQUES, 2012).

Observando o Gráfico 1, referente à distribuição dos conflitos por água segundo o ano de ocorrência no estado da Paraíba, percebe-se que em alguns anos não existiram conflitos, o que pode ser explicado pela intermitência dos conflitos que, segundo Malvezzi, podem “surgir num determinado momento, silenciar no tempo, voltar mais adiante” (MALVEZZI, 2014, p. 99).

No que tange à sua distribuição espacial eles ocorreram em áreas com características ambientais, sociais e econômicas distintas e acham-se relacionados às dinâmicas naturais (sobretudo ao clima), políticas econômicas que se articulam e corroboram para o surgimento de tensões entre os mais diferentes segmentos sociais.

No período em foco eles abrangeram seis municípios do estado, sendo quatro (33,3%) localizados na Mesorregião da Mata Paraibana (espaço regional que em função da maior pluviosidade e do regime permanente dos rios, aparentemente não possui nenhuma razão para o desenvolvimento desse tipo de conflito); dois numa área situada entre dois municípios vizinhos, sendo um da Mesorregião da Mata e outro do Agreste Baixo; um no Agreste Alto e cinco conflitos em municípios do semiárido (Mapa 1). Nota-se que em todos os municípios que apresentam conflitos por água existe algum corpo hídrico importante, seja ele um reservatório (açude ou barragem), seja ele um rio.

Mapa 1: Paraíba: Conflitos por água seguindo a mesorregião e município.

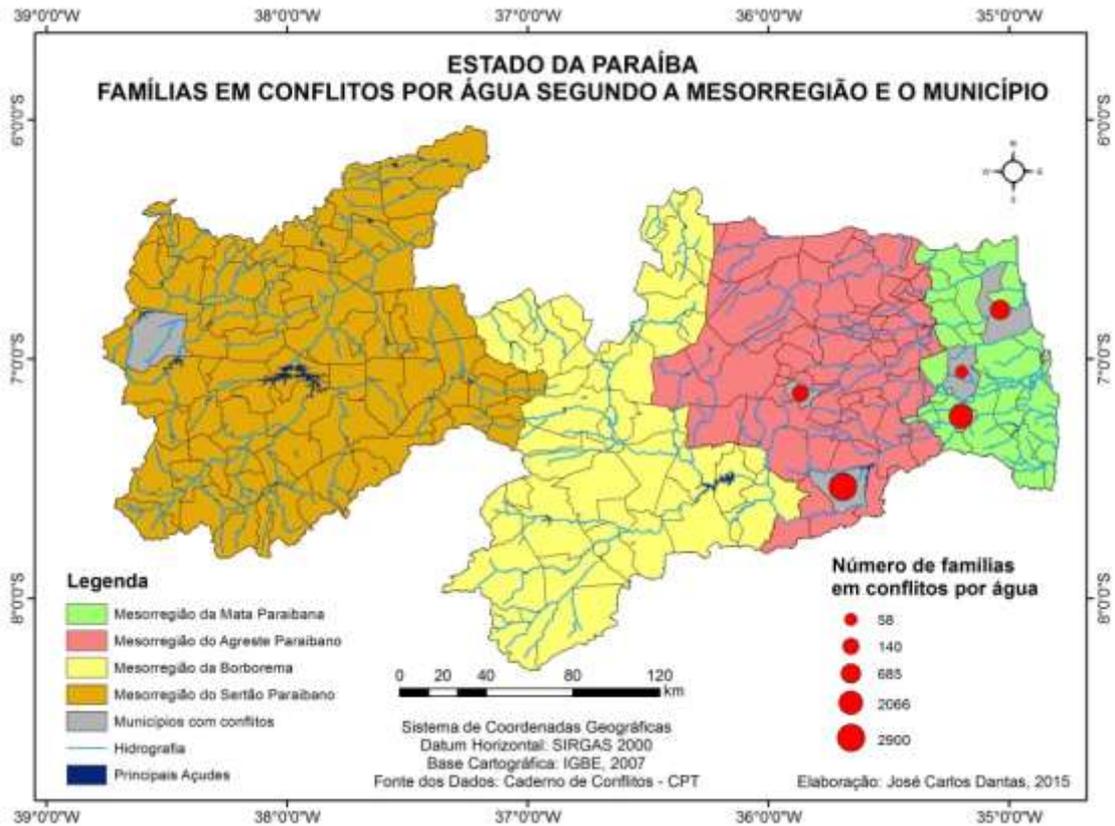
Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014.

Os municípios onde foram registrados os conflitos são: Aroeiras (4); RioTinto (2); RioTinto/Marcação/Baía da Traição (1); São Miguel de Taipu/Itabaiana (2); Sapé (1); Marcação (1); Lagoa Seca (1) e Rio Tinto (1)⁶ (Mapa 1).

O número de famílias envolvidas nos conflitos varia segundo o município. Como se pode observar no Mapa 2, o município de Aroeiras, que é banhado pelo rio Paraíba cuja bacia se estende desde a porção sudoeste da mesorregião mais seca do estado, a da Borborema, até a Zona da Mata no extremo oriental, desembocando no mar, congrega 4 conflitos, e o maior número de famílias. Na fronteira entre os tabuleiros costeiros e a depressão sublitorânea, área conhecida pelo clima subúmido e por ser ainda atingida pela seca, distinguem-se os municípios São Miguel de Taipu e Itabaiana. Chama a atenção a ocorrência de conflito por água no município de Rio Tinto localizado em pleno litoral área de maior índice de pluviosidade e umidade do estado. No extremo ocidental, no Sertão propriamente dito, foi identificado um conflito por água no município de Cajazeiras embora não haja indicação do número de famílias nele envolvidas.

⁶ Alguns conflitos desenvolveram-se em áreas que abrangem mais de um município.

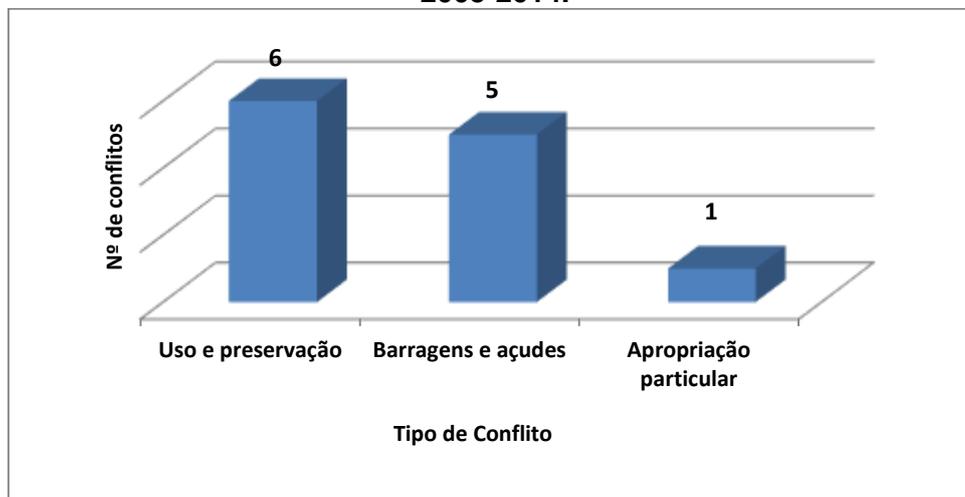
Mapa 2: Paraíba: Famílias em conflitos por água segundo a mesorregião e o município.



Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014.

No que se refere à tipologia, verificou-se a ocorrência de 6 conflitos relacionados à questão do uso e preservação da água; 5 conflitos em barragens e açudes e apenas 1 conflito decorrente de apropriação particular (Gráfico 3).

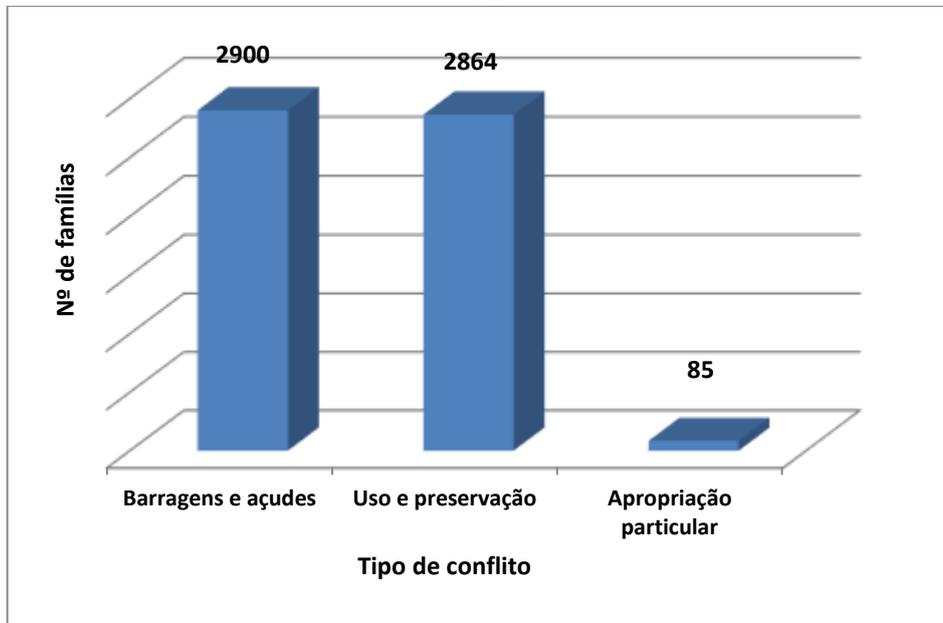
Gráfico 3: Paraíba: Tipologia dos Conflitos por Água. 2005-2014.



Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014.

Apesar dos conflitos por uso e preservação se colocarem em primeiro lugar no ranking dos conflitos por água no estado no período em pauta, são aqueles surgidos em torno de barragens e açudes os que aglutinam o maior número de famílias (Gráfico 4).

Gráfico 4: Paraíba: Número de famílias em conflito por água segundo o tipo de conflito.



Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014

Nos casos identificados na Paraíba este tipo de conflito está relacionado às políticas de reassentamento ineficientes ou inexistentes para famílias expropriadas pela construção de reservatórios ou por impedimento de acesso à água (Quadro 1). Percebe-se nestes casos certa articulação entre o Estado e as empresas destinadas a executar determinadas obras que prejudicam a população local por não incluir em seus projetos uma forma de relocar as famílias atingidas pelos empreendimentos.

Os conflitos por uso e preservação da água indicam a falta de conscientização ambiental daqueles que promovem práticas prejudiciais à dinâmica da natureza e à saúde da população. Estas práticas podem estar associadas ao desmate da vegetação nativa localizada em áreas de nascentes de rios, potencializando a ação da erosão e provocando o assoreamento dos corpos hídricos. Também podem ocorrer quando dejetos são lançados nos rios que abastecem determinadas comunidades, o que põe em xeque a qualidade da água disponível e impacta diretamente na qualidade de vida da população (Quadro 1).

Em se tratando da apropriação particular foi registrado apenas 1 conflito durante a série temporal estudada. Neste caso, o conflito foi gerado pelo impedimento de acesso à água para uma comunidade ribeirinha no município de Rio Tinto (Quadro 1).

Quadro 1: Estado da Paraíba - Conflitos por água segundo o tipo e a situação - 2005 a 2013.

Município	Ano	Mesorregião	Tipo de conflito	Situação do conflito
Sapé	2006	Mata Paraibana	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Lagoa Seca	2008	Agreste Paraibana	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
São Miguel de Taipú/Itabaiana	2011	Mata Paraibana /Agreste Paraibano	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
São Miguel de Taipú/Itabaiana	2012	Mata Paraibana /Agreste Paraibano	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Rio Tinto	2012	Mata Paraibana	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Rio Tinto/Marcação/Baía da Traição	2013	Mata Paraibana	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Aroeiras	2005	Agreste Paraibano	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Aroeiras	2008	Agreste Paraibano	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Aroeiras	2009	Agreste Paraibano	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Aroeiras	2013	Agreste Paraibano	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Cajazeiras	2013	Sertão Paraibano	Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Rio Tinto	2011	Mata Paraibana	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água

Fonte: Caderno de Conflitos da CPT, 2005 a 2014.

Como foi mencionado, o município de Aroeiras foi o que registrou o maior número de conflitos por água e de famílias envolvidas em conflitos na Paraíba durante o período estudado: 4 conflitos com 2.900 famílias envolvidas. Todos os conflitos que ocorreram neste município estão localizados na Barragem Acauã, um importante reservatório que abastece 15 municípios da região⁷. Eles foram motivados pela falta de projeto de reassentamento e pelo reassentamento inadequado das famílias atingidas pelo projeto. Neste caso ficou muito clara a falta de preocupação do Estado e da empresa responsável pela obra (OAS Engenharia) com aqueles que foram impactados pelo projeto, reafirmando mais uma vez a articulação existente entre o capital e o poder público brasileiro (OLIVEIRA et al., 2005).

No município de Cajazeiras o conflito ocorreu em virtude do impedimento de acesso à água da Barragem Engenheiro Ávidos, que tem por finalidade a irrigação de 5.000 ha de terras situadas à sua jusante e o controle das cheias do rio Piranhas⁸. Os responsáveis pela administração do reservatório decidiram abrir as comportas da barragem no período chuvoso com o argumento de que se o reservatório chegasse perto de atingir sua capacidade máxima de armazenamento a estrutura da barragem não suportaria o volume de água e romperia. No

⁷ A respeito consulte-se: <http://www.oas.com.br/oas-com/oas-engenharia/realizacoes/especiais/irrigacao-barragens/semarh-barragem-acaua/>.

⁸ A este respeito consulte: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/barragens/Barragem%20da%20Paraiba/piranhas.htm>

entanto, as chuvas esperadas para o período não ocorreram e no mês de setembro de 2013 o fornecimento de água para a região foi comprometido, ocasionando o impedimento do uso da água pelos agricultores e a geração de um conflito motivado por esse cenário⁹.

A Mesorregião da Mata Paraibana é caracterizada por apresentar uma considerável disponibilidade hídrica em relação à região semiárida, com totais de precipitação que variam entre 1500 e 1800 mm em média anual e rios perenes, sobretudo nas áreas próximas à costa litorânea (MOREIRA, 2000), favorecendo a prática de atividades de agricultura e piscicultura e gerando renda para a população rural.

Como foi mencionado, três municípios concentram os conflitos por água nessa região, sendo eles: São Miguel de Taipú, Sapé e Rio Tinto. Todos os conflitos aí identificados estão relacionados ao uso e preservação da água, principalmente nos casos de destruição e poluição de corpos hídricos.

No município de Rio Tinto, situado ao norte dessa mesorregião os conflitos ocorreram às margens do rio Mamanguape e no território indígena da tribo Potiguara. Foram registrados 3 conflitos relacionados à água no município, com um total de 685 famílias envolvidas. O principal problema enfrentado pela população local é a poluição do Rio Mamanguape, que põe em risco a qualidade da água do rio que abastece inúmeras famílias. De acordo com o Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil (CIMI, 2014), os povos indígenas que ocupam o território indígena da zona rural de Rio Tinto sobrevivem da atividade pesqueira realizada no rio Mamanguape. Com a poluição do rio e a morte de peixes e crustáceos a sobrevivência dos indígenas é ameaçada. Além das comunidades indígenas, a população ribeirinha está também sendo atingida com a destruição das espécies que vivem nos manguezais e que também são utilizadas por ela tanto para a alimentação como para a comercialização.

Em São Miguel de Taipú (localizado na porção centro-sul da Mesorregião da Mata Paraibana) os conflitos por água envolvem 15 comunidades ribeirinhas que vivem em áreas próximas ao rio Paraíba. Os dois conflitos identificados no município envolveram 2.066 famílias que dependem da água do rio para desenvolver suas atividades e garantir suas rendas. O uso e a preservação da água é o motivo que ocasiona os conflitos nesse município, mostrando a necessidade da conservação dos elementos da natureza para o melhoramento da qualidade de vida da população.

Do combate à convivência com as secas: políticas públicas e movimentos sociais

⁹ Consulte-se a respeito: <http://adjamilton.jornaldaparaiba.com.br/noticias/a-briga-pela-agua-no-sertao-e-o-verdadeiro-no-da-questao-3/>

Existe uma questão de fundo que permeia os conflitos por água: a forma de intervenção do Estado. De modo geral a ação do Estado brasileiro desde o período imperial até o século XX foi dirigida para a solução do problema da escassez de água provocada pela seca no semiárido através: a) de políticas de intervenção emergencial para socorrer as vítimas das secas; b) da política de armazenamento de água em barragens e açudes para tornar a região mais resistente às secas; c) de políticas de irrigação. Tais ações foram orientadas nitidamente para o fortalecimento das oligarquias rurais uma vez que os açudes, construídos em grande parte nas propriedades privadas, reforçaram o poder dos coronéis sobre o conjunto da população, pois eles passavam a deter não só o controle das terras, mas também o controle das águas, elementos fundamentais à sobrevivência humana.

Por sua vez, “as intervenções governamentais de caráter emergencial, apenas acentuavam a inocência de uma massa popular sem assistência, incapaz de reivindicar uma boa qualidade de vida como direito supremo e intransponível” (BIZARRIA et al. 2016, p.170).

É nesse contexto que se explica a reação da oligarquia rural nordestina à criação da SUDENE, pois sua proposta de desenvolvimento para o semiárido poderia representar um esvaziamento da ação do DNOCS na região, órgão que era por ela controlado.

Segundo Oliveira (n/d), a causa imediata da criação da SUDENE (além da seca de 1958 e suas consequências sobre o emprego e a migração rural), foi justamente as denúncias que desmascararam:

Os escândalos da "indústria das secas": corrupção na administração da ajuda dada pelo governo federal através das frentes de trabalho, existência de trabalhadores fantasmas, construção de açudes nas fazendas dos "coronéis" etc. Ou seja, denunciava-se que o latifúndio e seus coronéis - a oligarquia agrária nordestina - tinham capturado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1945, da mesma forma como anteriormente tinham dominado a Inspetoria de Obras Contra as Secas, de 1909 (OLIVEIRA, n/d; s/n).

Na verdade, as políticas de natureza assistencialista e coronelista que davam sustentação ao combate à seca só contribuíram para que as estruturas consolidadas de poder locais, e todas as relações sociais a elas articuladas, permanecessem praticamente intocadas até a década de 1980 (BURSZTYN, 1984).

O advento dos governos militares e as políticas de expansão do capital no campo por eles levadas a efeito não só foram insuficientes para resolver o problema da água e os conflitos em torno da mesma no semiárido como os agravaram. De fato, o modelo capitalista de desenvolvimento empreendido pelos militares, e que teve continuidade após a abertura política, baseado no estímulo ao agronegócio beneficiou apenas as empresas nacionais e multinacionais contribuindo para a acumulação de capital.

Em outras palavras, as políticas públicas desde o governo dos militares, passando pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) propiciaram o desenvolvimento capitalista do semiárido particularmente naquelas áreas de entorno das bacias hidrográficas. Nessas áreas nem as Matas das cabeceiras dos rios nem a Mata Ciliar foram poupadas; a utilização indiscriminada de agrotóxicos não poupou o solo nem os mananciais aquáticos contribuindo para agravar o problema de preservação da água nos rios e nos reservatórios neles construídos.

No período mais recente, a organização da sociedade civil passou a denunciar as práticas que reforçavam o controle da riqueza e do poder nas mãos da classe dominante do Nordeste rural e passou a criticar as ações de combate às secas com a afirmação de que os fenômenos climáticos não se combatem e que é preciso adotar “práticas de convivência com a seca”.

Na Paraíba, com a destruição da cultura algodoeira, a repetição cada vez mais próxima uma da outra de estiagens prolongadas e a modernização crescente do agronegócio, observou-se o crescimento do desemprego, a ampliação da pobreza e a falta de perspectiva de melhoria das condições de vida camponesa. Como forma de reação a esse processo os camponeses do semiárido, no final dos anos de 1980, procuraram o apoio da CPT na luta por terra e água.

Na virada do século XXI, o MST e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura com seus Sindicatos também passaram a atuar no semiárido. Essa conjugação de esforços deu origem a conflitos por terra e água caracterizados principalmente pela luta de ocupação que originaram assentamentos rurais, onde foram assentadas mais de quatro mil famílias camponesas (aproximadamente 17 mil pessoas) (MOREIRA e TARGINO, 2016).

A grande maioria desses assentamentos (excetuando-se apenas os mais novos) foi contemplada com algumas políticas públicas estruturantes criadas nos governos Lula da Silva e Dilma Roussef a partir de demandas das bases tais como: a política “Luz para todos”; o “Programa de Um milhão de Cisternas” e muitas outras que utilizaram a ASA como organismo de disseminação e implantação (MOREIRA e TARGINO, 2016, p. 2).

A ASA - Brasil, ou Articulação do Semiárido é um fórum híbrido que congrega mais de 1000 entidades sendo constituída na sua maioria por organizações de base comunitária (59%); sindicatos de trabalhadores rurais (21%), entidades ligadas às Igrejas Católica e Evangélica (11%), ONG's (6%) e cooperativas de trabalho (3%)¹⁰ (NOGUEIRA e DUQUE, 1998, p.118). É, sem dúvida, a maior rede de organizações da sociedade civil do semiárido brasileiro voltada para trabalhar em prol do desenvolvimento do semiárido.

¹⁰ Pesquisa da Fundação Esquel, membro da ASA.

A ação da ASA dá-se em várias frentes: visa a convivência da agricultura familiar com o semi-árido, mediante tecnologias apropriadas na linha do manejo racional dos recursos hídricos (cisternas, barragens subterrâneas, tanques de pedra, canteiros econômicos, aproveitamento das águas usadas, etc.) e via agroecologia (reflorestamento, manejo da biodiversidade, plantio direto, adubos orgânicos, etc.). Ainda favorece a consciência política, a autonomia e o empoderamento dos agricultores familiares mediante intercâmbios, valorização do saber camponês e circulação de informações, e assim enfrenta o poder do coronelismo; e finalmente incentiva todas as formas de expressão cultural, devolvendo ao semi-árido a vida em todas suas dimensões (NOGUEIRA e DUQUE, 1998, p. 118).

Esse conjunto de ações foi reforçado pelas políticas de transferência de renda do Governo Federal durante as gestões do Partido dos Trabalhadores, principalmente as políticas previdenciária e de elevação do salário real, a política do Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de alimentos (PAA) que contribuíram de forma efetiva para a elevação das condições de vida da população rural.

Assim, pode-se afirmar que as ações da ASA, através da implementação e disseminação de políticas públicas estruturantes, objetivam impulsionar um desenvolvimento rural do semiárido que se contraponha à cultura secular da subalternidade que predominou na região e que tem como princípio o crescimento do empoderamento de uma agricultura camponesa consciente de seu papel na luta contra o capital e na preservação do meio ambiente. Exemplo disso é o Programa 1 Milhão de Cisternas que, ao disponibilizar água potável às famílias camponesas reduziu o controle dos grandes proprietários sobre as condições de sobrevivência da população além de ter trazido melhorias na sua condição de vida, pois o acesso à água já não requeria mobilização da força de trabalho familiar.

Ao assegurar uma melhoria das condições de vida dos camponeses essas ações/políticas públicas têm contribuído para explicar a não ocorrência de saques no semiárido nordestino durante a presente seca que já entrou para o sexto ano.

É evidente que a ação governamental durante o período estudado apresenta contradições inerentes ao Estado capitalista. Isto é, ao lado da sua função de acumulação (propiciar condições favoráveis à acumulação do capital, a exemplo da sustentação do agronegócio), põe em prática a sua função de legitimação (adotar medidas que minorem as desigualdades sociais). No entanto, é inegável os avanços ocorridos nos governos Lula e Dilma no tocante ao fortalecimento da produção familiar de base camponesa e ao acesso à água no semiárido brasileiro e paraibano.

Críticas a essa atuação contraditória do Estado parece desconsiderar os avanços ocorridos e, mais do que isso, a impossibilidade de ações governamentais que não considerassem a função de acumulação do Estado capitalista. Mesmo com todo suporte dado à acumulação de capital no agro brasileiro, a ação de classe do agronegócio se manifestou

de forma inequívoca por ocasião do impeachment do governo Dilma. O que vale dizer que um governo popular num Estado capitalista tem nítidas limitações que não podem ser desconsideradas.

Considerações Finais

Alguns aspectos chamam a atenção neste estudo inicial dos conflitos por água no estado da Paraíba. Em primeiro lugar, o fato de que tais conflitos, regra geral, estão associados à questão da terra. Não resta dúvida, também, que a escassez de água transforma esse recurso natural em objeto de disputa. Isto sem falar no processo intenso de poluição e degradação a que vem sendo submetidos os mananciais hídricos, não só pelo despejo de esgotos sanitários como pela deposição dos mais variados dejetos das atividades rurais e industriais, colocando a saúde da população em risco e à mercê da inação do Estado no monitoramento do uso dos rios com o despejo de dejetos urbanos, industriais e de agrotóxicos.

Nesse sentido, nunca é demais afirmar que numa sociedade como a nossa, a ação contraditória do Estado no que se refere à gestão das águas exprime claramente o caráter de classe do Estado capitalista.

Estudando o caso do Canal da Redenção em outro momento (MOREIRA *et al.*, 2008) lembrava de Pasukanis (1970) quando afirmava que “o Estado se apresenta como aquilo que ele não é (o Estado de todos) para poder ser aquilo que realmente é (o Estado de classe)”. Dessa forma ele tem que viabilizar o processo de acumulação de capital, só que, para tanto necessita se legitimar. Daí, em alguns momentos, faz concessões aos trabalhadores desde que não interfira no processo de acumulação das grandes e médias empresas. “Explorar com competência esse caráter contraditório do Estado é uma das armas que os trabalhadores podem dispor na sua luta por acesso à água visando não só a consolidação dos seus territórios de vida e de trabalho como também a construção de um território da utopia libertária” (MOREIRA *et al.*, 2008, p.92).

Referências

BARLOW, Maude; CLARKE, Tony. **Ouro Azul**: como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta. São Paulo: Editora M. Books do Brasil, 2003.

BALTAZAR, Maria da Saudade. (Re)pensar a Sociologia dos Conflitos: a disputa paradigmática entre a paz negativa e/ou a paz positiva. **Primavera: Nação e Defesa** N.º 116, - 3.ª Série, pp. 157-185, Évora, Portugal, 2007.

BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida. O Sertão-Semiárido, políticas públicas e as relações de poder em “Vidas Secas”. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 12, n. 4, 2016.

BRITO, Franklyn Barbora de. **Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do Rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste)**. Porto Alegre, 2013. Tese (Doutorado Em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2013**. Brasília: 2014, pp. 123.

CHADE, Jamil. ONU vê risco de conflito em 46 países por causa da água. São Paulo. **Jornal O Estado de S. Paulo**, publicado em 20 mar. 2008. Disponível em: <http://vida-estilo.estadao.com.br/noticias/geral,onu-ve-risco-de-conflito-em-46-paises-por-causa-da-agua,143249>.

DAHRENDORF, Ralf. **Class and Class Conflict in Industrial Society**. Stanford: Stanford University Press, 1959.

EVANGELISTA, Genyson Marques. **A chegada das águas: conflitos socioambientais e mudanças no mundo do trabalho rural provocadas pela formação de lagos artificiais**. Campina Grande, 2012. 314 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

FRANÇOIS, Laurent; VIANNA, Pedro Costa Guedes; VERDUM, Roberto; MELO, Ivo. La gestion des ressources en eau dans les États de la Paraíba et du Rio Grande do Sul. Enjeux, conflits et gouvernance locale. **Cahiers des Amériques Latines**, v. 54-55, p. 1-24, Paris, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

MALVEZZI, Roberto. Conflitos por água nos últimos 10 anos. **Conflitos no Campo - Brasil 2014**. CPT Nacional - Brasil, 2014.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Manifeste du parti communiste**. Paris: Flammarion, 1998.

MOREIRA, Emilia. **Mesorregião e microrregião da Paraíba: delimitação e caracterização**. João Pessoa: GRAFF-SET, 1989.

MOREIRA, Emilia. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa, Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Emilia. A natureza no estado da Paraíba. João Pessoa: DGEOC/UFPB. **Texto didático**, 2000.

MOREIRA, Emilia. O espaço paraibano enquanto produto do trabalho. João Pessoa: **Cadernos do Logepa**. DGEOC/UFPB. Texto didático, 2002.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. O que há de novo na questão agrária do espaço semiárido da Paraíba. **Boletim Dataluta**, setembro 2016. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_9_2016.pdf

MOREIRA, Emilia; LIMA, Valéria R. P.; TARGINO, Ivan. A luta camponesa pela água enquanto uma etapa do processo de construção/consolidação de territórios de esperança. Presidente Prudente: **Revista Formação**, v. 1, n.15, 2008, pp. 47-84.

NÓBREGA, Francisco Pereira da. **Vingança não**: depoimentos sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1961.

OLIVEIRA, F. G.; SOUSA, A. M.; BARROS JUNIOR, G.; NASCIMENTO, M. F. **Luta pela reconquista da cidadania em Acauã, na Paraíba**. Agricultura Familiar - A diversidade das situações rurais, Campina Grande, PB, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil de JK > A criação da Sudene**. In Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), n/d; n/p. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>.

PACHUKANIS, Evgeny. **La théorie générale du droit et le marxisme**. Paris: Etudes et Documentation Internationales (EDI). Traduction de Jean-Mari e Brohm. 1970.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REGALA, Raísa M. S.; MOREIRA, Emilia. Uso de agrotóxico no Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa (PIVAS) - PB. **Anais VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória, ES: 2014, pp. 11.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO; GOMES; CORREIA. **Geografia, Conceitos e Temas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VIANNA, Pedro Costa Guedes. A água vai acabar? ALBUQUERQUE. E. (Org.). **Que país é esse?** São Paulo: Globo, 2005.

Recebido para publicação em 03 setembro de 2016.

Devolvido para a revisão em 20 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 07 de dezembro de 2017.

Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária na Zona da Mata Pernambucana¹

Talles Adriano dos Reis

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (IPPRI/UNESP)
e-mail: tallesareis@gmail.com

Lucas Barbosa Pelissari

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ), bolsista da FAPERJ
e-mail: lucasbpelissari@hotmail.com

Resumo

A pesquisa analisou a estrutura fundiária da Zona da Mata Pernambucana através dos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), ambos do INCRA. Pelas informações, as propriedades foram classificadas em minifúndio, pequena, média e grande propriedade, sendo esta última, a partir dos dados de produtividade, desdobrada em grande produtiva e improdutiva. Após o estudo dos assentamentos existentes, também se calculou o Índice de Gini para Concentração Fundiária (IG-CF) para os municípios antes e depois da implantação dos assentamentos, visando mensurar o impacto dos mesmos na concentração fundiária. Verificamos que a região possui 560 grandes propriedades (1,88% do total), que concentram 248 mil hectares (40,05% de todas as terras), das quais a metade são improdutivas e concentram mais de 127 mil hectares. O assentamento de 14.977 famílias promoveu uma reconfiguração da estrutura fundiária na qual as pequenas propriedades passaram de 17,6% para 59% do número de imóveis, ampliando de 11,6% para 31,8% o total da área ocupada. O IG-CF reduziu 15,81% para toda a região, em oito municípios a redução foi superior a 20%.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; reforma agrária; estrutura agrária; Pernambuco; desenvolvimento rural.

Land concentration and land reform settlements: an analysis of the Zona da Mata Pernambucana's land tenure

Abstract

The research analyzed the land tenure of the Zona da Mata Pernambucana with the dates of the National System of Rural Cadastre (SNCR) and System of Information of Land Reform's Projects (SIPRA), both from INCRA. From the dates, the properties were ranked in smallholding, small, medium and large; the latter, with the dates of the productivity, was ranked in productive large and unproductive large. After study of existing settlements, the GINI Index to the Land Concentration (IG-CF) was calculated, in relation to the cities, before and after to the implantation of the settlements, to measure the impacts in the land concentration. We verified that, in the region, there are 560 large properties (1,88% of the total), concentrating 248.000 hectares (40,05% of the total), in which half is unproductive and

¹ Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (IPPRI/UNESP), realizada sob a orientação do Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira (UFRRJ), que contou com o apoio do Residência Agrária numa parceria entre UNESP/ENFF/IPPRI/Via Campesina, financiado pelo PRONERA.

concentrates more than 127.000 hectares. The settlement of the 14.977 families promoted a reconfiguration of land ownership, in which the small properties increased their share in the total of properties from 17,6% to 59,0% and their share in the occupied area from 11,6% to 31,8%. The IG-CF reduced 15,81% in hole region. In eight cities the reduction was grater than 20%.

Keywords: Rural settlements; land reform; land tenure; Pernambuco; rural development.

Concentración fundiaria y asentamientos de reforma agraria: un análisis de la estructura agraria en la Zona da Mata Pernambucana

Resumen

La investigación analizó la estructura fundiaria de la Zona de la Mata Pernambucana a través de los datos del Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) y del Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), ambos del INCRA. Por las informaciones, las propiedades fueron clasificadas en minifundio, pequeña, media y grande propiedad, siendo esta última, a partir de los datos de productividad, desdoblada en grande productiva e improductiva. Después del estudio de los asentamientos existentes, también se calculó el Índice de Gini para Concentración Fundiaria (IG-CF) para los municipios, antes y después de la implantación de los asentamientos, con la intención de medir el impacto de los mismos en la concentración fundiaria. Verificamos que la región posee 560 grandes propiedades (1,88% del total), que concentran 248 mil hectáreas (40,05% de todas las tierras), de las cuales la mitad son improductivas y concentran mas de 127 mil hectáreas. El asentamiento de 14.977 familias promovió una re-configuración de la estructura fundiaria en la cual las pequeñas propiedades pasaron de 17,6% para 59% del número de inmuebles, ampliando de 11,6% para 31,8% el total del área ocupada. El IG-CF redujo 15,81% para toda la región, en ocho municipios la reducción fue superior a 20%.

Palabras clave: Asentamientos rurales; reforma agraria; estructura agraria; Pernambuco; desarrollo rural.

Introdução

Por que estudar a estrutura agrária no Brasil em pleno alvorecer do século XXI? A questão agrária ainda é um tema necessário à compreensão de nossa sociedade?

A questão agrária é sim uma temática pertinente ao entendimento do Brasil. Pensá-la exige analisarmos como as classes sociais, e suas frações, estabelecem as relações de produção no campo brasileiro. A questão agrária, como afirma Stedile (2005, p. 15-16), significa “o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira”. Através da forma como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização da terra, produto de relações sociais históricas, é que podemos compreender como ocorre a produção e apropriação de valor.

Nesta perspectiva, destaca-se o agronegócio como síntese da exploração capitalista no campo, cujas entidades de representação evocam um discurso triunfalista e modernizante para produção no campo.

Leite e Medeiros (2012, p. 81-87) destacam que o termo agronegócio² é recente em nosso país e guarda correspondência com a noção de *agribusiness*, que se refere às relações econômicas entre o setor agropecuário produtivo, o industrial, o comercial e o de serviços. Porém, hoje, o termo não pode ser dissociado das instituições que o disseminaram, como a ABAG e entidades patronais, especialmente, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Sociedade Brasileira Rural (SBR). Somam-se a estas as entidades por ramos produtivos, como a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Abrasoja), entre outras. Para a segurança de seus empreendimentos, a parcela do agronegócio responsável pela produção das *commodities* precisa de terra, como diz Fernandes (2007, p. 91): “o controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista”.

Para entendermos o agronegócio como força hegemônica, temos que recorrer ao conceito de hegemonia, no sentido exposto pelo italiano Antônio Gramsci. Nas sociedades desenvolvidas, que Gramsci chama de “ocidentais”, o poder do Estado ocorre através da dominação, sob a forma de coerção, mas também através da *hegemonia* construída pelo consenso na sociedade civil. Se, no oriente, predomina o poder coercitivo do Estado, no ocidente este poder está mais diluído entre o Estado (que nunca abre mão da coerção, quando necessário) e a sociedade civil, concebendo o conceito de “Estado Ampliado” (COUTINHO, 2011).

A sociedade civil, segundo Gramsci, é o palco privilegiado da luta de classes. É por meio dos diferentes “aparelhos privados de hegemonia” que se confrontam os projetos das classes antagônicas da sociedade. Enquanto a classe dominante, que já detém o controle da sociedade política, luta pela manutenção da hegemonia, as classes subalternas lutam pela construção de uma contra-hegemonia, a qual, por sua vez, necessita ascender ao Estado e assumir o controle de seus aparatos para se consolidar.

Desta forma, na atualidade, o Estado assume a forma de Estado Ampliado, diferente do Estado Sujeito, autônomo, idealista, gerenciador dos conflitos, neutro; e do Estado Objeto, homogêneo, a serviço unicamente da classe dominante, que precisa “mudar de mãos” para servir à outra classe. Como ressalta Mendonça (2015), o Estado Ampliado

² “A primeira formulação do conceito de agronegócio (agribusiness) é de John Davis e Ray Goldberg, publicado em 1957. Para os autores, agribusiness é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado, capital e trabalho” (FERNANDES, 2007, p. 89).

significa uma permanente inter-relação entre Sociedade Civil e Sociedade Política (ou Estado restrito), sendo que a primeira é portadora dos aparelhos privados de hegemonia que organizam as “vontades coletivas”, gerando “o consenso em torno a um projeto hegemônico, enquanto a segunda é integrada por um conjunto de organismos que asseguram, quer pela coerção, quer pela difusão do consenso, a hegemonia de um projeto” (MENDONÇA, 2015, p. 20-21).

No mesmo sentido, Bernardo Mançano Fernandes (2007, p. 90) diz que o conceito de agronegócio é uma construção ideológica, que objetiva superar a imagem latifundista da agricultura capitalista. Pois o latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da concentração da terra, do coronelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. O latifúndio é um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país, pois toda terra que não é utilizada para a produção de alimentos, respeitando o disposto na legislação sobre o cumprimento de sua função social, pode ser utilizada para reforma agrária.

Em que pese todo o esforço das instituições do agronegócio para manterem sua hegemonia da sociedade, este modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro têm gerado graves consequências para a sociedade. Primeiramente, uma crescente destruição do meio ambiente, cujos índices de erosão e de perda de solo fértil têm atingido níveis alarmantes, além do avanço de processos de desertificação. A marcha do agronegócio para a região Amazônica tem promovido o desmatamento de milhares de hectares, cujas florestas têm sido substituídas por pasto para criação de gado e, posteriormente, para o plantio de soja³. No estado do Maranhão, por exemplo, a área plantada de soja subiu de 15 mil hectares em 1990 para alcançar 565 mil ha em 2013, e 677 mil hectares em 2014. Roraima, que em 1990 tinha zero hectare de soja plantado, em 2014 já apresentava 16 mil hectares.

A prioridade pelo agronegócio, nos últimos anos, correu paralela à não realização da reforma agrária. O Brasil é um dos poucos países da América Latina que não fez uma reforma agrária e, por isso, mantém uma estrutura agrária extremamente concentrada⁴, possuindo uma das maiores concentrações de terra do mundo.

Para Horacio Martins de Carvalho o que se fez no Brasil foi uma reforma agrária conservadora resultado de uma operação negociada entre antigas e novas forças sociais por intermédio do sistema institucionalizado de partidos conservadores e reformistas tentando modificar as regras de funcionamento da estrutura latifundiária sem mudar as

³ Dados do IBGE mostram que entre 1990 e 2013, dos 5 estados onde mais aumentara a área plantada de soja, 4 estavam na região amazônica e 1 no nordeste. O estado do Piauí teve um aumento de 35.350%; Rondônia, de 3.900%; Maranhão, de 3.700%; Tocantins, de 1.800%; e em Mato Grosso de 510%.

⁴ Segundo o último Censo Agropecuário, o Índice de Gini para a concentração da terra foi de 0,858, sofrendo um leve aumento em relação aos dados anteriores de 0,856 (1995) e de 0,857 (1985). Quanto mais próximo de 1,00 maior a concentração (IBGE, 2012).

normas institucionais da ‘sociedade tradicional’ representada pelo latifúndio e por amplos setores do empresariado rural ligado à pecuária e à produção de grãos para a exportação. Essa via enfoca a reforma agrária como uma questão isolada e setorial (CARVALHO, 2004, p. 116).

Com a não realização da reforma agrária, ou com esta reduzida a “uma política pontual e ocasional de projetos de assentamentos” (CARVALHO, 2002, p. 11), a estrutura agrária permaneceu concentrada em nosso país.

A estrutura agrária contribui para a análise do território e das relações, ali imbricadas, de territorialização e desterritorialização. Ela não nos explica tudo, mas ela nos indica algo e pode nos fornecer importantes dados para a compreensão da nossa questão agrária. Ressaltamos que não concebemos a estrutura agrária como algo atemporal, a-histórico ou estático, mas sim como um processo histórico e social, que expressa relações de poder e é resultado de ações de forças de classe e do Estado.

A estrutura agrária, segundo Michel Gutelman, “consiste na materialização de um sistema geral de relações de forças” (GUTELMAN apud CARVALHO, 2002, p.3) onde as classes sociais disputam o sobrelavor produzido sobre determinadas relações sociais. Por outro lado, a análise da estrutura agrária é parte de uma realidade bem mais complexa e que envolve outros tipos de relações sociais e políticas na caracterização da sociedade brasileira⁵.

Uma das consequências inevitáveis da permanência da concentração da terra é a continuidade de conflitos e crimes a ela associados⁶. Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra, no período de 2005 a 2014 foram registrados no Brasil 10.128 conflitos por terra, que envolveram cerca de cinco milhões de pessoas e culminaram no assassinato de 308 pessoas (CONFLITOS, 2014).

O objetivo deste trabalho é analisar a concentração fundiária na mesorregião da Zona da Mata Pernambucana, utilizando-se de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), ambos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O quadro da estrutura agrária foi realizado considerando as famílias assentadas como detentoras de pequenas propriedades, diferentemente do que consta no SNCR, no qual os assentamentos são classificados como grandes propriedades. Por fim, também calculou-se o Índice de Gini para a Concentração Fundiária (IG-CF) para os municípios antes e depois da implantação

⁵ “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX, 2007, p. 256-257).

⁶ KAY (2003) analisa a violência associada à estrutura agrária concentrada em vários países da América Latina.

dos assentamentos, a fim de medir o real impacto da política pública sobre a propriedade fundiária.

Metodologia

A definição da área a ser estudada, a Zona da Mata Pernambucana, se caracteriza por ser uma das regiões de maior conflitividade rural, seja em relações trabalhistas no campo (SIGAUD, 1980) ou por terra (ROSA, 2011). A região também foi o berço das históricas Ligas Camponesas que, nos anos 1950, “assumiu expressão nacional, tendo a reforma agrária como bandeira de luta, e sendo fortemente reprimida após o golpe militar [...]” (LEITE et al., 2004, p. 52).

O trabalho de pesquisa objetivou entender a estrutura agrária na mesorregião Zona da Mata Pernambucana e como os assentamentos de reforma agrária alteraram a posse da terra, reconfigurando o território. A criação de assentamentos rurais é parte de um processo maior de luta pelo território, é parte do movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR)⁷.

Uma das dificuldades existentes para se estudar a estrutura agrária são as diferentes formas de classificação e de fontes da informação. No presente artigo⁸ utilizaremos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), especificamente do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

Os dados do SIPRA foram confrontados com os dados do SNCR para a configuração de uma classificação da estrutura agrária mais precisa, além, é claro, de dimensionar o impacto dos assentamentos rurais na região estudada. Isso foi necessário pois no SNCR os assentamentos agrários aparecem classificados como uma única propriedade que, devido à sua área, normalmente se encontram classificadas como grandes propriedades, fato que não condiz com a realidade, na qual temos sim um agrupamento de pequenas propriedades⁹.

É comum na região a família assentada receber uma parcela menor do que 1 módulo fiscal, o que a classificaria como um minifúndio, porém, os assentamentos possuem áreas de reserva legal coletivas, as quais pertencem a todas as famílias assentadas, sendo portanto bastante complexo este cálculo para cada caso. Assim, arbitrariamente, utilizou-se

⁷ Haesbaert (2011) apresenta a principal sistematização da TDR.

⁸ Na pesquisa de mestrado também se utilizou de dados do Censo Agropecuário realizado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisando-se a estrutura agrária por classes de tamanho e por estabelecimentos familiar e não familiar (REIS, 2016).

⁹ Um lote de reforma agrária não se constitui, *strictu sensu*, em uma propriedade, visto que as famílias assentadas possuem uma concessão de uso. Ao me referir em “pequena propriedade” digo que estes lotes possuem até 4 módulos fiscais e, na classificação do SNCR, seriam pequenas propriedades.

converter cada parcela (lote) de uma família em uma pequena propriedade. Ou seja, 1 grande propriedade que é um assentamento de 80 famílias, foi contabilizado como 80 pequenas propriedades.

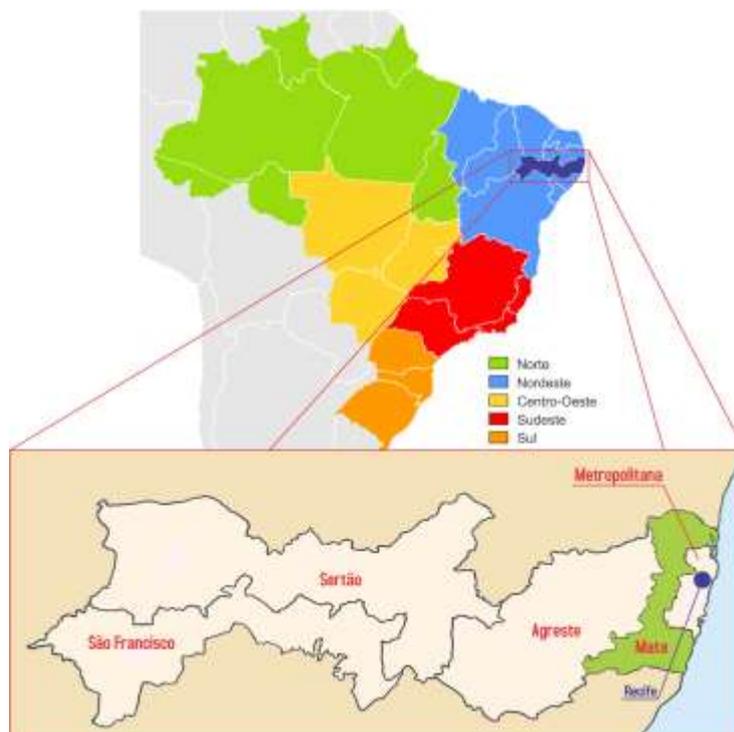
Então foi necessário um trabalho, município por município, de glosar, retirar das grandes propriedades os assentamentos agrários e, paralelo, contabilizar as famílias assentadas em cada um destes na faixa das pequenas propriedades. Este detalhado trabalho permitiu uma configuração mais precisa da estrutura agrária a partir dos dados do SNCR.

O Estado de Pernambuco possui cinco mesorregiões: Metropolitana, Agreste, Sertão, São Francisco e Mata, sendo esta objeto da presente pesquisa.

Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões, é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

A figura 1, na página seguinte, mostra a localização das mesmas.

Figura 1: Localização das cinco mesorregiões do estado de Pernambuco.



Fonte: Reis (2016, p. 42).

Por sua vez, a mesorregião Mata possui 43 municípios e é subdividida em 3 microrregiões, conforme mostram a figura 2. Estes possuem, segundo o Censo de 2010,

uma população total 1.310.578 habitantes, sendo que 25,25% moram na zona rural. Possuem uma renda per capita média de R\$ 4.753,76 reais e um Índice de Desenvolvimento do Município (IDH-M) médio de 0,598 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2016).

Figura 2: Microrregiões que compõem a região Mata Pernambucana.



Fonte: Reis (2016, p. 43).

A problematização e análise dos dados permitirá entender a realidade agrária da região, pois a estrutura agrária é indissociável das relações sociais de produção no campo, em especial do quadro de disputas entre o agronegócio e os camponeses.

Os vários elementos de análise, a metodologia empregada na pesquisa e as correlações desenvolvidas nos remetem ao entendimento do grande geógrafo, intérprete da realidade nordestina, Manoel Correia de Andrade: “também, apesar de sermos geógrafo, não procuramos realizar um trabalho pura e metodicamente geográfico, uma vez que analisávamos um problema que é não só geográfico como também histórico, social e, sobretudo, econômico [...]” (ANDRADE, 1973, p. 17).

Metodologicamente foram utilizadas as seguintes fontes de dados: o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2013) e o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2014), ambos do INCRA. O diferencial do presente trabalho foi a incorporação dos dados do SIPRA para o aferimento da estrutura agrária a partir dos dados do SNCR.

O uso destas diferentes variáveis para a análise da estrutura agrária na região permitirá uma compreensão melhor deste todo complexo. A forte presença dos assentamentos de reforma agrária na região é analisada como fruto de um processo maior de lutas pela terra e veremos como isso interfere, e modifica, esta estrutura agrária.

Na metodologia de pesquisa os dados do SNCR foram confrontados com as informações dos assentamentos existentes na região, obtidos através do Sistema Eletrônico

do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)¹⁰. Constatou-se que todos os assentamentos de reforma agrária estão classificados como grandes propriedades, em alguns casos constando ainda no SNCR no nome do antigo proprietário. Desta forma, foi necessário glosar os assentamentos das grandes propriedades.

Para mensurar a concentração foi calculado o Índice de Gini para Concentração Fundiária (IG-CF). O grau de concentração de qualquer conjunto de dados estatísticos pode ser calculado pelo Índice de GINI (IG) desse conjunto. Usualmente, esse índice é utilizado para a medição de concentração relativa às variáveis renda, propriedade fundiária e oligopolização industrial, quanto mais próximo de 1 (um) maior é a concentração, quanto mais próximo de zero melhor a distribuição.

Os dados fornecidos de Catende e Rio Formoso foram insuficientes para uma análise precisa da concentração fundiária, acarretando a exclusão destes municípios nesta parte da pesquisa.

Para a concentração da terra, relacionam-se faixas de propriedades em uma determinada região geográfica, construindo-se estratos em ordem crescente do tamanho da propriedade (HOFFMAN, 1998). Nesse sentido, para o cálculo do IG para concentração fundiária de determinada região, deve-se analisar a curva que evidencia como a proporção acumulada da área das propriedades dessa região varia em função da proporção acumulada do número de proprietários.

Adotando a sugestão de Souza (2000), a fórmula abaixo permite calcular o IG para concentração fundiária:

$$IG = 1 - \sum_{i=1}^n (X_i + X_{i-1})(Y_i - Y_{i-1}) \quad (1)$$

Na qual, n representa o número de estratos em que se divide o conjunto de dados, X_i representa o percentual acumulado da área ocupada até o estrato i e Y_i representa o percentual acumulado do número de proprietários de terra até o estrato i .

É possível demonstrar que, quanto maior o número de estratos (o valor de n), maior precisão obtém-se no cálculo do IG. Por outro lado, um número muito grande de estratos pode exigir custos altos no que se refere à partição dos dados oficiais disponíveis, que normalmente apresentam as áreas de propriedades em um limite de nove estratos.

Em nosso caso, dispomos de dados estratificados em quatro conjuntos ($n = 4$), que são as classes de minifúndio, pequena, média e grande propriedade. É importante

¹⁰ Criado pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº12.527 de 18 de novembro de 2011). Pedido de informação nº 54800000404201411, protocolado em 07/06/2014 e respondido em 16/06/2014.

ressaltar que, ainda que haja imprecisões no cálculo do IG com esse valor de n , para a finalidade deste artigo essas imprecisões acabam por ser anuladas, já que o objetivo é avaliar qual o impacto das políticas de reforma agrária – notadamente criação de assentamentos – no IG dos municípios da região estudada.

A criação de assentamentos de reforma agrária é um processo histórico, distribuído ao longo dos anos, mesmo ressaltando que na área pesquisada 94% foram criados após o ano de 1995. Utilizaremos o IG-CF para compararmos duas situações: a) a concentração numa situação hipotética em que o município não apresenta nenhum assentamento, situação esta real para aqueles que não tiveram assentamentos criados e b) o município com os assentamentos existentes.

Apresentamos abaixo os passos metodológicos realizados na pesquisa:

- a) obtenção da relação de detentores por município junto à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – SR03);
- b) montagem de planilha eletrônica com dados de número de imóveis e área, por classe de propriedade segundo o módulo fiscal;
- c) grandes propriedades, de acordo com o GUT e GEE, classificadas em produtivas e improdutivas;
- d) glosagem dos assentamentos de reforma agrária da categoria grande propriedade e reclassificação destes como pequenas, de acordo com o número de famílias assentadas;
- e) tabulação dados e confecção da tabela de concentração da terra;
- f) cálculo do Índice de Gini para Concentração Fundiária (IG-CF) para os municípios;
- g) produção dos mapas da estrutura agrária da região.

Resultados e discussão

A Mata Pernambucana, historicamente, se constituiu como uma região de fortes lutas de caráter trabalhista no campo, conduzidas por cortadores de cana-de-açúcar e outros assalariados, junto a usineiros e latifundiários. O próprio desenvolvimento das Ligas Camponesas, impulsionadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), potencializou as greves por melhores condições de trabalho, até assumirem um caráter mais político e de luta pela terra.

A ação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), articulados na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), tornou-se cada vez maior e adquiriu força política de pressão sobre usineiros, latifundiários produtores de cana-

de-açúcar e o Estado. Como assinalou Rosa, Miguel Arraes sempre se dispôs a mediar os conflitos entre trabalhadores e proprietários de terra, sua intervenção foi importante para consolidação das relações de classe nas áreas rurais e reconhecimento dos sindicatos (ROSA, 2011, p. 20).

Miguel Arraes, governador em exercício quando da ocorrência do golpe militar de 1964, na volta do exílio torna-se pessoa central para a compreensão dos processos políticos que se desenvolvem no campo pernambucano, especialmente na zona da mata. Arraes “em 1963, tomou uma série de medidas, favorecendo o trabalhador de cana, tornando-se também ali um verdadeiro mito [...] O trunfo de Arraes residiu, em parte, no fato de que os sindicatos rurais são organizados e fecharam com ele. Daí, se explica a ampla vitória da Frente Popular na Zona Canavieira” (ROCHA; LINS, 1987 apud ROSA, 2011, p.20).

A primeira ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Pernambuco foi justamente nesta região. A ocupação de um engenho em Ipojuca não foi bem recebida por Arraes e pela FETAPE, sendo que Arraes se recusou a negociar com membros do MST, por se tratar de um grupo *de fora*, sem legitimidade pra representar os trabalhadores locais (ROSA, 2011, p. 18).

Para Marcelo Rosa (2011, p. 20), o fracasso da primeira ação do MST no Estado é atribuído a dois fatores principais: o desconhecimento da região por parte dos dirigentes vindos de outros estados e a recusa do governo de Miguel Arraes em reconhecer a legitimidade das reivindicações do grupo. Pois, mesmo considerando que em outras regiões do país, os sindicatos de trabalhadores rurais também exerciam a representação dos trabalhadores do campo, em nenhum outro lugar, como na Zona da Mata pernambucana, isso se expressou de maneira tão forte e obtiveram tantas conquistas para os trabalhadores e trabalhadoras (ROSA, 2011, p. 21).

Após se consolidar no agreste e sertão, o MST retorna à zona da mata na jornada de lutas de 1992, ocupando o Engenho Camaçari, em Rio Formoso, com mil e duzentos sem-terra organizados pelo MST e sindicalistas da região.

Atualmente, a região possui 136 assentamentos, conforme a tabela 1, que totalizam uma área de mais de 120 mil hectares, onde estão assentados 14.977 famílias. Dentre estes assentamentos, 125 são Projetos de Assentamentos (PA), 9 Projetos de Assentamento Estadual (PE), 1 Projeto Integrado de Colonização (PIC¹¹), chamado de PIC Caxangá no município de Ribeirão, 1 Reserva Extrativista (RESEX¹²), chamado RESEX Açau-Goiana, no município de Goiana.

¹¹ Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

¹² Criação: Lei 9985/200 e Decreto nº4340/2002, reconhecimento: Portaria Interministerial nº 13, de 19/09/2002.

Tabela 1: Assentamentos existentes na Mata Pernambucana, por período de criação.

Período criação	Assentamentos		Área		Famílias	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Até 1989	6	4,41	22.513,04	18,07	1.171	7,82
1990-1994 (Collor/Itamar)	3	2,21	1.753,20	1,41	295	1,97
1995-2002 (FHC)	94	69,12	54.338,98	43,61	6.042	40,34
2003-2010 (Lula)	27	19,85	43.573,39	34,97	7.207	48,12
2011-2014 (Dilma)	6	4,41	2.424,82	1,95	262	1,75
TOTAL	136	100	124.603,43	100	14.977	100

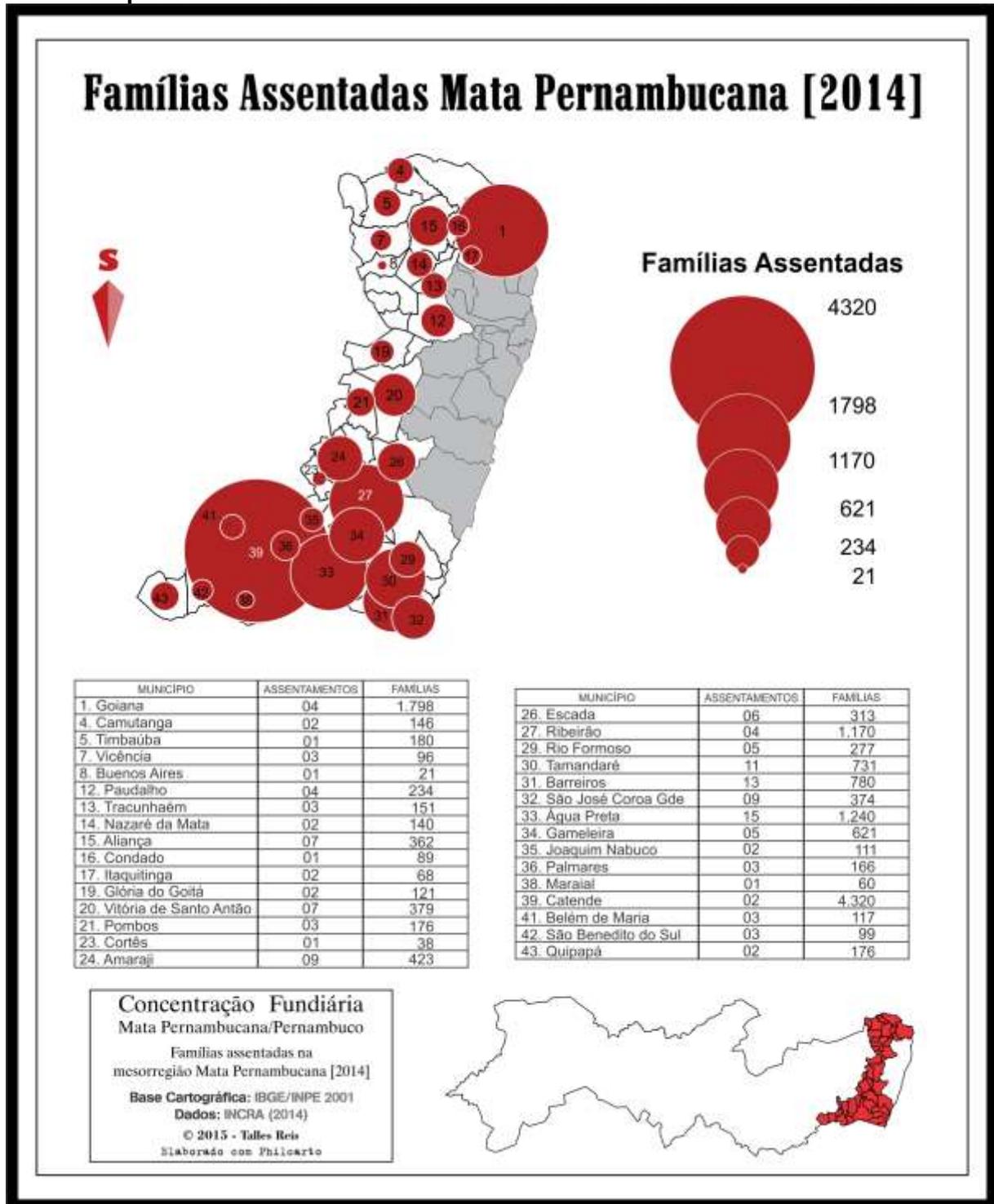
Fonte: Reis (2016, p. 78).

Doze municípios¹³ não tiveram nenhum latifúndio transformado em assentamento. Os governos FHC criaram 69% dos assentamentos existentes na região, cujas famílias beneficiadas correspondem a 43,6% do total. O governo do ex-presidente Lula criou 19,8% dos assentamentos, mas foi o que mais assentou famílias, 48,12% do total.

Novamente, a dimensão do Assentamento Miguel Arraes, antiga Usina Catende, interfere nos dados, visto que somente ele foi responsável pelo assentamento de 59,66% de todas as famílias assentadas durante os dois governos Lula na região, e sua área corresponde a 53,72% do total convertido para a reforma agrária. O mapa 1 apresenta a distribuição das famílias assentadas na Mata Pernambucana.

¹³ Carpina, Chã de Alegria, Chã Grande, Ferreiros, Itambé, Jaqueira, Lagoa do Carro, Lagoa do Itaenga, Macaparana, Primavera, Sirinhaém e Xexéu.

Mapa 1: Número de famílias assentadas na Mata Pernambucana – 2014.



Fonte: REIS (2016, p. 77).

Para o estudo da concentração fundiária da região foi utilizada na pesquisa a “Relação de Detentores por Município” do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2013).

Segundo o INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2016), o SNCR é utilizado para conhecer a estrutura fundiária e a ocupação do

meio rural brasileiro a fim de informar o planejamento de políticas públicas. Por meio dos dados declarados pelos proprietários ou posseiros de imóveis rurais cadastrados, o sistema emite o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). O CCIR é documento emitido pelo Incra que constitui prova do cadastro do imóvel rural e é indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e para homologação de partilha amigável ou judicial (sucessão causa mortis) de acordo com os parágrafos 1.º e 2.º, do artigo 22, da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, modificado pelo artigo 1.º da Lei n.º 10.267, de 28 de agosto de 2001.

A referida listagem foi obtida após muita insistência, primeiro estabeleceu-se contato via correio eletrônico com o responsável e, posteriormente ao envio da solicitação, contatos telefônicos até o agendamento para retirada do material. Não são poucas as críticas existentes sobre o acesso e a utilização do SNCR. Oliveira (2006, p. 3), por exemplo, alega que se “há uma caixa preta das terras do Brasil e da reforma agrária, ela está no Cadastro daquela instituição [INCRA] [...]”, e complementa:

[...] no INCRA o Cadastro é, em minha modesta opinião, a 'caixa preta' de muitas 'operações escusas'. Por exemplo, ninguém lá, exceto o 'homem do cadastro' sabe das coisas. Aliás, já é hora dos movimentos sociais começarem a cobrar a transparência, visibilidade nas operações do INCRA (OLIVEIRA, 2006, p. 23).

As informações foram fornecidas na forma impressa, exigindo a tabulação para a obtenção dos dados desejados. A relação do SNCR apresenta, para cada um dos quarenta e três municípios estudados, informações divididas em quatro classes conforme a legislação¹⁴ vigente:

- a) minifúndio: até 1 módulo fiscal¹⁵;
- b) pequena propriedade: de 1 a 4 módulos fiscais;
- c) média propriedade: de 4 a 15 módulos fiscais;
- d) grande propriedade: acima de 15 módulos fiscais.

Para a classe minifúndio foi apresentado o total de imóveis e sua área de forma agrupada. Para as outras três classes foram fornecidos dados mais completos, constando para cada imóvel: nome, área, Grau de Utilização da Terra (GUT), Grau de Eficiência na

¹⁴ O minifúndio foi instituído no inciso IV, do artigo 4º, da Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e definido no artigo 22, inciso I, do Decreto nº 84.685/1980. A pequena propriedade encontra-se definida no inciso II, do artigo 4º, da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993; e a média propriedade conceituada no inciso III da mesma lei. A mencionada legislação omitiu a definição da grande propriedade, a qual, no entanto, passou a ser tida na prática das políticas agrárias como imóvel rural com área superior a 15 módulos fiscais.

¹⁵ Os municípios possuem em média um módulo fiscal de 14,56 ha. Sendo que na maioria, em 37 municípios, o módulo fiscal é de 14 ha.

Exploração (GEE), número de módulos fiscais, detentor declarante e CPF/CNPJ.

O GUT e o GEE foram criados pela Lei 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que alterou artigos do Estatuto da Terra¹⁶. Em ambas as legislações o uso dos referidos índices tinha como objetivo principal instituir um imposto progressivo sobre a propriedade territorial rural, que penalizasse os proprietários de imóveis improdutivos, obrigando indiretamente ao cumprimento de sua função social.

Somente com a Lei Agrária (Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993) é que foi regulamentado, em parte, o cumprimento da função social da propriedade rural. O artigo 184 da Constituição Federal determina que compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, definida da seguinte forma:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
I - aproveitamento racional e adequado;
II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

A Lei Agrária passou a aplicar o GUT e o GEE para a aferição da produtividade dos imóveis. A partir daí foi possível determinar se uma propriedade era produtiva ou improdutiva. Desta forma, propriedade produtiva é aquela que tem, simultaneamente, um GUT igual ou maior a 80% e um GEE igual ou superior a 100%. O GUT é a relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel. Já o GEE é o somatório do GEE para cada cultura existente, tendo como referencial os índices de produtividade para cada cultura, os referidos índices, estão defasados há décadas pois baseiam nos dados do Censo Agropecuário de 1975 (RAMOS, 2010). A referida lei não regulamentou a desapropriação por danos ambientais (inciso II acima) e nem por desrespeito às leis trabalhistas (inciso III).

Em 24 de agosto de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso editou a Medida Provisória 2.183-56, que descaracteriza a Lei Agrária e impõe vários limites e dificuldades à reforma agrária, onerando mais o processo através da alteração das regras de pagamento dos títulos da dívida agrária (TDAs)¹⁷. Esta MP também exclui do programa de reforma agrária todas aquelas pessoas identificadas como participantes diretos ou

¹⁶ Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964.

¹⁷ TDAs são títulos emitidos pelo governo federal para pagamento das desapropriações realizadas para a criação dos assentamentos de reforma agrária. Possuem prazos e remuneração específicos, podendo ser transferidos a terceiros e referem-se ao valor da terra; as benfeitorias existentes são pagas à vista.

indiretos das ocupações terra ou de prédios públicos e determina a participação do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) na atualização dos índices de produtividade.

No ano anterior, a MP 2.027-38, de 04 de maio de 2000 (BRASIL, 2000), proibiu a vistoria de imóveis ocupados por famílias sem-terra por um período de dois anos após a desocupação¹⁸, atingindo a principal ferramenta de luta dos movimentos sociais de luta pela terra. Ela também proíbe movimentos, organizações ou entidades de receberem recursos públicos, de qualquer tipo, se auxiliarem, colaborarem, incentivarem, incitarem, induzirem ou participarem de ocupações em conflitos agrários ou fundiários.

Na metodologia de pesquisa os dados do SNCR foram confrontados com as informações dos assentamentos existentes na região, obtidos através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)¹⁹. Constatou-se que todos os assentamentos de reforma agrária estão classificados como grandes propriedades, em alguns casos constando ainda no SNCR no nome do antigo proprietário. Desta forma, foi necessário glosar os assentamentos das grandes propriedades.

Os 43 municípios possuem 136 assentamentos, conforme dados do INCRA. Destes, 26 assentamentos não foram localizados no SNCR, e seu pedido de mais informações não foi atendido. Assim, adotou-se o critério de descontar para cada um destes assentamentos um imóvel de grande propriedade. A maioria dos assentamentos foram criados em grandes propriedades, porém, há 10 assentamentos criados em propriedades médias e até mesmo 1 assentamento criado numa pequena propriedade²⁰. Outra informação pendente é sobre o Projeto de Assentamento (PA) Miguel Arraes, localizado no município de Catende e que possui uma área total superior a 23 mil hectares, cujas terras se espalham por outros quatro municípios, e possui 4.300 famílias assentadas. Solicitamos informações precisas sobre quais imóveis rurais, e são vários, que compõem o referido PA.

A tabela abaixo apresenta a estrutura agrária da região estudada²¹, segundo os dados do SNCR, os dados completos, por município, encontram-se no Apêndice A.

¹⁸ “Art. 4º - § 6º: O imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel” (BRASIL, 2000).

¹⁹ Criado pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº12.527 de 18 de novembro de 2011). Pedido de informação nº 54800000404201411, protocolado em 07/06/2014 e respondido em 16/06/2014.

²⁰ P.A. Belém, com 43,8 ha (3,13 módulos fiscais) e 34 famílias assentadas. Criado em 16 de novembro de 2011, no município de Paudalho.

²¹ As classificadas como “grande improdutiva” estão também incluídas nas grandes propriedades, por isso o somatório total não inclui seus números (totais e percentuais); ou seja, do total de 560 imóveis classificados como grande propriedade, 292 são improdutivos.

Tabela 2: Estrutura agrária da Mesorregião da Mata Pernambucana - 2013.

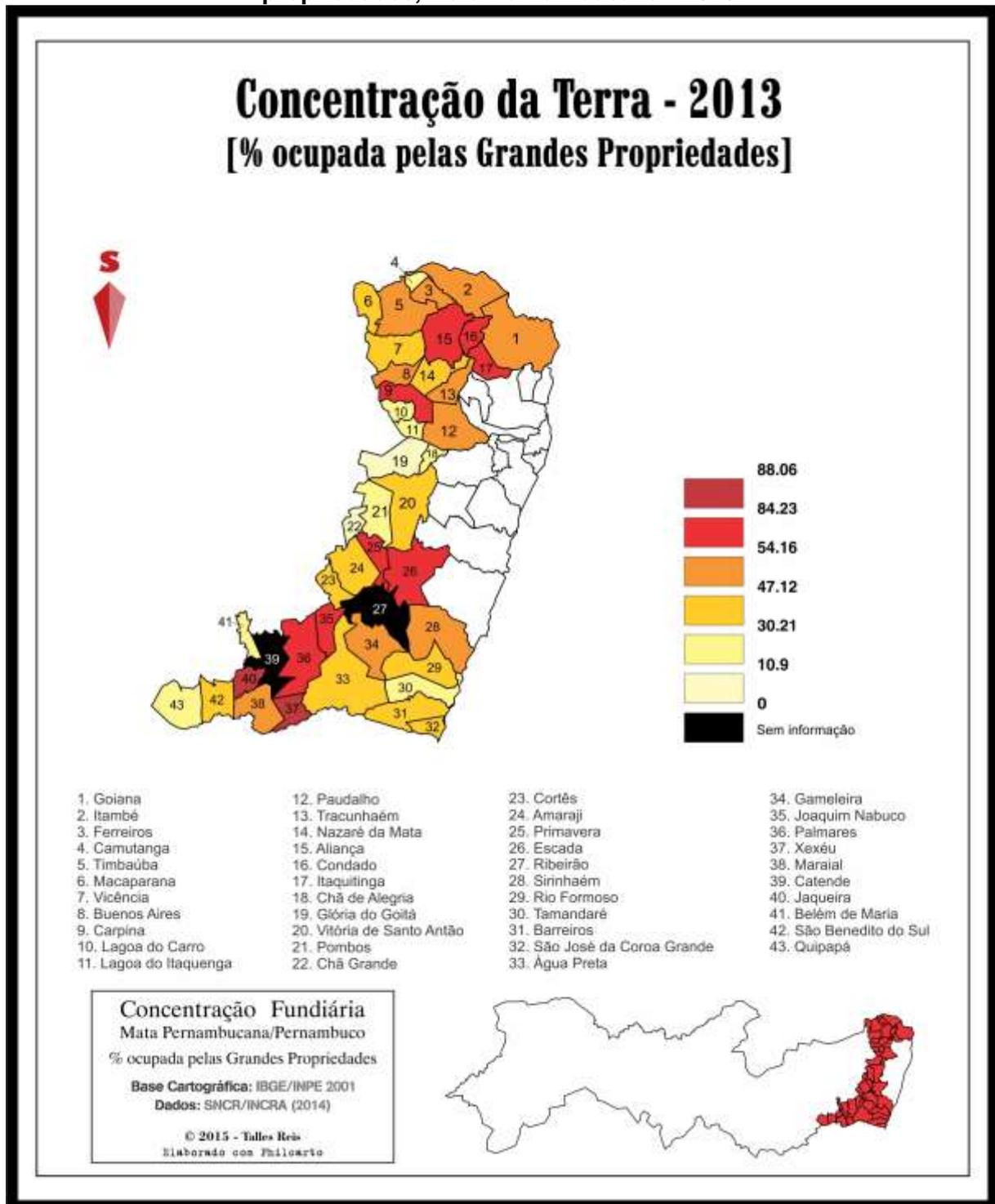
Tamanho Propriedade	Imóveis		Área (ha)	
	Número	%	ha	%
Minifúndio	10.617	35,61	53.627,00	8,66
Pequena propriedade	17.613	59,07	196.956,39	31,81
Média propriedade	1.027	3,44	120.660,08	19,49
Grande propriedade	560	1,88	247.994,96	40,05
Grande improdutiva	292	0,98	127.191,31	20,54
TOTAL	29.817	100	619.238,43	100

Fonte: Reis (2016, p. 53).

Podemos notar que as grandes propriedades (que na região, em média, são aquelas com mais de 210 hectares) representam 1,88% do número de imóveis rurais e concentram 40,05% de todas as terras. Entre as grandes propriedades, praticamente a metade dos imóveis é considerada improdutiva e detêm também a metade de suas terras.

Os municípios com maior porcentagem de sua área rural ocupada por grandes propriedades são: Jaqueira, com 88,06%; Xexéu (84,23%); Escada (76,61); Primavera (70,87); Joaquim Nabuco (68,24%) e Condado (67,74%). O mapa 2 indica a porcentagem da área rural ocupada pelas grandes propriedades.

Mapa 2: Porcentagem da área total dos imóveis rurais ocupada por grandes propriedades, Mata Pernambucana - 2013.



Fonte: Reis (2016, p. 54).

Após a comparação dos dados dos assentamentos existentes com a relação de detentores do SNCR do INCRA, e consequente produção da tabela com a estrutura fundiária da região estudada (tabela 02), procedeu-se ao cálculo do Índice de Gini para a concentração fundiária (IG-CF) de cada município, antes da criação e após a criação dos

assentamentos. Pois por mais que a informação sobre a porcentagem da área em cada município ocupada por grandes propriedades seja interessante, o mais correto para aferir a concentração é o Índice de Gini.

Na tabela abaixo apresentamos os resultados

Tabela 3: Índice de GINI Concentração Fundiária (IG-CF) antes e depois da criação dos assentamentos, variações absoluta e percentual, por município - 2013.

Município		IG-CF Antes	IG-CF Depois	Variação (abs.)	Variação (%)
1	Água Preta	0,6539	0,5155	-0,1384	-21,17%
2	Aliança	0,8280	0,7645	-0,0635	-7,67%
3	Amaraji	0,7850	0,5894	-0,1956	-24,92%
4	Barreiros	0,7879	0,5804	-0,2075	-26,34%
5	Belém de Maria	0,8752	0,5175	-0,3576	-40,87%
6	Buenos Aires	0,8947	0,8763	-0,0184	-2,05%
7	Camutanga	0,8006	0,4578	-0,3427	-42,81%
8	Carpina	0,8632	0,8632	0,0000	0,00%
9	Chã de Alegria	0,8693	0,8693	0,0000	0,00%
10	Chã Grande	0,8733	0,8733	0,0000	0,00%
11	Condado	0,7512	0,7842	0,0330	4,39%
12	Cortês	0,7064	0,6187	-0,0876	-12,41%
13	Escada	0,7391	0,7751	0,0360	4,87%
14	Ferreiros	0,8577	0,8577	0,0000	0,00%
15	Gameleira	0,8010	0,5916	-0,2094	-26,14%
16	Glória do Goitá	0,8917	0,8147	-0,0770	-8,64%
17	Goiana	0,8226	0,6083	-0,2143	-26,05%
18	Itambé	0,6943	0,6943	0,0000	0,00%
19	Itaquitinga	0,7915	0,7782	-0,0133	-1,68%
20	Jaqueira	0,7074	0,7074	0,0000	0,00%
21	Joaquim Nabuco	0,7190	0,6856	-0,0334	-4,65%
22	Lagoa do Carro	0,8004	0,8004	0,0000	0,00%
23	Lagoa de Itaenga	0,9423	0,9423	0,0000	0,00%
24	Macaparana	0,8187	0,8187	0,0000	0,00%
25	Maraial	0,6754	0,6644	-0,0110	-1,63%
26	Nazaré da Mata	0,7904	0,7545	-0,0360	-4,55%
27	Palmares	0,7741	0,7492	-0,0234	-3,02%
28	Paudalho	0,8525	0,7492	-0,1033	-12,12%

	Município	IG-CF Antes	IG-CF Depois	Variação (abs.)	Variação (%)
29	Pombos	0,9141	0,8139	-0,1002	-10,96%
30	Primavera	0,7960	0,7960	0,0000	0,00%
31	Quipapá	0,7774	0,6787	-0,0987	-12,69%
32	Rio Formoso	0,8046	0,6574	-0,1471	-18,29%
33	São Benedito do Sul	0,7428	0,6859	-0,0569	-7,65%
34	São José da Coroa Grande	0,5938	0,4988	-0,0950	-16,00%
35	Sirinhaém	0,6381	0,6381	0,0000	0,00%
36	Tamandaré	0,6905	0,4375	-0,2530	-36,64%
37	Timbaúba	0,8036	0,7555	-0,0481	-5,99%
38	Tracunhaém	0,8244	0,7424	-0,0819	-9,94%
39	Vicência	0,7934	0,7426	-0,0507	-6,40%
40	Vitória de Santo Antão	0,8892	0,7741	-0,1151	-12,95%
41	Xexéu	0,7302	0,7302	0,0000	0,00%
	Total Região	0,8446	0,7111	-0,1335	-15,81%

Fonte: AUTORES.

Pela análise do IG-CF, podemos observar que o município de Camutanga apresentou a maior redução na concentração da terra, a criação dos assentamentos significou uma redução de 42,81% do IG-CF do município. Camutanga é seguido por Belém de Maria, com uma redução de 40,87%; Tamandaré (36,64%), Barreiros (26,34%), Gameleira (26,14%), Goiana (26,05%), Amaraji (24,92%) e Água Preta (21,17%).

É interessante, ainda, perceber que, mesmo com as políticas de reforma agrária adotadas, nos municípios de Condado e Escada houve crescimento do IG-CF. Na literatura, é comum encontrar a interpretação das palavras desigualdade e concentração como sinônimos, como se, por exemplo, uma diminuição da concentração fundiária implicasse, inevitavelmente, em diminuição da desigualdade.

Casos de elevada concentração fundiária caracterizam-se por grande proporção da área ocupada por um pequeno número de proprietários. Nesse sentido, para que haja uma diminuição da desigualdade calculada pelo GINI, é necessário que aumente tanto a proporção do número de proprietários quanto a proporção de terras classificadas dentro do estrato impactado pela política de reforma agrária – no caso de nosso trabalho, as pequenas propriedades. Nos municípios de Condado e Escada, é possível perceber que o aumento na proporção da área ocupada por pequenas propriedades não acompanhou o aumento na proporção de pequenos proprietários, o que acabou por implicar, pelo cálculo do IG-CF, em mais desigualdade.

Já totalidade da região estudada, os assentamentos de reforma agrária

promoveram uma redução do IG-CF de 0,8446 para 0,7111, uma redução de 15,81%, demonstrando o grande impacto na redução da concentração através da criação dos assentamentos de reforma agrária na região.

Considerações Finais

A história do nosso país segue sendo marcada pelo latifúndio. Superamos o período colonial, abolimos a escravatura, nos constituímos enquanto república e realizamos uma modernização conservadora que, na agricultura, não exigiu a realização de uma reforma agrária burguesa. A sociedade mudou, e junto com ela também a figura do latifúndio, o qual se metamorfoseou para seguir existindo. Desta forma, tristemente, podemos falar em cinco séculos de latifúndio.

A pesquisa apresentada nos mostra que, na região estudada, a concentração da terra, mesmo com a forte ação dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária a partir da década de 1990, ainda está presente. Na classificação da propriedade de acordo com o número de módulos fiscais, pelos dados do SNCR-INCRA, 1,9% dos imóveis rurais são grandes propriedades e concentram 40% de todas as terras, e metade delas, 127 mil hectares, são improdutivas. Das 17.613 pequenas propriedades existentes, 15 mil estão nos 136 assentamentos, o que evidencia a tese de que a instalação de assentamentos rurais é uma das formas de recriação do campesinato e de territorialização camponesa. Regiões com grande concentração de assentamentos, como a aqui estudada, tem sua estrutura agrária modificada e a grande presença de pequenas propriedades ocasiona numa dinamização da economia, mais evidente principalmente nos pequenos e médios municípios.

A análise dos IG-CF para os municípios estudados mostram a capacidade da reforma agrária em promover uma reterritorialização camponesa, um redesenho do território que gera uma democratização do acesso à terra e ataca a concentração fundiária. Em 29 municípios da região estudada que possuem assentamentos, oito tiveram uma redução do IG-CF acima de 20% após a implantação dos assentamentos de reforma agrária. E somente seis municípios tiveram uma redução do IG-CF abaixo de 5%. A redução do IG-CF em toda a região foi de 15,81%.

A paralisação da reforma agrária, as limitadas políticas públicas existentes, a sua não universalização, o não desenvolvimento de programas estruturantes para o desenvolvimento da agricultura camponesa e/ou familiar, a dependência de atravessadores para escoamento da produção, as raras agroindústrias sobre o controle dos agricultores existentes, o não apoio à agricultura irrigada para os pequenos agricultores do semiárido, o apoio declarado à matriz produtiva do agronegócio são elementos estruturais e conjunturais

que conformam esta realidade agrária na qual as empresas capitalistas seguem no seu processo de acumulação.

Esta reforma agrária, que chamamos de incompleta por garantir somente o acesso à terra, não contribuiu para a consolidação de alternativas de desenvolvimento econômico que tenham como protagonistas as famílias assentadas e que poderiam contribuir para a sua autonomia relativa ao sistema, e acaba por empurrar os agricultores para as mãos dos grandes empreendimentos capitalistas, detentores das cadeias de beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas. Frustradas e impossibilitadas de desenvolverem processos próprios de acumulação, passam a contribuir para a acumulação dos grandes empreendimentos capitalistas.

Tamanha a exclusão e a falta de alternativas de desenvolvimento, em que pesem as muitas experiências exitosas empreendidas por trabalhadores/as rurais e seus movimentos sociais, cria uma situação em que, mesmo sem ser o proprietário da terra (central para a produção no campo), o capital consegue manter seu ciclo de reprodução.

Neste cenário, as classes populares ficam bastante limitadas na luta ideológica contra o agronegócio. A cada agravamento da crise capitalista, mais louros o Estado rende ao agronegócio, tido como fundamental para o alívio no saldo da balança comercial. A propaganda oficial, e não oficial, repetem incansavelmente, ano após ano, o “recorde na produção de grãos”, sem detalhar o que é esta produção, para onde é destinada e a quem realmente serve. As várias pesquisas relacionando o uso de agrotóxicos como causador de diferentes tipos de câncer seguem sem espaço na grande mídia.

Finalmente, a realização da reforma agrária, a configuração de uma estrutura agrária mais democrática, e a melhoria da qualidade de vida das famílias e dos assentamentos rurais não virão por benevolência do Estado. Estas e outras conquistas serão construídas no enfrentamento dos projetos na sociedade, no calor da luta de classes que muitas vezes se apresenta como uma silenciosa toupeira²² a cavar o subsolo.

Referencias

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no nordeste**. 3 ed. rev. aum. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em:

²² Marx (2008, p. 90) cunhou esta metáfora na obra O 18 Brumário: “Mas a revolução é radical. Ela ainda está passando pelo purgatório. Cumpre a sua tarefa com método [...]. E quando a revolução já tiver levado a cabo essa segunda parte do seu trabalho preliminar, a Europa erguer-se-á e rejubilará: bem escavado, velha toupeira” inspirado em Shakespeare (1968, p. 68): “Dizes bem, ó toupeira! Tão depressa / Caminhas sob a terra? És sapador?”.

<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em 29 out. 2015.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2027-38, de 04 maio de 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/2027-38.htm>. Acesso em: 09 jan. 2016.

CARVALHO, Horacio Martins. **Reforma Agrária e o bloco no poder.** Curitiba, 2002. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_horacio_martins.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CARVALHO, Horacio Martins. Política compensatória de Assentamentos Rurais como negação da Reforma Agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 5, p. 113-122, jul./dez. 2004.

CONFLITOS no campo Brasil. Goiânia: CPT-Nacional. 2014. ISSN 1676-661X. Anual.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil:** ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios da questão agrária: campeonato, reforma agrária e agronegócio. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 77-93, jul./dez. 2007.

GUTELMAN, Michel. **Structures et réformes agraires:** instruments pour l'analyse. Paris: François Maspero, 1974.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda:** medida de desigualdade e pobreza. São Paulo: Editora USP, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional:** Mesorregião. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>. Acesso em: 13 jan. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Cadastro Rural.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tree/info/directory/36>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Sistema de Informações de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Brasília, jun. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Sistema Nacional de Cadastro Rural. Recife, nov. 2013.

KAY, Cristóbal. Estructura agraria y violencia rural en América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, p. 220-248, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2015.

LEITE, Sergio et al. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário de educação do campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 81-87.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 197-336.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Ruralistas, técnicos e tecnologia agropecuária: a antirreforma agrária no Brasil contemporâneo. In: SILVA, Marcio Antonio Both da; KOLING, Paulo José. **Terra e Poder**: abordagens em história agrária. Porto Alegre: FCM Editora, 2015. p. 13-30.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no Governo Lula**. 2006. Disponível em: <<https://neararj.files.wordpress.com/2010/06/a-e2809cnao-reforma-agrariae2809d-do-mdaincra-no-governo-lula.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2015. Trabalho apresentado originalmente na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR-FAO), em Porto Alegre - RS, entre 07 e 10 mar. 2006.

RAMOS, Vanessa. Latifúndio impôs índice de produtividade à Constituição, mas rejeita aplicação [03. dez. 2010]. In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/indices-de-produtividade-uma-invencao-que-os-latifundarios-rejeitam>>. Acesso em 04 abr. 2015.

REIS, Talles Adriano dos. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária na zona da mata pernambucana**. 2016.108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/144207>>. Acesso em: 28 set 2016.

ROSA, Marcelo C. **Engenho dos movimentos sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SIGAUD, Lygia Maria. **Greve nos engenhos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SOUZA, P. M. **Modernização e mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1970 a 1995**. Viçosa, UFV, 2000. 318 p. Tese (Doutorado em Economia Rural). Universidade Federal de Viçosa, 2000.

SHAKESPEARE, William. **Hamlet**. Tradução de Anna Amélia de Queiroz C. de Mendonça. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1968.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Recebido para publicação em 03 de setembro de 2016.

Devolvido para a revisão em 20 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 20 de dezembro de 2016.

Apêndice A: Estrutura agrária dos municípios da mesorregião da mata pernambucana – 2013

Município	Minifúndio		Pequena		Média		Grande		Grande Improdutiva	
	nº imóveis	área (ha)	nº imóveis	área (ha)	nº imóveis	área (ha)	nº imóveis	área (ha)	nº imóveis	área (ha)
1 Água Preta	70	739,03	1454	16.859,25	43	5.376,32	41	16.787,84	17	7.200,75
2 Aliança	325	1.312,35	424	5.510,27	56	6.352,22	31	16.826,80	15	8.558,90
3 Amaraji	435	3.410,76	584	8.653,56	44	4.133,58	13	8.266,44	6	3.111,70
4 Barreiros	157	679,95	804	7.804,17	33	4.027,00	18	7.864,91	10	3.828,80
5 Belém de Maria	110	519,80	130	1.502,86	6	705,00	1	333,54	0	0,00
6 Buenos Aires	440	1.769,70	67	1.313,90	13	1.561,38	12	4.304,40	5	1.732,80
7 Camutanga	82	444,86	178	1.974,00	8	768,09	2	698,33	2	903,50
8 Carpina	315	1.333,51	54	1.340,21	15	1.654,79	14	5.113,17	3	1.105,80
9 Catende*	27	183,56	4329	23.908,73	20	2.671,85	28	-5.438,13	27	0,00
10 Chã de Alegria	186	862,70	19	487,50	5	501,40	1	402,70	0	0,00
11 Chã Grande	802	4.397,91	67	2.255,86	12	1.581,18	0	0,00	0	0,00
12 Condado	25	128,45	104	731,14	5	811,34	6	3.509,18	3	1.964,10
13 Cortês	56	656,80	75	1.383,49	8	1.143,70	5	2.026,11	5	2.026,20
14 Escada	94	903,30	382	4.662,18	26	3.114,03	36	28.425,61	8	3.989,39
15 Ferreiros	140	609,79	14	410,39	14	2.170,33	9	3.637,04	4	1.429,30
16 Gameleira	76	689,90	630	4.928,70	10	1.206,50	12	7.828,19	6	3.339,33
17 Glória do Goitá	1.302	6.252,01	229	4.882,40	26	3.949,97	3	1.373,63	4	1.784,30
18 Goiana	163	599,19	1861	10.898,01	33	3.559,39	26	15.048,08	14	5.749,73
19 Itambé	159	1.030,54	72	2.317,73	66	7.336,90	24	9.521,27	11	4.554,70
20 Itaquitinga	64	239,60	87	1.385,60	17	1.778,32	9	5.795,75	4	2.578,00
21 Jaqueira	9	48,80	6	181,80	2	194,60	5	3.135,24	5	3.135,24
22 Joaquim Nabuco	6	68,30	187	2.732,38	4	503,77	8	7.100,64	3	2.911,60
23 Lagoa do Carro	65	330,95	8	264,22	9	949,79	2	470,30	1	213,50
24 Lagoa do Itaenga	389	1.397,79	12	552,30	6	951,40	2	574,11	1	325,81
25 Macaparana	356	1.890,43	77	1.940,58	22	2.651,40	7	2.806,25	4	1.956,25
26 Maraial	95	661,40	187	3.595,89	38	3.742,93	23	9.041,60	18	7.752,89
27 Nazaré da Mata	198	794,02	177	1.992,07	39	4.500,24	16	5.474,72	7	2.394,67
28 Palmares	120	599,80	241	3.631,09	27	3.676,96	24	13.457,22	16	9.798,92
29 Paudalho	284	1.314,58	320	3.926,48	25	2.778,17	13	9.110,92	6	4.492,80
30 Pombos	986	3.959,29	266	4.595,79	20	2.958,88	6	4.874,33	4	3.762,18
31 Primavera	46	456,80	25	647,71	7	748,64	6	4.508,49	1	628,00
32 Quipapá	466	2.619,25	332	6.323,31	63	6.806,04	15	5.380,68	8	2.929,50
33 Ribeirão*	68	740,95	1256	23.175,75	20	2.809,83	12	-11.807,95	6	3.463,40
34 Rio Formoso	129	608,50	326	4.449,92	33	3.839,30	8	5.796,45	5	1.499,60
35 São Benedito do Sul	207	1.394,67	192	3.621,42	44	5.142,85	12	5.275,03	9	3.378,70
36 São José Coroa Grande	11	59,41	383	4.157,67	7	645,74	6	3.878,48	2	545,51
37 Sirinhaém	67	622,41	124	2.996,63	14	1.383,95	11	5.444,80	3	1.860,80
38 Tamandaré	48	267,38	756	8.509,72	28	3.520,54	9	3.946,52	4	1.146,90
39 Timbaúba	250	1.245,00	255	2.499,25	29	3.432,81	23	8.317,61	12	4.660,29
40 Tracunhaém	132	454,17	177	2.544,84	19	2.256,96	14	6.104,57	7	2.396,26
41 Vicência	382	1.913,61	202	4.013,76	47	5.290,81	15	5.693,28	8	3.826,40
42 Vitória de Santo Antão	1.257	5.307,47	521	6.892,16	55	6.653,40	22	9.461,61	13	5.584,59
43 Xexéu	18	108,30	19	501,69	9	817,80	10	7.625,20	5	4.670,20
TOTAL	10.617	53.627,00	17.613	196.956,39	1.027	120.660,08	560	247.994,96	292	127.191,31

Fonte: Reis (2016, p. 107).

Cooperação Internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti

Livia Morena Brantes Bezerra

Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais/IPPRI/UNESP
e-mail: morena.livia@gmail.com

Resumo

As desigualdades resultantes do desenvolvimento capitalista no mundo geraram a necessidade de se estabelecer uma política de cooperação para o desenvolvimento entre os países. O Haiti, como país mais empobrecido da América Latina está desde muito sujeito à ingerência internacional travestida de cooperação. A Internacional Comunitária, as organizações não-governamentais, as agências de ajuda pública ao desenvolvimento, antes de ajudarem o Haiti estão roubando sua soberania. O Brasil tem papel chave nessa questão pois ainda tem o comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, e sustenta o maior contingente militar estrangeiro ali presente. As organizações populares brasileiras, por sua vez tentam contrapor essa atuação com solidariedade e promovendo autonomia.

Palavras-chave: Cooperação internacional; desenvolvimento; Haiti.

International Cooperation and the contest of the development in Haiti

Abstract

The inequalities arising from capitalist development around the world generated the need to establish cooperation for development politics between countries. Haiti is, as the most impoverished country in America, since long subject to international intervention travestied as cooperation. The International Community, the Non-governmental organizations, public assistance agencies to development instead of helping Haiti, are actually stealing their sovereignty. Brazil has a key role in this matter, because we still have the command of the United Nations Mission for Stabilization of Haiti, and it holds the largest foreign military contingent present there. Brazilian popular organizations, on the other hand, try to counteract this action with solidarity and promoting autonomy.

Key Words: International cooperation; development; Haiti.

Cooperación Internacional y la disputa del desarrollo en Haití

Resumen

Las desigualdades resultantes del desarrollo capitalista en el mundo llevaron a la necesidad de establecer una política de cooperación para el desarrollo entre los países. Haití, como el país más empobrecido en América Latina está hace mucho bajo la interferencia internacional burla de cooperación. La comunidad internacional, las organizaciones no gubernamentales, agencias de asistencia pública para el desarrollo, antes de ayudar a Haití están robando su soberanía. Brasil tiene un papel clave en este asunto porque todavía tenemos el mandato de la Misión de las Naciones Unidas para la Estabilización de Haití, y mantiene el mayor contingente militar extranjero presente allí. Organizaciones populares brasileñas, a su vez tratan de contrarrestar esta acción con la solidaridad y la promoción de la autonomía.

Palabras-clave: Cooperación internacional; desarrollo; Haití.

Introdução

O desenvolvimento do sistema capitalista globalizado e hegemônico, gerou desigualdades marcantes entre os países situados na periferia e no centro deste sistema. Enquanto o centro desenvolveu-se saqueando e superexplorando a periferia, essa por sua vez teve seu desenvolvimento posterior atrelado a uma “ajuda externa” oferecida e direcionada pelo sistema hegemônico do capital. A essa ajuda convencionou-se chamar Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Foram criadas agências de “Ajuda Pública ao Desenvolvimento” conforme a necessidade dos países desenvolvidos em organizar seus termos de cooperação em cada situação.

O Haiti, como país mais empobrecido das Américas, distante apenas 3.000 quilômetros da economia e das forças armadas mais poderosas do mundo, e não estando em posição de recusar ajuda, quando lhe é oferecida, é também um dos maiores receptores de Cooperação Internacional da América, seja através das agências de cooperação ligadas à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), seja às organizações ligadas à cooperação alternativa (Sul-Sul). O Haiti é um país onde as contradições entre os projetos de cooperação vêm à tona, quando se busca observar os resultados de anos de intervenção externa, seja na economia, na política ou na segurança do país.

Analisar a situação atual do Haiti, implica em conhecer a sua história, que nos ajuda a entender como a intervenção externa influenciou, desde o século XV, o desenvolvimento haitiano. Seu passado colonial, quando esteve a serviço do enriquecimento da França, fornecendo madeiras para construção de barcos, servindo de entreposto para o tráfico de escravos, produzindo açúcar mais barato e mais rentável do que aquele produzido nas terras continentais, lhe rendeu o apelido de Pérola das Antilhas, por ser a responsável, em 1790, pela geração de 2/3 de toda a riqueza da França (JAMES, 2000). Essa riqueza, produzida pelas mãos de trabalhadores escravizados nas Antilhas e acumulada pela burguesia mercantil financiou, em 1789, a Revolução Francesa, em que a burguesia destituiu a nobreza e se instalou no poder na França, sob o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Os trabalhadores escravizados, por sua vez, oriundos de diversas partes de África, traziam consigo também ideais de liberdade, por encontrarem-se cativos aos senhores de engenho, fraternidade com todos aqueles que se encontravam escravizados, e igualdade de direitos com os senhores franceses. Aproveitando-se da queda das defesas, causada pelo conflito na França, os escravos da então colônia de São Domingos sublevam-se em 1791 contra seus senhores e reivindicam sua liberdade, liderados por Toussaint Louverture e Jean Jacques Dessalines.

Após derrotar, em diferentes momentos, os três maiores exércitos do mundo à época - Inglaterra, Espanha e a França sob o comando de Napoleão Bonaparte -, em 1º de janeiro de 1804, é tomada a independência haitiana. A partir desse momento, a história haitiana passou a ser um exemplo a ser combatido, e o melhor a fazer para a manutenção do desenvolvimento capitalista das colônias, era isolar o Haiti, para que nunca se realizasse como uma nação plena. Após anos de embargo, em 1825, sem nenhum tipo de ameaça bélica ao Haiti, o presidente Boyer, assume, no que Louis Juste (2007) analisa como um pacto entre as classes dominantes (latifundiários haitianos e burguesia francesa) para aumentar a exploração do trabalho no Haiti, uma “dívida de independência”, como forma de indenização às perdas sofridas pelos colonizadores. Essa dívida significou para o Haiti uma subordinação da economia nacional aos interesses do capital estrangeiro, e para a França representou o aporte necessário para investir na modernização de sua economia e colocá-la em patamar de competição com a economia inglesa.

Com o pagamento da dívida como diretriz da política econômica, as terras haitianas foram destinadas às grandes plantações para exportação, e os trabalhadores liberados destas plantações, convertidos em camponeses após a revolução, foram formando suas pequenas posses no alto dos morros, longe da influência do Estado que surgia.

Em 1915, o Haiti sofreu sua primeira invasão norte-americana. Sob o pretexto de restaurar a ordem, após numerosos conflitos políticos envolvendo a deposição e assassinato de presidentes, 330 marines desembarcaram em Porto Príncipe em 28 de julho de 1915. Essa ocupação, que durou pouco mais de 19 anos, possibilitou aos EUA transferirem todo o ouro guardado no Banco Nacional do Haiti para o City Bank (SEGUY, 2014), num momento em que o capitalismo passava por uma séria crise estrutural, bem como a dívida, que passou a ser paga aos EUA. Segundo Louis Juste (2007), nesse ínterim também se estabeleceram empresas estadunidenses produtoras de gêneros agrícolas como as frutas e o sisal, num total de 3.250 km² de terras agricultáveis ocupadas.

Após a retirada dos marines do território haitiano, seguiram-se governos ditatoriais direcionados pelos EUA, que culminam, em 1956, com seu mais famoso representante: François Duvalier, ou *Papa Doc*, que privilegiava os latifundiários haitianos e os interesses imperialistas e aterrorizava a população mais pobre com sua milícia particular, conhecida como *Tonton Makout* (titios malvados). Ao declarar-se presidente vitalício do Haiti, *Papa Doc*, assume, inclusive, a responsabilidade de nomear o clero haitiano, com o consentimento do Papa Paulo VI, o que permite que seja neutralizada a oposição ao seu regime, e instaure-se o que autores como Louis Juste (2007) e Seitenfus (2014) chamam de “paz duvalieriana dos cemitérios”. Após a sua morte, em 1986, o regime será mantido por seu filho, Jean Claude Duvalier, o *Baby Doc*.

Desmorte neoliberal travestido de cooperação

Durante o regime dos Duvalier, a política haitiana acenou com grande entusiasmo para o imperialismo norte-americano, promovendo importantes concessões às empresas estadunidenses instaladas naquele território.

O final da década de 1970 e início da de 1980 foram os anos que marcaram o avanço das políticas econômicas neoliberais em toda a América Latina, através do que Klein (2008) chamou de “doutrina do choque”, que aproveita-se da baixa resistência da população causada por algum choque, seja político, econômico ou desencadeado por um fenômeno natural, para implantar medidas impopulares, como perda de direitos, diminuição do investimento em políticas públicas e privatização de serviços e empresas públicas, bem como para reconverter a economia aos interesses capitalistas estrangeiros.

O modo de vida camponês haitiano, particularmente, sofreu fortes impactos, devido a essas políticas, ligadas aos interesses imperialistas para a agricultura. A suinocultura adaptada ao clima e possibilidades haitianas foi exposta à gripe suína em 1978, o que levou às autoridades sanitárias a sacrificar todos os porcos crioulos da ilha, substituindo-os por outras raças, que por não se adaptarem tão bem àquelas condições, exigiam o emprego de diferentes insumos, produzidos fora do país. Isso tornou a suinocultura haitiana, antes bem estruturada e útil, em uma atividade cara e dependente, a qual poucos camponeses tinham condições de bancar.

A rizicultura foi a segunda vítima do neoliberalismo no Haiti, e sua história tem elementos importantes para entendermos o papel que a cooperação internacional tem na expansão do capitalismo nos territórios. Nos anos 80, a agricultura haitiana não só era capaz de produzir todo o arroz demandado por sua população, em suas planícies alagáveis, como exportava aos países vizinhos, a sua produção. O avanço da tecnologia no campo, a partir da Revolução Verde, gerou uma crise de superprodução do arroz estadunidense, cuja solução foi o amplo mercado consumidor haitiano. Foram criados subsídios para a venda e o arroz foi doado à população haitiana. Isso inviabilizou a produção haitiana, que não tinha condições de concorrer no mercado com o arroz estadunidense. O resultado disso, 20 anos depois, segundo Aristide (2000) é que o Haiti se tornou o terceiro maior importador de arroz dos EUA, consumindo cerca de US\$ 100 milhões por ano.

O desmorte do Estado promovido pelas políticas neoliberais adotadas por Jean Claude Duvalier e pelos presidentes que o sucederam após 1986, levou a população haitiana a uma total carestia. Os serviços privatizados, como distribuição de água, energia, coleta de lixo e esgoto, saúde, educação, são privilégio de uma pequena fração das famílias, enquanto as outras morrem exatamente por não terem acesso a esses serviços. Hoje apenas 1 em cada 5 casas de Porto Príncipe tem água encanada, enquanto o serviço dos caminhões-pipa chega

a custar 30 vezes mais, e não tem nenhuma garantia de qualidade. Apenas 1,4% da população da capital tem acesso à água potável. Na zona urbana, pouco mais de 45% das casas possui sistema de eliminação de dejetos, enquanto da zona rural, a proporção cai para 16%. A coleta de lixo chega a 30 a 50% das casas, e todo o lixo coletado vai para um lixão a céu aberto, o único da capital. A rede de energia elétrica está disponível apenas 8 horas por dia na capital do país, de longe podemos escutar o barulho dos geradores a gasolina que abastecem a maioria dos estabelecimentos comerciais.

O Estado enfraquecido, incapaz de cuidar adequadamente das vidas das pessoas abre espaço para as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que se dedicam a processar carências causadas por sua ausência. Nesse contexto, Louis Juste (2007) define as ONGs como “instrumentos de guerra de baixa intensidade”, pois ao atuar diminuindo as dificuldades causadas na vida das pessoas pelas políticas econômicas neoliberais, elas ajudam a aplacar a tensão social que delas possa surgir, neutralizando a população diretamente atingida.

Seguy (2014) e Louis Juste (2007) analisam a atuação do que denominam Internacional Comunitária em diferentes momentos da história haitiana. Segundo Louis Juste (2003), a Internacional Comunitária “compreende tanto as instituições da ONU, quanto as ONGs locais e estrangeiras que atuam contra a associação voluntária dos trabalhadores, das minorias, das mulheres, dos indígenas, etc.”. Esse conjunto de organizações é responsável, segundo o autor pela mundialização do capital, sob a forma de especulação financeira.

À Internacional Comunitária soma-se ainda a atuação das agências de cooperação dos países organizados em torno da OCDE, responsáveis por inaugurar a “etapa consensual do imperialismo” (LOUIS-JUSTE, 2007). Essas agências oferecem ajudas aos países periféricos, condicionadas pela diminuição do papel do estado na economia e na propaganda ideológica a favor dos mercados.

Essa atuação conjunta favorece a privatização do desenvolvimento, e a desvinculação dos projetos a um plano de desenvolvimento nacional ou setorial (BURKE et al., 2008). O modelo de desenvolvimento aí adotado não ataca, portanto, as causas da pobreza, mas pelo contrário, agrava as desigualdades existentes, além de criar nas comunidades, a dependência dos projetos, agências financiadoras e ONGs.

Louis-Juste (2007, p. 282), reflete que “jamais um país do terceiro mundo escolheu o seu modelo de desenvolvimento fora de uma revolução, uma potência imperialista ou subimperialista decide da forma e conteúdo da cooperação internacional”. Portanto, nesse caso, a Cooperação Internacional, não só ameaça à soberania de uma nação, como impõe o modelo de desenvolvimento a ser seguido, bem como se autoconstrói, uma vez que o investimento feito nesse contexto se converte em dívida.

Intervenções militares – MINUSTAH

Em alguns momentos da história haitiana, a Cooperação Internacional por si só não foi suficiente para aplacar as desigualdades que se apresentaram pela adoção de políticas sociais e econômicas restritivas dos direitos da maioria da população. Portanto, fez-se necessário o uso da força para manutenção e aprofundamento de tais políticas.

Após a queda de Duvalier, em 1986, por pressão popular, seguiu-se o que se chamou de “duvalierismo sem Duvalier”, com a manutenção do regime sem a presença física do ditador. Apenas 4 anos depois, em 1990, foi escolhido em eleições democráticas Jean Bertrand Aristide, liderança religiosa ligada à teologia da libertação. Aristide foi impedido de governar por seus opositores, que instauraram um regime de exceção nas ruas, o que levou os EUA a ocupar novamente o país, em 1991, e depor o presidente eleito. A ONU por sua vez decretou um embargo econômico ao país, o qual acabou atrasando os planos estadunidenses de instalar plantas têxteis no país, além de prejudicar a exportação de produtos alimentícios. Em 1993, a ONU estabelece a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMH, por sua sigla em inglês), com objetivo de treinar as forças armadas haitianas e criar uma nova força policial (UNITED NATIONS, [2016a]), comandada pelo Canadá. O embargo só foi retirado com o retorno de Aristide ao Haiti, em 1994. Em 1995 a MNUH passa por um período de transição, até o seu completo encerramento. Neste mesmo ano, Aristide, ao retornar ao país, desmantela o Exército Haitiano.

Em 1997, a ONU estabelece novamente uma missão, dessa vez com caráter policial, denominada Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH, por sua sigla em inglês), com objetivo principal de auxiliar o governo haitiano na profissionalização da Polícia Nacional Haitiana. Esta ocupação, comandada pela França, durou apenas 3 anos (UNITED NATIONS, [2016b]).

Em 2004, Aristide, novamente exercendo a presidência do Haiti, passa a governar por Decreto, uma vez terminados os mandatos dos Senadores, e sem alcançar um consenso para a composição de um Conselho Eleitoral Permanente. Os conflitos se agravam na rua, e novamente Aristide é deposto, e deixa o país sem um exército e com uma Polícia Nacional (PNH) completamente desestabilizada. Estabelece-se então um governo provisório, com o objetivo de restaurar a estabilidade e desencadear um processo eleitoral legítimo, bem como iniciar a reconstrução do país, assolado por grandes enchentes e furacões.

Nesse ínterim, o Brasil inicia suas negociações para ingresso no Conselho de Segurança da ONU, que estabelece uma nova missão no Haiti, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH, por sua sigla em inglês). O Brasil é convocado a participar ativamente das tratativas no Haiti e a comandar as tropas que se somam à MINUSTAH.

Dentre os principais objetivos estabelecidos para a MINUSTAH, estão: assegurar cumprimento da Constituição Haitiana, criando um ambiente político e institucional favorável; reestruturação e treinamento da PNH; Desarticulação do crime organizado; apoiar ações da PNH e da Guarda Costeira; ajudar na organização de novas eleições em todo o país; e monitoramento da situação dos Direitos Humanos no Haiti.

Com o “apoio” do Fundo Monetário Internacional, o governo transitório tinha a tarefa de retomar o controle financeiro do país, controlar os gastos públicos, “modernização de empresas públicas de serviços essenciais”, e criar empregos (VALLER FILHO, 2009).

Diferentes autores analisam a decisão do governo brasileiro em comandar a referida missão. Valler Filho (2009) analisa que além da orientação da política externa brasileira, de fortalecer os laços com a América Latina, e estabelecer uma agenda comum de desenvolvimento, pesou para a decisão a ambição de fazer parte do Conselho de Segurança da ONU. Simões (2011), chama atenção para o fato de que foi o próprio governo provisório haitiano quem solicitou a participação do Brasil na missão. Já Seitenfus (2014) tem um entendimento mais aprofundado da questão. O autor explica que a participação do Brasil na MINUSTAH favoreceria a indústria armamentista brasileira sem que fosse necessário pôr em risco a vida dos contingentes militares brasileiros em ações de guerra. Outro fator preponderante na composição da MINUSTAH foi o barateamento da missão. Foram convidados contingentes militares cuja manutenção é bem mais barata do que os contingentes estadunidenses, canadenses ou franceses, o que possibilitou aos EUA, que dispusessem de apenas um quarto do orçamento necessário à MINUSTAH (RICE apud SEITENFUS, 2014).

Após o terremoto que atingiu o Haiti em 12 de janeiro de 2010, tanto a cooperação internacional quanto o MINUSTAH redirecionaram suas ações para a urgência causada pela catástrofe. Os países latino-americanos, que antes exerciam funções importantes perderam seu protagonismo para os países que tiveram maior capacidade de arrecadar fundos. Segundo Hirst (2011), esses países passaram a definir objetivos e coordenar ações da cooperação internacional, direcionando recursos.

Ao longo de seus 12 anos de atuação no Haiti, os resultados da MINUSTAH continuam ainda pouco mensuráveis. Apesar de ter sido eficiente no desmantelamento do crime organizado transnacional instalado no Haiti, o país ainda está atualmente sob a atuação de um governo provisório, depois de encerrado o mandato do presidente Michel Martelly, sem que fossem realizadas eleições válidas, e apresenta grandes dificuldades em atingir a estabilidade necessária a um processo eleitoral legítimo. A reorganização Exército Haitiano ainda é uma reivindicação de camadas conservadoras e armadas da população, o que gera uma insegurança junto à população, o Haiti não apresenta instituições fortes, que possam dar soluções duradouras aos problemas que apresenta. O país ainda tem um sistema de

segurança e prevenção de catástrofes precário, e as taxas de miséria e mortalidade da população continuam aumentando.

A análise até aqui exposta, leva-nos a uma reflexão importante sobre o papel do Brasil na geopolítica mundial e especialmente na América Latina. Entendendo como Fontes (2009) “que o Brasil hoje integra o grupo desigual dos países capital-imperialistas, em posição subalterna”, podemos notar que na atuação brasileira no Haiti está presente a exportação de capitais (seja da indústria armamentista, seja da construção civil), a exploração do trabalho haitiano, muito vantajoso para a construção civil, a necessidade de expandir o mercado consumidor, todos atrelados à garantia da acumulação de capitais imperialista, ainda que com uma certa autonomia quanto à política expansionista. Estas características, Marini (1977) atribui a uma política subimperialista, praticada por países como Brasil e Argentina, na América Latina.

Uma nova proposta: Solidariedade

Os movimentos sociais haitianos, organizando-se em torno do Fórum Social Mundial e da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, preparando para combater e contrapor a presença de tropas estrangeiras no Haiti, fazem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2004, uma proposta de composição de uma solidariedade ativa com os movimentos camponeses haitianos.

Além disso, os trabalhadores de todo o mundo, e especialmente brasileiros, tem uma espécie de dívida histórica com o povo haitiano, que ao se levantar contra os franceses no século XVIII, serviu de exemplo a diversos levantes de trabalhadores escravizados, num fenômeno conhecido na literatura como Haitianismo (REIS apud SEITENFUS, 2014).

Iniciam-se então as articulações da Via Campesina Brasil com a Via Campesina Haitiana para estabelecer em território haitiano uma brigada de solidariedade, a qual será concretizada apenas em 2009.

Trazendo a vasta experiência da Via Campesina Internacional na articulação de diversos movimentos do campo em torno das pautas da Soberania Alimentar, contra os organismos geneticamente modificados e os agrotóxicos, Reforma Agrária e contra o Acaparamento de terras (VIEIRA, 2011; DESMARAIS, 2007), a Brigada Dessalines estabelece como objetivos: conhecer a realidade do campo haitiano; entender as formas de organização dos sujeitos camponeses e propor programa de cooperação a partir desse entendimento; apoiar o movimento camponês haitiano; troca de experiências; organizar centro de experimentação/formação camponesa.

Dois desafios se colocavam como imediatos para os integrantes da Brigada: a comunicação com os camponeses, ou seja, falar o *kreyòl*, e superar a questão racial que

permeia toda a sociedade haitiana, e se confunde com a luta de classes em si. Ambos os desafios foram superados através da convivência com a comunidade, inserindo-se no trabalho cotidiano no campo, o que já foi um fator diferenciador tanto das ONGs (cujos agentes não tem tempo suficiente para uma convivência de mais de uma semana nas comunidades), quanto dos exércitos (que trazem sempre consigo antipáticos capacetes azuis e coletes a prova de bala).

O exemplo de solidariedade mais próximo da Brigada Dessalines, é o da brigada de médicos cubanos, que hoje conta com mais de 600 profissionais e dá assistência às mais longínquas localidades do país, onde nenhum outro profissional ou organização chegam, lá estão esses médicos salvando vidas todos os dias.

A coordenação política do programa de cooperação da brigada Dessalines ficou a cargo do *4Je Kontre*, correspondente à Via Campesina Haitiana. Logo todas as ações partem da decisão coletiva dos movimentos haitianos, e não o contrário.

Com a crise agravada pelo terremoto de 2010, as organizações, agora incluindo a ALBA, se mobilizaram e enviaram 32 militantes para trabalhar na estruturação de diversas comunidades em todos os 10 departamentos do país. Esses militantes instalaram cisternas de emergência, fornecidas pelo Governo do Estado da Bahia, articularam a produção de alimentos e sementes, implantaram viveiros de mudas florestais, visando a recuperação ambiental e principalmente estavam dispostos a viver nas mesmas condições do povo haitiano e com ele aprender estratégias de convivência com o ambiente inóspito e sobrevivência em comunidade.

Além disso, foi promovido um intercâmbio de um ano entre jovens militantes de movimentos camponeses haitianos nos territórios dos movimentos camponeses brasileiros, que rendeu bons debates, e ajudou a avançar no entendimento das organizações quanto ao seu papel junto às comunidades, e ao seu desenvolvimento.

A maior lição tirada da atuação da Brigada Dessalines é de que a solidariedade com o povo haitiano não está completa se não lutamos em nossos países pela retirada dos efetivos militares e retomada das ações para recuperação de fato do Haiti, como uma nação soberana.

Considerações finais

“O povo do Haiti não precisa de soldados armados. O povo do Haiti precisa de solidariedade para desenvolver as forças produtivas de seu território e produzir os bens que precisam para sair das imensas necessidades que padecem”. (STÉDILE, 2013).

O papel que a Cooperação Internacional Tradicional desempenha na promoção do desenvolvimento haitiano, é o de liberar territórios e organizar o capitalismo dependente, atuando de forma que não haja superação dessa relação de dependência, o que aprofunda

ainda mais a crise econômica, política e ambiental por que passa a sociedade haitiana já há um longo período de tempo.

As ONGs como processadoras de carência são ameaças à soberania haitiana, pois atuam para a omissão das desigualdades, e promoção de desenvolvimento isolado de um programa nacional, que tenha um respaldo na sociedade como um todo e possa de reproduzir de forma autônoma.

As ocupações militares, por sua vez, longe de cumprirem os objetivos que declararam, serviram como força repressora nos momentos em que a atuação das ONGs por si só não garantiu a passividade do povo. A MINUSTAH, mais recente das ocupações tem um componente que nos chama ainda mais atenção por ser comandada e hegemônica por oficiais brasileiros, o que marca a política externa brasileira, relativamente autônoma, e apresentando um protagonismo, mas operando ou possibilitando a operação das políticas dos países centrais do capitalismo.

Os movimentos sociais latino-americanos, por sua vez, encabeçados pela ALBA e Via Campesina, buscam construir uma solidariedade ativa, alternativa à atuação do exército de seus países, calcada na convivência nas comunidades haitianas, na preocupação com as demandas levantadas por elas, e principalmente referenciada na atuação dos próprios movimentos camponeses haitianos, nesse campo há ainda muito que aprender e ensinar. A tarefa que está colocada para nós em todo o continente é exigir a retirada das tropas estrangeiras do Haiti, e a reconstrução de um programa de desenvolvimento soberano para aquele país.

Referências

ARISTIDE, Jean Bertrand. **Eyes of the heart: seeking a path for the poor in the age of globalization.** Monroe: Common Courage Press, 2000. Disponível em: <http://www.thirdworldtraveler.com/Aristide/Eyes_Heart_Aristide.html>. Acesso em: 16. jan. 2014.

BURKE, Megan et al. (Comp.). **Modelos de cooperación internacional en Centroamérica:** perspectivas de los movimientos sociales. Managua: Centro de Estudios Internacionales, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Nicaragua/cei/20120809033614/modelos.pdf>>. Acesso em: 25. nov. 2014.

DESMARAIS, Anette Aurélie. **A Via Campesina:** a globalização e o poder do campesinato. São Paulo: Cultura Acadêmica: Expressão Popular, 2013.

FONTES, Virgínia. O imperialismo brasileiro. In: ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG (Org.). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina:** um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 219-245.

HIRST, Monica. A Reconstrução do Haiti: novos desafios para cooperação regional e o papel do Brasil. In: BRASIL. Fundação Alexandre Gusmão. Ministério das Relações Exteriores (Ed.). **III Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação**. Brasília: Funag, 2011b. p. 63-78. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/883-III_Seminario_Brasil_Noruega.pdf>. Acesso em: 04. jul. 2015.

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos negros**: Toussaint Louverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **Internacional Comunitária**: ONGs chamadas alternativas e o projeto de livre individualidade: Crítica À parceria enquanto forma da solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti. 2007. 353 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/9571/arquivo8293_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20. nov. 2014.

_____. **Comprendre l'hégémonie de l'Internationale Communautaire en Haïti**. 2003. In: Alterpresse. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article749#.VRhPOcZVikq>>. Acesso em: 21. jan. 2015.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México, v. 1, n. 12, jun. 1977. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/media/uploads/CP.12.4.Marini.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010**, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti. Campinas, 2014. 399 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti**: dilemas e fracasso internacionais. Ijuí: Ed. Ijuí, 2014.

SIMÕES, Antônio José Ferreira. Brasil e Haiti: parceria em busca de um futuro melhor. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre Gusmão (Ed.). **III Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação**. Brasília: Funag, 2011. p. 11-28. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/883-III_Seminario_Brasil_Noruega.pdf>. Acesso em: 04. jul. 2015.

STÉDILE, João Pedro. **Haiti**: eles precisam de solidariedade, não de soldados! [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <morena.livia@gmail.com>. Acesso em: 29 mar. 2013.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a Crise Haitiana**: A cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/375-Brasil_e_a_Crise_Hatiana_O.pdf>. Acesso em: 09. dez. 2014.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários Unidos à Globalização da Esperança**: Um Estudo sobre Internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.

UNITED NATIONS. **United Nations Mission in Haiti (UNMIH)**: Background. 2016. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmihbackgr1.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. UNITED NATIONS. **UNITED NATIONS CIVILIAN POLICE MISSION IN HAITI**. 2016. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/miponuh.htm>>. Acesso em: 10 out. 16.

Recebido para publicação em 10 de setembro de 2016.

Devolvido para a revisão em 08 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de novembro de 2017.

Os Brasiguaios Sem-Terra na Reforma Agrária¹

Ener Vaneski Filho

Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento na Universidade Federal do Paraná – PPGMADE - UFPR. Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista – IPPRI/UNESP

e-mail: enervan@yahoo.com.br

Nashieli Rangel Loera

Professora no Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

Coordenadora adjunta do Centro de Estudos Rurais/Unicamp

e-mail: nashieliralo@gmail.com

Resumo

Este trabalho é uma aproximação teórica e prática de um grupo de agricultores que saiu do Brasil em diversos momentos a partir de 1950, rumo ao leste do Paraguai, e que a partir de 1985 começou a retornar de forma organizada, são eles reconhecidos como brasiguaios. A pergunta que motivou esse trabalho foi a de compreender as razões que levaram esse grupo a circular traspassando fronteiras nacionais e reivindicar após anos de idas e vindas uma identidade “camponesa” e uma terra da reforma agrária. Para isso, a pesquisa buscou através de trabalho de campo e documental, refletir sobre as origens do termo ‘brasiguai’ junto aos primeiros retornados, hoje moradores do município de Novo Horizonte do Sul no Mato Grosso do Sul, e os motivos da luta pela terra no acampamento “Antonio Irmão Brasiguai”, em Itaquiraí-MS. Através dos relatos de diversos atores envolvidos nesse processo, percebemos que, como em uma espiral, seguem em curso novos acampamentos que surgem nessas fronteiras e os acampados reivindicam direitos baseados em uma particularidade; a de ser brasiguai.

Palavras-chave: Campesinato; reforma agrária; brasiguaios.

The Landless Brasiguayos in Agrarian Reform

Abstract

This work is a theoretical and practical approach about a group of Brazilian rural workers who left Brazil towards the east of Paraguay in different times from 1950. Since 1985 they, in an organized way, started to return. In Brazil they are recognized as “brasiguaios”. The main question of this work is to investigate and to understand the reasons why, after so many displacements, including crossing borders, this particular group is now identifying themselves as “peasant” and are fighting for a land through Brazilian agrarian reform. The research through the fieldwork and documental search focus on the origins of the term “brasiguai”, specially by interviewing the first returnees, who are living today at Novo Horizonte do Sul, a town in Mato Grosso do Sul state, and also focus in what mobilize landless workers of the “Antonio Irmão Brasiguai” camp (Itaquiraí-MS) in the struggle for land. We seek for different

¹O texto é o resultado parcial da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), sob o título; Territórios em Movimento: os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.

actors enrolled in the process of camping and claims of lands rights, since a lot of new camps have emerged in the region, through the same allegations of being brasiguaios.

Keywords: Peasantry; land reform; brasiguayos.

Los brasiguaios sin tierra de la Reforma Agraria

Resumen

Este trabajo es una aproximación teórica y práctica de un grupo de agricultores reconocidos como brasiguayos que salió de Brasil en diversos momentos, a partir de los años de 1950 rumbo al este de Paraguay, y que a partir de 1985 empezó el regreso de forma organizada. La pregunta que motivó este trabajo fue la de comprender las razones que llevaron a ese grupo a circular, traspasando fronteras nacionales y a reivindicar después de sucesivas idas y venidas, una identidad campesina y una tierra fruto de la política de reforma agraria. De esta manera, la principal pretensión de la investigación fue la de, a través de trabajo de campo y documental, reflexionar sobre los orígenes del término ‘brasiguayo’ entre los primeros ‘retornados’, hoy habitantes del municipio de Novo Horizonte do Sul en el estado de Mato Grosso do Sul, así como los motivos de la lucha por la tierra de los participantes del campamento “Antonio Brasiguai” en Itaquiraí –MS. Seguimos relatos de diversos actores participantes de ese proceso, que como en una espiral, siguen su curso, formando nuevos campamentos en las fronteras reivindicando derechos con base en una particularidad, la de ser brasiguayos.

Palabras clave: Campesinato; reforma agraria; brasiguayo.

Introdução

Desde os anos de 1990 a través de literatura diversa e da mídia sabemos da existência de um grande movimento de agricultores brasileiros que se deslocaram em direção ao Paraguai. O que não sabíamos era sobre seu retorno a terras brasileiras, e em 2009, durante o trabalho de campo para realizar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), no então recém-criado assentamento Milton Santos em Amaporã - Paraná tivemos contato com muitas famílias relatavam terem vivido anos no Paraguai e terem retornado ao Brasil para se incorporarem a luta por *reforma*, tendo vivido anos em acampamentos estando nesse momento oficialmente assentados, eram “beneficiários”².

Em 2010 as notícias veiculadas na mídia, principalmente uma matéria exibida no programa globo rural, davam conta de um quadro “dramático” dessas populações. Parecia-me que ali existia um caso a ser pesquisado sob a ótica da resistência camponesa³.

A proposta inicial do projeto era buscar compreender como, depois de tantas adversidades, deslocamentos, desterritorializações, em ambos os países, essas famílias

² Veiculada em 2010 e apresentada pelos repórteres Camila Marconato e Sandro Queiroz, a matéria mostrou as dificuldades enfrentadas por brasiguaios acampados no acampamento Antonio Irmão Brasiguai no município de Itaquiraí (MS) e foi até a conflituosa colônia de Laterza Cué, no interior do Paraguai.

³ A matéria veiculada em 2010 e apresentada pelos repórteres Camila Marconato e Sandro Queiroz, mostrou as dificuldades enfrentadas por brasiguaios do acampamento Antonio Irmão Brasiguai no município de Itaquiraí (MS) e foi até a conflituosa colônia de Laterza Cué, no interior do Paraguai.

continuavam se declarando agricultores. A base teórica que tínhamos para explicar esse tipo de situações era limitada, tendo como base os trabalhos de Sprandel (1992), Souchaud (2007).

Contextualizando

Segundo Wagner (1990), o Paraguai tinha de conseguir mão obra barata, por isso, no governo de Stroessner, sua equipe elaborou um plano para agilizar a ocupação via agricultura, uma marcha para o Leste. Para isso ela priorizou pessoas do Norte e Nordeste do Brasil, as quais, segundo eles, seriam melhores por sua condição marginalizada e disposição ao trabalho de realizar o “corte do mato”⁴. Depois, segundo o autor, os estrategistas paraguaios teriam preferido os colonos do Sul do Brasil⁵.

Somados a esse processo, expulsos pela modernização do lado brasileiro, chegavam famílias de agricultores, formando-se um importante fluxo. Para entender quem são esses agricultores do Sul é importante a leitura de Seyferth (2009), que indica:

No fim do século XIX começou a expansão para o oeste e o norte do Rio Grande do Sul e para o oeste de Santa Catarina e, pouco mais de uma década depois, para o oeste do Paraná (...) A regularidade da migração rural pode ser vista como um componente estrutural da colonização na forma como foi implementada no sul do Brasil (SEYFERTH, 2009, p. 59).

Souchaud (2011) assim descreveu a população imigrante brasileira que encontrou em seus trabalhos de campo no Paraguai:

A população imigrante, que pode ter alcançado até talvez 500 mil pessoas, é formada hoje por perfis diversificados: pequenos agricultores, trabalhadores rurais, diaristas ou assalariados, mas também empresários, empregadas domésticas, operários da construção civil, jovens funcionários do setor comercial, técnicos etc., demonstrando o alto grau de consolidação e diversificação deste território (SOUCHAUD, 2011, p. 133).

Baller (2014), dialogando com Norbert Elias e identificando importante fluxo de agricultores que saíram do Paraná para a *fronteira*, destaca que:

Por outro lado, destacamos o êxodo rural no Paraná, pois o êxodo viabilizou para as pessoas que saíam do Brasil a busca pela terra no Paraguai, e na historicidade desse processo vão produzir uma nova face de configuração do país vizinho com a propagação do agronegócio. As áreas rurais são locais de intensa sociabilidade e a fronteira revela que não há apenas integração, mas o predomínio sociocultural de grupos majoritários sobre os

⁴ O governo sob a direção de Alfredo Stroessner Matiauda, compreende o período de 15 de agosto de 1954 – 3 de fevereiro de 1989.

⁵ Para Woortmann (1990) o que se sobressai tanto nos grupos de colonos do Sul como nos de sítiantes do Nordeste brasileiro, os quais foram por ele estudados, é a autonomia para traçar suas estratégias reprodutivas, ao mesmo tempo em que afirma ser comum a ocorrência de famílias extensas.

minoritários com os fronteiriços produzindo relações societárias, como por exemplo, de 'estabelecidos e outsiders' (BALLER, 2014, p. 10).

Ele identificou três momentos de entrada de brasileiros no Paraguai. O primeiro seria nas décadas de 1950/60 com brasileiros capitalizados comprando grandes extensões de terras. O número de pessoas em movimento não era expressivo e se assentava em locais de baixa densidade demográfica. Esses proprietários eram, em sua grande maioria, originários do Sul do Brasil.

Concomitante a essas compras, atraía-se o trabalhador para “desbravar o mato”, o que integrara o segundo momento de migração para o Paraguai, considerando que:

A segunda leva de brasileiros no Paraguai caracteriza-se pelo segmento que mais se aproxima da posterior formação brasiguiaia, entre eles estão meeiros, arrendatários, operadores de máquinas, peões, assalariados rurais, pequenos proprietários, parceiros, parceleiros, porcenteiros, entre outros. Na medida em que as fazendas ficavam propícias para a monocultura, com a entrada de máquinas para plantio e colheita, a mão de obra braçal era dispensada e acabava abandonada, tanto pelos patrões, quanto pelos Estados, paraguaio e brasileiro (BALLER, 2014, p. 117).

O terceiro momento de entrada dos brasileiros foi durante e depois da construção da usina de Itaipu. Por um lado, a medida que acabava a construção da Usina, muitos trabalhadores que vieram para a região ficaram sem trabalho, e por outro os que tiveram as terras indenizadas compraram por preços mais baratos no Paraguai, e ainda os expropriados do lado brasileiro migraram como trabalhadores das fazendas no Paraguai.

Em 1985, a estrutura agrária paraguaia já mostrava os sintomas que causavam a forte concentração da terra. Nessa época, começam a retornar ao Brasil os agricultores que ocupavam as menores parcelas de terra, conseqüentemente os que tinham menos condições de competir em uma agricultura cada vez mais industrializada, somada aos problemas de documentação das terras.

A “identidade” brasiguiaia sem-terra

Conforme Woodward (2000), os movimentos sociais surgiram como uma política de identidade, que visa afirmar a identidade cultural dos grupos marginalizados e oprimidos por meio da mobilização política. Essa política tem como base reafirmar as particularidades culturais de um determinado grupo, assim como realizar uma análise da opressão que este grupo possa estar vivendo. Em consequência disso, a política de identidade dos novos movimentos sociais busca na história as raízes da opressão e marginalização, fazendo da identidade um produto histórico.

Uma das principais características da mobilização dos brasiguaios é a utilização de

um discurso político que reafirma constantemente a nacionalidade brasileira, enquanto agricultores expulsos do Brasil reivindicavam os direitos que esta identidade deveria lhes oferecer. Desta maneira, a reivindicação de uma “identidade” funcionou como bandeira política, como linguagem para a reivindicação de direitos.

Para Gilberto Giménez (2007), algumas “*pertenencias sociales*” podem estar *dormidas* (identidades potenciais) e outras podem estar ativas (identidades ativas)⁶. E ainda existe uma terceira forma, em que podem estar politizadas, de modo que elas se destacam como se fossem a única identidade importante, para que possam servir de base à organização de uma ação coletiva (identidades politizadas). Esta ideia de pertencimentos sociais nos permite refletir acerca da própria fluidez do termo *brasiguai*. Albuquerque (2005) percebe, de acordo com suas observações de campo, que o termo adquire variações, dependendo dos agentes e da sua posição no mundo social. A imprensa brasileira, por exemplo, geralmente se refere como *brasiguaios* a todos os brasileiros que vivem no Paraguai.

Já no contexto local a palavra adquire outros sentidos: 1) como sinônimo de brasileiro pobre que viveu no Paraguai e voltou para o Brasil desde 1985, quando o próprio termo aparece pela primeira vez nas reivindicações por terras no Mato Grosso do Sul e Paraná; 2) “*brasiguayo*” é visto pelos camponeses paraguaios como empresários plantadores de soja que estão expulsando os camponeses e destruindo o meio ambiente; 3) para os próprios imigrantes e aqueles paraguaios que convivem mais diretamente com eles, “*brasiguaios*” são geralmente vistos como descendentes dos brasileiros que já nasceram no Paraguai e que têm dupla cidadania e (ou) que misturam os idiomas português, espanhol e guarani.

Muitos imigrantes e seus descendentes, por exemplo, hoje assumem a identidade paraguaia ou brasileira conforme a relação que estejam mantendo com os paraguaios ou brasileiros. Os imigrantes que ascenderam socialmente evitam o termo “*brasiguai*”, pois ainda é bastante associado aos brasileiros pobres que não conseguiram enriquecer no Paraguai. Para Ferrari (2009), existe uma diferença clara entre “*brasiguaios*” e “*brasileiros no Paraguai*”. Os primeiros “são os pobres, os oprimidos, os sem direitos trabalhistas e sociais, enfim, aqueles sem pátria e sem esperança”. Os segundos pelo contrário, “têm pátria, porque têm poder econômico, político e simbólico para escolher a pátria que melhor lhes convier” (FERRARI, 2009, p. 113).

Castells (1999) sugere que identidade deve ser entendida como sendo a “fonte de significado e experiência de um povo”, onde atores sociais dão origem à sua identidade pelo processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou um conjunto de

⁶ Propriedades Sociais.

atributos culturais inter-relacionados. Castells divide o conceito de identidade em três: a) legitimadora; b) de resistência e c) de projeto. Belo e Pedlowiski (2014), ao explicar os conceitos de Castells, esclarecem que a identidade legitimadora daria origem à sociedade civil construída pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação, e se faz presente por meio de atores estruturados e organizados. Já a de resistência leva à formação de comunidades, sendo criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pelo processo de dominação.

As análises anteriores demonstram como os termos brasileiro, paraguaio ou brasiguai não designam necessariamente uma identidade e/ou nacionalidade, mas, conforme Bourdieu (1998), um *status*, uma condição, que neste contexto de disputa por território está relacionada também com a posse de bens materiais. Identidade, afinal, pensando na sua característica situacional e relacional, é objeto de múltiplos posicionamentos, mas neste contexto, quando se fala em brasiguaio sem-terra, destaca-se seu vínculo com a ideia de fronteiras reais ou simbólicas entre pessoas, grupos, países ou culturas.

Desta maneira, os brasiguaio sem-terra colocam para a academia um desafio metodológico que envolve a relacionalidade e a situacionalidade de conceitos como identidade e fronteira. Já para o Estado brasileiro, o desafio é que o “regresso” significa milhares de acampados *lutando* por terra. Para os brasiguaio sem-terra o desafio é terra e condições mínimas de cidadania e direitos que significam, também neste contexto, uma luta pela condição de agricultores.

Então elegemos a designação de *Brasiguaio* como um termo nativo que designa um grupo com raízes brasileiras que viveu até recentemente no Paraguai. O termo foi cunhado em 1985, durante o retorno de diversas famílias ao Brasil, no contexto de uma mobilização realizada no Mato Grosso do Sul⁷.

De acordo com a antropóloga Sprandel (2000), o termo “brasiguai” aparece com os primeiros grupos que retornaram ao Brasil de forma organizada, a partir de 1985.

Tal expresión, entretanto, no apareció en ningún documento o noticia anterior al 14 de junio de 1985, cuando - frente a la divulgación de un Plan Nacional de Reforma Agraria en Brasil - más de mil familias así auto-identificadas volvieron masivamente del Paraguay y armaron un inmenso

⁷ No dia 14 de maio de 1985, cinco líderes das famílias que regressavam, foram até Brasília para negociar com o Ministro da Reforma Agrária a situação dos brasileiros ilegais que viviam no Paraguai. Foram informados de que, fora do país, nada podiam fazer.

campamento en la plaza principal de la ciudad fronteriza de Mundo Novo (Mato Grosso do Sul), reivindicando tierras (SPRANDEL, 2000, p. 30).⁸

No marco do primeiro congresso do MST, realizado em 1984, na cidade de Cascavel - PR, e do congresso de 1985, na cidade de Curitiba – PR, dois fatos importantes aconteceram na cena política: seria lançado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PRNA) e, em plano regional, estava em andamento a primeira volta massiva de agricultores brasileiros que viviam no Paraguai.

Na segunda metade da década de 1980 e no começo dos 1990, contexto no qual as organizações de trabalhadores rurais ressignificam a reforma agrária como sendo um termo associado à distribuição fundiária, indissociável das ocupações e dos acampamentos de sem-terra, “nascem” os *brasiguaios sem-terra*. O destino do primeiro grupo foi o acampamento Novo Horizonte, hoje município de Novo Horizonte do Sul.

Novo Horizonte do Sul

A primeira ocupação dessa área foi realizada em 1984 e, está descrita no livro de Cácia Cortêz, *A travessia do Rio dos Pássaros*, de 1985⁹. Nesse livro, que foi preparado para o encontro de 1985 do MST em Curitiba, a autora narra detalhadamente a trajetória e a heroicidade dos camponeses, além de fornecer dados sobre a origem dos agricultores, indicando que:

[...] os contatos se iniciam em 83 e terminam no dia 17 de fevereiro de 84, depois de 6 dias de reuniões na colônia federal de Dourados. Mais de mil famílias de arrendatários, boias-frias, posseiros, ribeirinhos, desempregados das cidades oriundos do campo, e ainda mais 60 famílias de agricultores sem-terra que estão no Paraguai sobrevivendo dos trabalhos em fazendas de latifundiários brasileiros, se prepararam para a ocupação (CORTÊZ, 1985, p. 15).

Wagner (1990), em seu livro “Brasiguaios: Homens sem pátria”, comenta que foram 200 famílias oriundas do lado Paraguaio. Nessa ocupação, lideranças que mais tarde se destacariam no Paraguai por organizar os agricultores daquele lado, foram responsáveis pelos trabalhos de base.

O jornalista Carlos Wagner, que esteve no acampamento em 1986, relata que:

⁸ Tal expressão, entretanto, não apareceu em nenhum documento a notícia anterior a 14 de junho de 1985, quando frente a divulgação de um Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil, mais de mil famílias assim auto-identificadas retornaram massivamente do Paraguai e armaram um imenso acampamento em Mundo Novo.

⁹ O título do livro se remete ao fato de os agricultores, todos, terem atravessado o Rio dos Pássaros, muitos com água até o pescoço. A travessia iniciou de madrugada e foi concluída durante o dia. Na entrevista que realizamos com a secretária municipal de educação, ela se remete ao fato com emoção.

Os colonos não se chamam por nome, mas assim: o gaúcho, o sergipano, o baiano...ali tem acampados de todo os lados do país [...] O moleque Odílio Santarém de 14 anos [...] A história deste piá começa nos anos 60 no Rio Grande do Sul, seu avó tinha um pedaço de terras e muitos filhos [...] Seu pai, Arnaldo trabalhou de agregado no Oeste de Santa Catarina, depois foi para o Oeste do Paraná, onde casa com dona In (...) o casal foi para o Paraguai com a esperança de comprar uma terra [...] trabalharam como agregados na fazenda Botelhos, em La Paloma [...] em 1972 nasce [...] é registrado do lado brasileiro [...] em 1985 entra no MST e ocupam a gleba Santa Idalina. (WAGNER, 1990, p. 34-35)

Segundo o IBGE (2014)

Muitas famílias foram ao Paraguai em busca de terras para cultivar e retirar o sustento para a família. Entraram aos poucos formando grupos e pequenas vilas, mas sofreram com a opressão e a exploração. Na educação, no comércio, pelas autoridades paraguaias. Muitas comunidades começaram a lutar para sair do Paraguai, sigilosamente. Com todos esses problemas e insegurança, a reforma agrária era o sonho de todo brasileiro (IBGE, 2014, p. 1).

Uma dessas famílias foi a que entrevistamos, a da professora Cleide Salomão G. Sant'Ana, conhecida como a “professora Cleide”. Ela é a atual secretária de educação do município. Ao contar sua história e como foi dar aulas no acampamento, ela relatou que sua relação com a “gleba Santa Idalina” começou antes do assentamento. Na primeira ocupação, ela com seu marido trabalhavam na fazenda da Someco e presenciaram todos os movimentos de desocupação da fazenda. Na época ela era professora municipal e foi convidada, junto com outros cinco professores a ir para o acampamento. Seu relato foi importante para entender o início da saga brasiguaiia no seu retorno.

A Irmã Alaíde Barreiros foi supervisora escolar na época da chegada dos agricultores, inclusive a professora Cleide estava nessa equipe. A Irmã Anaíde é uma lutadora histórica da região sul do Mato Grosso do Sul e pertence à congregação das Filhas do Amor Divino (FDC)¹⁰. Ela chegou ao assentamento em 1986 e, desde então, trabalha no município. Ainda hoje é muito atuante no tema de luta pela terra. A conversa com a Irmã Anaíde foi esclarecedora ao localizar o conflito que existe no Sul mato-grossense. Vários dos personagens com quem ela trabalhou fazem parte da história, ou são a história viva das mobilizações por terra na região.

A presença de setores da Igreja e da política no caso dos brasiguaios mostra como no Mato Grosso do Sul, a luta dos brasiguaios aconteceu de forma organizada em grandes grupos. No caso do Paraná, percebia-se a ausência de grupos grandes urbanizados. Uma das explicações para esse fato encontra-se em Wagner (1990).

¹⁰ A Congregação das Filhas do Amor Divino foi fundada em 21 de novembro de 1868, quando a madre alemã Francisca Lechner uma comunidade religiosa que tinha como objetivo acolher as jovens que migravam para as grandes cidades da Europa em busca de emprego no contexto histórico da Revolução Industrial.

Por que os grupos de simpatizantes dos brasiguaios não conseguiram se organizar no Estado do Paraná? Em parte isto aconteceu porque a repressão nesta unidade da Federação é bem mais organizada do que no Mato Grosso do Sul. Isto se deve ao maior grau de desenvolvimento econômico da sociedade paranaense em comparação com a mato-grossense (WAGNER, 1990, p. 27).

Por outro lado, a própria capacidade de o MST organizar os camponeses, naquele momento, mostra-se frágil, devido à enorme quantidade de sem-terra no estado.

A questão dos brasiguaios era apenas *mais uma* como admitiu João Luiz Tichio – um dos articuladores do MST no Oeste do Paraná – durante uma reunião que teve no final de abril de 1986 na vila campos do Iguazu (...) com uma forma muito polida, e até mostrando certo constrangimento, Tichio, na ocasião, disse as lideranças dos brasiguaios: Não podemos pelo grande quantidade de gente e trabalho, estamos trabalhando em um Estado fortemente repressivo e com camponeses que viram operários de Itaipu e agora querem voltar a terra, o que os torna de “difícil trato”. (WAGNER, 1990, p. 27).

A cidade de Novo Horizonte do Sul nasceu do primeiro assentamento de brasiguaios, ou do acampamento onde o termo foi cunhado conforme explicarei adiante. Outro dado importante é que o assentamento é resultado da primeira desapropriação no âmbito do I PRNA (Plano Nacional de Reforma Agrária).

Sprandel (1992) explica que quando trabalhava na Coordenadoria de Conflitos Agrários do extinto Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (*Mirad*) em Brasília, encontrou no seu trabalho de organização dos documentos do CCA/Mirad menções de lideranças de agricultores brasileiros que viviam no Paraguai e que, sabendo da iminência do lançamento de um plano de reforma agrária, foram até o órgão para solicitar a atenção do Governo Brasileiro a sua causa. Eles viviam no Paraguai e queriam retornar. Segundo Sprandel (1992, p. 8)

Entre os documentos catalogados, havia uma volumosa quantidade de cartas, notas, telegramas, moções de apoio, fotografias e recortes de jornais referentes a um contingente de mais de mil famílias de pequenos produtores rurais brasileiros que haviam passado até mais de vinte anos residindo e trabalhando em terras localizadas na vizinha República do Paraguai.

Sprandel (1992, p. 8) descreve a origem do primeiro acampamento no Brasil desse grupo:

Na madrugada do dia 14 de junho de 1985, de forma clandestina e organizada, estas famílias retornaram ao Brasil, e ergueram um imenso acampamento na praça principal do Município de Mundo Novo (MS), próximo à fronteira seca com o Paraguai. Seu objetivo era o de pressionar o governo brasileiro para que os considerassem beneficiários preferenciais do

processo de reforma agrária em curso.

Confirmando as datas e buscando mais elementos para essa volta massiva em determinado momento, encontramos em Cortêz (1992) os motivos para a pressa dos agricultores em retornar. Ela nos conta que em 13 de março de 1985 houve uma reunião em Mundo Novo entre lideranças dos agricultores, CPT e o MST. Na reunião se discutia a situação de 300 famílias que tinham comprado lotes de terra de 50 a 200 hectares, que ao terminarem de pagar não receberam os títulos que deveriam ser emitidos pelo *Instituto de Bien Estar Rural* (o INCRA do Paraguai), a nova direção do órgão cancelou as vendas e reconheceu como donos dessas áreas latifundiários brasileiros.

E assim, no dia 14 de junho, as primeiras famílias começaram a chegar a Mundo Novo, distante 14 km da divisa. “Nós não tínhamos a dimensão do movimento que estávamos conduzindo”, relata José Lino Martins: “Eu já respirava mais fundo por ter passado pro lado de cá, a gente não tinha que ter ido se humilhar no estrangeiro”. Segundo ele “a terra é deles e não tem garantia de nada, então eles se aliam aos fazendeiros para nos tirar até a vergonha” (CORTÊZ, 1992, p. 53).

As famílias se organizaram conforme sua localidade de origem no Paraguai, assim se distribuíram em grupos no acampamento, que eram os seguintes: Santa Rosa, Canandu, Cuerpo Christi, Alvorada, Guaivirá, Santa Clara, Figueira, Maracajú, Caarapó, Ponte Kirrá e Guadalupe (NEWS, 2014).

Segundo Cortêz (1992), o instrumento de defesa do acampamento era a Comissão de Segurança, composta por 40 homens, que se revezavam na vigilância dos barracos. Sua principal tarefa “consistia em defender o espaço contra a ação do Estado que os hostilizava com a presença do policiamento ao redor” (CORTÊZ, 1992, p. 77). Essa ação policiaesca foi contestada pelo então deputado Sérgio Cruz, através de uma carta ao governador Wilson Barbosa Martins, na carta Sérgio Cruz afirma que:

a ação moderada de acampar tem o significado maior da compreensão que a luta passou a ser tratada democraticamente. O que é penoso, sobretudo para os que são enxotados do Paraguai é a ameaça da repressão policial, seca e taxativa anunciada por V. Exa. (CORTÊZ, 1992, p. 77).

Para atender à demanda dos chamados brasiguaios acampados em Mundo Novo (MS), o governo federal desapropriou, através do Decreto 9.1792, de 17 de novembro de 1985, 18.468 hectares dos imóveis Horizonte e Escondido, localizados no município de Ivinhema (MS), foi a primeira desapropriação após a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (CORTÊZ, 1992). Assim era criado o assentamento Novo Horizonte, que para aquelas famílias era uma nova chance, um novo horizonte, lembrando que essa área já

havia sido ocupada no ano anterior¹¹.

Em dezembro 1985 a transferência dos agricultores de Mundo Novo para o Novo Horizonte foi concluída “quando chegamos a terra firme, começamos a construção dos nossos barracos”, mais famílias foram chegando “até parecia tribo de índio (...) nos viemos na frente, abrindo caminho para os que ficaram (no Paraguai)” (CORTÊZ, 1992, p. 92)¹².

A professora Cleide, que é a atual secretária de educação do município, viveu o antes e o depois da chegada dessas famílias à essas novas paragens. Ela era professora em Ivinhema, trabalhou nas terras da Someco, e mais tarde tornou-se professora¹³. Quando da ocupação dos brasiguaios, foi transferida junto com outros seis professores para trabalhar no recém-criado projeto de assentamento¹⁴. Professora Cleide descreve a nova situação da seguinte maneira:

Eu cheguei aqui em fevereiro de 1986, ‘eles’ chegaram em dezembro de 1985. Eu era professora em Ivinhema e recebemos a proposta de vir dar aula aqui. Você sabe que onde tem uma aglomeração grande tem seus problemas, mas todo mundo assustava a gente, só falavam da parte ruim, então viemos em 26 e um não teve coragem de descer sua mudança. Ficamos duas professoras em cada grupo, recebi um barraco que ficava perto do rio.¹⁵

Uma vez que chegaram à terra, ainda havia muito a percorrer:

Mesmo estando em ‘terra firme’, as famílias continuaram acampadas por mais de meses, convivendo com os mesmos problemas de Mundo Novo, exceto a falta de espaço para a instalação de seus barracos. A morosidade na demarcação e distribuição de lotes, a falta de sementes para plantar, as dificuldades de transporte, os problemas com a alimentação e a saúde seriam questões corriqueiras das pautas das reuniões da comissão com as autoridades. (CORTÊZ, 1992, p. 93)

A professora Cleide transpareceu ter muito orgulho de ter feito parte de um *movimento*, de fazer parte de um recomeço para muitos, isso ficou claro sobre a descrição dos alunos que então faziam parte das classes.

O mais emocionante de tudo era que todos os alunos eram de ‘primeiro ano’, como eles foram alfabetizados no Paraguai eles queriam estudar aqui. Eles construíram grandes barracões, ali sentavam 3, 4 pessoas. Como percebemos que estavam em estágios de aprendizagem diferentes, no

¹¹ Assentamento rural é um **conjunto de unidades agrícolas** independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um **único** proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma, conforme legislação vigente.

¹² Cortêz (1992) conta que seu livro foi escrito amparado nos relatos escritos no “diário do poeta”. Carlos Rodrigues conhecido como poeta registrou em um caderno os fatos que foram acontecendo do acampamento até o assentamento.

¹³ SOMECA S.A (Sociedade de Melhoramento de Colonização).

¹⁴ Ivinhema era o município onde se localizavam as terras ocupadas, em 1992 foi criado o município de Novo Horizonte de Sul.

¹⁵ Entrevista realizada em 21 de novembro de 2014 em Novo Horizonte do Sul.

segundo ano aplicamos uma prova e muitos foram para outros anos, mas dava gosto de ver o pessoal estudando com vontade.

Como a legislação até hoje veda o assentamento de servidores públicos, e que acaba por ser um grande problema, principalmente quando se trata de professores que atuam nos assentamentos ela descreve que não recebeu um lote na época¹⁶.

Depois de dois anos houve o sorteio dos lotes, ai eu mudei da comunidade 'Guadalupe' fui para o grupo matão, que era o centro, então foi se formando uma vila. Nós como servidores do Estado não tivemos direitos a lotes, foi o entendimento legal, porque sofrer a gente sofreu tudo isso junto.

Cleide evocava o seu *direito* baseado em seu sofrimento. Comerford (1999) que realizou pesquisa etnográfica entre trabalhadores de sindicatos rurais menciona que entre os trabalhadores o sofrimento é associado à luta e isso, para eles é um fato legitimador. Mas a história de Cleide em relação à fazenda começou antes. Ela morou nas terras da Someco com seu ex-marido na época em que ocorreu a primeira ocupação.

Eu fui professora na área da SOMECO. Você sabe que mesmo sendo uma companhia colonizadora ela não fez isso, então tinha muita madeira aqui, e poucas pessoas moravam na área onde existia uma sede, quando percebeu que ia perder a terra a empresa trouxe muitos caminhões de paraguaios para plantar milho, o povo jogava milho para parecer que a terra tava plantada.

No livro *A travessia do Rio dos Pássaros*, a autora descreve os impasses desde a ocupação e o desenrolar da desocupação, como ainda não estava efetivada essa linguagem como forma de negociação com o Estado, era chamado de invasão. Ao ouvir os relatos de Cleide era como se as peças fossem se juntando, um quebra-cabeça que se juntava.

Eu via a primeira invasão, eu nunca tinha visto tanto policial fazendo treinamento no pátio da fazenda. Teve pessoas que eu conheci na primeira invasão, a segunda vez não foi invasão, foi uma ocupação, os policiais falavam “ah você não precisa de terra”, olha teu sapato novo, foi uma violência muito grande, mesmo assim alguns voltaram nessa segunda vez.

A distinção que ela faz sobre ocupação e invasão provém do fato de que a primeira *invasão* denunciava a existência de uma terra para a reforma, e a segunda foi uma ocupação, pois nesse intervalo ficou claro que o Estado ao promover a primeira desocupação tinha um lado, estava do lado do latifúndio, então a ocupação carrega o significado da legitimidade.

¹⁶ Norma de Execução/INCRA/Nº 18, de 19 de outubro de 2001. Não é permitido o assentamento de funcionários públicos; vejamos, um(a) professor(a) que deve morar no assentamento, ou pior, uma pessoa que fizer um curso de magistério e passar em um concurso deve optar por ser assentado(a) ou ser professor.

A professora Cleide não viveu no Paraguai e, ao ouvir as histórias, reproduz e oferece relatos sobre os *relatos* da época, o que ouvia do Paraguai: “eles reclamavam muito que o regime de trabalho era de escravidão, se trabalhava muito e se recebia muito pouco”.

Segundo as informações dadas por Cleide, o assentamento teve um desenvolvimento rápido e, no início da década de 1990, se emancipou. Segundo o IBGE:

A Gleba Novo Horizonte do Sul pertencia ao Município de Ivinhema no Sul do Estado. Com o rápido desenvolvimento, logo surgiu a luta pela emancipação política. Distante de Ivinhema, 58 quilômetros, com estradas sem pavimentação tudo dependia desta. Devido à importância socioeconômica do assentamento, em 30 de abril de 1992 foi criado o Município de Novo Horizonte do Sul, pela Lei Estadual 1.260, sendo instalado em 1 de janeiro de 1993 (IBGE, 2014)

Na época da primeira *invasão* no município de Novo Horizonte em 1984 foi a CPT da região de Dourados que auxiliou os agricultores¹⁷. Segundo Farias, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada no Estado em 1978, mais especificamente a Diocese de Dourados, se dedicava “a desenvolver decisões e reflexões com a população do meio rural acerca dos problemas sociais que se evoluíam” (2012, p. 81).

Na entrevista com a professora Cleide ela citou algumas vezes a figura chave “irmã Adenaide”, também mostrou o caminho até sua casa, conhecida na cidade como a “casa das irmãs” e sugeriu que eu deveria entrevistá-la.

Ela confirmou os fatos que havia encontrado na bibliografia sobre a origem do município de Novo Horizonte do Sul:

Em 1984 aqui não tínhamos o MST, então nos tentávamos ajudar a organizar, a primeira grande ocupação do Mato Grosso do Sul foi organizada aqui, então 12 municípios se organizaram para ocupar essa área, depois de 15 dias foi feita a desocupação, graças ao acompanhamento da igreja esse despejo foi menos violento¹⁸.

Em 1985 ela descreve o regresso dos primeiros brasiguaios. Segundo ela, a ocupação de 1984 chamou a atenção do latifúndio, sendo que no próximo ano se organizou a grande ocupação de Mundo Novo, apoiada pelo deputado Sérgio Cruz e a CPT. Ela confirma que os agricultores com o advento da publicação do I PRNA se mobilizaram “e vieram através do deputado pedir ao governador, este por sua vez disse que com eles em outra pátria nada podia fazer, eles tinham de vir para o outro lado”. Com esse “convite” começaram a se organizar os grupos que retornaram meses depois.

¹⁷ A CPT ajudou a organizar as primeiras ocupações. O MST se organizava nesse período, a Igreja pela sua capilaridade e pela sua ideologia foi o lugar que onde no período da ditadura os camponeses puderam ir se organizando até surgir as condições objetivas para reivindicar a terra.

¹⁸ Entrevista realizada em Novo Horizonte do Sul – MS, em de 22 de novembro de 2014.

O pessoal foi se organizando e fez esse acampamento na cidade de Mundo Novo, depois de 6 meses o INCRA viu que a coisa tava feia, e desapropriou essa terra da somco, em 1986 chegamos aqui, junto com os professores, em 1987 sortearam os lotes e em 1988 se firmou o núcleo urbano.

Adenaide também mencionava que os professores que foram enviados ao novo assentamento, foram os que na época estava “menos preparados, e além do mais eles tinham de dar aula no que eram galinheiros”. E ainda:

Tinha muita confusão que criavam os servidores públicos (pessoal do INCRA), que eram os intermediários entre os projetos, agricultores e os bancos, tinham pouco preparo, associado ao momento econômico do País e a situação de ter de lidar com uma nova moeda, todos esses fatores tornavam mais penosa a vida dos brasiguaios.

Segundo ela a continuidade da *luta por terra* hoje se dá pelos filhos dos brasiguaios, “se você for à Itamaraty você vai encontrar muitos filhos daqui, as vezes os pais já morreram, mas os filhos dos brasiguaios estão lá, ai eu penso, valeu a pena, o grito da ocupação de 84 foi o começo, a CPT apoiando deu uma segurança para os camponeses”¹⁹.

A implantação dos assentamentos é a consolidação da luta, como menciona Fernandes (1996):

A conquista da terra na implantação do assentamento significa a continuidade da luta. Por um lado, o desafio, colocado pelo modo de produção capitalista, em resistir e permanecer na terra. Por outro lado, a recuperação e a renovação das experiências para realizar novas ocupações com novos grupos. ‘OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR’ são desafios levantados pelo novo momento histórico. Esses desafios vão exigir e proporcionar a espacialização das experiências e a territorialização da luta. O assentamento é o território conquistado, é, portanto um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa sobretudo a possibilidade da territorialização (FERNANDES, 1996, p. 181).

A história da conformação da luta e movimentos por terra na fronteira e a desapropriação de terras nesse período, é semelhante em diversos lugares principalmente do Sul e Sudeste do Brasil que tiveram presença forte da CPT, sindicatos e posteriormente do MST. Relata Loera (2006) o caso dos assentamentos de Sumaré em São Paulo, para os quais um grupo de acampados que recém conquistaram um pedaço de terra ajudaram outros, a partir de uma rede de conhecidos ou parentes da região, conformando assim o que a autora chama de “espiralidade da luta”.

A criação de um projeto de assentamento é a inserção de famílias em um determinado espaço, os filhos vão continuar a luta dos pais, e assim novos acampamentos

¹⁹ O Assentamento Itamarati, um dos maiores do país, foi implantado em 2002 numa área de 25.000 ha, com aproximadamente 6 mil pessoas (1.100 famílias), organizado em quatro movimentos sociais (AMFFI, CUT, FETAGRI e MST), (INCRA, 2005).

vão surgir na região. Um ex-presidente do INCRA criticava essa “forma” de atuação e de luta da seguinte maneira: “Estávamos ali para negociar com o MST. Chegamos a atender suas reivindicações, mas assim que atendíamos eles ocupavam novamente. Queriam o quê? Queriam a reforma agrária ou fazer política com a gente?” (GRAZIANO, 1996, p. 73).

Mesmo a dificuldade ou situação econômica não ser a única explicação possível para a existência da luta pela terra em uma região, não podemos deixar de pensá-la como parte importante do fluxo e circulação de famílias em busca de novas oportunidades. Segundo Adenaide na década de 60 houve uma corrida para o Paraná, para as colheitas de café, “sabe, eu sou mineira e percebi que muitos saíram no passado, foram para o Paraná, depois para o Paraguai e depois pra cá, teve gente que veio direto do Paraná pra cá, ou seja, eles não entraram por essa fronteira”.

Ela conta que ouvia dos brasiguaios que lá no Paraguai eles sofriam com a exploração por parte dos agentes do governo paraguaio, mas também pelos brasileiros que moravam do outro lado. Então quando “o povo vem pra cá vem sem papeis da escola, colocavam 50, 60 alunos, tivemos de colocar tudo mundo no primeiro ano, foi um sacrifício para organizar todo esse povo na escola”.

A Irmã Elza que também vive com Adenaide e é professora aposentada também deu seu relato:

Fui enviada pra dar aula em um galinheiro, nos revezávamos em duas professoras, uma de manhã que era eu, e outra a tarde. Tínhamos de limpar as cadeiras, eles sentavam em tocos de madeira, as vezes dava aula no terreiro mesmo. Depois os INCRA fez um barracão pra fazer uma granja, como desviaram o dinheiro (os políticos), fizemos desse barracão uma escola, eu sempre respeitei, mas teve professor que tinha preconceito por eles serem do Paraguai. Dos 750 famílias de brasiguaios hoje se tiver 20% é muito, tem muito êxodo rural, e muitos filhos foram para o Itamaraty e o Tejin.²⁰

Adenaide comenta que a criação do município pela emancipação não resultou em facilidades, mesmo o primeiro prefeito da cidade tendo sido um brasiguai, a CPT acabou tendo sempre conflitos com o *Estado* e sempre “tivemos de nos posicionar do lado dos agricultores”.

A igreja foi através da CPT o *cimento da obra* para a organização da luta pela terra e posterior surgimento do MST e outros movimentos. Stedile e Fernandes, (2012) explicam que além do componente político com a reabertura democrática do país e o componente socioeconômico que foram as mudanças na base técnica da agricultura, existiu o componente ideológico vinculado a Igreja e seu trabalho pastoral.

²⁰ Entrevista realizada em Novo Horizonte do Sul – MS, em 22 de novembro de 2014.

A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico, os padres e pastores com um caráter ecumênico passaram a fazer um trabalho de base, abandonando o trabalho messiânico (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 22).

A CPT foi importante para a organização dos camponeses que formaram o primeiro acampamento na região, o acampamento se transformou no assentamento e desse se originou o município de Novo Horizonte do Sul. A atuação da CPT que ajudou também a fundar o MST, e a nível local foi ela quem contribuiu para a organização dos agricultores para a primeira ocupação (invasão) da gleba Santa Idalina em 1984. Já no acampamento que foi montado em Mundo Novo, muitos agricultores que tinham ido para as terras da Someco e foram despejados, se mobilizaram novamente, agora sobre a bandeira do MST.

Acampamento Antonio Irmão Brasiguaio

Depois de duas mudanças de lugar, as famílias do Antônio Irmão fazendo jus ao nome, decidiram organizar e acampar do lado do assentamento Santo Antônio, como lembram os acampados, e ao nome do acampamento foi acrescentado o nome “brasiguaio”, por ser a maioria do acampamento, assim passaram a ser chamados de Antônio Irmão e os *brasiguaios*.

Ao contrário do que se percebe na maioria dos acampamentos do Brasil, aqui os barracos não são só de lona preta. Loera (2006) chamava a atenção para as barracas em acampamentos do estado de São Paulo que eram em sua grande maioria pretas, e perguntando para um dos *militantes* do acampamento Terra Sem Males o porquê, ele mencionara “é uma luta, não é uma festa”. Lembrando que luta, na concepção de muitos dos participantes das ocupações e dos acampamentos adquire o sentido de sofrimento. No acampamento Antônio brasiguaio as barracas são brancas, intrigado com esse fato descobri que essa técnica tem ligação com a produção de soja, pois esse plástico é usado no Paraguai para estocar soja nos chamados silos bag.

O número de barracas hoje é 93, distribuídas em 9 grupos em um espaço de 90.000 m², com a grande maioria (61 famílias), em um espaço de 32.000 m².²¹

Chegando ao acampamento fomos direcionados para falar com o seu Zé. José Carlos de Lima, ele já esclarece²²:

Aqui você vai encontrar a verdadeira história dos brasiguaios, tem muita gente espalhada por ai que se diz brasiguaio, mas aqui nos viemos de lá mesmo, nós aqui no acampamento e os ‘outros, os alemão que vieram

²¹ Conforme dados apurados através de imagens do *Google Earth*.

²² Entrevista realizada em 23 de novembro de 2014, no acampamento Antônio Irmão Brasiguaio.

depois, com um problema sério que ocorreu lá no Paraguai, chegaram aqui e não se acertemo, teve um racha e foram para o assentamento Santo Antônio.

Trabalhou com seu pai e toda a família como empregado, conseguiu plantar de *meeiro* e com os lucros das safras e em troca de desmatar a área comprou um pedaço pequeno de terra. Ao trocar esse pequeno pedaço por um maior, acabou perdendo a sua terra, ele diz:

Você sabe né moço, aquele sonho de ter alguma coisa né, sou pai de 6 filhos, você sabe né minino, foi a coisa mais triste pra mim e pros vizinhos ter de sair de repente por ordem da justiça, sair com o que deu pra carregar pro outro lado da estrada.

O seu depoimento é confirmado pelo seu genro, que é paraguaio, e agora segundo ele também é “brasiguai”, já que tem os documentos do Brasil. Ele também foi “despejado”. Mas seu José saiu antes do despejo, deixou o genro que era paraguaio. O desfecho é que o genro também foi despejado, 4 anos depois em 2013.

A(s) história(s) de vida dessas famílias é a face mais atual da história de luta por terra na fronteira, pois nos dizem a respeito da atual conformação social das mobilizações e a diversidade de motivos que levam as famílias a tentar conquistar um lote.

Seu José resume esse percurso e seus desejos: “Faz 6 anos que estou aqui, estamos em 109 famílias, daqui debaixo dessa lona, desse barraco que hoje é o que eu tenho, moro aqui porque tenho o sonho, não quero ser assalariado, começar tudo de novo, daqui saiu só pro cemitério ou pro lote”.

Segundo seu Zé, que conhecia todos os nomes dos projetos de assentamento que existem na região “em todos eles você vai encontrar brasiguai”.

Somente no município de Itaquiraí são praticamente 3.000 famílias em assentamentos para um município de 18.832 habitantes (IBGE, 2014). Em um exercício simples, chegaríamos a conclusão, precipitada talvez que a metade do município é formada pela população assentada.

Farias (2012) ao se referir aos moradores dos assentamentos vizinhos ao Antonio Irmão Brasiguai nos aponta:

Grande parte dessas pessoas relatou uma trajetória de migrações sucessivas com certas semelhanças: pessoas vinham do estado do Paraná, fixavam-se em Mato Grosso do Sul durante a infância, quando adultas partiam para cidades paulistas, regressando para o Mato Grosso do Sul. Mesmo existindo similaridades nesse processo migratório, algumas especificidades são detectadas, como por exemplo: famílias que se deslocaram diretamente do Paraná para participarem dos movimentos pela posse da terra nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul; outras pessoas, ainda na infância, chegaram com suas famílias do nordeste,

cresceram no estado e quando jovens ou adultas, iniciaram participação em algum movimento social, e atualmente, são assentadas (FARIAS, 2012, p. 11).

Com o avanço do agronegócio e uma tecnologia que cada vez mais dispensa o trabalho humano, famílias que realizavam trabalho na área agrícola vão buscando outras formas de viver, circulando na região e parando onde encontram oportunidades ou alternativas. Os moradores do acampamento, por exemplo, onde foi realizado o trabalho de campo já migraram mais de uma vez.

É o caso da família de Nilson e Elvira, acampados do Antônio Brasiguai, representam a junção das duas principais correntes que fluíram na fronteira, ela de origem gaúcha/paranaense e ele nordestina/mineira, se conheceram e casaram no Paraguai, seus filhos Naiara de 16 e Kaique com 9 representam a reprodução social de uma parcela de povo que ao buscar o acampamento vai se adaptando ao meio (CODD, 1986). Para eles a tecnologia é algo para ser admirado, a tecnologia é a agricultura moderna, as máquinas e a agricultura de precisão. Os dois estudam na cidade, e quando questionados sobre como é estudar na cidade morando no acampamento eles dizem não ver nenhum tipo de preconceito. O namorado de Naiara é filho de um dos “gaúchos”, a passagem rápida da família pelo acampamento fez seus “laços”. Hoje ele mora com sua família no assentamento Santo Antônio, e visita regularmente o acampamento, assim como a família de Nilson e Elvira visita o assentamento. A força da presença de migrantes nessa região mostra que a identidade é fluida, faz-se e refaz-se no caminho e é, segundo Thompson (1998), ambígua, alternando nos sujeitos a deferência demonstrada como conformidade com o *status quo*, a rebeldia surgida diante das experiências de exploração, dificuldades de sobrevivência.

A localização do acampamento é estratégica para se *sair trabalhar fora*, uma vez que dos dois lados existe fazenda, de um lado gado e de outro milho/soja, então as pessoas ali vão trabalhar fora. Zé complementa: “Aqui a gente sai de madrugada, pulamos 2 horas da manhã da cama, as 3 estamos saindo, as 4 a gente tá no eito, quando é as 9/10 a gente tá voltando, ai ficamos aqui no barraco. Passa o povo e grita “vai trabalhar seu vagabundo”²³.

O trabalho que eles fazem é no “arrancadão”, que consiste em retirar a mandioca que a máquina “soltou” e colocar no caminhão, como o calor na região é forte, esse trabalho é feito na madrugada/manhã, e acaba sendo um trabalho despercebido. Isso aliado ao fato do grande analfabetismo, não só escolar, também político, mas também pelo preconceito que sofre o agricultor sem-terra, os xingamentos vindos da rodovia foram por mim percebidos nos dias que estive ali. Muitos motoristas xingam e até atiram objetos contra os acampados.

Na região a atividade predominante é pecuária e também existem expressivas

²³ Entrevista realizada em 25 de abril de 2015 no acampamento Antônio Irmão brasiguai.

plantações de mandioca onde o trabalho manual é importante. Do acampamento todo dia sai um ônibus que leva 35 – 40 pessoas, o que significa 4 a 5 “turmas”²⁴. A turma é um grupo responsável por encher uma “carreta”, isso feito o grupo volta para o acampamento. Todos que conversei durante o trabalho de campo consideraram esse trabalho pesado, porém bem remunerado. Seu Zé relatava que todos trabalham duro durante a semana, mas no fim de semana tem de ter um “churrasco né, a gente é sem-terra, mas não é pobre, queremos um pedaço de terra pra viver”.

O vizinho de seu Zé, Celso, que nasceu no Sudoeste do Paraná, seus pais são gaúchos e se mudaram em busca de terras em 1950, mudou com a família para o Paraguai, onde se casou e teve filhos, paraguaios naturalizados brasileiros. Conta que foi para o Paraguai para trabalhar, conseguiu comprar terra, mas como “lá os documentos são muito complicados”, diz que morava logo na entrada do Paraguai e ali acabou perdendo o seu pedaço de terra. Segundo ele era terra de assentamento, da *reforma* do Paraguai. O fato de que lá, por serem considerados estrangeiros acabam perdendo o lote adquirido²⁵.

Ele também sofreu com a geada dos anos de 1990 que acabou com a plantação de café, o que explica o retorno organizado em 1992. Cortêz (1992) relata no seu livro “Brasiguaios: refugiados desconhecidos” que na época da ditadura, o serviço militar no Paraguai era obrigatório, e para poder estudar os brasileiros acabaram tirando os documentos do Paraguai e inevitavelmente iam servir ao exército. Celso relata o caso de muitos conhecidos seus que realizaram o serviço militar obrigatório no Paraguai, ao mesmo tempo em que menciona que a ditadura, para ele, tinha suas vantagens, “não tinha roubo né?”, mas depois segundo ele, veio “uma roubalheira”. Ele relata qual era o processo de trabalho e circulação nesse espaço de fronteira “Você ia para o Paraguai e pegava uma terra por 6 anos, cortava o mato e formava a lavoura, depois de 6 anos entrega para o dono, depois de um tempo com o mato cortado pegávamos por 3 anos e depois entregava”.

O relato de Celso mostra como operava o “plano” de ocupação. Você tinha um verdadeiro campesinato de fronteira (VELHO, 1976), para esses agricultores era algo natural desmatar, queimar, plantar, roçar, plantar e depois ir para outra área.

A percepção positiva da fronteira como possibilidade é confirmada por Velho (1976), para ele, “... o que a fronteira quando se abre parece representar é na verdade, um *locus* privilegiado para o desenvolvimento da pequena agricultura.” (VELHO, 1976, p. 97). Nesse novo espaço, o camponês se liberta dos antigos laços sociais que o prendiam nas áreas velhas, de onde provêm, tendo adquirido, num período de tempo relativamente curto, um grau bastante alto de integração vertical com o mercado. Velho (1976) considera, assim

²⁴ Carreta é um caminhão que carrega 30 toneladas, se chama carreta por estar engatado a um caminhão, sendo a parte da carga como um trailer.

²⁵ Entrevista realizada em 24 de abril de 2015 no acampamento Antônio Irmão brasiguaião.

que “... esse campesinato parece estar gradativamente se desmarginalizando. Esse neocampesinato vai justificado economicamente sua existência, embora isso não lhe garanta automaticamente a sobrevivência” (VELHO, 1976, p. 198).

Celso conta:

Se plantava muito café, você andava 30 quilômetros e só via café, aí veio a geadada e acabou com o café, o povo desanimou e foi plantar soja, aí não precisava de tanta mão de obra, o mato já tava cortado. Aí conseguimos nessa época comprar uma terrinha, essa da ‘reforma’ de lá.

Celso relata aqui que conseguiu comprar uma pequena parcela de terras da “reforma de lá” para se referir a uma situação que ouvi mais de uma vez nesse trabalho; o agricultor brasileiro que com o trabalho como peão, meeiro ou posseiro conseguia juntar algum dinheiro, comprava os “direitos” do equivalente a um lote decorrente da política de distribuição fundiária, chamada pelos meus interlocutores de *reforma agrária* e ali permanecia, sem documentos. Depois, geralmente em condições de conflito, principalmente depois da eleição de Fernando Lugo, era retirado dessa terra, segundo os agricultores, pelos *carperos* e a ele restava voltar ao Brasil.²⁶

Vinha o governo e comprava a terra, entregava pro campesino, o campesino já passava pro brasileiro pequeno, a gente né, depois vinha os campesinos no movimento deles, os *carperos*, e desocupavam a terra na marra, depois que veio o Lugo foi pior.

Relatando seu retorno ao Brasil e a longa permanência e alguns despejos, ele comemora o surgimento de um novo acampamento de Brasiguaios na região.

Pra gente foi bom esse acampamento né, a gente tava sozinho aqui nessa conesul, tivemos 3 rachas aqui, primeiro saiu o povo dos gaúchos, depois levaram um pessoal pro “paraíso” e depois pra Cascavel...no Paraná é bem melhor né, porque o pessoal já faz o acampamento na área e já vai plantando...aqui a gente entra na área e a “pessoal” já vem e faz o despejo.

Como os outros, Celso se apresenta e sente-se como brasileiro, ele explica como isso é possível, mesmo vivendo em outro País.

Depois eu fui outra área, pequena, mas aí não teve jeito, não conseguia competir, fiquei de 85 até 2009, a família nascia lá e vinha registrar aqui no Brasil, meus filhos aprenderam o paraguaio, porque tinha de estudar lá, mas eu nunca deixei de ser brasileiro.

²⁶ Lugo nasceu em 1951, em 1970 ingressou no noviciado dos Missionários do Verbo Divino e em 1977 foi ordenado sacerdote católico transferindo-se para o Equador a fim de trabalhar com o Monsenhor Leonidas Proaño (um dos expoentes da Teologia da Libertação). Foi eleito em 2008 presidente do Paraguai.

Celso nos apresenta mais uma forma de se identificar como os paraguaios se referem a uma pessoa de origem brasileira: “Lá no Paraguai eles chamam o brasileiro de ‘rapaz’, se ele te falar rapaz pode saber que ele tá te chamando de brasileiro”.

Como já mencionamos, a identidade não é somente uma categoria de análise, mas também de prática. Brubaker (2001), propondo que o termo identidade pode ser visto pelo prisma da identificação, onde o conceito não pode existir a despeito da prática, então os grupos desenvolvem práticas legítimas através do discurso para disputar simbolicamente o mundo social. Assim os brasileiros podem ser nomeados de brasiguaios, os paraguaios chamam de brasileiros ou brasiguaios, os camponeses sem-terra que estão no Brasil se auto-identificam como brasiguaios, ao mesmo tempo podem ser chamados de *rapaz, brasileiro ou brasiguai* pelos Paraguaio. Por outro lado nomeiam os moradores do país vizinho como *carpero, campesino etc...*

No caminho percorrido no trabalho tivemos de desfazer certezas pré-concebidas, que o trabalho de campo mostrou incompletas, e acrescentarmos outras. O recorte temporal conferiu ao trabalho o entendimento de que a questão agrária brasiguai é um processo e como tal só pode ser recortado analiticamente, pois para os nossos interlocutores se torna um movimento constante, um caminho de sucessivas idas e vindas.

Considerações Finais

A identidade transnacional está longe de ser homogênea, mas sim uma rede entrelaçada de complexos significados simbólicos que reorganizam a compreensão do que é a fronteira, e isso ficou claro no trabalho de campo realizado em Novo Horizonte do Sul, foi ali, pela primeira vez, que existiu uma demanda de terra baseada no discurso da identidade (SPRANDEL, 1992). Buscando compreender a espiralidade da luta e a formação de novos acampamentos, percebemos que o termo brasiguai voltou a ser usado depois de 1990 em poucos materiais acadêmicos e novamente retomado com o surgimento do acampamento em Itaquiraí. O acampamento que foi organizado inicialmente sem o nome *brasiguai*, depois que recebeu uma leva considerável de agricultores do Paraguai, acrescentou o adjetivo a seu nome.

Bourdieu (2011) observou que os objetos comuns da pesquisa são realidades que atraem a atenção do investigador por serem ‘realidades que se tornam notadas’, os investigadores tomam como objeto os problemas relativos a populações mais ou menos arbitrariamente delimitadas, obtidas por divisões sucessivas de uma categoria ela própria pré-construída, “a primeira urgência, nestes casos, seria tomar para objeto o trabalho social de construção do objeto pré-construído: é aí que está o verdadeiro ponto de ruptura” (BOURDIEU, 2011, p. 28). Assim reconhecemos que ao adotar como tema a história dos

brasiguaios, “velhos” e “novos”, acrescentamos uma complexidade que inicialmente pretendia ser o diferencial de uma pesquisa sobre um acampamento comum. No entanto, se nos apresentou uma “categoria dentro de uma categoria”: o brasiguaião sem-terra.

Inicialmente imaginávamos que encontraríamos os expropriados de Itaipu, isso não ocorreu diretamente, não conseguimos nesse pequeno universo, que foi Novo Horizonte do Sul e o Antonio Irmão encontrar pessoas que estiveram diretamente envolvidas com Itaipu.

A fronteira que percebemos nas entrevistas e andanças na região se apresenta de diversas formas, desde a fronteira física, as fronteiras de nacionalidade, e as fronteiras entre ser “sem-terra”, acampado, militante, dirigente, etc.

Conseguimos sim confirmar uma hipótese inicial; a questão brasiguaiã não está resolvida. Identificamos nesse momento um grande fluxo de ‘retorno’, a subida do dólar fez com que o movimento de compras de brasileiros do lado paraguaio diminuísse muito, com isso muitas famílias que tinham uma ou duas pessoas empregadas perderam seu trabalho, sendo agora desempregados e ex-agricultores que vão buscar na *reforma* uma oportunidade de recriação. E os acampamentos se conformam assim de uma diversidade heterogênea de famílias e projetos de luta.

A identidade brasiguaiã é uma identidade de projeto (CASTELS, 1999), uma identidade politizada (GIMENÉZ, 2007), ou seja, ela é relacional (BRUBAKER, 2001), os territórios podem estar em movimento, pois a sua plasticidade (THOMAZ, 2009) é garantida pela mobilidade das pessoas, ao cumprirem papéis sociais, alteram e são alterados pelo meio. O MST vem construindo o seu espaço político na conflitualidade, gerando saberes e esperanças num refazer-se contínuo. Como nos coloca Thompson (1988), a classe trabalhadora não pode ser analisada como uma estrutura, como uma categoria estática, mas como uma formação social e cultural em movimento que também alteram os territórios e se movimentam com ele, delineando novas fronteiras. Assim não podemos entender o MST e os camponeses latino-americanos dentro de uma estrutura determinada, mas sim num processo contínuo do fazer-se na luta, onde os sujeitos desse processo elaboram as mais diferentes formas de resistência.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais.** A imigração brasileira no Paraguai. Tese de doutorado. Fortaleza: Programa de pós-graduação em sociologia, Universidade Federal de Ceará, 2005.

BALLER, Leandro. *Fronteira e fronteiriços: A construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014).* Tese de doutorado. Dourados: UFGD, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem-terra**. Presidente Prudente: NERA/UNESP, 2014.

BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O sociólogo e o historiador**. Trad. João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. **Além da identidade**. Teoria e Sociedade, California/los Angeles/ Michigan, n. 29, p.1-47, 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CODO, Wanderley. **O Que é Alienação**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. Stedile e Fernandes 2012

COMERFORD, John Cunha. Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5), 1999.

CORTÊZ, Cácia. **A travessia do Rio dos Pássaros**. Campo Grande: [s.n], 1985.

_____. **Brasiguaios**: os refugiados desconhecidos. Campo Grande: Brasil Agora, 1992.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Viver na terra e viver da terra: sociabilidades no cotidiano de famílias em assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul, **REDD** – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Questão Agrária**, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica territorial na fronteira**: O avanço do agronegócio e exploração dos brasiguaios no departamento de Alto Paraná/PY. Dissertação de mestrado em Geografia. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2008.

GIMÉNEZ, Gilberto. **Estudios sobre la cultura y las identidades sociales**. Mexico: Conaculta-iteso, 2007.

GRAZIANO, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Novo Horizonte do Sul**. IBGE cidades, 2014.

_____. **Censo agropecuário 1995-1996**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

LOERA, Rangel Nashieli. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: CERES/Polis, 2006.

MARTINS, José de Souza. O Brasil arcaico contra o Brasil moderno. In: MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

NEWS. **A cidade dos brasiguaios**. Disponível em <www.nhsnoticias.com.br>. Acesso em 13 de abril de 2015.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no Sul do Brasil. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato /PESSANHA NEVES, Delma (Org.). — São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SOUCHAUD, Sylvain. Geografía de la migración brasileña en Paraguay. Assunção: UNFPA ADEPO, 2007.

_____. Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja: una organización del territorio al estilo brasileño. In: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (orgs). **Enclave sojero**: merma de soberanía y pobreza. Assunção: CERI, 2011.

SPRANDEL, Márcia. A. **Brasiguaios**: conflito e identidade em fronteiras internacionais. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação de Mestrado – PPGAS, Museu Nacional.

_____. Brasileiros de Além-Fronteira: Paraguai. In: Pastoral do Migrante et al. (org.). **O fenômeno migratório no limiar do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Una Identidad de Frontera y sus Transformaciones. In: **Colección Signo**. Tradução: Laura Abramzón. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, setembro de 2000.

_____. O saber antropológico de um ponto de vista comparativo. In: **V Reunião de Antropologia do Mercosul**, 2003, Florianópolis: V Reunião de Antropologia do Mercosul. Antropologias em Perspectivas. Programa e Resumos. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI**: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos. Tese de Livre Docência. São Paulo: [S.n], 2009a. Volumes I e II. UNESP, 2009.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, [1976]2009.

WAGNER, Carlos. Brasiguaios: homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1990.

WOODWARD, Kathryn (Org.). Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: A Perspectiva de Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

Recebido para publicação em 03 de setembro de 2016.

Devolvido para a revisão em 28 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 10 de novembro de 2016.

O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino

Gabriel Troilo

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP)/ Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)
e-mail: gabriel.ogabiru@gmail.com

Maria Nalva Rodrigues de Araújo

Professora da Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP)/ Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)
e-mail: mnaraujo@unep.br

Resumo

O objetivo do presente trabalho é apresentar as reflexões promovidas pelas organizações sociais do campo e por pesquisadores da questão agrária sobre a forma como as comunidades camponesas do semiárido nordestino se articulam para garantir as condições de produção e subsistência em meio à lógica de livre mercado capitalista, destacando o papel da juventude do campo neste processo. Para tanto foram analisadas as experiências de produção e mercado das comunidades camponesas do semiárido baiano, levando em conta a dinâmica econômica, os enfrentamentos, potencialidades e estratégias de resistência das mesmas frente o avanço do mercado capitalista na atualidade. As ações da juventude do campo na estruturação de economias de resistência, seja pelo associativismo e cooperativismo rural, pela formação de mercados camponeses e ocupação do mercado capitalista tem possibilitado a viabilidade da produção camponesa frente às pressões do modelo de produção agrícola dominante. Tais estratégias tem gerado importantes avanços para o campo no semiárido nordestino, e demonstram os resultados da luta política da juventude do campo pela perpetuação do modo de vida camponês e pela construção da soberania alimentar e territorial das comunidades sertanejas.

Palavras chave: Mercados camponeses; soberania alimentar; juventude do campo.

The role of peasant youth in the construction of resistance economies in the northeastern semi-arid region

Abstract

The aim of this paper is to present the reflections promoted by social organizations in the field and researchers of the agrarian question on how the peasant communities of the northeastern semi-arid region are linked to ensure the conditions of production and livelihood through the logic of free market capitalism, highlighting the role of the peasant youth in this process. Therefore, we analyzed the production and market experience off peasants communities off semi-arid of Bahia, considering the economic dynamics, confrontations, potential and the same forward resistance strategies of the capitalist market breakthrough in today. The field of youth actions in structuring resistance economies either associations and rural cooperatives, the training of farmers markets and occupation capitalist market has enabled the viability of peasant production in the face of pressures of the dominant agricultural model. Such strategies have generated important advances to the field in the northeastern semi-arid, and demonstrate the political struggle of the results of the youth field

for the perpetuation of the peasant way of life and the construction of food and territorial sovereignty of hinterland communities.

Keywords: Peasants markets; food sovereignty; youth field.

El papel de la juventud campesina en la construcción de economías de resistência en la región semiárida del noreste

Resumen

El objetivo de este trabajo es presentar las reflexiones promovidas por las organizaciones sociales de el campo e investigadores de la cuestión agraria sobre cómo se vinculan las comunidades campesinas de la región semiárida del noreste de garantizar las condiciones de producción y medios de vida estando en la lógica del capitalismo de libre mercado, destacando el papel del ámbito de la juventud en este proceso. Para tanto se analizó las experiencias de producción y mercado de las comunidades campesinas de la región semiárida de la Bahia, teniendo en cuenta la dinámica económica , confrontaciones , el potencial y las mismas estrategias de resistencia frente al avance del mercado capitalista en hoy en día. Las acciones de la juventud en la estructuración de las economías de resistencia, ya sea por asociaciones y cooperativas rurales, la formación de los mercados campesinos y la ocupación del mercado capitalista ha permitido a la viabilidad de la producción campesina en la cara de las presiones del modelo agrícola dominante. Estas estrategias han generado importantes avances en el campo en el noreste del semiárido, y demostrar los resultados de la lucha política de la juventud rural para la perpetuación de la forma de vida campesina y la construcción de la soberanía alimentaria y territorial de las comunidades sertanejas.

Palabras clave: Mercados campesino; soberanía alimentaria; juventud rural

Introdução

A provocação de que parte este trabalho surge a partir dos debates promovidos na disciplina “Mercado e Desenvolvimento Territorial” da pós graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe, onde tivemos a responsabilidade de explicitar os problemas e desafios colocados para os povos do campo do Nordeste brasileiro gestarem suas formas de subsistência dentro das condições da economia capitalista. Neste texto nos propomos a avançar nas reflexões e questionamentos levantados no debate.

No esforço de tentar compreender em que medida há formas de produção e reprodução do campesinato que consigam expressar sua viabilidade no mundo atual, nos é certo que o semiárido nordestino apresenta-se como um importante campo de investigação. Parte representativa do campesinato brasileiro se desenvolve nesta região sob uma grande diversidade de arranjos sociais, demonstrando uma gama de estratégias de subsistência mesmo quando as condições não são tão favoráveis. Além da severidade climática, os sertanejos ainda lidam com as constantes ameaças de expropriação de seu território pelas elites agrárias, que historicamente monopolizam o acesso à terra e aos recursos, gerando

concentração fundiária e contínuos conflitos no campo. Atualmente soma-se à esse processo de desterritorialização do campesinato o avanço das empresas do agronegócio, a exploração mineral e a geração de energia eólica. Visto que a sobrevivência de grande parte do campesinato pobre do Nordeste centra-se na terra como base material de sustentação, o acesso ao território mostra-se fator crucial à continuidade deste modo de vida.

Tão importante como a permanência na terra, compreendemos ser também o modo como se desenvolvem estratégias de resistência na mesma: a forma como os camponeses produzem sua territorialidade, ou seja, como eles criam as condições de sua existência na terra a partir da estruturação de economias de resistência, avançando com um modelo de produção camponês, criando novas formas de mercado e ocupando o próprio mercado capitalista. Isto é, construindo diferentes possibilidades de geração de renda (FERNANDES, 2012).

Os apontamentos que trazemos neste trabalho tem o objetivo de sistematizar as reflexões feitas pelas organizações sociais como a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e as Escolas Família Agrícola, assim como por pesquisadores da questão agrária atual, sobre o modo como as comunidades camponesas do semiárido nordestino se articulam para garantir as condições de produção e subsistência em meio à lógica de livre mercado capitalista, destacando o papel da juventude na luta pela autonomia da economia e do território do camponês.

A atuação da juventude na reprodução da economia camponesa

Armando Bartra (2011) nos chama a atenção para a condição de abandono e negação do modo de vida dos povos do campo por boa parte das teorias sociais modernas, que acabam colocando-os como um resquício histórico que já não tem lugar na sociedade capitalista, estando marginalizados do modo de produção dominante, fadados ao desaparecimento. Em sua crítica a esta posição, o autor justifica a utilização do conceito de campesinato para designar a condição esquiva e complexa da totalidade dos sujeitos que hoje resistem no campo, de modo a não se afastar do que já é conhecido, para tanto não servindo nenhum “*reduccionismo econômico, sociológico ou antropológico*”. Reconhecendo a dificuldade de se capturar a imagem assim como o conceito do camponês hoje em dia, por conta da esquiva condição social destes sujeitos e de uma base econômica múltipla e diversa que eles dispõem para a subsistência, o autor argumenta que não há possibilidade de enquadrar o campesinato atual como classe, mas sim como evidência social. Neste sentido, Bartra reconhece um processo de “*socialização rural*” resultando da insistência histórica dos camponeses em permanecer em seu ambiente de vida e reproduzir seu modo

de produção da terra, encarando o conceito de campesinato atual pelo viés político dos sujeitos do campo e seus movimentos em contínua resistência a todas as hostilidades que o mundo moderno gera para impedir sua existência (BARTRA, 2011).

Seguindo a perspectiva de Bartra, utilizaremos o conceito de campesinato ao longo do texto, deste modo podemos visualizar a condição do campesinato no semiárido nordestino. Em sua maioria, as comunidades tradicionais, os assentamentos e pequenos agricultores em geral lutam para manter seu modo de vida com autonomia sobre os próprios meios de produção e sobre o território de vida. A face atual desta resistência se expressa no desafio de permanecer na terra e manter uma produção agropecuária autônoma que seja suficiente, total ou parcialmente, para suprir as próprias necessidades, sendo esta uma das principais formas de desenvolvimento destas populações. Mas ainda assim é preciso reconhecer que a resistência histórica destes povos se construiu através de um processo de adaptação ao modo de produção capitalista e seu avanço sobre a produção camponesa. É justamente através de uma plasticidade de condições econômicas que os camponeses contemporâneos resistem às pressões do mercado e do modo de produção dominante na agropecuária dos países capitalistas.

Para além do trabalho doméstico de todo tipo, (trabalho na lavoura, na criação de animais, no extrativismo e em outras atividades tradicionais), que em muito garantiram a subsistência da família em sua roça, os camponeses também foram obrigados a desenvolver uma variedade de estratégias para manter seu modo de vida. Em determinadas situações de crise e escassez, quando há uma insuficiência na produção própria de sua roça, é comum que os camponeses do sertão migrem para outras regiões em busca de trabalho em lavouras do agronegócio ou mesmo para grandes centros urbanos, obtendo renda suficiente para mandar para a família e poder retornar à sua roça quando as condições forem novamente favoráveis. Dentre estes movimentos há formas temporárias de trabalho assalariado em todo tipo de empreendimento, e há também as formas que acabam se tornando duradouras, como é o caso de agricultores que se veem obrigados à permanecer nos centros urbanos, ou mesmo os que se estabelecem em um trabalho formal nas proximidades de sua roça e ainda continuam a viver em seu ambiente. Em outro âmbito há pequenos agricultores que, em situação econômica mais estruturada, adentram o modelo de produção empresarial, realizando financiamentos e estruturando uma unidade produtiva segundo o modelo agrícola dominante, ou seja, se integrando ao mercado capitalista de produção da terra, mesmo que de maneira subordinada e com produção em pequena escala. Há também os que passam a gerir um empreendimento econômico à parte, como um comércio ou atividade produtiva demandada em sua região. Em todo caso o camponês torna-se também empregador de força de trabalho assalariada e passa a acumular um pequeno capital que pode melhorar sua situação econômica em determinados períodos. Por

vezes estas e outras formas de trabalho caracterizam os modos de trabalho-renda de uma família camponesa ao longo de um período não necessariamente tão longo, o que para Bartra (2013) representa o polimorfismo estrutural que é característico do camponês, pelo fato de ele ter “*um suporte material múltiplo e diverso*”, representado pela terra, os recursos naturais e os meios de produção próprios.

Em vista desta variedade de condições, e sendo a juventude do campo um ator central neste processo, reconhecemos a necessidade de lançar um olhar mais atento sobre a complexidade que é o movimento de destruição e recriação do campesinato pelo capitalismo ao analisar os sertanejos do Nordeste.

Não enquadramos o modo de vida camponês dentro de uma forma político-econômica estrita, mas, em acordo com Ploeg (2009), reconhecemos a capacidade do camponês de rearranjar suas atividades econômicas para se adaptar constantemente às condições colocadas pelo movimento da realidade e com isso resistir às mais adversas crises econômicas e pressões sociais, mantendo seu modo de vida, a “*condição camponesa*” nas palavras do autor.

Neste ponto nos é oportuna a análise de Chaianov (1974) sobre o modo de desenvolvimento da unidade econômica camponesa a partir da relação entre o tamanho da terra e a capacidade de trabalho da família, para compreender a forma como o desenvolvimento da juventude tem relação direta com a dinâmica econômica do campesinato. Trazendo o caso das comunidades tradicionais de fundo de pasto¹, que tem na criação animal sua principal forma de sustento, é certo que o trabalho dos membros da família é condição fundamental para sustento da mesma. Em acordo com a análise de Chaianov há um acréscimo na produção conforme a família aumenta, pela maior quantidade de braços dispostos ao trabalho. Encontramos aqui um dos papéis fundamentais que a juventude exerce na unidade econômica camponesa: os filhos do sertanejo elevam a produção da propriedade, exercendo parte estruturante do trabalho familiar em determinado momento, conforme vão se tornando mais maduros. Mas este processo tem um limite, até um ponto em que os jovens passam a necessitar de uma renda própria para obter sua autonomia.

A juventude camponesa, em sua maioria, encontra grandes dificuldades de desenvolver esta autonomia exatamente quando chega o momento de abandonar a propriedade de sua família, seja por necessidade de constituir sua própria família ou por necessidade de obter renda própria. Uma pequena parcela consegue constituir uma nova unidade econômica, pela divisão das terras da família e apropriação de seu próprio rebanho,

¹Comunidades camponesas em que conforma-se uma organização semicoletiva de ocupação e uso do território, havendo parcelas individuais pertencentes às unidades familiares e extensas parcelas de terra de uso comum, normalmente para pastoreio racional de caprinos e ovinos na vegetação nativa.

e perpetuar o modo de vida em que foi criado. Mas uma grande maioria, por não ter formação adequada e não encontrar possibilidade de renda no campo acaba migrando para os centros urbanos como já deixamos claro acima. Soma a isso as migrações do campo para as cidades por conta das difíceis condições de vida no interior do Nordeste como um todo, o que, em sentido mais amplo, acaba contribuindo para uma gradativa diminuição do campesinato no semiárido ao longo do tempo.

Este quadro tem se transformado ao longo da história política recente do nosso país, principalmente se olharmos para os avanços significativos da última década. As condições gerais de desenvolvimento do interior do Nordeste tem avançado, principalmente do campo, por conta de políticas públicas de transferência de renda e de auxílio à pequena agricultura. Processo que tem gerado possibilidade de permanência dos camponeses em suas terras e, ao mesmo tempo, aumentado a disponibilidade de alimentos por conta da maior viabilidade da produção camponesa. Em termos gerais, a região Nordeste passou por uma mudança significativa em relação aos problemas gerados pela fome e por suas consequências imediatas, a ponto de não ser mais comum as campanhas nacionais de combate à fome que eram levadas à cabo periodicamente no passado. E como expressão deste processo, o Brasil foi recentemente retirado do mapa mundial da fome (BELIK *et al*, 2005; MARTINS, 2014).

É importante identificar o modo como a produção camponesa tem contribuído para assegurar o acesso ao alimento à parcela da sociedade que mais padecia de insegurança alimentar: a população rural. Ao mesmo tempo debateremos as ações da juventude do campo, organizada em movimentos sociais, entidades de base, redes e associações, para o fortalecimento da produção camponesa, a construção de estratégias de agregação de renda aos produtos e geração de mercados que façam avançar a economia camponesa.

Ao trazer o tema da juventude camponesa ao debate é preciso deixar claro que partimos de uma concepção de juventude que vai além dos reducionismos homogeneizantes que encaram a juventude sob a perspectiva apenas da faixa etária ou mesmo do período de formação do sujeito. O jovem do campo a que nos retratamos, portanto, é o filho de camponeses que vive e se desenvolve no seio da família, e que em determinado momento da vida tem a necessidade de afirmar sua autonomia, se emancipar da tutela paterna e gerir seu próprio desenvolvimento. É certo que os jovens do campo geralmente não tem acesso a uma formação adequada à realidade de seu meio de vida e à um trabalho que lhe garanta renda para seu próprio sustento. Há hoje cerca de 8 milhões de jovens morando em regiões rurais segundo o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em sua maioria tendo somente acesso à formação inicial no meio rural; uma porcentagem significativa acaba por não completar a formação por ter que frequentar uma escola distante, na cidade mais próxima. Somando-se a estas

limitações estão as próprias dificuldades da pequena agricultura, que perpassam a realidade econômica e estrutural do campo como um todo.

A imagem normalmente formada da juventude rural é a do desinteresse pela vida no campo e pelo modo de desenvolvimento que estão inseridos, e da intensa migração para os centros urbanos (CASTRO, 2012).

Em contraposição a este processo os movimentos sociais do campo tem organizado a juventude no sentido de gerar identidade com seu meio de vida e se reconhecer enquanto sujeito da luta pelas melhores condições de vida no campo. Por esta perspectiva a juventude é tomada como uma categoria de organização popular dos diversos movimentos camponeses da atualidade. Segundo Castro:

Esses jovens se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado, e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares lutando por terra e seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim, jovem da roça, juventude camponesa, jovem agricultor familiar são categorias aglutinadoras de atuação política (CASTRO, 2012, p. 442).

Os avanços alcançados por estes movimentos tem gerado a possibilidade dos jovens do campo se formarem técnica e politicamente, pela conquista de escolas e centros de formação que empreendem uma educação voltada para as demandas do campo. É esta juventude, provinda das diferentes realidades rurais, que apresenta o potencial para as transformações que debateremos a seguir.

Estratégias de produção associada e estruturação de economias de resistência no semiárido nordestino

Como afirmamos acima, a grande maioria das comunidades tradicionais desenvolveram seu modo de vida tendo a produção para a subsistência da família camponesa como central, associando uma série de atividades econômicas que complementam a renda e garantem sua permanência na terra. Em se tratando das atividades que os sujeitos passam a executar, encontramos as mais diversas maneiras com que o camponês procura transformar sua produção doméstica em renda. Tal processo acaba se dando pela integração subordinada ao mercado capitalista, onde, pela ação de atravessadores, pelos baixos preços pagos pelos mercados aos produtos vendidos in natura, pela especulação financeira para a composição do valor dos produtos da agricultura, ou seja, por uma diversidade de formas com as quais o mercado se apropria do trabalho camponês, segundo Bartra (2011) este acaba sendo extremamente explorado no nível da circulação e praticamente entrega seu excedente gratuitamente para a lucratividade do

mercado capitalista.

A produção camponesa acaba se tornando inviável para garantir o sustento da família quando está sujeita às regras colocadas pelo mercado capitalista, tornando-se vulnerável às variações deste mercado.

Em seus estudos sobre a destruição do campesinato, Kautsky (1980) coloca em questão o fato da produção camponesa de subsistência ter que ser convertida em mercadoria que produza uma renda e, para tanto, ser forçada a adentrar o mercado de forma dependente. Assim como ele, Lênin (1982) em seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia também reconhece que o campesinato perde totalmente sua condição de produção com autonomia a partir do momento em que seus meios de produção vão sendo expropriados e, aos poucos, a partir do avanço do capitalismo no campo, vão surgindo os prejuízos deste processo para a sobrevivência da família camponesa pelo fim de sua autossuficiência e início de sua integração ao mercado. Os efeitos acabam sendo uma dependência crescente das comunidades ao mercado ou mesmo, ao longo do tempo, a desterritorialização dos camponeses e sua inserção no mercado capitalista como força de trabalho assalariada. Kautsky exemplifica que um fenômeno que deveria representar uma tranquilidade para a economia camponesa como uma boa safra, no mercado capitalista representa a baixa de preços e uma preocupação com um provável prejuízo, sendo este apenas um dos fenômenos que estrangulam a unidade econômica camponesa e a torna inviável dentro da lógica capitalista de produtividade, competição e especulação financeira nas trocas comerciais.

Neste sentido o mercado acaba se tornando também um território em disputa, onde o capital ao hegemonizar os meios de produção, estabelecer regras específicas para o acesso aos mercados e colocar as mercadorias em circuitos longos de trocas comerciais acaba por sufocar as possibilidades de viabilidade da produção camponesa. Tal viabilidade passa a ser garantida conquanto o campesinato construa estratégias de resistência econômica, adentrando o mercado de forma autônoma ou mesmo criando suas formas de mercado. Ou seja, disputando este território no sentido de colocar sua produção na sociedade sem sofrer o processo de exploração capitalista e acabar empobrecendo a ponto de ter que abandonar sua terra e se render ao assalariamento do trabalho.

Neste sentido, levantamos aqui diversas estratégias de resistência que as comunidades camponesas do sertão nordestino vêm construindo para conseguirem ter suficiência produtiva e econômica mesmo em meio à lógica do mercado capitalista.

Assim como na produção agrícola feita pelo trabalho familiar em sua unidade produtiva, algumas situações de produção exigem um esforço coletivo, como os mutirões comunitários para plantio, colheita, beneficiamento e edificações. Atividades em que se junta o esforço e o companheirismo mútuo da família e da vizinhança para dar conta de tarefas

maiores que precisam ser feitas em um espaço curto de tempo, como a colheita de mandioca e seu processamento até obter a farinha. Relações de reciprocidade que se enraizaram em vários comportamentos tipicamente reconhecidos da cultura sertaneja e que as formas de produção e mercado atuais a serem construídas pelo campesinato tem exigido (CANDIDO, 1993).

A perpetuação de tais estratégias de reciprocidade entre camponeses pobres do semiárido é um dos fatores que garantiram o desenvolvimento das comunidades nos últimos anos, juntamente com as políticas públicas de apoio à pequena agricultura. Neste processo encontramos o importante papel da juventude organizada nas pastorais sociais da Igreja e em movimentos sociais, se formando política e tecnicamente e passando a exercer a função de mobilizadora de experiências de organização comunitária e de assessoria técnica ao modelo produtivo camponês. O trabalho de base feito por jovens, reunindo agricultores, mulheres e mesmo outros jovens das comunidades para discutir os problemas da mesma e tentar organizar maneiras de solucioná-los, tem apresentado resultados importantes nas experiências de associativismo rural, cooperação e formas de ajuda para acesso ao mercado.

Como expressão deste trabalho trazemos a construção dos Grupos de Produção e Resistência, articulados pela Pastoral de Juventude Rural, onde conjuntos de jovens passam por um processo de formação política e técnica, sendo orientados à criarem uma forma de produção coletiva em suas comunidades. A partir destas experiências tem sido criados empreendimentos de beneficiamento de produtos agrícolas, que conseguem agregar maior valor à produção camponesa ao mesmo tempo em que valorizam o alimento local.

Evoluindo da articulação destes grupos há um movimento interessante: a formação das redes de economia popular e solidária. Estas tem o papel de reunir os interesses comuns dos grupos e comunidades e passar a articular o acesso às políticas públicas, financiamento de estruturas coletivas de produção ou beneficiamento de produtos. As oportunidades de mercado conquistadas por este tipo de organização tem um reflexo considerável nas comunidades, em primeiro lugar pela geração de renda com o trabalho coletivo nos grupos, pela valorização do trabalho do camponês e pelas possibilidades de construção de outras formas de mercado que possibilitem o acesso a circuitos curtos e um comércio mais justo. Ao se organizarem para conseguir escoar a produção, tanto os grupos de produção e resistência quanto as associações de agricultores, tem como primeira prioridade acessar as políticas públicas de aquisição de alimentos tais como: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os projetos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). As redes e centrais de associações dão a assessoria técnica e fazem as negociações políticas para empreender

projetos para que as comunidades consigam acessar estes programas.

O resultado direto é a possibilidade de os agricultores ou grupos produtivos comercializarem seus produtos sem o intermédio dos atravessadores, aumentando assim a renda do trabalho familiar, ao mesmo tempo em que é assegurada a soberania alimentar da comunidade e região. Tal é o resultado garantido pela proposta central destes programas: a redistribuição entre os sertanejos da produção de suas próprias comunidades. Ou seja, o alimento produzido com qualidade, sem uso de produtos químicos, pelo trabalho familiar, é adquirido pelo programa que o distribui em escolas, hospitais e através dos programas sociais acabam chegando de volta às próprias famílias de agricultores. É neste sentido que a produção camponesa ganha força para conseguir combater os graves problemas da fome na região Nordeste, o que, juntamente com o programa de transferência de renda que possibilita a permanência do agricultor em sua terra, faz com que a unidade familiar tenha viabilidade econômica e social. Tal avanço foi reconhecido pela FAO como sendo o responsável por combater os problemas de subnutrição e erradicar a fome não só no Brasil, mas em muitos países da América Latina e Caribe (FAO, 2014).

O mercado institucional é um dos meios com os quais as comunidades camponesas do semiárido têm conseguido garantir sua subsistência e manutenção do seu modo de vida. O processo de abandono da terra e migração para as cidades que era comum entre a juventude décadas atrás já não é tão frequente na atualidade. Através da organização política, de uma formação adequada e das possibilidades de trabalho e renda criadas pelos grupos de produção e resistência, a juventude camponesa tem encontrado possibilidade de se manter no campo e desenvolver um modo de vida somando força à resistência camponesa.

O desafio colocado para estas comunidades se expressa na construção de outras formas de mercado para que não haja uma dependência tão direta das políticas públicas. que não possuem uma abrangência considerável, a ponto de consolidar mercados que possam escoar a produção camponesa e colocar alimentos de qualidade ao acesso da maioria da população. Para enfrentar esta questão as redes de economia popular e solidária e as experiências de cooperativismo vêm criando estratégias para alavancar os mercados que estabeleçam um comércio mais justo e direto entre pequenos produtores e consumidores. Há muitas localidades que ainda hoje tem nas feiras semanais sua base de abastecimento alimentar, geralmente são pequenas cidades do interior e que estão próximas a assentamentos e comunidades tradicionais. A produção camponesa encontra neste tipo de mercado uma garantia de escoamento da produção. Um, dos problemas é que as próprias feiras são ocupadas por comerciantes profissionais, que intermediam a relação entre produtores e consumidores, explorando os primeiros, ou mesmo fazem escoar a produção do agronegócio, mesmo que sob o rótulo de produção familiar (BARRETO, 2014).

A organização das comunidades, reafirmamos, é condição para superar estes problemas, de ocupar as feiras livres e estabelecer nestes espaços os mercados que possam dar base para a produção da unidade familiar poder ser escoada e gerar renda. Há inclusive uma série de experiências de retomada deste tipo de cultura nas grandes cidades, muitas das vezes organizadas pelo diálogo entre agricultores e consumidores que tem interesse em adquirir alimentos mais saudáveis. Há também uma série de propostas de formação de redes de comércio justo, que propõe um tipo de convênio em que consumidores desembolsam um valor fixo mensal para uma rede de agricultores que se comprometem a fornecer uma quantidade fixa de alimentos por semana. São experiências ainda em gestação, mas que tem o potencial de formar mercados de circuito curto que alavanquem a produção camponesa e garantam a soberania alimentar não só do campo como nas cidades (AMORIM, 2014).

Além de formar seus próprios mercados, tem sido levado a cabo por diversas comunidades o desafio de ocupar o mercado capitalista com os produtos da agricultura camponesa. Um grande problema que atinge a todos os pequenos produtores é a impossibilidade de acessar formalmente o mercado capitalista por conta dos processos de certificação de alimentos exigidos pelos órgãos de fiscalização do governo. Um exemplo é a produção e comércio de carne vinda da caprinocultura e ovinocultura de corte, principal fonte de renda das comunidades sertanejas. Pelo fato dos pequenos criadores não terem possibilidade de abater seus animais em abatedouros vistoriados, que em sua maioria são empreendimentos para produção de carne em escala, a carne produzida por eles em sua maioria é comercializada de forma ilegal, pela venda direta ou mesmo em estabelecimentos clandestinos. Há também o problema da certificação dos alimentos vindos das atividades agroextrativistas, que tem tido dificuldade para acessar o mercado por não cumprirem as exigências do órgão fiscalizador. Muitas destas regras impostas pelas agências de controle, criadas em sua maioria pelo Ministério da Agricultura, são construídas com vistas à beneficiar os grandes produtores, e inviabilizar o comércio de produtos dos pequenos.

Mesmo assim há soluções criadas para superar estas barreiras nas experiências de produção coletiva, pela formação de cooperativas de produtores que passam a fortalecer sua atividade pela construção de unidades de beneficiamento que tenham a capacidade de garantir a produção de acordo com as regras das agências de controle e ao mesmo tempo colocarem os produtos no mercado capitalista de forma competitiva. Neste processo é aberta a possibilidade de entrar no mercado e ocupar parte deste território hegemônico pelo agronegócio. Inclusive, muitas cooperativas tem tido a possibilidade até de acessar o mercado internacional, exportando sua produção através de convênios feitos com entidades de apoio a- este tipo de atividade.

Neste âmbito compreendemos que mesmo o próprio mercado acaba sendo um

território em constante disputa entre a produção camponesa e a produção das empresas do agronegócio, e que as estratégias construídas pelo campesinato, principalmente as que alavancam as economias de resistência através da produção associada e comércio justo, tem um potencial interessante na construção de mercados camponeses e mesmo na ocupação dos mercados capitalistas de maneira competitiva e viável.

Considerações finais

Pelos apontamentos levantados reconhecemos que as tarefas colocadas para o povo do campo vão muito além do associativismo e do acesso às políticas públicas. A construção da soberania alimentar do semiárido nordestino e de outras regiões do país está calcada na garantia de uma produção de alimentos que forneça suporte para a subsistência das famílias camponesas e, ao mesmo tempo, possa ser escoada para o consumo urbano. Processo este que necessita estar atrelado à ocupação dos mercados hoje hegemônicos pela grande indústria de alimentos e à articulação de mercados camponeses que tenham capacidade de abastecer a maioria da população. Tarefas colocadas para a juventude camponesa, que tem em suas mãos as ferramentas para alavancar o modelo de produção do campesinato pelo avanço do conhecimento e das tecnologias sociais da classe trabalhadora do campo; e tomar à frente da luta política pela autonomia produtiva do campesinato frente ao agronegócio e ao mercado capitalista.

Referências

AMORIM, Carolina. **A possível cidade sem agrotóxicos**. Brasil de Fato. Uma visão popular do Brasil e do Mundo. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/27931> , Acesso em 08 de nov. de 2014.

BARRETO, Cristiane. **Comercialização de produtos da agricultura familiar no distrito de Tapuio, Araci (BA)**. 2014.. Trabalho de conclusão de curso (Curso Técnico em Agropecuária) – Escola Família Agrícola do Sertão. Monte Santo (BA), 2014.

BARTRA, Armando (BartraVergés). **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. Tradução: Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maia. **Políticas de combate à fome no Brasil, uma análise histórica de Vargas a Lula**. São Paulo em Perspectiva. [online]. 2001, vol. 15, n.4, pg. 119-129.

CANDIDO, Antônio. As formas de solidariedade. In: WELCH, Clifford Andrew Welch (org.) et al. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. V.1. São Paulo: Editora

UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude do campo**. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CHAIANOV, Alexander V. **La organización de la unidad econômica campesina**. Tradução de Rosa Maria Russovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. **Campesinato**. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Políticas públicas de sucesso são capazes de reduzir o percentual de pessoas que passam fome na América Latina e no Caribe pela metade em 20 anos**. Disponível em: <https://www.fao.org.br/ppscrpppfALCpm20a.asp>. Acesso em 14 de nov. de 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio. In: AYERBE, Luiz Fernando. **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial Ltda, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Neto, revisão com base no original russo por Paulo Bezerra. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, Rodrigo. **A fome é uma vergonha a menos para o Brasil**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/cartas-da-esplanada/uma-vergonha-a-menos-4019.html>. Acesso em 14 de nov. de 2014.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

Recebido para publicação em 14 de junho de 2016.

Devolvido para revisão em 09 de setembro de 2016.

Aceito para publicação em 06 de novembro de 2016.

A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido

Jailton dos Santos Andrade

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Especialista em gestão e Educação Ambiental pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACELE). Professor de geografia da Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE) e da rede municipal de ensino de Monte Santo – BA.
e-mail: jailtonge@gmail.com e jailtonpjr@hotmail.com

Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes

Doutorado em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestre, bacharel e licenciada em geografia pela FFC/Unesp/ Presidente Prudente. Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC/UNESP/Marília-SP. Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL.
e-mail: silvia-sousa@uol.com.br e silvia.fernandes@marilia.unesp.br

Resumo

A educação pública brasileira está aquém do patamar de qualidade necessária ao desenvolvimento socioeconômicos do Brasil. Ao descaso da escola pública no atendimento à diversidade brasileira, os movimentos sociais, principalmente do campo, construíram uma *práxis* pedagógica ancorada na necessidade de emancipação dos sujeitos coletivos que efetivamente assumem o protagonismo na transformação das consciências e das relações sociais. A Educação do Campo é produto da sinergia de diversos movimentos sociais que almejam transformar as relações sociais e de produção com o intuito de promover a emancipação humana e o desenvolvimento social e econômico. Nesse contexto, a Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE) se reveste da mais alta importância para a convivência com o semiárido a partir da oferta de educação contextualizada a centenas de jovens camponeses por todo o semiárido, capacitando ou instrumentalizando filhos e filhas de camponeses para que assumam o protagonismo juvenil na transformação das estruturas sociais marcadas pela concentração fundiária, pelo coronelismo, pela indústria da seca e pelo monopólio do saber.

Palavras chaves: Escola Burguesa; Educação do Campo; Pedagogia da Alternância; Escola Família Agrícola do Sertão.

The importance of contextualized education for semiarid development

Abstract

The Brazilian public education falls short of the level of quality required for the socioeconomic development of Brazil. The neglect of the public school in compliance with Brazilian diversity, social movements, especially the rural, built a pedagogical *praxis* rooted in the need for emancipation of the collective subjects that effectively take on the role in the transformation of

consciousness and social relations. The rural education is the product of synergy of various social movements that aim to transform social and production relations in order to promote human emancipation and social and economic development. In this context the Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE) is of the highest importance for coexistence with the semiarid region from the supply of contextualized education to hundreds of young peasants throughout the semiarid region, enabling or providing tools sons and daughters of peasants to take youth participation in the transformation of social structures marked by land concentration, the colonels, the drought industry and the monopoly of knowledge.

Keywords: Bourgeois School; Rural Education; Pedagogy of Alternation; Escola Família Agrícola do Sertão.

La importancia de la educación de contexto para el desarrollo de semiárida

Resumen

La educación pública brasileña está a la altura del nivel de calidad requerido para el desarrollo socioeconómico de Brasil. El abandono de la escuela pública de conformidad con la diversidad de Brasil, los movimientos sociales, sobre todo el campo, construyó una *praxis* pedagógica arraigada en la necesidad de emancipación de los sujetos colectivos que tienen eficacia en el papel en la transformación de la conciencia y de las relaciones sociales. La educación rural es el producto de la sinergia de los diferentes movimientos sociales que tienen como objetivo transformar las relaciones sociales y de producción con el fin de promover la emancipación humana y el desarrollo social y económico. En este contexto, la Escuela Familia Agricultura do Sertão (EFASE) es de la mayor importancia para la convivencia con el semiárido de la oferta de educación contextualizada a cientos de jóvenes campesinos en la región semiárida, permitiendo o crear instrumentos para niños y campesinos hijas tomar participación de los jóvenes en la transformación de las estructuras sociales marcadas por la concentración de la tierra, los coroneles, la industria de la sequía y el monopolio del conocimiento.

Palabras clave: Escuela Bourgeois - Educación Rural - Pedagogía de la Alternancia - Escuela Familia Agrícola do Sertão.

Introdução

A escola pública brasileira concebida pelo Estado burguês ainda está muito aquém do padrão de qualidade necessário ao desenvolvimento social e econômico do país. A educação oferecida pelo Estado às populações camponesas num país com a diversidade e as dimensões geográfica do Brasil são ainda mais caóticas. A disparidade entre o que é oferecido pelo Estado, em termos de educação, e os anseios ou aspirações do campesinato brasileiro possibilitou a edificação de uma proposta de Educação do Campo que está profundamente comprometida com a transformação das estruturas vigentes e com a construção de novas relações sociais e de produção que apontam para a emancipação humana. Aqui é oportuno destacar o pioneirismo das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), oriundas da França no período entre guerras e que serviria, mais tarde, no Brasil, de referência

para a construção da Educação do Campo. No presente trabalho procurou-se abordar a contribuição da Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE), localizada no semiárido baiano, com sua *práxis* pedagógica (pedagogia da Alternância) que oferece educação contextualizada profundamente comprometida com o desenvolvimento do semiárido brasileiro ainda marcado pela estrutura fundiária concentrada e seus dilemas seculares ainda tão atuais.

A formatação da escola pública brasileira

A escola pública brasileira e a oferta de ensino voltado às massas populares é bem recente se comparado aos seus mais de 500 anos de formação sócio territorial. Foram as mudanças na sociedade brasileira que aos poucos criaram a necessidade de estender a educação para além das elites dominantes como vigorava até então.

Segundo Pereira, Filipe e França (2007), o fenômeno da escolarização em massa, no Brasil, foi configurado apenas a partir da segunda metade do século XIX apresentando muitos aspectos comuns de abrangência global, entre eles: a obrigação escolar, a responsabilidade estatal pelo ensino público, a secularização do ensino e da moral, a nação e a pátria como princípios norteadores da cultura escolar, a educação popular concebida como um projeto de consolidação de uma nova ordem social. Ou seja, as mudanças ocorridas no Brasil nesse período procuravam acompanhar as transformações que ocorriam em outras partes do mundo e a oferta de educação “de massa” oferecida pelo Estado era uma delas.

Hilsdorf (2005 apud BRUNO, 2007) nos lembra, entretanto, que apesar da escola pública ter como projeto a educação da grande massa não se tratava de fornecer todo o ensino a toda sociedade, já que esta escola era oferecida nos moldes das elites cafeicultoras da época que visavam normatizar simplesmente os movimentos populares que reivindicavam instrução pública. A escola pública recém-criada foi oferecida com restrições, limitada, portanto, aos principais centros urbanos do país.

Saviani (2006) destaca que os grupos escolares constituíram um fenômeno urbano, já que no meio rural ainda predominou por muito tempo as escolas isoladas. A escola eficiente para a formação e seleção das elites foi o grupo escolar, pois a questão do ensino para as massas populares só esteve presente na reforma paulista de 1920, ganhando um tratamento em âmbito nacional somente a partir da revolução de 1930.

A oferta de educação pelo Estado brasileiro, sua expansão e mais tarde sua universalização, serviu também para atender as necessidades do sistema capitalista nacional que, como em qualquer país capitalista, têm interesse que a força de trabalho seja mais qualificada, pois isso lhes permite explorar também sua capacidade de raciocínio e criatividade. (BRUNO, 2007)

Bruno (2007) afirma haver um descompasso entre o discurso e a prática quando se refere à oferta de educação pública de qualidade para todos uma vez que o Estado tem garantido na lei, mas não na prática, formação básica para os trabalhadores. Daí serem os próprios jovens (alguns deles) a assumirem os custos de uma formação mais complexa, pagando-a por meio do assalariamento precoce.

[...] embora afirmado como um direito de todos nas chamadas democracias, a universalização tem resultado tanto do interesse dos capitalistas em explorar uma força de trabalho capaz de realizar atividades mais complexas e produtivas, quanto das pressões e lutas das famílias e dos jovens por acesso a níveis superiores de qualificação e aos certificados exigidos pelo mercado de trabalho. (BRUNO, 2011, p. 7).

A expansão da educação, portanto, não deve ser entendida como uma “dádiva” do Estado, mas como conquista que resulta dos múltiplos enfrentamentos e conflitos de interesses dos vários segmentos da sociedade brasileira ao longo do tempo.

Nos países considerados desenvolvidos a educação também resultou dos conflitos entre capital, trabalho e das lutas e pressões sociais possibilitando a formação de sistemas de ensino com alto padrão de qualidade que normalmente atende todas as classes sociais. Isso, no entanto, não significa que esses sistemas de ensino possibilitem a emancipação do homem da exploração capitalista a que são submetidos. Nesses países, com algumas exceções, todos os segmentos sociais têm as mesmas condições de acesso e permanência aos sistemas de ensino ditos de qualidade. Essa melhor equidade no acesso a educação, somados às pressões sociais que demandam educação de qualidade sem qualquer distinção social, e as exigências econômicas e tecnológicas que balizam a competição internacional auxiliaram na redução das desigualdades sociais.

O caso brasileiro, como em outros países da América Latina, é diferente porque o acesso à educação, na maior parte de nossa história não foi um direito social mas um privilégio restrito aos pouquíssimos indivíduos que compunham as classes dominantes. As elites recebiam educação que as preparavam para o mando, ou seja, para o exercício do poder.

No Brasil, as elites dominantes sempre frequentam as melhores escolas do país. São escolas que não conhecem greves, paralisações e tampouco escassez de recursos, sendo, muitas vezes, subvencionado parcialmente com recursos públicos (Cunha, 2012). São frequentadas por aqueles que buscam ser a elite dominante do futuro. Alguns buscam, ainda, formação no exterior de onde aprendem a administrar as riquezas nacionais em fina sintonia com os interesses burgueses nacional e internacional bem como a rechaçar propostas de mudança na estrutura política, econômica e social de suas nações mesmo que possuam grande apelo social.

No outro extremo, lentamente, formou-se uma escola pública desprovida de qualidade destinada àquelas camadas historicamente excluídas e submissas com vista à manutenção do *status quo*. A educação para as camadas populares nunca recebeu a prioridade devida o que contribuiu para pauperização da escola pública brasileira que, de forma análoga à saúde, foram relegadas à segundo plano na implementação das políticas públicas do Estado brasileiro. Segundo Orso (2008), a educação pública [...] se parece mais com uma forma de adestramento, disciplinarização, treinamento e docilização dos indivíduos, do que como meio de transformação e de revolução social.

Quando se diz que a escola não ensina, ou ensina muito pouco para essas populações, talvez tenhamos de reconhecer que nem toda escola no capitalismo contemporâneo existe primordialmente para ensinar, existe antes para disciplinar e controlar comportamentos. (BRUNO, 2011, p. 14).

Com o tempo, as demandas e pressões populares por uma educação pública foi ganhando espaço nas políticas públicas a partir da sua inclusão nas cartas constitucionais ao longo do tempo. A mais importante delas aparece na Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal, em seu artigo 205, reconhece, explicitamente, a educação como um direito de *todos*, consagrando, assim, a sua universalidade. Trata-se de direitos que devem ser prestados sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (cf. art. 3º, IV da CF/88). Contudo, não obstante o reconhecimento expresso da universalidade dessa categoria de direitos, a sua implementação demanda a escolha de alvos prioritários, ou seja, grupos de pessoas que se encontram em uma mesma posição de carência ou vulnerabilidade. Isso porque o objetivo dos direitos sociais é corrigir desigualdades próprias das sociedades de classe, aproximando grupos ou categorias marginalizadas. (DUARTE, 2007, p. 698).

A carta constitucional reconhece a necessidade de se garantir uma educação universal ao trata-la como direito inalienável ao passo que imputa ao Estado e aos demais segmentos sociais o dever de oferta-la objetivando a promoção da cidadania e a redução das desigualdades sociais. A carta constitucional assegura ainda (cf. art. 206, I) a igualdade de acesso e permanência na escola além da garantia de um padrão de qualidade (cf. art. 206, VII).

O princípio da igualdade de condições para acesso e permanência na escola constitui uma diretriz fundamental que deve informar as políticas públicas educacionais. Em um país de imensas desigualdades sociais e regionais, torna-se imperativo aos poderes públicos a implementação de políticas públicas voltadas à redução das condições que levam a altos índices de abandono (evasão ou não permanência na escola), reprovação e distorção na relação idade-série. Só assim será possível garantir a permanência, o reingresso e o sucesso escolar de grupos que apresentam maior vulnerabilidade (VERAS; MARTINS, 2000, apud DUARTE, 2007, p. 705).

Passados quase 30 anos da promulgação da Constituição Federal a educação pública brasileira ainda apresenta gravíssimos problemas qualitativos mesmo que quantitativamente ela tenha avançado. Na década seguinte à promulgação da Constituição, a educação, como diversos outros serviços públicos assegurados na Constituição foram duramente atingidos pela adoção de políticas neoliberais que primaram pela “modernização” da economia brasileira ao inseri-la, de forma submissa, no mundo globalizado.

As políticas públicas brasileiras foram depauperadas como consequência da adoção das políticas econômicas do Consenso de Washington que preconizou a redução do papel do Estado e promoveu um intenso processo de privatizações que começou no breve governo de Fernando Collor (1990 – 1992) e teve sua máxima expressão no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) que se traduziu em estagnação e até em retrocesso dos serviços públicos em favor do setor privado. Este, o setor privado, apresentou crescimento exponencial como nas áreas de educação e saúde. As escolas e faculdades particulares apresentaram forte expansão em detrimento das escolas e universidades públicas, muitas delas sucateadas. Isso agravou a qualidade da educação pública brasileira (da imensa maioria da população brasileira) e revelou o lastimável desempenho da educação pública brasileira frente aos exames internacionais que medem a qualidade do aprendizado em disciplinas como matemática e ciências, por exemplo.

Cabe destacar que essa separação qualitativa entre a escola pública e privada se manteve até o presente (também) como resultado dos lobbies da iniciativa privada que busca mercantilizar a educação. São grupos que representam os interesses do capital privado e normalmente financiam campanhas políticas de parlamentares simpáticos à iniciativa privada. São parlamentares que estruturam suas campanhas na defesa e melhoria dos serviços públicos, mas são financiados pelo capital privado. A mercantilização da educação se inscreve no modelo de educação neoliberal que avança exponencialmente em detrimento da educação pública.

Tendo em vista que o Brasil constitui-se em um Estado Constitucional de regime democrático, o cidadão tem a liberdade de decidir se quer ou não usufruir dos serviços públicos colocados à sua disposição. Todavia, o Estado não tem liberdade para deixar de oferecer serviços públicos, conforme sua conveniência, quando forem de natureza estratégica, portanto indelegáveis, como a segurança pública. Há, porém, os serviços essenciais, como o direito à educação, que devem ser exercidos pela administração pública, mas podem ser delegados à livre iniciativa. As normas constitucionais estabelecem a definição do núcleo de atuação dos serviços públicos a serem prestados pelo poder estatal. (COSTA, 2009, p. 3484 – 3485).

O avanço e “territorialização”¹ da iniciativa privada na educação não se fez apenas com a adoção das políticas neoliberais, ela está prevista na Constituição Federal de 1988 no artigo 209, quando afirma que o ensino é livre à iniciativa privada desde que ela cumpra com as normas gerais da educação, que possam ser qualitativamente avaliadas pelo Poder Público.

No Brasil, principalmente a partir do Regime Militar, como em outros países subdesenvolvidos, a escola privada recebeu grandes incentivos e conheceu grande expansão, tornando-se referência de qualidade, subvertendo o parâmetro de qualidade da escola pública comum a todos os países desenvolvidos.

A escola pública brasileira, com raras exceções, não dialoga com a realidade concreta do seu público (alunos). É comum, por exemplo, que o elenco de conteúdos e temas dos livros didáticos aborde conteúdos distantes daqueles vivenciados no cotidiano dos estudantes, transformando a escola num “componente exógeno” à vida cotidiana, enquanto deveria se debruçar sobre os problemas sociais mais imediatos. Parece até se tratar de uma “realidade paralela” com a qual o estudante toma contato por meio dos livros didáticos e seus professores que “transmitem” conteúdos e reproduzem conceitos e discursos sem maiores reflexões ou criticidade. A escola, dessa forma, torna-se pouco interessante uma vez que nem sempre consegue estabelecer conexão entre o cotidiano social e os conteúdos didáticos abordados no ambiente escolar.

Mesmo quando tem a preocupação de ser crítica, de subverter a ordem acadêmica e de questionar o sistema vigente, o que é um tanto raro e incomum nos tempos atuais, é envolvida por um amplo aparato disciplinar e burocrático deixando pouco espaço para a flexibilização e para a realização de experiências alternativas. Além disso, na maioria das vezes, os conteúdos estão mais voltados para ensinar que “a Eva viu a uva”, ou seja, conteúdos abstratos, do que para compreender a vida concreta, isto é, a matemática da fome, o português da violência, a geografia e a história da exploração e dos problemas sociais, a ciência da história da vida real dos homens e voltam-se mais para a adaptação, para a alienação e para o conformismo do aluno ao meio do que para desmistificar, para questionar as condições de vida e o modo de produção capitalista. (ORSO, 2008, p. 51).

A baixa qualidade da educação pública brasileira afronta o inciso 1º do artigo 211 da mesma carta constitucional que expressa claramente o compromisso de organizar, financiar e garantir um padrão de qualidade da educação pública brasileira.

A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria

¹ O termo “territorialização” aqui posto deve ser entendido como a expansão e consolidação das escolas ou sistemas de ensino privados que, muitas vezes, recebem incentivos públicos para prestarem serviços em detrimento das escolas ou sistemas públicos de ensino, principalmente nas últimas décadas.

educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (BRASIL, 1988, p. 122).

No campo, a situação das escolas é de abandono e/ou descaso, facilmente verificável pela deficiente infraestrutura das mesmas e das condições de material didático e transporte que afeta diretamente a garantia de acessibilidade garantida na Constituição de 1988. O descaso com a escola pública no campo também é um fator propulsor que impele o jovem camponês a abandonar suas raízes camponesas porque ali quase nada conseguirá. O êxodo de jovens camponeses, que além da oferta exígua de educação para seu meio, ainda enfrenta a falta de políticas públicas de geração de emprego e renda, o que dificulta ou mesmo compromete a reprodução camponesa.

O campo sem gente faz parte de uma concepção do agronegócio. Assim, a luta pela permanência no campo com a implementação de políticas públicas adequadas passa necessariamente pela garantia de acesso e permanência na terra, seguida pela oferta de educação e garantia de geração de emprego e renda como forma de permitir a (re)produção camponesa enquanto classe.

O baixíssimo desempenho da educação pública brasileira, como um todo, não se reflete apenas no campo, mas afeta também o desempenho da indústria brasileira, ainda muito dependente da importação de tecnologia com maior nível de sofisticação. O Brasil faz parte do grupo de países emergentes industrializados que, como os demais países subdesenvolvidos, exporta produtos primários, principalmente, e importa produtos com tecnologia avançada. A industrialização dependente é um dos reflexos da baixa qualidade da educação pública brasileira que se arrasta a passos lentos e apresenta resultados medíocres quando comparados aos países desenvolvidos e mesmo a outros com o mesmo patamar de desenvolvimento.

A construção e consolidação da educação do campo como *práxis* de emancipação humana

O novo sempre assusta. A ruptura com os antigos moldes “petrificados” da educação/escolarização burguesa, quando proposto e, sobretudo, construído por movimentos sociais e ou entidades da sociedade civil, costuma produzir conflitos/embates acalorados e diversas formas de resistência dos órgãos oficiais que gozam do monopólio da oferta de educação pública no Brasil. A “concessão” de autonomia no desenvolvimento e expansão de experiências educativas populares e exitosas ainda é muito recente e refletem a pouca

experiência brasileira na valorização das mesmas. Diversas experiências de educação inovadoras como as mais variadas *práxis* da Educação do Campo, por exemplo, reconhecidamente promotoras de emancipação humana ainda enfrentam a estrutura pouco flexível e muitas vezes refratária do Ministério de Educação.

Essa quase inflexibilidade é compreensível quando se compreende o processo histórico de formação do Estado e do povo brasileiro. Segundo Vlach e Vesentini (2013), no Brasil, diferentemente do que aconteceu na Europa, onde os Estados nacionais são oriundos dos conflitos sociais e da correlação de forças de suas sociedades, a formação do Estado brasileiro antecede a formação da própria sociedade/nação. O Estado brasileiro, sua estrutura e organização, portanto, não emana do povo. No Brasil, portanto, a formação do sentimento de pertencimento à nação é muito posterior à formação da ossatura do Estado burguês com todas as suas determinações. Ou seja, o recente “sentimento de brasilidade” está condicionada a uma estrutura já montada na qual a sociedade serve ao Estado e não ao contrário como normalmente se verifica na Europa.

A precedência do Estado sobre a sociedade gerou um sistema político autoritário, em que o governo não procura servir à sociedade, mas servir-se dela. É como se o Estado – e em particular os governantes – fosse o “dono” do país, podendo fazer o que bem entender. É por esse motivo que até hoje os direitos dos cidadãos no Brasil constituem algo tão difícil de conseguir: em vez de ser uma realidade, é mais uma promessa e uma conquista a ser realizada, uma batalha que envolve a todos nós. (VLACH; VESENTINI, 2013, p. 22).

Isso nos permite compreender como a pouca experiência democrática brasileira na relação Estado–sociedade se reflete na construção de uma educação pouco flexível que, na maior parte do tempo, pouco atendeu à diversidade sociocultural da sociedade brasileira. Só recentemente a estrutura centralizadora e rígida do MEC passou a reconhecer algumas experiências educativas até então ignoradas ou pouco compreendidas pelo referido órgão.

As ricas experiências educativas, no entanto, apesar da resistência oferecida pelo aparelho ideológico de Estado tornaram-se exitosas pelo amplo respaldo social alcançado ao ponto de o próprio Estado se apropriar de práticas socioeducativas antes ignoradas ou pouco valorizadas na diversidade de saberes e fazeres do território brasileiro. Nem mesmo a Estrutura burguesa mais conservadora pode negar a qualidade e as conquistas irrefutáveis alcançados pela Educação do Campo nos mais diferentes espaços (territórios) deste país.

Caldart (2005) define a Educação do Campo como sendo,

[...] um projeto de educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações. Isso quer dizer que se trata de pensar a educação (política e pedagogicamente) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (que é um

processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um tempo histórico. (CALDART, 2005, p. 17).

Um elemento fundamental que difere a Educação do Campo da escola tradicional é que a primeira é movida pela sinergia de inúmeros atores sociais, cujos esforços convergem para a construção de uma escola que dialoga com a diversidade de contextos sociais, políticos, econômicos e ambientais por todo o território brasileiro. A segunda, por sua vez, foi pensada e edificada para reproduzir uma estrutura social, política e econômica que não incorpora as necessidades sociais mais básicas, contribuindo assim com a perenização das estruturas sociais que há muito vigoram no Brasil.

Esta forma de educação corresponde à essa sociedade, que tem na alienação da força de trabalho e, conseqüentemente, na alienação da consciência um meio de se reproduzir e se perpetuar. E não poderia ser outra, pois se o fizesse, corresponderia a outra sociedade e não a de classes. [...] Ou seja, uma educação voltada para estimular o individualismo, para fomentar a competição, para enaltecer a concorrência, para premiar pela produtividade e punir pelos resultados não desejados, permitindo assim, selecionar os mais aptos e mais adaptados, de acordo com os valores vigentes nessa sociedade – uma educação para subserviência. (ORSO, 2008, p. 51-52).

As escolas camponesas são produto da soma de forças dos diversos movimentos sociais, principalmente do campo, no enfrentamento das rígidas estruturas do aparelho ideológico de Estado, quase sempre refratário à novas experiências pedagógicas que escapem ao seu crivo político-ideológico. Movidos pela historicidade do protagonismo social na transformação das estruturas sociais ao longo da história e à luz do materialismo histórico os sujeitos coletivos reagem à inoperância ou ineficiência das políticas educativas e se convertem nos atores principais do processo de construção de uma escola transformadora das estruturas sociais que aportem para a emancipação humana.

Isso nos permite afirmar que a Educação do Campo é uma pedagogia forjada pelo oprimido a partir da sua condição enquanto sujeito histórico. É Freire (1987) que afirma ninguém melhor que o oprimido sentirá os efeitos da opressão e que é esse mesmo oprimido que reconhece a necessidade de lutar pela própria emancipação.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1987, p. 23).

A Educação do Campo é, portanto, uma *práxis* libertadora e promotora de novas relações sociais e de produção que diferem radicalmente da escolarização burguesa, essa

rmias voltada à docilização, preparação e inserção submissa do estudante ao mercado de trabalho.

Educação contextualizada

As escolas camponesas gozam de grande apreço social porque representam a materialização dos esforços de diversos atores ou sujeitos coletivos que não apenas constroem uma nova proposta educativa como também promovem a autocrítica da sua *práxis* pedagógica. O processo educativo passa, necessariamente, pela indissociabilidade entre **ação–reflexão–ação** do fazer pedagógico. Assim, são estabelecidas relações sociais horizontais que em muito diferem do fazer pedagógico das escolas tradicionais ainda fortemente enrijecidas e verticalizadas.

O êxito alcançado pela Educação do Campo se deve, em parte, à incorporação e problematização da realidade circundante, que é a “matéria-prima” essencial da Educação do Campo. Ela se aperfeiçoa constantemente quando se deixa permear pela dinâmica dos processos históricos e suas demandas sociais fundamentais, ancoradas no materialismo histórico e dialético. A Educação do Campo é, acima de tudo, uma construção social sem cópia ou modelo pré-concebido. É também uma *práxis* que se reinventa para acompanhar o processo histórico de transformação das consciências e das relações sociais.

No bojo da construção da Educação do Campo, além da influência socialista, cabe destacar a contribuição do educador Paulo Freire. Educador e humanista, Freire sempre acreditou na capacidade humana de transformação do mundo a partir da formação da/ou transformação da consciência como propulsor das transformações históricas.

Ao recusar a história como jogo de destinos certos, como dados, ao opor-se ao futuro como algo inexorável, a história como possibilidade reconhece a importância da decisão como ato que implica ruptura, a importância da consciência e da subjetividade, da intervenção crítica dos seres humanos na reconstrução do mundo. Reconhece o papel da consciência construindo-se na *práxis*; da inteligência sendo inventada e reinventada no processo e não como algo imóvel em mim, quase separado, em meu corpo. Reconhece o meu corpo como corpo consciente que pode mover-se criticamente no mundo como pode “perder” o endereço histórico. (FREIRE, 2001, p. 47).

A inestimável contribuição de Freire e sua proposição revolucionária sacudiu a escola brasileira até suas fundações. O processo educativo e seu método de alfabetização a partir da leitura do mundo (meio social, político, econômico, etc.) no qual o educando está inserido é, por si só, extremamente revolucionário.

É Freire que nos alerta que a leitura do mundo a das palavras não pode ser separada. É preciso que a escola esteja voltada para a realidade objetiva na qual a escola e a

comunidade está inserida, que se debruce sobre os problemas sociais que impedem a liberdade do homem.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1989, p. 9).

Pedagogia da Alternância

A preocupação com o êxodo rural de jovens, filhos e filhas de trabalhadores, e o consequente esvaziamento do campo na França, no período entre guerras, fez surgir uma modalidade de educação que permitia ao jovem camponês alternar o Tempo Escola (TC) com o Tempo Comunidade/família (TC) possibilitando que o jovem continuasse seus estudos sem precisar abandonar sua comunidade. Nascia a Pedagogia da Alternância, *práxis* pedagógica profundamente comprometida com a transformação do meio social, o embrião do que chamaríamos, décadas mais tarde, de Educação do Campo. As experiências exitosas das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e das Casas Familiares Rurais (CFRs), ou seja, dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), como são chamadas as instituições que utilizam a Pedagogia da Alternância, serviram de inspiração para a construção da Educação do Campo no Brasil.

Trata-se de propostas pedagógicas nas quais o estudante torna-se sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, e a educação revela-se como um veículo de conscientização de pessoas que, ao trabalharem na escola suas curiosidades, questionamentos e descobertas, poderão posicionar-se na sociedade como cidadãos, críticos, reflexivos, promocionais e protagonistas. (CUNHA et al., 2013, p. 251).

A contribuição da Escola Família Agrícola do Sertão para o desenvolvimento socioeconômico do semiárido nordestino

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) constituem um movimento social protagonista na construção de uma nova modalidade que não só difere do modelo burguês como promove o diálogo permanente com a realidade e nela está profundamente ancorada. Ou seja, tem a realidade como ponto de partida e de chegada, ou seja, parte dela e a ela retorna para transformar. A pedagogia da alternância, ao problematizar a realidade, se converte em um “mecanismo” de transformação social como propôs o educador Paulo Freire.

A Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE) é uma escola camponesa que utiliza a pedagogia da alternância que dialoga constantemente com o contexto social, político, econômico e ambiental do semiárido nordestino, marcado pelo latifúndio, pelo coronelismo, pela seca e pela miséria. Sua atuação enquanto escola camponesa é fruto da sinergia de diversos movimentos sociais que buscam transformar a realidade secular, transformando o determinismo burguês em possibilismo (ou protagonismo) camponês. A mais importante dessa contribuição é, como fora aludido acima, a negação do determinismo da miséria e a construção do possibilismo na perspectiva da convivência com o semiárido.

Convivência com o semiárido

A Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE) está localizada na comunidade de Lagoa do Pimentel, município de Monte Santo, no semiárido baiano. Em atividade há quase duas décadas, a EFASE oferece Educação do Campo para centenas de jovens camponeses que buscam uma educação diferenciada que os qualifique ou instrumentalize frente à necessidade histórica de transformar as estruturas sociais extremamente desfavoráveis ao campesinato nordestino, marcado pelo latifúndio da terra e do saber.

A EFASE surge, portanto, como produto de múltiplos esforços do campesinato nordestino que abandonado à própria sorte assume o protagonismo na transformação das relações sociais ainda fortemente marcadas pelos ranços do coronelismo dos latifúndios mais antigo do Brasil e toda a sua atualidade.

Quando abordamos os conflitos no campo, é importante ressaltar a história da educação brasileira que foi um processo marcado pela exclusão e marginalização das classes sociais mais carentes, ainda que as constituições brasileiras tenham ampliado o acesso à educação em todos os níveis, da alfabetização ao ensino superior. Entretanto, é necessário ressaltar que um país de extensas dimensões e diferentes culturas durante muitos anos manteve um único modelo de educação para todas as regiões. (ALMEIDA PINTO; GERMANI, 2013, p. 5-6).

Como a educação oferecida às populações camponesas do nordeste, como em outras áreas do território brasileiro, não problematiza as questões sociais, econômicas e políticas mais básicas, a construção de EFASE se reveste da maior importância como instrumento propulsor e gerador de novas potencialidades transformadoras que quebrem as amarras do desenvolvimento territorial, aqui entendido como desenvolvimento do meio sócio espacial.

Instrumentos pedagógicos da pedagogia da alternância

A Pedagogia da Alternância possui inúmeros instrumentos didáticos pedagógicos que possibilitam criar diversas interfaces com diferentes aspectos da realidade e com ela interagir para transformar. Entre os inúmeros instrumentos pedagógicos podemos citar:

- ✓ Plano de Estudo, constituído por questões elaboradas em conjunto por alunos e professores-monitores;
- ✓ Caderno da Realidade (o mesmo que Caderno de Acompanhamento), que acompanha o aluno em toda sua vida escolar e serve para ele registrar suas reflexões sobre a realidade a partir das questões constantes no Plano de Estudos;
- ✓ Viagens e visitas de estudo;
- ✓ Estágios;
- ✓ Atividade de Retorno, conjunto de atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes durante o tempo comunidade/família;
- ✓ Projeto Profissional do Jovem, elaborado e desenvolvido pelo estudante durante o ensino médio como forma de exercício profissional antes mesmo de formado como Técnico em Agropecuária;
- ✓ Visita às famílias;
- ✓ Avaliação.

No presente trabalho, por questões de objetividade, optou-se por descrever apenas três deles: o Plano de Estudo, o Projeto Profissional do Jovem (PPJ) e a Atividade de Retorno (AR).

O Plano de Estudo (PE) é a linha mestra da Pedagogia da Alternância. Ele consiste de um elenco de temas que estão diretamente relacionados ao cotidiano do estudante. O Plano de Estudo, é o norteador de todas as temáticas trabalhadas naquele ano ou série escolar. As atividades formativas, formais e não formais nas quais os alunos se envolverão no Tempo Escola (TE) e no Tempo Comunidade (TC) também partem do Plano de Estudo, por isso se pode afirmar, com propriedade, que esse modelo de escola dialoga diretamente com a realidade do educando, buscando construir novas relações sociais e formas de intervenção social capazes de promover, por exemplo, o desenvolvimento local sustentável.

O Plano de Estudo é o principal instrumento da Pedagogia da Alternância, pois todos os outros derivam dele e permitem que a dinâmica Tempo Comunidade (TC) - Tempo Escola (TE) estejam interligadas. A partir do que é debatido e pesquisado no TE, estimula-se a observação e prática no TC de forma a levar os resultados para serem trabalhados no TE e assim sucessivamente, com a inserção de outras temáticas do Plano de Estudo. (ALMEIDA PINTO; GERMANI, 2013, p. 11).

O Plano de Estudo é a referência e o ponto de partida para o trabalho pedagógico da EFA, pois é a partir dele que a realidade do estudante é problematizada, gerando assim conteúdos, indagações e soluções práticas a partir da intervenção do estudante na alternância do Tempo Escola para o Tempo Comunidade.

[...] o Plano de Estudo permite que os temas ligados ao contexto vivido pelo aluno se tornem o eixo central de sua aprendizagem. A princípio o aluno desenvolve temas mais simples ligados ao cotidiano familiar, para depois caminhar em direção a temas mais complexos de caráter socioeconômico. Permite desencadear a motivação e a compreensão do significado político e social dos conteúdos a nível curricular. O Plano de Estudo é, pois, o elemento que reúne as interrogações e o diálogo, que organiza a reflexão e desperta o interesse para um aprendizado dinâmico. É único e intransferível para cada grupo de alunos, pois cada grupo vive situações e interesses distintos. É ele que dá sentido pedagógico à alternância. O P.E. integra ação com reflexão, prática com teoria e vida na família com vida na escola. É um meio para a participação de todos os agentes locais comprometidos com a educação e informação dos jovens. É o meio para o diálogo entre os pais e os filhos, alunos e monitores, escola e família dos alunos. (REFAISA, 2012, p. 10)

Ou seja, o Plano de Estudo

[...] é a base para o diálogo com a família e comunidade. Através dele se opera a integração da 'vida com a EFA' criando, no aluno, o hábito de ligar a reflexão à ação e de partir da experiência para a sistematização científica. [...] O Plano de Estudo parte de uma *SUPOSIÇÃO* para chegar a uma *COMPROVAÇÃO*. (REFAISA, 2012, p. 10, grifo do autor).

O Projeto Profissional do Jovem (PPJ) é o instrumento pedagógico que permite o estudante desenvolver um projeto de experimentação profissional a ser executado nos anos finais do ensino médio. O PPJ permite o diálogo entre teoria e prática numa *práxis* profissional e pedagógica indissociável onde o estudante é o protagonista de sua própria aprendizagem. Isso possibilita, inclusive, rever e reelaborar saberes, conhecimentos e práticas além de adaptar ou reelaborar saberes para que os mesmos se adequem às mais diversas situações do cotidiano, como as distintas situações verificadas no semiárido nordestino, por exemplo. O PPJ permite o desenvolvimento também na área social se o estudante assim o desejar.

O PPJ busca uma orientação na perspectiva de diversificação profissional no campo, compreendendo que o rural não se limita às atividades agrícolas e pecuárias. Os projetos podem ser elaborados no campo produtivo, da transformação e agregação de valores aos produtos e dos serviços do campo. Nesse sentido, o PPJ abre perspectivas para a dimensão da ruralidade, ao acenar para trabalhos não agropecuários dentro do próprio meio rural. Os projetos podem ser individuais ou coletivos, dependendo da sua natureza. A participação da família, das comunidades e dos parceiros são condições fundamentais para o êxito da elaboração, quando da possibilidade de execução do projeto. (CEFFA REI ALBERTO I, 2009 apud BEGNAMI, 2013, p. 237).

A relação da escola com a família/comunidade, essencial à *práxis* pedagógica da Pedagogia da Alternância, é, também, possibilitada pelo instrumento pedagógico conhecido como Atividade de Retorno (AR). Ele cria uma interface entre escola e família/comunidade por meio da alternância entre diferentes tempos e espaços de aprendizagem, ou seja, Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC).

A Atividade de Retorno é um dos principais instrumentos pedagógicos da Escola Família Agrícola do Sertão porque propicia o envolvimento do aluno com a comunidade favorecendo a formação sócio profissional e preparando o estudante para o exercício profissional na prática e não apenas na teoria. As atividades práticas do/no Tempo Comunidade são muito importantes porque permitem a formação e a interação social do aluno com a comunidade e promove a difusão dos conhecimentos adquiridos na escola em benefício da comunidade. A Atividade de Retorno permite que os conhecimentos, técnicas e tecnologias muitas vezes restritas ao ambiente escolar sejam transmitidos e multiplicados pelos estudantes nas suas respectivas comunidades ampliando o alcance e a utilidade social do saber. (ANDRADE, 2016, p. 113).

A EFASE oferece aos jovens camponeses a formação de Técnico em Agropecuária ancorado em princípios agroecológicos com vista à multiplicação de saberes juntos às comunidades das quais são oriundos. A EFASE recebe alunos de 28 municípios por todo o semiárido baiano, estabelecendo diálogo com diversas realidades sociais, políticas e econômicas que compõem/forma o mosaico do semiárido na sua complexidade. A produção, aperfeiçoamento e disseminação de saberes é uma *práxis* que reúne teoria e prática num todo indissociável e tem o “divisor de águas” para muitas comunidades camponesas nos mais diversos municípios do semiárido baiano.

[...] a Pedagogia da Alternância [...] articula prática e teoria numa *práxis* e realiza-se em tempos e espaços que se alternam entre escola e propriedade, comunidade, assentamento, acampamento ou movimento social ao qual o educando está vinculado. (RIBEIRO, 2008, p. 30).

A produção, multiplicação e disseminação de saberes é possibilitada com a utilização de instrumentos pedagógicos próprios da pedagogia da alternância como a Atividade de Retorno (AR), por exemplo, que aproxima parceiros no processo formativo dos jovens camponeses. Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC) são complementares, ambos tem igual importância no trabalho de uma EFA.

A EFASE é uma escola comunitária mantida pela Associação Regional da Escola Família Agrícola do Sertão (AREFASE) que também a representa juridicamente. A EFASE é uma das escolas que mais contribuem com o desenvolvimento comunitário no semiárido. A relação da EFASE com as comunidades sertanejas é altamente enriquecedora porque possibilita trocas permanentes de saberes com os mais diversos parceiros, diferentes públicos e realidades, possibilitando, por meio da relação escola-comunidades, a produção, troca,

multiplicação e disseminação de saberes e práticas fundamentais à convivência com o semiárido.

A seriedade e credibilidade do trabalho pedagógico da EFASE são reconhecidas por diversas escolas de ensino fundamental, médio e também por universidades do estado da Bahia como Universidade do Recôncavo Baiano (UFRB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual de Feira de Santana (UESF), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e os institutos de ensino técnico federais como IF baiano que possuem ótima relação com a EFASE e não raro produzem artigos, dissertações e teses sobre sua prática pedagógica.

A parceria da Escola Família Agrícola do Sertão, Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Instituto Federal Baiano (IF Baiano) e diversos movimentos sociais resultou na construção coletiva do curso de Tecnologia em Agroecologia que visa formar Tecnólogos em Agroecologia. A EFASE é a única EFA do Brasil a possui os três níveis de formação: ensino fundamental, ensino médio e curso de graduação para filhos e filha de camponeses pobres de áreas de reforma agrária pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

A parceria do Instituto Federal Baiano e a EFASE resultou também em duas turmas de ensino médio, cujas aulas são ministradas nas dependências da EFASE, comprovando a seriedade e o compromisso da Educação do Campo oferecida pela EFASE aos filhos e filhas de camponeses por dezenas de municípios do semiárido baiano e para além dele.

Considerações finais

A educação como elemento emancipador não pode derivar de um “modelo” pré-concebido a partir do aparato do Estado. A educação que emancipa emana, necessariamente, dos sujeitos históricos que, conscientes da opressão a que são submetidos, assumem a condução do processo histórico de transformação das consciências coletivas que culminam na transformação das relações sociais e de produção.

A EFASE se insere nesse contexto de protagonismo camponês que aos poucos se libertam das correntes da ignorância, do determinismo estrutural-colonial e permite vislumbrar um semiárido emergente, dotado de inúmeras possibilidades de desenvolvimento que não só rompem, aos poucos, os grilhões da fome, da miséria, do latifúndio da terra e do saber, como criam um semiárido novo dotado de inúmeras potencialidades e possibilidades.

Funcionando em plena caatinga, o curso superior que forma Tecnólogos em Agroecologia é mais uma conquista da classe camponesa que acredita no seu protagonismo

como construtora de um semiárido melhor a partir da construção de novas relações sociais que promovam o desenvolvimento sócio territorial.

A EFASE acredita que a educação e o saber precisam estar a serviço das comunidades como forma de instrumentalizar e promover o desenvolvimento das mesmas. O saber é, portanto, um patrimônio da coletividade e não um bem acessível a quem pode pagar como se verifica nas inúmeras instituições privadas que vendem o saber e não possuem qualquer compromisso com os mais pobres.

Referências

ALMEIDA PINTO, M. P.; GERMANI, G. I. O Território da Educação do Campo: as Escolas Família Agrícola. **Anais...** 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Lima, Peru. 2013. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

ANDRADE, J. S. **Pedagogia da Alternância e a convivência com o semiárido**: as comunidades tradicionais de fundo de pasto. 2016. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo.

BEGNAMI, M. J. F. Projeto Profissional do Jovem: desafios e possibilidades para os egressos da Escola família Agrícola Bontempo. In: BEGNANI, J. B.; BURGHGRAVE, T. (Org.). **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade**. Orizona, GO: UNEFAB, 2013. 279 p. (Coleção Agir e Pensar das EFAS do Brasil).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. 35ª ed. E-book, pdf. Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/.../constituicao_federal_35ed.pdf?>. Acesso em: 15 de jul. 2016.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n. 48, set./dez. 2011.

CALDART, R. S. Elementos para a construção de um Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. A. **Contribuição para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. 2 ed. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2005. (Coleção Por Uma Educação do Campo), n. 5, p. 13-52.

COSTA, D. S. A universalização da educação básica no estado constitucional. **Anais...** XVIII Congresso Nacional do CONPEDI. São Paulo-SP: 04 a 07 de nov. 2009.

CUNHA, A. E. **A história da educação privada brasileira e o princípio democrático da livre iniciativa**. Brasília-DF, 2012.

CUNHA, E. B.; SILVA, F. J. R.; FREITAS, G. V.; MONTE, M. A. B.; FARIAS.; MARIA, C. C.; TELAU, R. Reflexão acerca da Pedagogia da Alternância no Brasil. In: BEGNANI, J. B.;

- BURGHGRAVE, T. (Org.). **Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade**. Orizona, GO: UNEFAB, 2013. 279 p. (Coleção Agir e Pensar das EFAS do Brasil).
- DUARTE, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação e Sociedade. Revista de Ciências e Educação**. Campinas-SP: v. 28, n. 100 – Especial, p. 691-713, 2007.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 23ª ed. São Paulo-SP: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 4).
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Política e Educação**: ensaios. 5. Ed. São Paulo-SP: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 23).
- ORSO, P. J. A educação na sociedade de classes: limites e possibilidades. In: ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (Org.). **Educação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- PEREIRA, L. A. FILIPE, D. A. FRANÇA, F. F. **Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem**. Maringá, 2007.
- REDE DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS INTEGRADAS DO SEMIÁRIDO. **Projeto Político Pedagógico**. Monte Santo, BA: 2012.
- RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo-SP: v. 34, n. 1, p. 027-045, jan./abr. 2008.
- SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 9-57.
- VLACH, V; VESENTINI, J. W. **Projeto Teláris**. Geografia: o espaço social e o espaço brasileiro. 1. Ed. São Paulo-SP: Ática, 2013. (Obra em 4 v. para alunos do 6º ao 9º ano).

Recebido para publicação em 13 de setembro de 2016.

Devolvido para revisão em 09 de outubro de 2016.

Aceito para publicação em 08 de dezembro de 2016.

Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no Território do Sisal - Bahia¹

Gracieda dos Santos Araújo

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) (IPPRI/UNESP)
e-mail: gracyeda@yahoo.com.br

Pedro Ivan Christoffoli

Professor da UFFS e do TerritoriAL; Membro do Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP)
e-mail: pedroivanc@gmail.com

Resumo

Neste artigo buscamos investigar a ação pedagógica desenvolvida pelas cooperativas de crédito rural do sistema Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar - ASCOOB, no Território do Sisal, tendo em vista a perspectiva da transformação social e a construção do desenvolvimento camponês. Apesar das contradições identificadas ao longo da pesquisa, é possível afirmar que a criação das cooperativas de crédito solidário no referido território foi fundamental para o acesso ao crédito por parte dos agricultores historicamente excluídos pelo sistema tradicional bancário. Entretanto, com base na perspectiva do materialismo histórico-dialético, não se pode afirmar que o acesso ao crédito, por si só, pode criar as condições necessárias para a transformação social desse território. Observa-se que o cooperativismo de crédito solidário no Território do Sisal avançou, mas dentro do limite das contradições do Estado, estabelecido pela modernização conservadora, vivida pelo país nas últimas décadas. A partir destes pressupostos apontamos os desafios postos à educação dos trabalhadores, na perspectiva de desenvolver projetos com potencial de transformação social.

Palavras-chave: Cooperativismo de Crédito Rural; Economía Solidaria; Educação. Sistema ASCOOB.

Un análisis de la dimensión educativa de las cooperativas de crédito rural solidario en el *Territorio do Sisal* – Bahía

Resumen

En este artículo buscamos investigar la acción pedagógica desarrollada por las cooperativas de crédito rural del sistema Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar - ASCOOB, en el *Territorio do Sisal*, teniendo en vista la perspectiva de la transformación social y la construcción del desarrollo campesino. Pese a las contradicciones identificadas a lo largo de la investigación, es posible afirmar que la creación de las cooperativas de crédito rural solidario en el referido territorio ha sido fundamental para el acceso al crédito por parte de los agricultores históricamente excluidos por el sistema tradicional bancario. Sin

¹ O conteúdo apresentado nesse artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada pelo Programa TerritoriAL/IPPRI, da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP, em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes e a Via Campesina. Órgão financiador: CNPq.

embargo, con base en la perspectiva del materialismo histórico-dialéctico, no se puede afirmar que el acceso al crédito, por sí solo, puede crear condiciones necesarias para la transformación social de ese territorio. Se observa que el cooperativismo de crédito solidario en el *Território do Sisal* ha avanzado, pero dentro del límite de las contradicciones del Estado, establecido por la modernización conservadora, vivida por el país en la última década. A partir de estos presupuestos señalamos los desafíos puestos a la educación de los trabajadores, en la perspectiva de desarrollar proyectos con potencial de transformación social.

Palabras-clave: Cooperativismo de Crédito rural; Economía Solidaria; Educación; Sistema ASCOOB.

An analysis of the educational dimension of solidary rural credit cooperatives in the Territory of Sisal – Bahia

Abstract

In this article we seek to investigate the pedagogical action, developed by rural credit cooperatives of the system Association of Cooperatives to Support the Family Farm Economy - ASCOOB, in the Territory of Sisal, taking into account the perspective of social transformation and the construction of the peasant development model. Despite the contradictions identified throughout the research, it is possible to affirm that the creation of solidarity credit cooperatives in that territory was fundamental for the access to the credit, by the farmers that were historically excluded by the traditional banking system. However, based on the perspective of historical-dialectical materialism, it can not be said that the access to credit, can create the necessary conditions for the social transformation of that territory. It is observed that the cooperativism of solidarity credit in the territory of Sisal advanced, but within the limits of the contradictions of the State, established by the conservative modernization, experienced by the country in the last decade. From these assumptions, we point out the challenges that the workers' education is subimitted, with a view of developing projects with potential for social transformation.

Keywords: Rural Credit Cooperativism; Solidarity economy; Education; ASCOOB system.

Introdução

Na região semiárida do Estado da Bahia, em especial no contexto do Território do Sisal, os processos educativos de educação não formal, conforme a perspectiva de Gohn (2012, 2002) e Freire (2005), apresentam-se como elementos estratégicos na luta dos camponeses. Estas experiências têm resultado em ganhos que vão desde a organização social, pelo acesso às políticas públicas e à cidadania, às ações de inclusão socioeconômica, no âmbito do cooperativismo de crédito rural. A capacidade de organização coletiva foi o grande segredo da experiência desenvolvida no Território do

Sisal, o que não teria se viabilizado sem a valorização dos processos de construção social do conhecimento dos homens e mulheres organizados que habitam esse espaço (MAGALHÃES, 2005). Tal processo de organização e luta, parece ter configurado um território camponês em disputa por sua definição e consolidação.

Segundo Fernandes (2008, p. 198) “o território é uma das categorias de análise da Geografia e recentemente tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço”. Em nível administrativo, o conceito de território vem sendo utilizado para referir-se aos espaços de governança no âmbito municipal-regional, demarcando um conjunto de municípios que fazem parte de uma microrregião, a exemplo dos Territórios da Cidadania. Pode ainda referenciar, para além da dimensão local/nacional, projetos de dimensão transnacional, como os do Agronegócio, que reúne “territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de commodities” (FERNANDES, 2008 p. 198).

O conceito de território, portanto, coloca-se como central na análise e proposição de políticas públicas, tanto para o campo, como para a cidade, promovidas pelos governos e influenciadas pelos movimentos socioterritoriais e também pelo capital local e pelas transnacionais. “Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades” (idem, 2008 p. 198). Esses projetos e os conflitos deles derivados, configuram diferentes territorialidades em disputa. Nesse sentido, a política de desenvolvimento do território camponês se dá no bojo da disputa entre dois projetos antagônicos: de um lado, o que defende os interesses da classe trabalhadora; do outro, o projeto do capital.

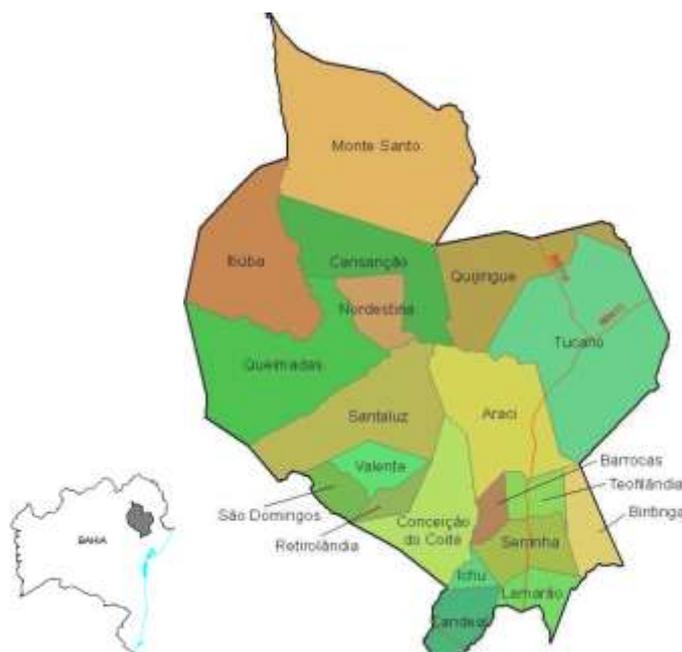
Analisando-se a trajetória de luta dos movimentos sociais no Território do Sisal, o trabalho de base desenvolvido pelas pastorais sociais da igreja, o posterior surgimento da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - APAEB e, recentemente, a criação das cooperativas de crédito rural, em princípio, sugerem a construção de um projeto que se opõe ao paradigma capitalista, que subjuga e expropria a classe trabalhadora. Uma vez criado o seu próprio espaço de territorialização, os trabalhadores estariam construindo relações sociais favoráveis à defesa de interesses comuns, como maior poder de mobilização e de pressão, saindo, deste modo, do isolamento, da invisibilidade e exclusão.

Em 2003, esse acúmulo de lutas e conquistas da sociedade civil organizada no semiárido Baiano foi decisivo para transformar a região do sisal em território de identidade. Este fato se dá com a formalização do Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural

Sustentável da Região Sisaleira – Codes Sisal, em 2002, primeiro conselho constituído em territórios instituídos no Estado da Bahia e no Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR.

O Território do Sisal se situa no Estado da Bahia, na região Nordeste do país. Conta com uma área de 21.256,50km² e é composto por 20 municípios. Sua população é de 582.331 pessoas, sendo que 333.149 vivem na área rural, ou 57,21% do total (MDA, 2015).

Mapa 1 - Território do Sisal no estado da Bahia



Fonte: Adaptado do PTDRS (2012).

Consideradas como uma das mais representativas experiências de organização social e econômica do semiárido baiano (MAGALHÃES, 2005), as cooperativas de crédito do Território do Sisal fazem parte de um conjunto de organizações sociais, dentre as quais se destacam: o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e a APAEB; os grupos ligados à Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), as associações comunitárias, e outras instituições regionais² (BURIGO, 2006). Essas organizações surgiram como resultado da territorialização das lutas dos trabalhadores organizados do campo que, desde os anos 70, têm lutado por melhores condições de vida, nesse espaço historicamente marcado pela pobreza e pelo atraso socioeconômico.

² Também contribuíram nesse processo a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal – FATRES e Centro de Apoio aos Interesses Comunitários de Santaluz – CEAIC.

O presente texto busca compreender o lugar das cooperativas de crédito do sistema ASCOOB, no processo de disputa e transformação social dos sujeitos do campo no Território. Busca compreender se essas organizações mantêm a perspectiva original de se configurarem como organizações de estabilização econômica, articuladas com os processos de transformação social. Aponta-se para a necessidade e importância do debate sobre a significância da luta dos trabalhadores, na transformação do mundo em que vivem, a partir dos processos educativo-organizativos, tendo a perspectiva socioeconômica como ponto de partida.

Assim, analisou-se, à luz do materialismo histórico – dialético, em que medida as cooperativas de crédito oriundas de processos participativos e da educação popular mantêm essa mesma perspectiva estratégica com o passar dos anos? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com ênfase nas práticas de educação cooperativista de cooperativas singulares, integrantes do sistema ASCOOB, no Território do Sisal, buscando perceber o seu potencial, as suas contradições e possibilidades, enquanto um processo de educação popular, com vocação crítico-transformadora.

Cooperação, economia solidária e cooperativismo

Cooperação

Desde o início da civilização, o espírito da cooperação por meio da ajuda mútua tem se configurado em elemento relevante e indispensável ao processo de evolução da espécie humana. As formas de organização solidárias se fazem notar nos mais diversos tipos de associação e de formação grupal, seja na vida familiar, comunitária ou nas atividades do trabalho produtivo.

A cooperação, como forma de ajuda mútua, esteve presente ao longo de toda a história da humanidade, tanto na Antiguidade mais remota, quanto no tempo do Império Romano, na Idade Média e no início da Idade Moderna. Porém, a cooperação mais sistemática nasce com as cooperativas modernas. (SCHNEIDER, 2012, p.254).

Na perspectiva de Christoffoli (2012, p. 158), com base na obra *O Capital* de Karl Marx, “a cooperação baseia-se no princípio elementar de que a junção dos esforços individuais cria uma força produtiva superior à simples soma das unidades que a integram. Cria-se a força coletiva do trabalho”. Dessa forma, “o ser humano, na cooperação como

resultado do contrato social, supera seus limites pessoais, e o trabalho social gerado é sempre maior que a soma de todos os trabalhos individuais”. O autor ressalta ainda que no sistema de produção capitalista, a prática da cooperação como concentração de esforços para ampliação da produção é, também, extremamente estimulada e desenvolvida. Citando Bottomore (1993), Christoffoli (2012, p. 158) argumenta que “a busca por maximização da exploração do trabalho cooperado é que vai dar origem à administração tipicamente capitalista e extrair conhecimento dos trabalhadores em prol da valorização do capital”. No contexto do sistema de produção capitalista os trabalhadores possuem uma posição passiva, sendo considerados apenas como mercadoria, força de trabalho do capital, não possuindo direito de decisão. No campo socialista, por sua vez, a “autogestão socialista” é vista como uma das formas mais avançadas de cooperação. Nessa forma de cooperação os trabalhadores têm em seu domínio o poder de decisão sobre seu trabalho e do que é melhor para suas vidas.

No Brasil, sobretudo nas regiões de forte influência da cultura indígena e também dos quilombolas, a prática da cooperação e da solidariedade, ainda hoje, é um forte elemento da cultura dos camponeses e agricultores familiares. Laços de solidariedade e de fraternidade fazem parte da vida dos camponeses, e estão muito presentes nas mais diversas situações, desde as necessidades do trabalho aos momentos de festividade comunitários, através dos mutirões, das trocas de dias, dentre outros. Com base nesses valores, verifica-se o surgimento de sistemas organizativos e de diversas experiências de cooperação complexa, a exemplo das associações comunitárias, cooperativas agropecuárias, cooperativas de produção, cooperativas de trabalho, etc. Logo, os camponeses, também estão à frente de atividades de caráter econômico como na gestão de sistemas de cooperativas de crédito ou de serviços. (TARDIN, 2012, p. 181). Como enfatiza Vergés (2011), historicamente, o campesinato reúne um emaranhado de relações sociais que vai desde a vida em comunidade, aos processos de auto-organização e articulação sociopolítica, tornando possível o desafio da construção de uma nova forma de vida e de sociedade, e a negação dos valores do capital como único caminho a ser seguido.

Em Lênin (Academia de Ciências da URSS, 1961), o conceito de cooperação apresenta-se como um elemento do desenvolvimento da forma capitalista industrial de produção. Neste caso, a forma de cooperação é desenvolvida em contradição à economia camponesa, muito baseada na produção artesanal independente. Ao substituir o modelo artesanal antigo de se produzir, a industrialização da produção é responsável por determinar uma elevação da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, desencadear um acirramento das contradições geradas pelo modo capitalista de produção. Assim sendo, a cooperação dos pequenos produtores mercantis é vista como imprescindível para a

superação das contradições da economia, tendo em vista o desafio da transição do capitalismo para o socialismo.

A Economia Solidária e as finanças

Segundo Singer (2002), a economia solidária nasceu no contexto de crescimento do capitalismo industrial, como uma reação dos trabalhadores à exploração capitalista, e em face ao alarmante crescimento da pobreza entre os artesãos, provocado pela difusão das máquinas e do novo modelo de produção industrial/fábrica. A primeira grande experiência dessa forma de organização social e econômica foi contemporânea, na Grã-Bretanha, da Primeira Revolução Industrial, “precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno” (SINGER, 2002, p. 24). Nesse contexto, os socialistas utópicos Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1808-1865) e Robert Owen (1773-1858) destacam-se como importantes idealizadores do cooperativismo do século XIX na Europa (com ênfase na França e Inglaterra). A Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, de 1844, é o exemplo mais clássico de cooperativismo moderno, sendo Owen o seu grande inspirador.

Dentre alguns exemplos emblemáticos de economia solidária, o caso do Grameen Bank (Banco da Aldeia), inspirado por Muhammad Yunus, em Bangladesh, é destacado por Singer (2002, p 75) como “uma resposta original e muito criativa as necessidades dos mais pobres”, uma forma de solidariedade financeira extraordinária entre os excluídos do mercado.

No Brasil, conforme Singer³, a economia solidária nasce com a crise dos anos 70, que atingiu toda a América Latina, resultado do choque do petróleo, e se consolida a partir da década de 1980. Tal fato levou os trabalhadores desempregados a se organizarem na forma de cooperativas, grupos de produção e, em alguns casos, assumirem o controle de empresas em processo de falência. Tudo isso através da prática da autogestão e como uma alternativa contra os efeitos das políticas neoliberais (JORNAL MST, 2015). Nesse contexto, começam a surgir grupos, organizações e movimentos sociais relevantes como Cáritas; Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG, Ongs que

³ Entrevista com Paul Singer para o JORNAL MST. 2015. Disponível: <http://www.mst.org.br/2015/01/12/economia-solidaria-se-aproximadas-origens-do-socialismo-diz-paul-singer.htm> . Acesso em 20 mai. 2015.

viabilizam projetos comunitários alternativos de inclusão socioeconômica, junto aos trabalhadores empobrecidos, os quais são capitalizados por fundos rotativos.

Na década de 1990, o desenvolvimento da economia solidária no país contou com um elemento decisivo, que foi a criação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Assim, diversas redes e organizações solidárias são criadas, com o fim de articular e fortalecer as iniciativas de economia solidária, espalhadas por todo o país. Nessa perspectiva o predomínio da economia solidária sinaliza a possibilidade de uma sociedade com mais igualdade e menos competitiva.

Cooperativismo

As cooperativas surgem como elemento particular da resistência dos trabalhadores, nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra que foi o *locus* onde esse modo de produção inicialmente se desenvolveu de forma avassaladora (CHRISTOFFOLI, 2010). Mais tarde, Karl Marx (2011) e Friedrich Engels (1877) discutiram os limites e possibilidades do cooperativismo como espaço de formação dos trabalhadores para os desafios da edificação de uma sociedade socialista.

No campo teórico, o cooperativismo se alimentou basicamente em duas vertentes, denominadas por Engels (1877) de “Socialismo Utópico e “Socialismo Científico”. O Socialismo Utópico é assim considerado pela defesa de ideais moralistas (espírito de fraternidade, voluntarismo e a crença otimista no ser humano), onde o sonho é o que move a construção da sociedade ideal; o Socialismo Científico, também conhecido por socialismo marxista ou marxismo, é a corrente teórica através da qual se permite ver e explicar a realidade à luz da concepção materialista da história. Ao contrário dos socialistas utópicos, os marxistas não se empenharam em inventar um novo modelo de sociedade, mas, sim, encontrar, dentro das contradições da sociedade capitalista, as forças sociais capazes de promover as transformações necessárias.

Para o socialismo científico o sonho de transformar a sociedade perpassa essencialmente pela questão da luta de classes. Desse modo, a ideia de um socialismo cooperativo/utópico não passaria de algo puramente romântico e enganador. Sob esse ponto de vista, as cooperativas não superariam o capitalismo, devendo seguir competindo com as empresas capitalistas. Nesse processo de competição, tenderiam a se mimetizar, assumirem formas e valores afins às empresas capitalistas concorrentes. Isso porque os critérios dominantes de eficiência em uma sociedade capitalista, são os critérios das empresas capitalistas. Tal fato vai implicar em definições, conscientes ou não, estratégias

imitativas, constantes pressões pela sobrevivência, etc., que levariam à perda gradual do horizonte de transformação social das cooperativas. Isso atingiria todos os ramos do cooperativismo, inclusive o de crédito.

Logo, considera-se que mesmo sendo a cooperativa, uma empresa de caráter coletivo, associativo, uma vez inserida num sistema capitalista, e conseqüentemente submetida às leis de mercado do sistema vigente, a mesma termina se obrigando a utilizar os mesmos métodos adotados por agremiações capitalistas, residindo aí uma de suas contradições. As considerações e críticas desenvolvidas pela vertente do socialismo científico se embasam nas reflexões de Marx (2011), Engels (1877), Rosa Luxemburgo (1990), Kautsky (1968), Lenin (1961), através dos quais analisamos as possibilidades e limitações do cooperativismo, no contexto do sistema capitalista de produção.

A cooperação pelo crédito no Semiárido Baiano

No contexto da região semiárida da Bahia, a cooperação tem sido uma das soluções encontradas por parte das famílias do campo, para resolver o problema do acesso ao crédito. Através da organização de cooperativas de crédito rural solidário, agricultores/camponeses, homens e mulheres da roça, excluídos pelos serviços dos bancos oficiais, encontram na cooperação e solidariedade financeira um instrumento fundamental para o enfrentamento da pobreza e exclusão no campo. A criação da primeira cooperativa de crédito do estado da Bahia foi no ano de 1994, no município de Valente (Sistema de Cooperativas de Crédito - SICOOB Coopere), a qual teve origem no crescimento de um fundo de crédito rotativo, criado pelos agricultores, através do programa chamado “poupança APAEB⁴” (MAGALHÃES, 2005). Na sequência, outras cooperativas de crédito nasceram dando suporte às centenas de famílias camponesas, antes excluídas pelo sistema financeiro convencional⁵.

De modo geral, as cooperativas de crédito rural do estado da Bahia nasceram vinculadas ao sistema tradicional/capitalista, representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sendo que algumas delas estão filiadas ao sistema SICOOB de cooperativas. Anos depois, buscou-se construir outro sistema a partir dos

⁴ Na “Poupança APAEB” os pequenos agricultores depositavam pequenas quantias numa conta bancária única, administrada pela entidade, em um banco estatal. Esse investimento servia como capital de giro para beneficiar as atividades de interesse comum dos agricultores. (SILVEIRA, WANDERLEY; CUNHA, 2005).

⁵ O processo de exclusão bancária da população brasileira segue ainda sendo bastante elevado. Em 2015 apenas 60% da população adulta, economicamente ativa, possuía conta bancária (MANDL, 2015). No meio rural, devido à exclusão histórica dos pequenos agricultores ao crédito esse percentual é menor ainda.

princípios da vertente solidária, crítica ao sistema OCB⁶. Parte dessas cooperativas decidiu aderir ao nascente movimento cooperativista solidário, participando, deste modo, da criação do sistema ASCOOB, este que é fruto do processo de evolução e amadurecimento da ASCOOB Associação, entidade criada em 1999, no Estado da Bahia, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar através das ações do cooperativismo de crédito rural.

Oficializado em 12 de abril de 2008, o sistema ASCOOB CENTRAL⁷, coordenado por uma entidade sediada em Feira de Santana-BA, é capitaneado por uma cooperativa de segundo grau, com forma e natureza jurídica próprias, constituída para prestar assistência às suas cooperativas filiadas conforme Lei 5.764/1971. Conforme Bittencourt (2000, p.74) as Cooperativas centrais, ou cooperativas de segundo grau, atuam como prestadoras de serviços à suas filiadas, assumindo “caráter diretivo, normativo, fiscalizador e de desenvolvimento de seus sistemas cooperativos”. Parte de suas funções são definidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN. No plano nacional, a ASCOOB CENTRAL tinha como principal apoiador o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA⁸. O sistema central faz parte da União Nacional das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar Solidária (UNICAFES), e da Confederação Cresol, entidades voltadas ao fortalecimento do cooperativismo de crédito solidário e da agricultura familiar.

A Confederação Cresol representa as cooperativas vinculadas ao movimento da agricultura familiar e economia com interação solidária. Até meados de 2016 chamava-se Confesol (Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária). A história desse movimento iniciou-se no final da década de 80, quando pequenos agricultores e assentados da reforma agrária nas regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná e em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com dificuldades para acessar crédito de custeio e de investimentos, estruturaram o Fundo de Crédito Rotativo, financiado pela Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha (Misereor) e administrado por entidades e movimentos pastorais, sindicais, não-governamentais, associativas e sem-terras (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016).

⁶ Entidade criada nos anos da ditadura civil-militar e que a partir do ano de 1971 até a constituição de 1988 foi a entidade máxima do cooperativismo brasileiro, por determinação legal (Lei 5764/71).

⁷ Primeira Cooperativa Central de Crédito do Brasil criada dentro das novas normas para a profissionalização do setor, estabelecidas na Resolução 3106/2003, “considerada, ainda, a primeira do Nordeste direcionada à agricultura familiar e à economia solidária” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008).

⁸ O MDA era um ministério autônomo até a entrada do governo Temer, que assume o poder após o impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016. Com a entrada de Temer o MDA foi extinto, gerando sérias perdas à agricultura familiar/camponesa. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso: 26 jun. 2016.

Fazem parte da Confederação Cresol as seguintes centrais e respectivas cooperativas singulares: Cresol Baser, com sede no Paraná; Cresol Central⁹, com sede em Santa Catarina; Cresol Central Sicooper, sediada no Rio Grande do Sul; Crehnor, com sede no Rio Grande do Sul; e Ascoob Central, com sede na Bahia. Os serviços prestados por essas cooperativas se localizam, em grande parte, em municípios com menos de 50 mil habitantes (PORTAL DO COOPRATIVISMO FINANCEIRO, 2016).

Organograma de Integração do sistema cooperativista de crédito solidário no Brasil



Fonte: Sistema ASCOOB (2016).
Adaptado pela autora.

Atualmente, o sistema ASCOOB atua em dezesseis territórios rurais do Estado da Bahia, Sergipe e Alagoas, com doze (12) cooperativas (09 filiadas e 03 conveniadas) e com pontos de atendimento em 35 municípios, atendendo cerca de 52.275 mil cooperados, com ativos totais superiores a R\$ 77 milhões, sendo que 37.250 sócios (80,32% do total) são atendidos pelas cooperativas do Território Sisal. Nesse território a ASCOOB está presente em dezesseis (16) municípios, atuando através das cooperativas singulares ASCOOB Sisal, com sede em Serrinha-BA; ASCOOB COOPERAR, com sede em Araci-BA e ASCOOB Itapicuru, sediada no município de Santaluz-BA¹⁰.

Na opinião de Bittencourt (2001), as experiências desenvolvidas pelas cooperativas de crédito rural solidário têm sido extremamente importantes para as camadas populares, no sentido de qualificar as discussões acerca da democratização do acesso a recursos financeiros oficiais e ao Sistema Financeiro Nacional. Nesse contexto, segundo destaca

⁹ O sistema Crehnor Central foi incorporado ao Sistema Cresol no ano de 2016. Entretanto, algumas de suas cooperativas mantiveram-se independentes do novo sistema.

¹⁰ Informações colhidas e sistematizadas pela autora através de comunicação feita junto a técnicos e diretores do Sistema ASCOOB Central, ao final do segundo semestre de 2015.

Búrigo (2006), as cooperativas de crédito rural (Credis), alternativas criadas em Santa Catarina e as cooperativas de crédito de integração solidária do Sistema Cresol, nascidas no sudoeste do Paraná, juntamente com as cooperativas ligadas à ASCOOB, fundadas no interior baiano, marcam os primórdios do cooperativismo de crédito solidário no Brasil ao longo da década de 1990.

A ASCOOB tem como missão “fortalecer a economia familiar solidária, por meio do cooperativismo de crédito, fomentando os processos de desenvolvimento local integrado, sustentável e solidário do estado da Bahia”¹¹. A atuação do Sistema se dá através de quatro áreas estratégicas: Gestão, Educação Cooperativista, Assistência Técnica Rural (ATER) e Microcrédito, sendo que suas atividades se subdividem conforme as competências de cada instância.

Em conformidade com o Estatuto Social do Sistema Central, cap. II, Art. 2º,

A ASCOOB CENTRAL tem por objetivo executar serviços administrativos, financeiros, econômicos, creditícios e educativos em benefício de suas Cooperativas Associadas, e a integração financeira do cooperativismo de crédito do estado da Bahia, Brasil, com o propósito de cumprir sua missão no fortalecimento das práticas de agricultura familiar, economia solidária e do desenvolvimento sustentável.

Em sua dinâmica de trabalho, a proposta da educação cooperativista é a de desenvolver ações de forma integrada, articulada, com os demais setores do Sistema, como é o caso das áreas de microfinanças e de ATER.

A Educação no âmbito do cooperativismo

Os princípios e a filosofia cooperativista, dentro de uma perspectiva ideológica, demandam a formação de seres humanos capazes de compreender e praticar seus preceitos de vida em união, de trabalho conjunto; a agir de forma coletiva em prol de um objetivo comum. Daí que surge a necessidade de difusão da educação cooperativista.

O princípio do empenho na educação cooperativa é também uma herança owenista. Ela deriva da ideia de que os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles. Para Owen, os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada. Portanto, para que o cooperativismo seja atendido e apoiado em seus propósitos, é necessário que não só os cooperados, mas o público em geral seja educado em seus princípios ou, mais amplamente, em sua visão de mundo. (SINGER, 2002, p. 42).

¹¹ Institucional - Quem somos. Disponível: <<http://www.sistemaascoob.com.br/quem-somos.php>>. Acesso em: 17 out. 2014.

Nesta perspectiva, o ensino da doutrina cooperativa é defendido como indispensável à viabilidade das organizações cooperativadas. Tais princípios estão fundamentados na ideia da adesão Voluntária, Consciente e do Livre Acesso, (1º Princípio); Gestão e Controle Democrático por parte dos Sócios (2º Princípio); Participação Econômica dos Sócios (3º Princípio); Autonomia e Independência (4º Princípio); Educação, Treinamento e Informação Cooperativa (5º Princípio); Cooperação Intercooperativa e a Integração Cooperativa (6º Princípio); Preocupação com a Comunidade (7º Princípio) (SCHNEIDER, 2012).

No 5º princípio cooperativista, defende-se que as cooperativas devem promover educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, de modo que os mesmos possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de sua instituição. Para Schneider (2003), no contexto de concorrência e individualismo motivados pela sociedade capitalista, educar para a cooperação é uma tarefa desafiadora.

A educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas elas são questão de sobrevivência. Sem essas atividades, as cooperativas são desvirtuadas ou até absorvidas pelo sistema socioeconômico e pelo processo social dominante que é a concorrência e o conflito. (SCHNEIDER, 2003, p. 13).

Por meio das práticas educativas, acredita-se possível modificar atitudes comportamentais do sujeito da cooperação, de maneira a favorecer a transformação do “perfil do associado desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo, individualista, competitivo, para um perfil de associado informado, solidário, motivado e participativo” (SCHNEIDER, 2003, p.14).

Mesmo o Banco Central, entidade mor estatal, de gerenciamento capitalista do sistema financeiro, defende uma educação cooperativista, ainda que domesticada. Em seu projeto de Governança cooperativa, voltado ao estímulo das boas práticas de governança nas cooperativas de crédito, o Banco Central do Brasil (BCB) (2009, p. 109) defende que “a educação cooperativista é fundamental para desenvolver a cooperativa de crédito”, uma vez que diferente de uma instituição financeira tradicional, onde o usuário tem uma relação simplesmente de cliente. Já na cooperativa, o associado é proprietário e usuário. Ao defender a educação cooperativista, o Banco Central do Brasil, órgão responsável pela fiscalização e controle das cooperativas de crédito, também manifesta uma preocupação com a formação dos futuros administradores e conselheiros fiscais, responsáveis por dar continuidade às ações da instituição e zelar pelo seu bom desempenho. Aqui, convém ressaltar que, na condição de órgão regulador do sistema financeiro, a perspectiva de educação do BCB traz consigo a preocupação pelo desenvolvimento de uma educação

cooperativa, voltada para o fortalecimento da governança corporativa, não tendo, deste modo, o mesmo sentido da educação defendida pelos setores populares da sociedade.

Sobre a importância da educação nas cooperativas, Arizmendiarieta (1999, p. 96) impulsor das cooperativas de Mondragón (País Basco) argumenta:

Hay que vigilar no menos que la ejecución de los planes financieros la aplicación de los medios de promoción para que el potencial humano esté aplicado en las mejores condiciones. La educación y la formación son mucho más rentables que los saldos de anticipos y retornos. (ARIZMENDIARRIETA, 1999, p. 96).

Dessa forma, ressalta-se que o espírito cooperativo, solidário, não nasce espontaneamente nos indivíduos. Trata-se do resultado de um processo de formação da consciência. (SINGER, 1998). Pois, o fato de ser cooperativo não basta para que se consolide o cooperativismo. Como sustenta Marx (2011), o capitalismo também se baseia na cooperação, ainda que realizada de forma constrangida, sob o controle do capitalista e orientada à maximização do lucro.

Análise das práticas educativas das cooperativas singulares do sistema ASCOOB no Território do Sisal

O trabalho de Educação Cooperativista no Sistema ASCOOB inicia-se a partir do ano 2000, assessorado pelo Educador Popular Antônio Reis Oliveira de Jesus, o qual ficaria à frente do Departamento de Educação Cooperativista – DECOOP. Ao longo desse período, as Cooperativas de Crédito filiadas à ASCOOB passaram por um significativo processo de mobilização e de trabalho conjunto, cujo esforço resultou em uma estrutura organizacional relevante à ação político- pedagógica da educação cooperativista.

O DECOOP nasceu diante da necessidade de suprir a lacuna existente no âmbito da educação e da formação comum às Cooperativas filiadas à ASCOOB, uma vez que, apesar da existência de atividades realizadas nos seus primórdios, nas Singulares, como reuniões de base e palestras, o trabalho tinha um caráter localizado e descontínuo, não havendo um plano de ação sistêmico, estruturado, de educação cooperativista. Diante dessa constatação, decide-se pela criação de um setor específico de Educação, visto como estratégico, visando assim a efetivação de uma prática de trabalho mais sistêmico, sistemático e organizacional. Daí nasceu a Educação Popular Cooperativista da ASCOOB, trazendo como lema “Construindo um outro Cooperativismo”.

Ressalta-se que o contexto histórico vivido à época estava fortemente marcado pelas diversas experiências de luta, vivenciadas pelas organizações sociais e movimentos populares, por inclusão e justiça social, em diversas partes do Nordeste, fato que influenciou profundamente a prática das organizações cooperativistas da ASCOOB. Um exemplo disso foi a criação do Núcleo de Educação Popular do Sertão da Bahia –NEPSBA, considerado um importante espaço de participação social e de articulação de educadores e educadoras, comprometidos com as lutas dos movimentos sociais populares dos municípios sisaleiros (FARIA, 2014). O referido Núcleo também formava parte do trabalho desenvolvido pelos educadores da Rede de Educadores Populares do Nordeste e contava com apoio da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP).

Nesse contexto, tem-se a polarização de um debate que se estabelece basicamente entre dois paradigmas distintos, que, conforme Felício (2011, p. 6), decorre das “construções teóricas metodológicas que procuram interpretar a realidade através de duas visões de mundo, sendo que uma tem a perspectiva de superação do sistema capitalista, enquanto que a outra defende a sua manutenção”. Segundo Fernandes (2004) e Felício (2011), a questão do desenvolvimento agrário tem sido discutida, fundamentalmente, a partir de dois paradigmas: o paradigma da Questão Agrária e o do Capitalismo Agrário. Para o primeiro paradigma, a agricultura camponesa, caracterizada pela resistência e luta pela terra promove conflitos e desenvolvimento, assim como a agricultura capitalista do agronegócio, situada no campo do Capitalismo Agrário, “se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento” (FERNANDES, 2004, p. 6). Tais perspectivas estão explicitadas nas concepções teóricas, no debate paradigmático dos pesquisadores/intelectuais acadêmicos, mas que são determinantes nas tomadas de decisões políticas dos governos, no que diz respeito a posturas e posicionamentos em favor ou em contra a determinados grupos e interesses (FERNANDES, 2004).

No campo educacional, o paradigma do capitalismo agrário defende a educação como instrumento a serviço do capital, voltada à modernização capitalista da agricultura. Entretanto, de acordo com Leber e Motta (2012, p. 582), “o objetivo político dos setores dominantes ao buscarem submeter a educação à sua estratégia política vem sendo combatido principalmente por movimentos sociais”. Compreende-se que a defesa da educação desde outro projeto de desenvolvimento e de civilização é parte fundamental de um processo de territorialização contra-hegemônica e que se faz necessária ao enfrentamento da ofensiva capitalista.

Logo, no âmbito do debate paradigmático, a concepção dos Movimentos Sociais contrapõe a concepção hegemônica que concebe o campo como lugar atrasado, desertificado, lugar exclusivo apenas para negócio (*agribusiness*), ou seja, como produtor de

mercadorias para atender aos ditames do mercado (Araujo, 2007). Nesse contexto, insere-se o debate da educação do campo, como proposta educativa para os povos que habitam o território camponês, numa perspectiva de formação vinculada a um projeto histórico que busca a superação da sociedade de classes, a partir da transformação social. Logo, educação e desenvolvimento são indissociáveis.

Com base nesses pressupostos, as políticas de ação das cooperativas são, também, indutoras dos processos de desenvolvimento e, por sua vez, cumprem o papel de estimular ou conter determinados paradigmas. Nesse sentido, ao analisarmos o papel das cooperativas de crédito solidário, na promoção do desenvolvimento rural, não se pode deixar de problematizar a “noção de desenvolvimento, ampliando seu escopo como categoria analítica” (FREITAS; FREITAS, 2011, p.181). Assim, o crédito deve ser concebido como um meio “e não apenas como um fim”, para as organizações cooperativistas.

Em sua proposta de Educação, a ASCOOB defendia uma Educação a partir dos que nunca foram ouvidos, dos excluídos, uma educação que nasce e brota das lutas do povo¹². Com efeito, o DECOOP adotou como orientação um discurso e perspectiva metodológica baseados nos princípios da pedagogia do educador Paulo Freire, a partir da qual se buscou animar todo um processo de trabalho de base. A concretização da proposta político-pedagógica do setor de Educação Cooperativista da ASCOOB acontece a partir da política de criação dos Departamentos de Educação Cooperativista – DECS, dos Núcleos de Educação Cooperativistas - NUDECs e dos Núcleos Cooperativistas de Base – NUCOOBs. Por meio dessas instâncias organizativas, a política de educação cooperativista passou a ser estabelecida em cada Cooperativa filiada ao sistema ASCOOB. Para uma maior clareza dessa forma de organicidade, trataremos de conceituar cada instancia político-organizativa mencionada, suas respectivas competências, atribuições e papéis, a saber:

- DECOOP - Organismo vinculado diretamente à Diretoria Executiva da ASCOOB, responsável pela animação, motivação e coordenação dos trabalhos de EDUCOOP. Suas atribuições compreendiam a prestação de serviço de assessoria político - pedagógica aos DECS, NUDECs, NUCOOBs e à Rede de Educadores Cooperativista da ASCOOB - REDECOOP.
- DECS - Espaço criado nas Cooperativas Singulares, com o fim de viabilizar, a política de educação cooperativista da ASCOOB. Seu trabalho consistia em implementar processos pedagógico-metodológicos e educativos: cursos de cooperativismo,

¹² DECOOP/ASCOOB. Escritos EDUCOOP 02/06, elaborado pelo Educador Antônio Reis Oliveira de Jesus e dirigido aos educadores populares do Sistema ASCOOB (não datado). Fonte: Arquivos da ASCOOB Sisal, 2015.

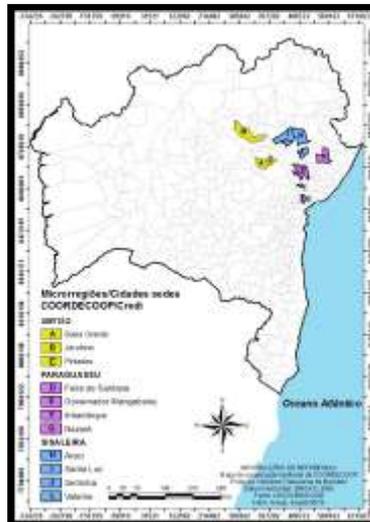
jornadas cooperativistas de base, programas de formação/educação de novos quadros de dirigentes, técnicos e lideranças sociais cooperativistas, bem como a promoção de debates e discussões com parceiros estratégicos. Tudo isso na perspectiva da inclusão socioeconômica das populações marginalizadas do Sistema Financeiro Nacional e da disseminação dos valores do cooperativismo solidário. A responsabilidade do DEC estava atribuída à figura do educador popular cooperativista (em geral um profissional da área de educação) e do Diretor de Educação da Cooperativa, normalmente escolhido entre um dos Conselheiros de Administração da respectiva Singular ou entre um de seus Diretores Executivos. As equipes dos DECs eram compostas ainda por técnicos em agropecuária e agentes de microfinanças, estes que atuavam de forma articulada e transversal, junto ao Departamento.

- NUDECs – Instâncias educativas–organizativas pensadas para aglutinar organizações, movimentos e instituições parceiras estratégicas das Cooperativas, nos municípios, objetivando, assim, uma maior aproximação destas com as organizações locais/regionais. Aos NUDECs cabe a missão de contribuir na disseminação da cultura da cooperação e da solidariedade, tendo em vista a perspectiva do desenvolvimento local/territorial. Nos núcleos reuniam-se representantes de grupos de mulheres trabalhadoras rurais, coletivos e pastoral da juventude rural, Centrais de Associações, Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, cooperativas de produção, representantes do comércio local, dentre outros, onde se discutia demandas, ações e atividades estratégicas, voltadas aos interesses sociais e econômicos dos trabalhadores.
- NUCOOBs – Instâncias educativas/organizativas voltadas à educação e a formação cooperativista da base social das Cooperativas. Os núcleos de base eram criados, em sua grande maioria, nas comunidades rurais, através do apoio das associações comunitárias ou grupo de produção solidária. As atividades de base (reuniões, cursos, encontros, oficinas), objetivavam a disseminação do cooperativismo de crédito rural solidária, bem como promover a participação e controle social dos sócios cooperados. Portanto, o papel do NUCOOB consiste sobretudo, em favorecer a construção do conhecimento relacionado à organização e funcionamento das cooperativas, de acordo com os princípios e doutrina cooperativista, bem como discutir as reais demandas e necessidades socioeconômicas dos agricultores familiares e de suas comunidades. Os núcleos de base configuram-se, portanto, como espaços de incentivo à participação de homens, mulheres e jovens, na vida da cooperativa e nos processos de fortalecimento da organização comunitária,

enquanto força motriz, para o desenvolvimento local/territorial e a transformação social.

Para consolidar a política de educação popular cooperativista no Sistema ASCOOP, foi necessário trabalhar a organização de uma rede de educadores populares cooperativistas das diversas cooperativas filiadas ao Sistema. Esses educadores também faziam parte de uma Coordenação Colegiada Cooperativista - COORDECOOP, instância de gestão da EDUCOOP. Dessa forma, as equipes se organizavam de acordo com a dinâmica de organização territorial de cada microrregião de atuação do Sistema a saber: Sisaleira, compreendendo as CREDIS de Serrinha, Araci, Valente e Itapicuru; Paraguassu, com as CREDIS Paraguassu, Nazaré, Feira de Santana e Credit/Inhambupe; e Sertão com as CREDIS Sertão/Pintadas, Baixa Grande e Credimonte/Jacobina. A composição de cada COORDECOOP compreendia a participação dos educadores e do diretor - responsável pela EDUCOOP de cada CREDI, com assento/ assessoria do educador - assessor do DECOOP / ASCOOP.

Mapa 2 – Microrregiões de atuação da COORDECOOP



Fonte: IBGE (2015). Adaptado por Ângelo Moura

A organização através da rede de educadores populares cooperativistas, conformava uma instância estratégica, no sentido de tornar viável a construção de práticas devidamente planejadas e orientadas à luz de referenciais teóricos- metodológicos comuns, necessários ao cumprimento da missão assumida pelo sistema. Para isso, eram utilizados

diversos instrumentos de planejamento, sob o enfoque do Marco Lógico¹³, como análise SWOT¹⁴; Matriz de Marco lógico da EDUCOOP e Planejamentos Estratégicos.

A execução das atividades educativas da ASCOOB normalmente contava com a disponibilização de recursos oriundos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES. Conforme estabelece a Lei 5764/71, Art. 28, II, pelo menos 5% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício anual das cooperativas devem estar destinados à realização de atividades de educação/formação de seu quadro social, colaboradores/técnicos, dentre outras ações de âmbito político-pedagógico, definidas pela instituição. Outra forma de apoio às ações de educação do Sistema consistia na execução de convênios destinados à realização de cursos de cooperativismo, através do MDA, além de contar com o apoio e parceria do Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social –Disop Brasil.

Dentre as diversas atividades planejadas e executadas por meio do DECOOP ASCOOB, além dos cursos de cooperativismo e da nucleação da base social pelos NUCOOBs, destacam-se ainda as Jornadas Cooperativistas de Base e os programas de Formação de Novos Quadros Dirigentes Cooperativistas – FORMACOOBs.

Sobre as jornadas cooperativistas, estas tinham como objetivo principal consolidar o cooperativismo de crédito solidário e da agricultura familiar nas regiões e municípios de atuação das CREDIs. As jornadas ou missões cooperativistas (prática também inspirada na atuação da igreja popular) cumpriam a função de animar o cooperativismo de crédito junto às bases, na articulação dos trabalhadores organizados em associações, sindicatos, grupos de produção, dando visibilidade aos produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas aos agricultores e pequenos empreendedores. Para isso eram utilizados os mais diversos recursos: reuniões comunitárias com associações, organizações religiosas e sociais locais; entrevistas em rádios locais; Panfletagem em feiras livres; Seminários de apresentação do PRONAF; Visitas a empreendimentos comerciais populares, dentre outros. Os FORMACOOBs, por sua vez, consistem em espaços educativos voltados à formação de novas lideranças sociais cooperativista – atividade que, na atualidade, segue sendo realizada apenas pela ASCOOB Sisal. Para isso a Cooperativa conta com o apoio e parceria da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, bem como das organizações sociais locais.

¹³ O *Marco Lógico* (também conhecido como *Logical Framework*, *LogFrame*, *MPP* - é um método desenvolvido pela USAID para elaboração, descrição, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Disponível: <http://www2.ufba.br/~paulopen/logtex.html>. Acesso em: 13 de dez de 2016.

¹⁴ O método SWOT, do termo inglês, consiste numa análise a partir dos critérios, forças, fraquezas, ameaças e oportunidades relacionadas à empresa. Disponível: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIIseminario/administracao/artigo23.pdf>. Acesso: 13 de dez de 2016.

Parceria Ascoob e Sebrae: O desmonte capitalista do modelo Ascoobiano de Educação Cooperativista

A partir do ano 2008, o processo da EDUCOOP ASCOOB começa a apresentar sinais de esgotamento, a partir da redução de recursos destinados às atividades de base e crescente apelo à ampliação das vendas de produtos e serviços, por parte dos quadros diretivos. Esse contexto, que coincide com o da criação do Sistema Central, desencadeia a necessidade de se provocar um grande debate sobre que cooperativismo e que educação se quer, e de que se necessita para o sistema, tendo em vista os novos desafios apresentados pela atual sociedade, fortemente marcada pela revolução da informação e do conhecimento.

Por outro lado, o novo cenário econômico do país, de crescimento da oferta de crédito, por parte de outras instituições (bancos estatais e privados, financeiras e outros sistemas cooperativos concorrentes), representa um elemento desafiador às cooperativas ASCOOB. Tal fato faz as cooperativas focarem o discurso e prática na questão do aumento da competitividade e na chamada sustentabilidade financeira, como forma de garantir sobrevivência dentro do mercado de crédito. Nesse sentido, chama atenção a emergência da preocupação no Sistema com o que se denomina de reordenamento do foco negocial e da estrutura financeiro-mercadológica das CREDIS, sendo apontados como sinalizadores dessa necessidade de reordenamento: 1- a inovação de produtos e serviços que auxiliem as CREDIS a se consolidarem nos mercados locais / territoriais, em função de novos nichos; 2- melhoria dos produtos e serviços existentes para reaquecimento da capacidade negocial e aumento dos resultados financeiros¹⁵.

De acordo com essa abordagem, percebe-se que a perspectiva da educação, idealizada anteriormente pela ASCOOB, é colocada no centro de uma crise estabelecida entre o ideal de uma ação política-organizada, como instrumento em favor do desenvolvimento socioeconômico dos trabalhadores, numa perspectiva de transformação social, e o fazer imediato focado, sobretudo, nos resultados financeiros.

No ano de 2010, as ações da EDUCOOP ASCOOB passam a sofrer uma série de limitações de ordem político-estrutural, culminando, deste modo, com o enfraquecimento do DECOOP, e recomposição da equipe de assessoria de educação do Sistema. Daí em diante, a educação cooperativista na ASCOOB ficaria por um tempo sob a responsabilidade

¹⁵ DECOOP/ASCOOB. Escritos EDUCOOP 02/06, elaborado pelo Educador Antônio Reis Oliveira de Jesus e dirigido aos educadores populares do Sistema ASCOOB (não datado). Fonte: Arquivos da ASCOOB Sisal, 2015.

de cada CREDI¹⁶. Constatase que, entre 2010 e 2015, o Sistema manteve, de modo geral, algumas linhas de ação já existentes, porém com outro enfoque e formato, dando-se maior ênfase ao trabalho de educação para o empreendedorismo e educação financeira. Nesse contexto, a celebração de parcerias entre as CREDIS e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Bahia - SEBRAE passa a ser um elemento chave, dentro da dinâmica dos DECs. Como parte dessa iniciativa, as CREDIS incorporam à sua política de educação um novo enfoque metodológico, respaldado, nesse sentido, pelas experiências do SEBRAE, este que se configura a partir daí como um dos seus principais parceiros estratégicos¹⁷.

Constatase que a relação de parceria como o SEBRAE, envolvendo as organizações das cooperativas de crédito da Economia Solidária, é uma relação que se dá no âmbito da política nacional de profissionalização da gestão das cooperativas. Além das cooperativas do Sistema ASCOOB, se inserem nessa conjuntura todos os outros sistemas integrantes da Confesol: Crehnor, Central Cresol Baser, Cresol Central, Cresol Central Sicooper.¹⁸ Assim, ao longo deste trabalho de pesquisa, observouse que a conjuntura atual da educação cooperativista ascoobiana aponta para uma educação fortemente caracterizada pela lógica da educação financeira, proposta pelo Banco Central e pela visão do SEBRAE, a qual traz consigo a lógica capitalista da educação empreendedora. A esse respeito, serve como exemplo a disseminação de cursos e oficinas sobre os temas gestão empresarial, empreendedorismo rural, estratégias de vendas, marketing, controle de estoque, caixa, e qualidade de produtos, entre outros, cada vez mais comuns junto às bases das cooperativas de crédito.

Com base no ponto de vista de Corrêa (2010) acerca do modelo SEBRAE, é salutar que as organizações da economia solidária reflitam sobre as concepções teóricas implicadas nas políticas que atualmente são direcionadas ao microempreendedorismo no Brasil, a fim de que se possa entender, de fato, até que ponto tais políticas atentam para as reais necessidades dos sujeitos que fazem o empreendedorismo, tanto no âmbito individual como no associativo.

¹⁶ Com exceção da ASCOOB Sisal, o Setor de Educação das cooperativas passa por sérios problemas, quando não tem sido extinto, como é o caso da ASCOOB Cooperar. No entanto, atualmente se avalia como desfavorável essa decisão, uma vez que a Cooperativa não conseguiu avançar com a nova dinâmica.

¹⁷ A relação entre SEBRAE e ASCOOB ganha ênfase no ano de 2011, quando representantes da ASCOOB Central e representantes da Unidade de Acesso a Crédito do SEBRAE firmam parceria para execução do Projeto "Fomento às Boas Práticas em Cooperativas de Crédito.

¹⁸ Parceiros desde 2008, SEBRAE e Confesol firmaram parceria através de convenio (...). Disponível <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/Parceria-Sebrae-e-Confesol-vai-beneficiar-pequenos-neg%C3%B3cios>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

Compreende-se que as concepções do empreendedorismo SEBRAE apontam na direção da reprodução de práticas e posturas que, ao contrário de favorecer a construção da consciência crítica, a capacidade de questionamento e transformação social das realidades injustas, promovem a ideologia da manutenção da ordem capitalista. Tudo isso muito bem respaldado no discurso da busca de oportunidades de negócio, do aumento da lucratividade, da eficiência empresarial. No entanto, sendo sutilmente disseminadas e reproduzidas práticas favoráveis à manutenção de relações de dominação e de controle, muito bem exercidos pelo mercado capitalista. Também via disseminação de valores individualistas (embutido na ideologia do empreendedorismo) e estabelecimento de padrões referenciais capitalistas para a gestão das cooperativas.

Nesse sentido, com base em Villas Bôas (2012), constata-se que o cooperativismo de crédito solidário, no Território do Sisal, avançou, mas dentro do limite das contradições do Estado, estabelecido pela modernização conservadora, ou “revolução passiva”, vivida pelo país, após a eleição do governo Lula. Nesse contexto, as organizações cooperativistas do Sistema ASCOOB, ao deixarem de atuar no campo da educação popular, incorreram no erro de dissociar a dimensão da cultura e da formação, das dimensões política e econômica, adotando, assim, “os modelos de cultura administrados pela hegemonia” (VILLAS BÔAS 2012, p.155).

Considerações finais

De acordo com nossas observações, afirma-se que as lutas e conquistas das décadas de 80, 90, de direitos sociais universais para os trabalhadores, para as populações excluídas, marginalizadas do campo e da cidade, dentro do movimento cooperativista de crédito, no Território Sisal, deram lugar à naturalização do discurso da inclusão econômico-financeira. Tal fenômeno se disseminou a partir de um processo longo de despolitização das lutas sociais e da ação dos governos populares junto ao Estado Brasileiro. Os agrupamentos populares e de esquerda, teriam em certa medida, caído num conto de sereia, que anunciava omeletes sem quebras de ovos, processos de transformação social profunda via Estado capitalista, sem traumas, sem lutas, sem confrontos.

A apropriação da proposta de educação do SEBRAE, por parte das cooperativas de crédito da economia solidária, traz sérias implicações ao projeto das cooperativas, enquanto instrumento de luta e organização dos trabalhadores, sendo uma delas a desarticulação da proposta da educação popular, enquanto proposta de educação crítica libertadora/transformadora. O discurso da educação financeira e para o empreendedorismo,

bem como da sustentabilidade econômica das cooperativas, traz elementos contundentes da desarticulação dos processos de educação numa perspectiva popular, já em curso, o que reduziria a educação a ação de marketing, uma adestramento para a venda de produtos e serviços, e não mais como educação popular, capaz de promover as condições necessárias à formação de sujeitos críticos e participativos, que interfiram na realidade, conforme propõe o método de educação popular de Paulo Freire.

O próprio fato de tal processo ter se dado sem traumas e lutas aparentes dentro do Sistema Ascoob, encontra uma justificativa, ao menos parcial, por um pano de fundo nacional de despolitização das ações do governo, de desmobilização das lutas sociais e sindicais, da opção pela conciliação de classes como estratégia global de ação dos governos democrático-populares do período. Tal ideologia disseminou-se ao longo de toda a cadeia de movimentos e organizações do campo popular, desarmando-as para o enfrentamento ideológico interno, inicialmente, e no conjunto da sociedade (processo de golpe institucional) posteriormente. Entretanto a explicação principal recai em fenômenos internos, no crescimento de uma tecnoestrutura moldada ideologicamente nos valores e parâmetros de avaliação de eficiência dominantes no sistema financeiro, portanto parâmetros capitalistas de eficiência. Essa ideologia é fortalecida devido à necessidade objetiva de que as cooperativas apresentem resultados positivos, que entreguem sobras ao final do exercício, que cresçam para sobreviver.

A estrutura organizacional e a concepção por detrás da proposta educacional do Sistema Ascoob, no período inicial, pode tranquilamente ser caracterizada como uma das mais avançadas do país (senão a mais avançada), desde uma perspectiva do cooperativismo popular. Entretanto, o desfecho do processo certamente trouxe à tona profundas contradições entre uma visão militante do cooperativismo, voltada à organização de base, à promoção da formação politizadora e da autogestão cooperativa, e a perspectiva de acomodação do sistema ASCOOB ao sistema financeiro capitalista nacional, com suas perspectivas tentadoras mas ilusórias, em um período histórico de domínio do capital financeiro sobre o conjunto da sociedade. Portanto, talvez o principal equívoco da proposta de educação popular do Sistema Ascoob em seu formato original tenha sido o de não ter sido capaz de efetuar a leitura adequada das condições concretas em que se estava dando o enfrentamento entre as visões popular e capitalista de cooperativismo dentro do próprio sistema. Ou de a ter feito, mas não ter conseguido criar as condições organizativas e políticas de enfrentamento dessa concepção nos espaços de poder dentro do sistema

Conforme Meszáros (2008), uma educação que se oriente para além da perspectiva do capitalismo é um requisito essencial para os produtores livres e associados, a fim de que estes possam exercer o controle consciente da reprodução metabólica social. Nessa

perspectiva, a educação tem como função transformar os trabalhadores em agentes políticos ativos, que usam a palavra como ferramenta para transformar a sua realidade. Logo, fazer avaliação das práticas e dos processos de formação/educação dos trabalhadores é imprescindível, pois, quando a educação deixa de ser crítica, problematizadora, ela pode ser utilizada para favorecer a utilização da realidade não para modificá-la, mas para ser utilizada em proveito do capital.

Referências

ACADEMIA DE CIENCIAS DA URSS (1961). **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

ARAÚJO, M. N. R. de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador.

ARIZMENDIARRIETA, J. M. **Pensamientos**. [S.l.]: Gráficas Lizarra; Navarra, 1999.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2009.

BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de Crédito Solidário**. Constituição e Funcionamento. Brasília, DF: NEAD, 2001.

_____. **Cooperativismo de crédito solidário: constituição e funcionamento**. São Paulo: ADS/CUT, 2000.

BÚRIGO, L F. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de Crédito rural solidário no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

CORRÊA. A. da S. Análise do modelo SEBRAE à luz das contribuições da Economia Solidária. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, RS, v. 23, set.-dez. 2010.

CHRISTOFFOLI, P. I. Cooperação Agrícola. In: CALDART, R.S et al. (Orgs). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

_____. Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST. In: RI, N. M. D. (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideú, São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideú: Editorial PROCOAS, 2010.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Edição eletrônica, 1877. Disponível: <file:///C:/Users/LuisArthur007/Desktop/DISSERTAÇÃO%202015/Leituras/socialismoutopico%20-%20.pdf>. Acesso: 27/02/2015.

FARIA, E. M. da S. de. **A luta social ensina: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros - assentamento Nova Palmares - Conceição do Coité – Bahia.** 2014. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Salvador-BA, 2014.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de. As cooperativas de crédito rural solidárias como indutoras do desenvolvimento local. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 1, p. 160-187, 2011.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET; M.A; SPÓSITO, E.S. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** 2004. Disponível: <<http://mstemdados.org/sites/default/files/FERNANDES%202004%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf>>. Acesso: 18 mai. 2015.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

GOHN, M da G. **Movimentos sociais e educação.** 8. ed, São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Educação Popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma.** ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.4, n.1, p.53-77, dez. 2002. Disponível: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1802/1644>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

JORNAL DO MST. **Economia solidária se aproxima das origens do socialismo, diz Paul Singer.** 2015. Disponível: <<http://www.mst.org.br/2015/01/12/economia-solidaria-se-aproxima-das-origens-do-socialismo-diz-paul-singer.html>> . Acesso em: 20 mai.2015.

LEBER, R.; MOTTA, V. Políticas Educacionais Neoliberais e Educação do Campo. In: CALDART, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução.** 1900. Disponível: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/rosa_luxemburgo.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo: Gráfica Editora Laemmert. S.A, 1968.

MARX, K. **O Capita: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (v.1)

MAGALHÃES, R. S. **Economia, Natureza e Cultura**: uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia. São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado (Ciência Ambiental), Universidade de São Paulo – USP.

MDA. **Território da Cidadania do Sisal – Bahia. Portal da Cidadania**. Disponível: <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/dosisalba/onecommunity?page_num=0>. Acesso em: 10 fev. 2015

MÉZARÓS. I. **A Educação para além do capital**. 2. ed. Boitempo: São Paulo, 2008.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Aramo, 2002.

_____. **Uma utopia militante**: Repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVEIRA, D.; WANDERLEY, G.M; CUNHA, R.S. **Uma Surpresa no Sertão**: A Experiência da APAEB e da COOPERE. Rio de Janeiro: REDEH, 2005.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da Educação Cooperativista; a visão de sistematizadores da Doutrina do Cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. (Org). **Educação Cooperativa e suas práticas**. Brasília: UNISINOS, 2003.

_____. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v.3, n.2, jul./dez. 2012, p.251-273.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Confederação Cresol**. 2016. Disponível: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenariobrasileiro/dadosconsolidados-dos-sistemas-cooperativos/confesol/>. Acesso em: 13 dez. 2016.

PTDRS (2012). Mapa do Território do Sisal no estado da Bahia, em 2012.

TARDIN, J. M. Cultura Camponesa. In: CALDART, R.S. et al. (Org.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

VILLAS BÔAS. R. L. Novo ciclo de modernização conservadora: Indústria cultural e reconfiguração da hegemonia. **REBELA**, v. 1, n. 3, fev. 2012.

Recebido para publicação em 15 de setembro de 2016.

Devolvido para revisão em 09 de outubro de 2016.

Aceito para publicação em 10 de dezembro de 2016.

COMPÊNDIO AUTORES

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, dossiê, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 72-90, 2016.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia)**. Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças**. Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux**. Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river**. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas**. Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA**. Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 34-55, 2016.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 170-194, 2016.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR**. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio**. Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais**. Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29-51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, dossiê, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 08-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, dossiê, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33-47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, dossiê, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campeinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141-155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 01-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, dossiê, p. 127-154, 2012.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 01-13, 2005.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144-158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125-140, 2005.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, dossiê, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, dossiê, p. 155-76, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glauca de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 07-27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68-93, 2005.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66-87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel**. Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay**. Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social**. Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia**. Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação**. Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos**. Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52-73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, dossiê, p. 21-42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28-44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 276-296, 2016.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35-47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79, 2016.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73-88, 2006.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94-114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa**. Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala**. Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión**. Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico**. Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária**. Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinções e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução**. Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

- ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro**. Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.
- ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya**. Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.
- SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 153-169, 2016.
- SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España**. Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.
- SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS**. Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.
- SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.
- SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.
- SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Ano 9, n. 9 p. 89-112, 2006.
- SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.
- SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.
- SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.
- SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.
- SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.
- SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.
- SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.
- SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, dossiê, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, dossiê, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará**. Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA**. Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa**. Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência**. Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil**. Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externación universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 91-110, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATEs: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35-42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14-23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

- PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.
- SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 01-21, 2005.
- ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.
- PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35-47, 2005.
- ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados**. Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.
- NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena**. Ano 8, n. 7 p. 68-93, 2005.
- WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil**. Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2005.
- FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema**. Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.
- LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum**. Ano 8, n. 7 p. 125-140, 2005.
- GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141-155, 2005.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Ano 9, n. 8 p. 01-28, 2006.
- ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29-51, 2006.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52-73, 2006.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado**. Ano 9, n. 8 p. 74-108, 2006.
- CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.
- TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8 p. 122-132, 2006.
- MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133-150, 2006.
- MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151-172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelмира Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9, p. 73-88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89-112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113-143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144-158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 01-10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72-93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94-114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 08-32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33-47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 06-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 06-5, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da class dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34– 65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7– 21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22–32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, dossiê, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, dossiê, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, dossiê, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, dossiê, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, dossiê, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, dossiê, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, dossiê, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, dossiê, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, dossiê, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, dossiê, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscarol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR**. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n.28. p.09-18.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p.68-91.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18. n.28. p.106-131.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** Ano 18. n.28. p. 241-264.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174- 193.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29.p.220 -232.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar corporativo.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo). Ano 19, n. 32, dossiê, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.